

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS - VOL.1

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE

ORGANIZADORES

RENATO KOCH COLOMBY

JULICE SALVAGNI

CIBELE CHERON





Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial

Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa

Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)

Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)

Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)

Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)

Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)

Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)

Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)

Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)

Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)

Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)

Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)

Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)

Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Renato Koch Colomby
Julice Salvagni
Cibele Cheron
Organizadores

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Volume I

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2020 -

Copyright © 2020 by Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron

Esta obra contou com um processo de avaliação por pares em um sistema double blind review. Registra-se o agradecimento aos pareceristas que participaram desse processo.

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2

Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás

CNPJ: 24.730.953/0001-73

Site: <http://editoraespaocoacademico.com.br/>

Contatos: Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem de Capa: Fachada do Sindicato dos Bancários em Porto Alegre, RS.

Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação do Sindicato.

Projetado por Harryarts.com - freepik.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C873 A Covid-19 em múltiplas perspectivas [livro eletrônico] / Organizadores Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron. - 1. ed. - Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020.
v. ; Ebook.

Conteúdo: v. 1. Trabalho, Estado e sociedade.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-65-00-11558-1

1. Covid-19. I. Colomby, Renato Koch (org.). II. Salvagni, Julice (org.).
III. Cheron, Cibele (org.).

CDU 616-036.21

A redação dos capítulos desta obra, quanto à forma e conteúdo,
é de inteira responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

DIÁLOGOS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 EM DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	9
<i>Renato Koch Colomby</i>	
<i>Julice Salvagni</i>	
<i>Cibele Cheron</i>	
PREFÁCIO.....	12
<i>Lorena Holzmann</i>	
TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE: OLHARES PLURAIS	15
<i>Renato Koch Colomby</i>	
<i>Julice Salvagni</i>	
<i>Cibele Cheron</i>	
“ESCOLHA ENTRE FOME OU EXAUSTÃO”: TRABALHO, ESTADO E NEOLIBERALISMO NA COVID-19	23
<i>Cibele Cheron</i>	
<i>Julice Salvagni</i>	
<i>Renato Koch Colomby</i>	
<i>Jefferson Lopes La Falce</i>	
LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE: INCOERÊNCIAS E AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	39
<i>Paulo Roberto Masella Lopes</i>	

**O PLANO COMO APOSTA: COMBATE À COVID-19 NO ESTADO
DO RS54**

Agnes Nogueira Gossenheimer

Paulo Ricardo Zilio Abdala

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO NOVO CORONAVÍRUS A
PARTIR DO ESTATUTO SOCIOECONÔMICO DE BRASILEIROS69**

Maria Edna Silva de Alexandre

Viviane Alves dos Santos Bezerra

Emerson Araújo Do Bú

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE
ECONÔMICA PELA PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DE
UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL NO SUL DO BRASIL83**

Táise Fátima Mattei

Renato Koch Colomby

**REFLEXÕES SOBRE AS DESIGUALDADES E AS DIFERENÇAS
DE ENFRENTAMENTO, NO MUNDO E NO BRASIL, ANTE A
PANDEMIA DE COVID-1998**

Cristine Koehler Zanella

Carolina Alamino Félix de Moraes

**EM TEMPOS DE PANDEMIA VIDAS NEGRAS IMPORTAM
REALMENTE? UM RETRATO DE COMO UM PAÍS TRATA
SUAS JUVENTUDES NEGRAS 115**

Cristiane Silveira dos Santos

Alexandre Anselmo Guilherme

**MULHERES NO BRASIL DA PANDEMIA: BREVES REFLEXÕES
SOBRE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL... 133**

*Kíssila Teixeira Mendes
Camila Borges Machado*

**IMPACTOS INICIAIS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA
PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO AMAPÁ, BRASIL 147**

*Érica Jimenez
Marilyn Amaral
Jamile Garcia*

**IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS
NOS SETORES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 164**

Vanessa Ohana Gomes Moreira

**PRÁTICAS PARA MELHORAR O CLIMA ORGANIZACIONAL
NA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES 179**

Eliane Böttcher

SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA 198

*Lidiane Aparecida Alves
Gabriel Gonçalves Arantes*

**UM ENSAIO SOBRE O TURISMO NACIONAL E A COVID-19:
QUE ESTA VIAGEM TERMINE BEM 214**

Lázaro Evangelista

**COVID-19 E GESTÃO DE CRISES NO TURISMO: ESTRATÉGIAS
E IMPACTOS 225**

*Diego Geovan dos Reis
Leandro Baptista*

**A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO TRABALHO DOS MÚSICOS
DURANTE A PANDEMIA EM ARACAJU 243**

João Luís dos Santos Meneses

**TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE: PANDEMIA, EXTENSÃO
E INTENSIDADE 258**

Renato Koch Colomby

Julice Salvagni

Cibele Cheron

SOBRE OS AUTORES 260

DIÁLOGOS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Para conhecer as coisas é preciso dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda. (SARAMAGO, 2001, s/p)

Em *Janela da alma*, José Saramago conta que costumava frequentar o Teatro da Ópera de Lisboa, famoso pelo camarote real, em cujo topo brilhava uma imponente coroa. A plateia via a coroa assim, magnífica. Já o lugar menos privilegiado de onde Saramago assistia ao espetáculo proporcionava uma vista diferente, da parte de trás da coroa, que “era oca, e tinha teias de aranha, e tinha pó” (SARAMAGO, 2001, s/p). Mais do que nos ensinar que a compreensão do mundo exige observá-lo de múltiplos ângulos, essa lição nos mostra a importância do lugar desde onde os sujeitos veem o mundo e a partir do qual o interpretam, e das possibilidades de ver de cada um.

A pandemia mundial de Covid-19 é uma dessas “coisas” que, para tentarmos conhecer, nos exige “dar-lhes a volta”, mais de uma vez, com diferentes olhares. Como dimensionar seus efeitos? Como lidar com ela? Nossos enquadramentos teóricos e instrumentais analíticos podem dar conta dela? Para delinear respostas a esses questionamentos, uma análise multidisciplinar, cuja abordagem conseguisse permear as mais diversas áreas do conhecimento, nos pareceu indispensável. Assim, a coletânea *A Covid-19 em múltiplas perspectivas* surgiu da necessidade de cooperação para compreendermos um fenômeno tão complexo, que se apresentou de forma abrupta, transformando radicalmente os modos de viver em sociedade.

O desafio aqui posto é o de tratar da complexidade segundo um paradigma que, oposto à simplificação, encaminha pensamentos a partir de “fenômenos, ao mesmo tempo, complementares, concorrentes e antagonistas,

respeita[ndo] as coerências diversas que se unem em dialógicas e polilógicas e, com isso, enfrenta[ndo] a contradição por várias vias” (MORIN, 2000, p. 387). Nossa intenção, ao propor a obra, foi a de agregar diferentes vozes, saberes, formações e pontos de vista sobre a pandemia e suas complexidades. Dentre as autoras e os autores há doutores e graduandos, acadêmicos e pessoas que não atuam na academia. Elas e eles participaram ativamente do processo de estruturação da obra e do esforço conjunto para edição sem nenhum tipo de financiamento institucional ou de qualquer agência de fomento.

Contribuíam para esta obra 84 pesquisadoras e pesquisadores, com diferentes formações: medicina, farmácia, psicologia, odontologia, engenharia, economia, administração, turismo, oceanografia, filosofia, educação, ciência política, história, geografia, relações internacionais, direito, sociologia e música. Para além do expressivo número de parceiros, chama a atenção a diversidade desse coletivo, com representantes de todas as regiões do país, das mais diversas instituições, trajetórias de vida e carreiras. Mais do que promover a difusão de pesquisas de doutores com experiência acadêmica de longa data, importa dizer que o livro buscou oportunizar a participação de jovens pesquisadores que estão sendo incentivados a escrever desde a graduação.

A rica pluralidade das abordagens permitiu que os capítulos fossem distribuídos em três eixos temáticos, correspondendo a três Volumes: I) Trabalho, Estado e Sociedade; II) Educação, Ciência e Cultura; e III) Saúde, Psicologia e Direitos Humanos. O Volume I, que conta com o prefácio da Professora Doutora Lorena Holzmann (UFRGS), agrega capítulos que versam sobre diferentes perspectivas socioeconômicas em relação às recentes transformações provocadas pela pandemia. No Volume II, os trabalhos abertos pelo prefácio do Professor Doutor Roberto Medina (UNB) emergem de um cenário de desvalorização do trabalho intelectual, da Educação, da Ciência e da Cultura. A Professora Doutora Ana Maria Gageiro assina o prefácio do Volume III, no qual os trabalhos defendem o direito à saúde física e mental sob o prisma da indivisibilidade, multiplicidade e especificidade dos Direitos Humanos.

Para dar conta da análise da pandemia e dos fenômenos relativos a ela, a obra agrega trabalhos com enfoques empíricos, voltados à realidade

de trabalho e pesquisa de campo, assim como teóricos, buscando tecer análises de conjuntura a partir de fundamentações distintas. Assim, busca-se

multiplicar e diversificar as experiências, alterando as condições de sua realização, repeti-las, ampliá-las, aplicar seus resultados; verificar as circunstâncias em que o fenômeno está presente, circunstâncias em que está ausente e as possíveis variações do fenômeno. (ANDERY *et al.*, 1996, p. 198).

Nesse marco, a tarefa a que nos propomos é tão ambiciosa quanto essencial, uma vez que a pandemia provoca impactos de proporções que ainda não se podem estimar. Cientes desse desafio, desejamos que *A Covid-19 em múltiplas perspectivas* possa subsidiar debates e práticas emergentes em uma sociedade convocada a se recriar sob novas concepções basilares.

Prof. Dr. Renato Koch Colomby

Prof.^a Dr.^a Julice Salvagni

Prof.^a Dr.^a Cibele Cheron

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Pires; RUBANO, Denize; MOROZ, Melania; PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Sílvia; GIANFALDONI, Mônica; SAVIOLI, Márcia; ZANOTTO, Maria de Lourdes. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: EDUC, 1996.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

SARAMAGO, José. [Depoimento]. In: *Janela da alma*. Direção: Walter Carvalho e João Jardim. [S.l.]: Copacabana Filmes, 2001. 1 DVD (73 min.), color., legendado. (fragmento: 45-50). Transcrição nossa.

PREFÁCIO

O grande evento do ano de 2020 é a pandemia provocada por um novo coronavírus que, rapidamente e em poucos meses, se disseminou pelo planeta inteiro. Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde, autoridades de diferentes países, com mais ou menos rigor, adotaram medidas que visaram impedir a disseminação da moléstia, medidas como evitar aglomerações em locais com grande concentração de pessoas, permanecer em casa sempre que possível, higienização frequente, especialmente das mãos, uso de máscaras ao sair à rua, se necessário. Atividades comerciais, industriais e do setor de serviços consideradas não essenciais foram suspensas. Parece que o mundo parou, subitamente.

Desde março, o confinamento em casa produziu rotinas antes inimagináveis. A fim de evitar o contato de grandes grupos de pessoas, atividades profissionais passaram a ser executadas em casa, na modalidade de trabalho remoto, ao qual tiveram que se adaptar profissionais das mais diferentes áreas da produção, sobretudo de serviços. Trabalhadores do ensino, do Judiciário, das administrações pública e privada, das comunicações e muitas outras precisaram rapidamente aprender o trabalho em novas condições, com recursos de comunicação nem sempre familiares, como a utilização de plataformas digitais.

A impossibilidade de atividades presenciais com grande público e a necessidade de manter operando programas, projetos, eventos previamente programados de debates e discussões, fizeram multiplicar-se, rapidamente, a organização de encontros articulados em redes digitais, que se convencionou chamar de *lives*, ou seja, salas virtuais de troca de ideias e argumentos sobre os mais diferentes temas. Nessa modalidade, foi possível reunir, num mesmo tempo, pessoas muito distantes no espaço, potencializando, a custo

zero ou quase, uma integração muito rica de diferentes abordagens de um amplo leque de temas. Mas a questão da pandemia esteve, e continua a estar, com forte presença em grande parte dessas salas de debates. O mesmo ocorre nos noticiários da imprensa, falada, impressa e televisiva, que têm dedicado amplos espaços com enfoque na pandemia.

Num desses debates, uma participante chamou a atenção e criticou a hegemonia do discurso médico, sobretudo de infectologistas e sanitaristas, dominando a abordagem da pandemia e de sua evolução, desconsiderando a propriedade e a necessidade da incorporação de outras narrativas para a compreensão do fenômeno e da busca de soluções para seu enfrentamento, no presente e nas esperadas prováveis mudanças, quando ela for superada. É a defesa da integração de outros saberes que, tanto como o saber médico, têm base e construção científicas.

Esta obra vai na contramão desse percurso. Escrita por um grupo de amplo espectro de perfis profissionais, alarga a abordagem do tema, focalizando distintos segmentos da população, da estrutura produtiva e de ambientes socioculturais, fazendo o registro das tantas situações diversificadas em que cada objeto do estudo vivencia, reage, entende o fenômeno mundial que os afeta no dia a dia.

Os efeitos pessoais da pandemia são decorrentes de distintos marcadores sociais como sexo, escolaridade, raça, local de moradia, condições econômicas, inserção na produção de bens ou serviços, desenhando um cenário extremamente diversificado, no qual perdas e ganhos não se distribuem igualmente. Há quem perde (por exemplo, o comércio, setores industriais, pescadores artesanais) e há quem ganhe, como a produção e a comercialização de veículos de luxo.

A consideração da profunda desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira é a lente pela qual cada artigo foca seu objeto de exposição textual, dando significado à relevância de considerá-lo num projeto de investigação. Desigualdade agravada pela pandemia, com o aumento do desemprego, em consequência da paralisação do funcionamento de empresas, sobretudo de médio e pequeno porte; pelo aumento da informalidade

no mercado de trabalho, deixando grandes contingentes de pessoas sem garantias de recursos de sobrevivência; pela carência de serviços de saneamento básico, e pelo padrão de moradias em imensas áreas das cidades brasileiras, abrigoando muitas pessoas em pequenos espaços, inviabilizando o distanciamento social, a higienização e o “fique em casa”, recomendados pelas autoridades sanitárias; as deficiências do transporte público expõem ao contágio amplos contingentes de trabalhadores de setores essenciais que precisam se deslocar entre suas moradias (muitas vezes também precárias) e o local de trabalho; a diferença no acesso aos recursos tecnológicos que viabilizam o ensino remoto a crianças e jovens. O desemprego e o aumento da informalidade fragilizam milhares de brasileiros no enfrentamento das ameaças da doença. As controvérsias em relação a recomendações de prevenção, alimentadas por disputas de narrativas entre autoridades públicas, em nada contribuem para orientar a população com segurança e confiança, o que torna o cenário extremamente complicado.

Da multiplicidade de situações que compõem esta publicação derivam obrigatórias reflexões, questionamentos, indagações sobre como será o “pós-pandemia”, o enfrentamento da recuperação econômica e do conjunto de atividades que foram paralisadas, como as escolares e culturais, a recomposição do mercado de trabalho, assim como a busca de caminhos que possam conduzir a sociedade brasileira a patamares civilizatórios superiores.

Esta tarefa não opõe economia e saúde/vida. Ela requer abordagem ampla, de muitas perspectivas e muitos focos, recurso a saberes que não se anulam, mas se complementam, alargando a compreensão da complexidade da situação e das decisões capazes de conduzir nosso país àqueles patamares.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2020.

Lorena Holzmann

Doutora em Sociologia (USP).

Professora Titular do Departamento de Sociologia

e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS).

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE: OLHARES PLURAIS

A crise atual é estrutural na economia, na política e na sociabilidade: das reações mantenedoras às amplas mudanças, estão abertas múltiplas possibilidades históricas (MASCARO, 2020, p. 104-105).

Integrando a Coletânea *A Covid-19 em múltiplas perspectivas*, o Volume I – *Trabalho, Estado e Sociedade* apresenta capítulos que versam sobre diferentes perspectivas socioeconômicas em relação às recentes transformações provocadas pela pandemia. Pode-se dizer que os efeitos relacionados à Covid-19 se instalam num universo heterogêneo e complexo, extrapolando a concepção do problema como pertencente apenas à área da saúde. De fato, o novo coronavírus “afeta de maneira profunda a vida das pessoas, as atividades e relações, [e] pode desencadear mudanças que marcam a história” (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 25-26). Compreender essas mudanças, então, exige olhares plurais.

Dentre os autores deste volume há estudantes e profissionais das áreas de Filosofia, Farmácia, Psicologia, Odontologia, Ciência Política, Educação, Relações Internacionais, Turismo, Geografia, Oceanografia, Música, Engenharia da Pesca, Educação, Direito, Administração, Comunicação, Ciências Econômicas e Engenharia Agrônoma. Tal característica possibilita uma análise multifacetada do objeto em questão, trazendo complexidade ao debate de práticas e teorias que vêm se circunscrevendo neste novo cenário.

O primeiro capítulo provoca: “*Escolha entre fome ou exaustão*”: *trabalho, estado e neoliberalismo na Covid-19*. Neste estudo, analisou-se a situação dos trabalhadores desprotegidos, precarizados e informais que se

tornou desoladora com o advento da pandemia. Compreendendo esta crise sanitária como parte de um arranjo geopolítico de proporções globais que impacta significativamente as organizações, analisou-se as condições de trabalho tendo em vista os processos de enxugamento do Estado em um cenário de expansão neoliberal. Assim, observou-se o agravamento de forças políticas e econômicas que subsidiam a expansão da precarização do trabalho, resultando prejuízos e infortúnios às classes mais vulneráveis da população.

O texto *Liberdade, igualdade e fraternidade: incoerências e ambivalências políticas em tempos de pandemia* aborda que, antes correlacionados e interdependentes, a contrariedade entre esses conceitos ficou novamente explícita pelo uso político que foi feito do discurso epidemiológico que se pretendia ingenuamente neutro, porque científico. Com o intuito de analisar as implicações éticas e políticas dessas circunstâncias extremas postas pelas decisões de distanciamento social, analisou-se a hipótese de que os pressupostos do Iluminismo, que marcaram a Revolução Francesa ao ponto de animar ou mesmo integrar constituições republicanas, permanecem ainda no século XXI como um ideal que não se constitui em fundamento de coesão social. Como referência teórica, buscou-se estruturar os argumentos em torno dos filósofos da tradição política moderna que fundamentaram os conceitos de liberdade e igualdade, como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, além da filosofia moral de Immanuel Kant. O cotejamento desse pensamento que culminou no Iluminismo com a realidade gerada pela Covid-19 permitiu entrever as ambivalências e incoerências políticas que foram produzidas em tempos de pandemia pela gestão dos governos. Conclui-se que, sobretudo no Brasil, devido à sua enorme desigualdade social, os ideais do Iluminismo encontram-se ainda muito distantes.

Em *O plano como aposta: combate à Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul*, destaca-se que a pandemia de Covid-19 trouxe desafios inéditos no campo do planejamento público estatal. Neste sentido, afere-se que não há como compreender tal dinâmica sem lançar mão de uma perspectiva que adote a política como parte essencial do Governo e da Administração

Pública, como a visão do chileno Carlos Matus sobre o planejamento como um processo social. Tal teoria é acordada no capítulo e é capaz de explicar grande parte dos processos administrativos de governos, especialmente em espaços de disputa e construção, ficando sua contribuição mais evidente ainda em um momento extremo como o enfrentado no combate à pandemia, ilustrado aqui pelo exemplo do estado do RS.

No texto que versa sobre as *Representações sociais do novo coronavírus a partir do estatuto socioeconômico de brasileiros*, objetivou-se identificar tais representações em função da variável sociodemográfica de renda. Sendo uma pesquisa quantitativa e qualitativa, participaram 595 brasileiros, na faixa etária de 18 a 78 anos, com renda de até oito salários mínimos. Esse estudo salienta que existem diferenças na forma de representar a pandemia: aqueles de menor renda tendem a enfatizar aspectos relacionados à saúde coletiva, enquanto os de maior renda destacam elementos voltados para o cuidado com o grupo primário.

O texto que discorre sobre os *Impactos da pandemia de Covid-19: uma análise econômica pela percepção de universitários de uma Instituição Federal no Sul do Brasil* resulta dos dados parciais de uma pesquisa, ainda em andamento, com o objetivo de realizar um panorama social, econômico e psicológico dos estudantes de um curso de Administração de uma Instituição Federal localizada no Sul do Brasil. O capítulo enfatiza que os impactos gerados pela pandemia são inúmeros e atingem diversas áreas, sobretudo, a economia. Afinal, as medidas de restrição, isolamento e quarentena atingiram fortemente as atividades econômicas, o emprego e a renda das pessoas. Com esse cenário, acadêmicos de um curso de Administração foram convidados a refletir sobre essas questões e o capítulo apresenta os principais resultados dessa pesquisa. Parcela significativa dos alunos disse, por exemplo, que foi atingida economicamente pela pandemia e os que possuíam níveis de renda mais baixos foram mais prejudicados.

Ao abordar as *Reflexões sobre as desigualdades e as diferenças de enfrentamento, no mundo e no Brasil, ante a pandemia da Covid-19*, outro capítulo destaca que, com os efeitos da globalização, o novo coronavírus en-

controu facilidade para alcançar todos os continentes. Tal estudo versa sobre desigualdades e diferenças, de natureza econômica, geopolítica e de visibilidade, que ficaram transparentes no curso da pandemia de Covid-19. Dando destaques às desigualdades brasileiras, descreve-se uma experiência que revela os êxitos de uma comunidade periférica de São Paulo, relegada à própria sorte, nos cuidados com os contaminados pelo vírus e com todos os moradores da região.

O indispensável texto: *Em tempos de pandemia vidas negras importam realmente? Um retrato de como um país trata suas juventudes negras*, buscou compreender os protestos intitulados “vidas negras importam” que rodam o mundo no ano de 2020, além de refletir sobre como o Brasil trata suas juventudes negras. Exploram-se no manuscrito os tipos de violência de Fanon e o pensador camaronês Achille Mbembe, para refletir sobre necropolítica e compreender as ferramentas modernas de opressão. Nesta premissa, são ponderadas as formas desiguais que afetam as vidas negras quando o ensino se torna quase que completamente tecnológico. Referenciando o “mapa das mortes de jovens negros”, é possível demonstrar que, mesmo em lugares de maioria branca, a morte de jovens negros supera os índices das demais. Tal aspecto faz relação com os últimos episódios de violência institucional contra a população negra e seus reflexos na campanha mundial contra o racismo.

Em uma discussão sobre gênero, intitulada *Mulheres no Brasil da pandemia: breves reflexões sobre divisão sexual do trabalho e reprodução social*, faz-se um exercício de compreensão da situação das mulheres no contexto da pandemia do coronavírus a partir da análise sobre a gênese do processo de divisão sexual do trabalho, tendo como referência a teoria marxista da reprodução social. Devido à conjuntura de pandemia e isolamento social faz-se necessário discorrer sobre o trabalho de reprodução social tendo em vista o crescimento dos índices de violência, pobreza e precarização do trabalho na condição de vida das mulheres. Um dos temas que a pandemia trouxe à tona foi a dimensão da relação ao trabalho não pago realizado para a reprodução da vida no interior das famílias, sendo assim, se faz relevan-

te por buscar compreender as relações veladas pelos sistemas de opressão e do controle da força de trabalho. Tal momento histórico evidencia que a luta da classe trabalhadora não pode fugir de um programa de ação contra a opressão feminina, que está ancorada na naturalização da reprodução gratuita da força de trabalho por meio de uma ideologia machista historicamente construída.

No capítulo que versa sobre os *Impactos iniciais da pandemia de Covid-19 na pesca artesanal no estado do Amapá, Brasil*, destaca-se que a pandemia desencadeou uma crise global de saúde pública e trouxe impactos econômicos e sociais para milhões de pessoas, afetando drasticamente as populações mais vulneráveis, como povos indígenas e pescadores artesanais. Neste cenário, este estudo buscou documentar como a pesca artesanal está sendo afetada pela pandemia no estado do Amapá, a partir de entrevistas com 22 pescadores(as) e representantes de organizações sociais. Enfatiza-se que as medidas de enfrentamento à pandemia afetaram as demandas de mercado e o transporte dos produtos pesqueiros até os consumidores, trazendo efeitos dramáticos aos diferentes elos da cadeia produtiva da pesca artesanal, como pescadores, empresas de beneficiamento de pescado, feiras, estaleiros e restaurantes. A redução da demanda e o consequente colapso dos preços dos produtos pesqueiros transformaram a pesca em uma atividade não rentável durante a pandemia. Assim, as comunidades pesqueiras estão enfrentando condições de vida precárias devido à queda brusca da renda familiar, o que é agravado pela ausência de meios alternativos de subsistência e pela incapacidade de acessar o auxílio financeiro fornecido pelo governo. Há preocupações também com a falta de estruturas adequadas de saneamento e higiene nas áreas de desembarque e comercialização de pescado, e com a potencial disseminação da doença por pescadores de outros estados que atuam na região. Deste modo, os pescadores enfrentam os efeitos combinados da redução ou perda da principal fonte de renda, da incapacidade de acessar programas de proteção governamentais, da pobreza e da insegurança diante da possibilidade de contágio pela Covid-19 e falta de atendimento médico.

Tecendo a apreciação de outro setor, em os *Impactos da pandemia do novo coronavírus nos setores do agronegócio brasileiro* considerou-se que os diferentes setores que integram a cadeia produtiva do agronegócio foram afetados diferentemente. Nesse capítulo, foi realizada uma análise das atividades do agronegócio familiar e das exportações de produtos agropecuários durante o período da pandemia, apresentando os impactos, as medidas emergenciais criadas e as perspectivas futuras. O pequeno e médio produtor sofreu com problemas referentes, principalmente, ao escoamento da produção. Nas exportações, alguns produtos agrícolas sofreram queda nas vendas, por outro lado, outros produtos atingiram maiores percentuais, comparado ao mesmo período de 2019. O Brasil pode utilizar a produção agrícola e as exportações de alguns alimentos para países mais afetados pela doença, como forma de contribuir para a recuperação da economia, caso consiga seguir procedimentos de sanidade alimentar, destacando-se como produtor e exportador confiável. E com isso, a importância da agricultura familiar será evidenciada para o abastecimento interno do país. Para amenizar os impactos da crise no meio rural, são necessários esforços das autoridades responsáveis para a elaboração de medidas e políticas públicas, a médio e longo prazo, visando garantir o abastecimento suficiente dos alimentos para a população e a proteção financeira para os produtores rurais afetados pela pandemia, independentemente da escala de produção.

O estudo sobre as *Práticas para melhorar o clima organizacional na pandemia: experiências de trabalhadores* teve como objetivo analisar o impacto da pandemia em trabalhadores e identificar, em suas experiências, práticas positivas que possam contribuir para um melhor clima organizacional e residencial com base na Psicologia Positiva. Os dados indicam que as práticas positivas de recursos de trabalho e recursos pessoais foram destacadas pelos trabalhadores, principalmente em situações em que houve um contexto estressor, como este de pandemia, reforçando a relevância da gestão do clima organizacional e residencial buscando-se situações protetivas para a saúde emocional de trabalhadores.

O capítulo sobre o *Setor automotivo brasileiro em tempos de pandemia* evidencia as crises do capitalismo e seus distintos efeitos entre as classes sociais, assim como destaca as possíveis mudanças na utilização e nas características dos automóveis particulares. Na perspectiva da mobilidade humana, considerando o caso do Brasil, o texto ainda destaca a importância de o setor automotivo desenhar possíveis tendências para o pós-pandemia. Partindo de um olhar econômico, social e ambiental desejável, os autores defendem que o ideal seria a utilização dos modais de transporte alternativos como o transporte público, a bicicleta e mesmo a pé. O texto questiona os padrões de normalidade experimentados nas sociedades capitalistas, destacando a permanente crise financeira vivenciada em função da agenda neoliberal.

No ensaio intitulado *Um ensaio sobre o turismo nacional e a Covid-19: que esta viagem termine bem*, analisam-se os impactos financeiros sofridos pelo setor do turismo com o advento da pandemia. Sendo um importante setor da economia mundial, gerando inúmeros postos de trabalho diretos e indiretos, as análises enfatizam o papel social, econômico e cultural do turismo na sociedade. O texto ainda denuncia que a reabertura precoce de inúmeros estabelecimentos e setores não essenciais da sociedade impactará, ainda mais, no setor turístico e na saúde da população brasileira.

O capítulo sobre *Covid-19 e gestão de crises no turismo: estratégias e impactos* salienta que o turismo foi um dos setores mais afetados. Diante disso, considera-se que o trade turístico poderia ter minimizado os impactos negativos dessa crise global por meio de um plano adequado de gestão de crise. Parte-se aqui da hipótese de que muitas empresas do setor turístico não possuíam planos de gestão de crise adequados para enfrentar a atual situação. Assim, o objetivo desta pesquisa concentrou-se em estimular a adoção da gestão de crises visando evitar que uma nova possível pandemia seja destrutiva às empresas e destinos turísticos. Para tanto, foi desenvolvido um estudo teórico-dedutivo, de natureza descritiva, com abordagem analítica e qualitativa baseado na estrutura de gestão de crises proposta por

Glaesser. Os resultados apontam estratégias e possibilidades para que gestores, empresários e autoridades possam superar a atual crise de saúde e se antecipem para minimizar impactos similares no futuro.

No capítulo que trata de *A interferência do Estado no trabalho dos músicos durante a pandemia: entre a omissão e a necropolítica*, são apresentadas reflexões de caráter teórico-empírico acerca do impacto causado pelo novo coronavírus na atividade profissional de músicos que atuam em bares e eventos na cidade de Aracaju. Utilizando-se de uma perspectiva etnográfica, destaca-se o papel desempenhado pelo Estado e o modo como os músicos reagem ao momento de crise. Dessa forma, o autor propõe a discussão sobre ações governamentais mais democráticas e inclusivas, de forma que as seleções públicas contemplem com mais amplitude os profissionais da música, especialmente em situações atípicas como a atual.

Desejamos que a leitura deste volume desperte novas reflexões, ampliando o necessário debate sobre trabalho, Estado e sociedade e os impactos da pandemia.

Prof. Dr. Renato Koch Colomby

Prof.^a Dr.^a Julice Salvagni

Prof.^a Dr.^a Cibele Cheron

REFERÊNCIAS

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200025&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e pandemia* (Edição do Kindle). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Coleção Pandemia Capital.

“ESCOLHA ENTRE FOME OU EXAUSTÃO”: TRABALHO, ESTADO E NEOLIBERALISMO NA COVID-19

Cibele Cheron¹

Julice Salvagni²

Renato Koch Colomby³

Jefferson Lopes La Falce⁴

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 chega ao Brasil encontrando um país assolado pelas desigualdades sociais, vivenciando a fase de financeirização da vida no modelo neoliberal, cujo pacote de práticas incluiu, ao longo das últimas décadas, a perda de direitos sociais. No momento em que encerramos o mês de julho, encontramos o País superando a barreira dos 2 milhões de casos confirmados e próximo aos 100 mil óbitos pela doença, colocando o Brasil como o segundo país com mais mortes e casos confirmados no mundo (FIOCRUZ, 2020, WHO, 2020).

Neste contexto, a situação dos trabalhadores desprotegidos, precarizados e informais tornou-se desoladora. Compreendendo esta crise sanitária como parte de um arranjo geopolítico de proporções globais que

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS), desenvolve estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PUCRS). ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0003-3501-5248>. E-mail: iccibele@gmail.com

² Doutora em Sociologia (UFRGS), professora adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0002-6334-0649>. E-mail: julicesalvagni@gmail.com

³ Doutor em Administração pela UFRGS. Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR - Campus Palmas). ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0002-5013-6913>. E-mail: renato.colomby@gmail.com

⁴ Doutor em Administração (FUMEC), professor do programa de Mestrado e Doutorado FUMEC. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0002-3293-2908>. E-mail: jefferson.la.falce@gmail.com

impacta significativamente as organizações, através de um ensaio teórico analisam-se as condições de trabalho tendo em vista os processos de enxugamento do Estado em um cenário de expansão neoliberal.

Ao mesmo tempo em que há meios para gerar riqueza suficiente à vida digna de toda a humanidade, dada a lógica neoliberal hegemônica, a possibilidade de partilhar dessa dignidade se afasta paulatinamente das periferias do mundo. Tendo por base a premissa teórica do pensamento abissal, a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, nunca estiveram tão longe de serem cumpridas como hoje (SANTOS, 2003a). Do ponto de vista da epistemologia do Sul (SANTOS, 2002), a relação colonial de exploração e dominação persiste nas sociedades, tanto do ponto de vista geopolítico, como nas discrepâncias sociais dentro de um mesmo país. Assim, a crise econômica e política já em curso neste ciclo do capitalismo foram agravadas pela pandemia da Covid-19 em diferentes estruturas organizacionais e com aspectos ainda mais nefastos, especialmente, às populações vulneráveis.

O rearranjo produtivo, a transformação tecnológica e a concentração de capital resultaram em transformações sociais, beneficiando com oportunidades poucos e excluindo muitos. O Consenso neoliberal, destacado por Harvey (2014), construído desde 1970 e que vem fazendo parte do falso discurso de austeridade desde 1970, passou a desonerar o Estado de seus deveres de provimento público. As atividades produtivas enfraqueceram certas instituições e diminuíram o papel do Estado, simultaneamente ao fortalecimento da iniciativa privada, especialmente sob a forma de grandes conglomerados transnacionais, industriais e financeiros. Estes, para aumentarem o lucro, necessitam do encolhimento dos direitos sociais, os quais passam a ser relativizados (BOBBIO, 2004; 1997).

Os direitos sociais, em termos gerais, compreendem garantias de trabalho, remuneração, segurança econômica, acesso ao mercado em condições dignas, diminuição das inequidades. A justiça como equidade é pensada para aplicação à chamada estrutura básica da democracia constitucional moderna, designando as principais instituições políticas, sociais e

econômicas e o modo pelo qual se combinam num sistema de cooperação social. Nessa senda, uma sociedade que se pretende justa deve dedicar-se a quem, desde o nascimento, esteve desprovido de meios ou se encontra nas posições menos favoráveis (RAWLS, 1993). Especialmente em tempos de uma crise de tal complexidade, tem-se considerado que uma das formas de superação seria por meio do incentivo ao consumo, financiado e induzido pelos governos, em um processo de socialização do conjunto da economia (HARVEY, 2020).

2. MODELOS ECONÔMICOS E A REDUÇÃO DE DIREITOS AO TRABALHADOR

As políticas keynesianas, presentes em meados do século 20, marcadas pelo provimento de garantias mínimas do Estado, tais como condições mínimas de bem-estar, garantias de emprego, salários, conciliaram a reestruturação tecnológica e as transformações gerenciais. Neste cenário foi possível por um curto espaço de tempo reduzir desigualdades, atenuar conflitos sociais, principalmente em países desenvolvidos e considerados capitalistas. Os países em desenvolvimento, em especial os da América Latina e do Leste Asiático, foram marcados pela atuação do Estado na atividade econômica impulsionando a industrialização (ANDRADE, 1987). No contexto atual, marcado pela pandemia, o modelo de Keynes tem sido pregado como o modelo ideal para a recuperação econômica, via atuação do Estado.

A teoria de crescimento econômico adotada pela comunidade acadêmica até então se vinculava ao modelo de Solow, pelo qual, a longo prazo, a taxa de crescimento dependeria apenas da taxa de crescimento da população e da intensidade do progresso técnico, variáveis exógenas ao modelo de crescimento. A fim de incorporar um elemento endógeno ao modelo, os economistas passaram a visualizar a tecnologia como um bem não rival, gerando benefícios a todos os agentes dos sistemas econômicos, e não apenas aos dedicados à produção e desenvolvimento.

Segundo tal ponto de vista, o setor privado seria capaz apenas de produzir uma quantidade subótima de tecnologia, cabendo ao Estado o papel de alocar os recursos da maneira mais eficiente para o benefício social, em comparação com o setor privado. Abre-se uma porta gigantesca para a intervenção estatal na economia, ainda que se considere, na realidade, a baixa capacidade de o Estado produzir políticas ótimas. A questão, para o desenvolvimento, passa a ser a incorporação do Estado, como agente eficiente na construção de políticas adequadas à sua promoção (PORCILE MEIRELLES, 1996; WOOLCOCK, 2001).

As teorias estruturalistas também sofreram modificações. Os estudos cepalinos sobre a industrialização periférica, lenta e específica, com desigual difusão do progresso técnico, apontavam para barreiras e entraves ao crescimento das regiões periféricas, em âmbito internacional. O estudo da dinâmica da industrialização periférica passou a incorporar as especificidades do aprendizado tecnológico e das características intrínsecas do setor e as flutuações das taxas de crescimento e investimento.

O papel do Estado é discutido, evidenciando-se que os vínculos entre indústria, tecnologia e competitividade eram muito complexos. O sucesso de uma economia periférica é proporcional ao desenvolvimento do conjunto de interações existentes entre o Estado e os agentes públicos e privados envolvidos na geração e difusão de inovações. A desejável atuação do Estado deixa de ser proteger a indústria e planejar investimentos para conservar uma proporcionalidade nas taxas de crescimento dos diferentes setores da economia, e passa a ser muito mais complexa e indireta, objetivando a difusão da tecnologia, dependente das interações entre Estado e iniciativa privada. Ou seja, o papel do Estado é o de incentivar posturas institucionais e prover infraestruturas onde a economia necessitar (FAJNZYLBER, 2000).

Na dinâmica da industrialização na América Latina a questão da competitividade desponta influenciando os padrões de articulação entre o Estado e a sociedade civil. Objetivando o desenvolvimento e o crescimento econômico cumpre esclarecer que o desafio da competitividade não está

na desvalorização das taxas de câmbio ou na redução dos níveis de salário, mas no dinamismo tecnológico, ensejando a chamada competitividade autêntica. No mercado não competem apenas empresas, mas entram em embate sistemas produtivos, arranjos institucionais e organismos sociais.

A compreensão do alcance da arena competitiva coloca as empresas num cenário em que se integram a redes de interconecções com o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, as relações laborais, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro e toda a malha do tecido relacional envolvido. A competitividade deixa de ser apenas um problema macroeconômico e passa a ser um desafio para todos os protagonistas sociais. Para fortalecê-la, faz-se necessário o desenvolvimento de uma competitividade autêntica, conceito que envolve mudanças institucionais, na distribuição da renda, coesão social, no padrão de consumo e no acervo de conhecimento tecnológico. Nessa linha, procurando aumentar a competitividade, os governos de países industrializados implementam políticas de caráter sistêmico (FAJNZYLBBER, 1988).

Na última década do século XX, os países de alta renda, assim como os países emergentes, verificaram uma aceleração simultânea de quatro aspectos inerentes ao fenômeno da globalização. No aspecto comercial, verificou-se o grande crescimento internacional; no aspecto financeiro, ocorreu grande expansão dos mercados mundiais; no aspecto produtivo, deu-se a transnacionalização crescente de cadeias produtivas intra e intercorporativas; no aspecto tecnológico, percebeu-se inovação ininterrupta, possibilitando o crescimento da produtividade econômica (COUTINHO, 1996). Ao passo em que, para as sociedades de alta renda, a aceleração da globalização promoveu a integração social, nos países de baixa renda verificou-se um grande aumento da marginalidade e da exclusão de diversas camadas populacionais.

A América Latina, especialmente na década de 1990, viu mudanças na política econômica que, em sua maioria, combinaram liberalização comercial com estabilidade da taxa de câmbio, somando-se o ingresso significativo de capital externo. Entretanto, essas mudanças não vieram acom-

panhadas de políticas de apoio à difusão tecnológica e à competitividade internacional, o que limitou o aumento da produtividade (FAJNZYLBER, 2000).

Desencadeou-se, dessarte, uma crise de governabilidade em padrões globais, devido ao dismantelamento das políticas keynesianas e o consequente Estado do bem-estar social. Em seu lugar, ficaram regiões de miséria, caos econômico e guerra civil, tal como se verifica no Haiti, na antiga Iugoslávia e na maior parte da África, bem como retrocesso social de regiões que já contavam com padrão de relativo crescimento econômico, como é o caso da Rússia, da Indonésia e do Paquistão. Soma-se a esses fatores de causa da crise de governabilidade também a expansão do crime organizado, que assume caráter global, bem como das redes de terrorismo. Ainda, aumenta o contingente de excluídos do sistema produtivo e de consumo vigentes, o que vem também a aumentar os índices de vulnerabilidade social (SANTOS, 2003b).

3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: AS APOSTAS NEOLIBERAIS DE "SUPERAÇÃO DA CRISE"

Nos últimos trinta anos, o processo de reestruturação produtivo e arranjos organizacionais, somando-se o advento das transformações tecnológicas, vem engolindo empregos, atingindo trabalhadores no campo material e subjetivo. No primeiro campo, a instabilidade e insegurança, precarização, terceirização no trabalho marcam a chamada subproletarização. No campo subjetivo, a mudança do sistema rígido e formal para o flexível, os efeitos colaterais do novo modelo produtivo impactam nas representações sociais e no trabalho (ANTUNES, 2006), bem como no aparecimento da "sociedade de risco" (BECK, 1992).

A reorganização produtiva também é um período de transição na forma de acumulação. O modelo anterior, fordista, dá conta de um conjunto de práticas de controle e disciplina da força de trabalho, tecnologias, produção em massa de mercadorias, estruturada de forma homogênea e ver-

tical, práticas de consumo, e respectivas configurações de poder político e econômico próprios do período pós-guerra. Com a crise mundial iniciada em 1973, o modelo fordista entra em colapso e cede lugar a um período de mudanças rápidas, pleno de incertezas e fluidez (HARVEY, 2012).

O novo modelo em andamento, pautado pela flexibilidade, impõe aos trabalhadores a necessidade de adaptação, sendo fundamental o ajuste às atividades laborais e disponibilidade excessiva à flutuação de demanda (CASTEL, 1999). A precariedade do trabalho aparece com um formato institucionalizado, abarcado por uma cultura imersa das relações de poder. A precariedade no trabalho relaciona-se ao trabalho incerto, instável, vulnerável e arriscado, porém necessário (KALLEBERG, 2009).

O caminho controverso das novas tecnologias, em especial, as novas técnicas de gestão de pessoas e tecnologias voltadas à informação, de um lado transforma o sistema atual, rígido em uma estrutura flexível e descentralizado da produção, por outro lado torna o trabalho mais intenso, sem garantias e marcado pela exploração do trabalho. Promove ainda a perda de direitos trabalhistas, incentiva o trabalho terceirizado, desarticula a força sindical e desvaloriza a mão de obra (ANTUNES, 2015; 2008; 2005).

Dos modelos de acumulação flexível, o que mais se distinguiu foi o japonês, ou toyotismo, em função dos efeitos que sua implementação provocou no mundo do trabalho. Nesse modelo, de forma diametralmente oposta à produção em massa do fordismo, o consumo é o determinante do que será produzido, acolhendo as demandas individualizadas do mercado. Para tanto, o processo produtivo torna-se flexível, assim como a organização do trabalho, cuja exploração se intensifica, visando maximizar a produtividade. Estratégias comuns desse modelo são o emprego de pouca mão de obra, que trabalha por longos períodos, e a utilização massiva de tecnologia e de expedientes como a fragmentação do processo produtivo através da subcontratação ou terceirização (ANTUNES, 2006).

O mercado de trabalho é fracionado em mão de obra estável e periférica, e com base nesse duplo arranjo as discriminações sociais encontram fértil terreno para se perpetuarem. A mão de obra estável compõe um nú-

cleo restrito, mais bem qualificado e remunerado, centrado nas chamadas empresas-mãe onde as atividades são exercidas em tempo integral, com estabilidade no emprego e possibilidades de promoção na carreira. Em contrapartida, exige-se que essa mão de obra seja largamente adaptável, flexível às mudanças contínuas do mercado e geograficamente móvel, sendo este um paradoxo do atual cenário que coloca o trabalhador ainda mais em risco, pois a mobilização é um fator de aumento de transmissão do vírus, bem como a transmissão por contato e superfícies (WATTERSON, 2020; FIOCRUZ, 2020).

Por sua vez, a mão de obra periférica abrange a maior parte da classe trabalhadora, pouco qualificada, instável, de baixo custo, que orbita nas chamadas empresas fornecedoras, onde o emprego é casual, temporário ou em tempo parcial, subcontratado ou contratado por tempo determinado, desfrutando de pouca ou nenhuma segurança quanto aos empregos. A tendência do modelo toyotista aponta para o encolhimento do núcleo de trabalho estável, simultaneamente ao crescimento significativo da mão de obra periférica (HARVEY, 2012).

Pode-se verificar no mercado trabalho uma contradição e conflito de classes, marcado por uma pequena parcela de trabalhadores com garantias contratuais, salários adequados, bons planos de carreira e benefícios. Na outra parcela, majoritária, subempregados, de profissões desqualificadas, remuneradas inadequadamente e desprestigiadas (CATTANI, 1996). Na atualidade, as formas tradicionais do trabalho passam por um processo de ruptura, marcado pela precarização do trabalho, aumento do desemprego, sendo essas figuras centrais do capitalismo contemporâneo (CASTEL, 1999).

As formas de trabalho temporárias ou terceirizadas passam a ser largamente adotadas pelo mercado, o qual exige, nas relações laborais, dinamismo, flexibilidade e polivalência. Essas exigências, contudo, não são compatíveis com os direitos e garantias dos trabalhadores, ou mesmo com os direitos sociais conquistados e protegidos em âmbito constitucional. A terceirização do trabalho pode ser caracterizada como processo de admi-

nistração a partir da qual a empresa ou instituição transfere suas atividades a terceiros, visando ao enxugamento de quadros e aumento de competitividade. Sob a ótica empresarial, trata-se de técnica gerencial importante ante a necessidade de racionalização de recursos, redução de gastos e aumento de resultados (HERINGER *et al.*, 2012).

Entretanto, é importante salientar que a lógica da maximização dos ganhos é a lógica de prevahecimento do capital sobre a força humana de trabalho, de sobrecarga dos trabalhadores e trabalhadoras, de adoecimentos físicos e psíquicos em razão do labor, de assédios e submissões pelo medo do desemprego, de retorno ao século XIX e ao desvalor absoluto da vida operária. Não obstante, o momento atual requer que os trabalhadores tenham acesso a suporte psicossocial. Contudo, diante do atual quadro de precarização, este suporte não é acessível, inclusive em função das características do modelo neoliberal, contribuindo para redução da saúde mental (MANSOUR *et al.*, 2020). Cabe, então, questionar: das formas como tem ocorrido, e na forma ampla, como aprovada, a terceirização não configura antes uma ferramenta de precarização do trabalho do que de administração?

Tendo em perspectiva que as relações laborais e os processos de precariedade e precarização são de grande complexidade, salienta-se que, desde a década de 1990, com impulso nos mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, a contratação de trabalhadores terceirizados tem crescido rapidamente, tanto no setor privado quanto no setor público - via Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a contratação de outra empresa não é considerada despesa com pessoal (KREIN, 2007). Generalizam-se contratos de trabalho simplificados, temporários, de rotatividade elevada, remuneração baixa e contida e longas jornadas, embora os níveis de escolaridade e capacitação dos trabalhadores (ocupados e desempregados) não deixem de aumentar. O terceirizado é tipicamente um trabalhador que estuda e se qualifica cada vez mais, para passar por períodos de desemprego cada vez mais frequentes, e períodos de emprego cada vez mais mal remunerados e mais extenuantes (POCHMANN, 2014).

Igualmente, importa ressaltar que as políticas neoliberais implementadas pelos governos da América Latina nos anos 1980 e 1990, no contexto de crise econômica, política e social, impactam em aumento da pobreza e da violência, significativa piora de todos os índices sociais e, mais grave, causam obstáculos ao aprendizado democrático, visto que essa também foi a época de transição de governos autoritários ditatoriais para governos democráticos.

As primeiras décadas do século XXI são marcadas pela adoção de uma agenda radicalmente neoliberal que, contrariando as promessas de impulso ao crescimento econômico e à geração de trabalho e renda, têm amplificado quadros de recessão, desemprego e pobreza. A aposta dessa agenda em políticas de austeridade, especialmente desde 2015, imbrica-se às múltiplas insatisfações de diferentes setores da sociedade, especialmente da classe média, com ações afirmativas, programas de distribuição de renda e outras políticas de cunho social, em manifesto desejo de retorno a uma ordem moral tradicional.

Nesse sentido, o roteiro neoliberal pode significar tanto uma construção doutrinária quanto uma lógica normativa que exacerba a competição e a acumulação (ANDRADE; OTA, 2015). A partir de então, alterações legislativas promoveram redução do escopo de atuação do Estado, que passa a figurar como salvaguarda do mercado concorrencial, ao invés de agente compensador e redutor de desigualdades, conforme determina a Constituição Federal de 1988. Em 2017, a Lei n.º 13.429 autorizou a terceirização ampla e ampliou as possibilidades de contratação temporária. Em seguida, a Lei n.º 13.467/2017 alterou 201 dispositivos da lei trabalhista, desarticulando regulamentação do trabalho, aprofundando a vulnerabilização dos trabalhadores, num cenário em que outras reformas, já implementadas ou ainda em curso, promovem a redução dos gastos públicos e o desmonte da proteção social. Em meio à pandemia de Covid-19, essa agenda acarreta consequências perversas para os trabalhadores, mormente para os mais pobres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de crises, tanto econômicas quanto políticas, transformações e tensões sociais afetam indivíduos e sociedade como um todo. No cenário atual, marcado pelo impacto pandêmico da Covid-19, observa-se o agravamento de forças políticas e econômicas que subsidiam a expansão da precarização do trabalho, resultando prejuízos e infortúnios às classes mais vulneráveis da população. Esta precarização encontra respaldo na diminuição dos direitos sociais e aumento das taxas de desemprego. O trabalhador então tem a difícil escolha entre sucumbir de fome ou iniciar o processo de adoecimento, físico e mental nas intensas jornadas deste novo modelo de “trabalho”.

As políticas de reestruturação impõem mudanças de mentalidade e orientação dos atores políticos e sociais, sejam eles integrantes do Estado ou da sociedade civil. Além disso, necessitam da consolidação de instituições e processos de gestão do Estado que contemplem a abertura democrática e a lógica da ação coletiva (KRISCHKE, 2003). Portanto, outro aspecto necessário para a retomada de programas de segurança e segurança social perpassa a organização social e política. No caso brasileiro, em um governo ultraliberal de extrema-direita, os espaços coletivos não estão conseguindo se constituir, especialmente levando em conta as regras de distanciamento social da pandemia que inviabilizam, via de regra, movimentos de rua com maior expressividade.

No atual momento histórico, a humanidade está diante do desafio de restabelecer o curso do desenvolvimento, configurando um novo modelo político no qual o Estado se responsabilize por iniciativas de diminuição das desigualdades e melhoria da qualidade de vida. Embora a noção de cidadania precise ser construída pela participação em atividades políticas ou mesmo pela preocupação com temas políticos ou problemas coletivos (CARVALHO, 2004; PORCILE MEIRELLES, 1996). Assim, há uma demanda de representação cidadã em aberto para retomar e expandir os extintos direitos sociais, movimento este que pode ser facilitado em tempos de crise.

É lugar-comum a associação falaciosa entre crescimento econômico e desenvolvimento no cenário contemporâneo. Não por acaso, mas alimentada pelo interesse do mercado na lógica neoliberal. Crê-se à larga que o crescimento de uma parte dos bens e serviços produzidos significaria desenvolvimento para a sociedade. Uma análise menos centrada nos indicadores exclusivamente econômicos dá conta de demonstrar as incongruências dessa associação reducionista que não considera, por exemplo, fatores como o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho (HENDERSON, 2003).

Assim, critica-se a capacidade de a “mão invisível do mercado” promover equidade em sociedades onde uma ou várias variáveis do desenvolvimento são objeto de concentração nas mãos de grupos sociais específicos, que se encastelam em função de atributos sobre os quais os indivíduos têm pouco ou nenhum controle, como o sexo ou a raça/etnia. A competitividade, nesse cenário, é sempre injusta e imparcial. A ênfase na competitividade sistêmica induz à falsa ideia de que um mercado competitivo deve se estabelecer numa sociedade competitiva quando, na verdade, é questionável se a dinâmica mercantil competitiva produz os melhores resultados. Especialmente em momentos de crise, movimentos cooperativos, o desenvolvimento comunitário pela via do capital social, a economia solidária e outras experiências mostram que há alternativas à maximização dos lucros (WOOLCOCK, 1998).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D.; OTA, N. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2015.

ANDRADE, R. Expectativas, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes. *Revista de Economia Política*, Campinas, UNICAMP, v. 7, n. 2, abr./jun. 1987.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 83, p. 19-34, 2008.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BECK, U. *The risk society: Toward a new modernity*. London: Sage, 1992.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATTANI, AD. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

COUTINHO, LG. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FAJNZYLBBER, F. Industrialização da América Latina: da caixa-preta ao conjunto vazio. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. II. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FAJNZYLBBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México, DF: Nueva Imagen, 1988.

FIOCRUZ. *Painel Brasil*. Dados consolidados para as Unidades Federativas considerando os boletins epidemiológicos mais recentes. Atualizado em 14/07/2020 20:18:34. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: AGAMBEN, G. (Org.). *Sopa de Wuhan*. E-book: ASPO, 2020.

HENDERSON, H. *Além da globalização: modelando uma economia global sustentável*. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2003.

HERINGER, BHF; RAMOS, CS.; SANTIAGO, MR. A díade vantagem e desvantagem: estudo de caso de terceirização da área de recursos humanos. *Revista de Administração da UNIFATEA*, América do Norte, v. 431, n. 3, 2012.

KALLEBERG, A. L. Precarious work, insecure workers: Employment relations in transition. *American Sociological Review*, v. 74, 2009.

KREIN, J. *As formas de contratação flexível no Brasil*. Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil. 1990-2005. Campinas: Unicamp, 2007.

KRISCHKE, P. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MANSOUR, H. A.; AL SHIBI, A.N.; KHALIFEH, A.H.; HAMDAN MANSOUR, L.A. Health-care workers' knowledge and management skills of psychosocial and mental health needs and priorities of individuals with COVID-19, *Mental Health and Social Inclusion*, v. ahead-of-print No. ahead-of-print, 2020.

POCHMANN, M. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. *Rev. TST*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014.

PORCILE MEIRELLES, J. Estado e desenvolvimento na América Latina. In: VENTURA, D. (org.). *América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003a.

SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 2003b.

SANTOS, B. S. *Toward a new common sense law, science and politics in the paradigmatic transition*. Cambridge University Press, 2002. WATTERSON, A. COVID-19 in the UK and occupational health and safety: predictable not inevitable failures by government, and trade union and nongovernmental organization responses, *New Solutions: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy*, p. 1-9, 2020.

WHO, World Health Organization- *a Coordinated Global Research Roadmap*: 2019 Novel Coronavirus, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/who-documents-detail/a-coordinated-global-research-roadmap>. Acesso em: 15 jul. 2020.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: towards a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society - renewal and critique in social theory*, v. 27, n. 2. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1998, p. 151-208.

WOOLCOCK, M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. *In: The contribution of human and social capital to sustained economic growth and well-being*. International symposium report. Quebec: HRDC/OECD, 2001.

LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE: INCOERÊNCIAS E AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Paulo Roberto Masella Lopes¹

1. INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pela Covid-19 colocou em evidência as fragilidades dos dizeres da ilustração: liberdade, igualdade e fraternidade. Antes correlacionados e interdependentes, a precariedade e até mesmo a contrariedade entre esses conceitos ficaram novamente explícitas pelo uso político que foi feito do discurso epidemiológico que se pretendia ingenuamente neutro, porque científico². Com o intuito de analisar as implicações éticas e políticas dessas circunstâncias extremas postas pelas decisões de distanciamento social, analisa-se aqui a hipótese de que os pressupostos do Iluminismo, que marcaram a Revolução Francesa ao ponto de animar ou mesmo integrar constituições republicanas, permanecem ainda no século XXI como um ideal que não se constitui em fundamento efetivo de coesão social.

Nota-se, portanto, um hiato: enquanto o capitalismo consolidou-se como modo de produção hegemônico em escala global, observa-se que o

¹ Desenvolve pós-doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC-SP); Doutor e mestre em Ciências da Comunicação (USP); graduado em Filosofia (USP); licenciatura (USP). professor de Filosofia do IFPR - Campus Palmas. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0001-6866-9577>. E-mail: paulo.lopes@ifpr.edu.br

² De acordo com Foucault, todo discurso opera no sentido de impor um valor de verdade aos que ouvem, sendo um vetor essencial na produção de poderes. Para Foucault (2004, p. 12; 1996, p. 10) “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, ou ainda, o discurso é aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Neste sentido, o discurso epidemiológico, que preconiza medidas de confinamento que implicam decisões políticas, não poderia ser considerado neutro por supostamente falar em nome da ciência assumindo um caráter hegemônico.

sistema político e moral que permitiu sua legitimação filosófica pela garantia de direitos naturais, da democracia e do secularismo, ainda hesita. Enquanto a liberdade individual parece ser o valor mais bem assimilado pela sociedade capitalista, a igualdade e, sobretudo, a fraternidade, parecem ter sido não apenas relegadas a um segundo plano como consideradas mesmo contrárias ao conceito iluminista de liberdade.

A decisão de vários governos em seguir as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir da decisão radical de confinamento adotada pela China na província de Wuhan – onde teve início a pandemia – cerceou as liberdades individuais de inúmeras populações para evitar o contágio e o colapso dos sistemas de saúde com o pretexto de salvar vidas ainda que ao preço de comprometer suas economias.

Trata-se, portanto, de um fato inaudito que o discurso epidemiológico tenha assumido um protagonismo inusitado em todo o mundo, arrogando-se não apenas um valor de verdade, mas o direito de centralizar e organizar as ações sociais, contrariando os interesses da economia que historicamente dirigem o modo de produção capitalista e a vida social. No entanto, nosso objetivo aqui é antes entender como conceitos como de liberdade e igualdade passaram a ocupar uma centralidade na realidade social brasileira a partir das medidas de confinamento. Para tanto, como referência teórica, buscaremos estruturar os argumentos em torno dos filósofos da tradição política moderna que fundamentaram os conceitos de liberdade e igualdade, como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, além da filosofia moral de Immanuel Kant.

O cotejamento desse pensamento que culminou no Iluminismo com a realidade gerada pela Covid-19 constitui-se em objeto de nossa análise em que procuraremos entrever as ambivalências e as incoerências políticas que foram produzidas em tempos de pandemia pela gestão dos governos. Por fim, conclui-se que o ideal da ilustração permanece demasiadamente distante, sobretudo no Brasil, em que, não sem motivo, costuma-se dizer que sequer tenha atingido a idade moderna – momento em que a razão, a ciência e a laicidade passam a afastar o fundamentalismo religioso não ape-

nas da política e da moral, mas também das culturas ocidentais de um modo mais amplo.

2. LIBERDADE OU LIBERALISMO?

Detenhamo-nos na compreensão da liberdade desde sua concepção moderna. Neste caso, tanto em Hobbes como em Locke, trata-se de combater o regime absolutista monárquico associado a uma origem divina. Não por acaso, Locke (1973a, p. 16) escreve em sua carta sobre a tolerância que os “limites da Igreja” não podem “abarcar assuntos civis”. Como se pode confirmar também em seus tratados sobre o governo, o tema da liberdade encontra-se intrinsecamente ligado ao secularismo e a um sistema de direitos naturais que vão permitir a convergência de um modelo liberal tanto na economia como na política. O tema da liberdade avança quando Locke, no esteio da proposição hobbesiana, distingue um estado de natureza de um estado civil. Porém, diversamente de Hobbes, para quem ao estado natural corresponde um estado de guerra, Locke (1973b, p. 47) abre uma importante distinção na medida em que considera a natureza como “um estado de paz, boa-vontade, assistência mútua e preservação”, e o de guerra como “um estado de inimizade, malícia, violência e destruição mútua” que se impõe pelo “desígnio declarado de força” que pode ocorrer mesmo em sociedade.

De fato, Locke (1973b) considera a existência do juiz, da interpretação e aplicação da lei por um terceiro supostamente imparcial, a motivação pelo estado civil, não supondo como Hobbes (1974) que o estado de “guerra de todos contra todos” seria suprimido com a vida em sociedade pela mera presença de um soberano absolutista que pudesse garantir segurança e paz pelo uso da força. Por outro lado, ambos concordam que a razão deve afastar a necessidade de imiscuir o estado eclesiástico com o poder político, embora mantenham, por receio ou convicção, os direitos naturais a uma filiação divina.

Portanto, em Locke, o objetivo do pacto social é assegurar os direitos já naturais: preservar a vida, a liberdade e a propriedade, e reprimir a violação desses direitos, o que seria possível por um modelo político que, depois, Montesquieu (1973) haveria de consagrá-lo na proposição de um governo com a separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Por ora, vale frisar que a concepção de liberdade proposta por Locke depende da igualdade já que se trata de um direito natural e, portanto, universal. Ainda que em caráter especulativo, a universalidade dos direitos impunha-se em um momento em que os direitos estavam limitados a uma aristocracia e legitimados pelo poder divino. Contrariar tal sistema de privilégios seria possível pela força da razão e, basicamente, pela defesa de um direito à autopreservação, ou seja, de não ser escravizado por outrem. Nas palavras de Locke (1973b, p. 42): “qualquer pessoa [...] está na obrigação de preservar-se [...]”, mas também, “[...] tanto quanto puder, o resto da Humanidade [...]”.

A partir de Locke (1973b), sendo o corpo também uma propriedade a ser garantida pelo Estado, é amplamente justificável que, diante da pandemia, os governos tenham-na restringido diante do risco à vida que a circulação irrestrita de pessoas poderia causar. Assim, caber-nos-ia perguntar: o que teria motivado os protestos contra a quarentena em países como os EUA e o Brasil? Teria sido o direito de se expressar ou mesmo de ir e vir, ou o direito de os CNPJs sobreviverem e da economia – leia-se PIB – não colapsar? Embora os trabalhadores informais tenham sido os mais prejudicados com as políticas de confinamento, certamente não foram eles os protagonistas dos protestos, mas provavelmente resultado de convocações organizadas por empresários e grupos de extrema direita³.

³ Durante a redação deste artigo em junho de 2020, a CPMI das *Fake News*, que já tramitava no Congresso desde setembro de 2019, ganhou fôlego a partir das ações de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) no âmbito do inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que apurava produção de notícias falsas e ameaças à Corte. A suspeita é que se trataria de uma “organização criminosa” que envolveria blogueiros e ativistas de extrema direita que teriam ligações com o chamado “núcleo ideológico” do governo federal e seria bancada por empresários. A relevância desse inquérito está no fato de que tais grupos se, por um lado, clamariam pela “liberdade”, por outro lado, atacariam as instituições do Congresso e do Judiciário, além de defenderem intervenção militar e a volta da ditadura, demonstrando absoluta incoerência em seus argumentos.

Quando durante uma reunião ministerial no dia 22 de abril, que deveria tratar da crise sanitária e econômica provocada pela pandemia, o presidente Bolsonaro colocou que a população deveria ser armada para enfrentar as medidas de confinamento impostas por governadores e prefeitos⁴, de fato, não é apenas o liberalismo que é defendido, mas a implosão do próprio signo da liberdade na medida em que paira como mero significante, esvaziado de seu significado. Afinal, se o direito à autopreservação é universal, inclui toda a humanidade.

Em pleno surto da pandemia no país, a defesa de armar a população em resposta aos decretos municipais e governamentais de fechamento do comércio e dos serviços denota um entendimento enviesado do conceito de liberdade na medida em que evoca justamente um “estado de guerra de todos contra todos” em que não existe um estado de direito e implica um retorno a um estado de natureza nos termos em que Hobbes (1974) o concebe e busca superar na proposição do estado civil.

Entende-se que as medidas de confinamento impliquem severas restrições à economia, no entanto, confundir o direito à liberdade a simples ausência de uma coerção externa apenas nos conduz a um estado de insegurança e distante da paz que, para Locke (1973b, p. 42), constitui-se também em direito natural “para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade [...]”. Mesmo um defensor do absolutismo como Hobbes (1974, p. 83) entende a necessidade de se restringir a liberdade absoluta com o propósito da busca da paz e de um contrato de vida em sociedade “porque enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra”.

⁴ Como parte do inquérito aberto pelo STF para apurar as denúncias de interferência do presidente Bolsonaro na PF, o ministro do STF, Celso de Mello, retirou o sigilo da reunião ministerial que, supostamente, deveria tratar da crise aberta pela pandemia. Em trechos de sua fala, o presidente Bolsonaro afirma: “[...] É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado [...]”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/leia-integra-da-transcricao-do-video-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril-entre-bolsonaro-e-ministros.ghtml>.

Ora, a necessidade do Estado coloca-se justamente por essa margem de indisposição de muitos em acatar o direito à liberdade do outro. No caso da pandemia, se, por um lado, uns julgam-se no direito de não cumprir a quarentena, outros podem alegar que essa liberdade os coloca em situação de ameaça à vida na medida em que podem ser agentes transmissores de um vírus que apresenta moderado grau de transmissão e alguma letalidade. Em última instância, caberia ao Estado, compreendido como os três poderes, a decisão sobre o procedimento correto a adotar, assumindo os riscos pelas eventuais mortes em quaisquer dos casos, mas não proclamar a desobediência civil como o fez o presidente, ainda que em uma reunião privada. Embora constantemente lembrado pelos negacionistas da pandemia, o conceito de liberdade foi instrumentalizado antes no sentido de uma defesa incondicional do *laissez-faire* do que propriamente em sua concepção política original que o faz depender da condição de igualdade.

Assim, na reunião ministerial, o presidente e seu núcleo mais ideológico reclamam indignados pelas eventuais prisões arbitrárias de cidadãos que teriam infringido os decretos de confinamento, no entanto, desconsideram as habituais violências policiais dirigidas aos moradores de comunidades de baixa renda. Defendem a liberdade, mas desdenham dos direitos humanos, atacam a imprensa, e são extremamente conservadores quanto aos costumes – o que, a princípio, não condiz com a própria lógica do capitalismo que se assenta melhor no liberalismo moral. Enfim, estamos então falando de liberdade ou liberalismo econômico?

De fato, há certa razão em se criticar a hegemonia do discurso epidemiológico que cerceia a liberdade e abre espaço para que regimes com tendências autoritárias perpetuem medidas restritivas e acelerem o uso de dispositivos de vigilância digital, no entanto, em absoluto esse parece ser o mote das manifestações dos militantes de extrema direita. No Brasil, durante, ou mesmo antes da pandemia, tais militantes já portavam faixas pedindo a volta do AI-5, ou seja, de um ato institucional que justamente suprime as liberdades no período da ditadura militar. Antes das eleições de 2018, grupos de direita já recriminavam os professores de suposta “ideolo-

gia de esquerda” através do programa “Escola sem partido”, assim como pediam a censura a exposições artísticas e combatiam a “ideologia de gênero”. Portanto, não passam de falácias os argumentos desses grupos que protestam pelo cerceamento das liberdades nas políticas de confinamento.

Por outro lado, é fato que, no Brasil, diversamente da Europa, o uso político do discurso epidemiológico foi abusivo. Se o atual presidente brasileiro o combateu para salvar a economia, parte da mídia e adversários políticos – de ocasião ou não – contavam os mortos para mostrar a absoluta falta de sensibilidade de Bolsonaro e parecerem preocupados com as vítimas. Trata-se de uma estratégia arriscada, pois as medidas de confinamento estiveram a cargo dos governos estaduais e municipais, além de não seguirem nenhum protocolo rígido como em países europeus e mesmo sul-americanos como Argentina e Uruguai, de modo que a eficácia dessas ações venha ainda a ser objeto de disputa política posterior. Os que eram contra o confinamento dirão que as medidas não atingiram seus objetivos, os que eram a favor dirão que evitaram um número muito maior de mortes.

A apropriação política das ações de confinamento, principalmente em países com fortes tensões provocadas pelos chamados “discursos de ódio” da extrema direita como os EUA e o Brasil, tem exposto as ambivalências do jogo político e inclusive a fragilidade dos conceitos de esquerda e direita. Os atuais governadores dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que durante as últimas eleições buscaram se aproveitar da crescente popularidade do então candidato à presidência, passaram a lhe fazer clara oposição, endossando o discurso epidemiológico.

Em uma visão global, ao lado de Bolsonaro, alguns poucos presidentes mantiveram uma posição claramente negacionista como os líderes de regimes ditatoriais da Nicarágua, Turquemenistão e Bielorrússia. Em outro extremo, o presidente da Hungria centralizou os poderes na sua pessoa para conter a pandemia, e o das Filipinas ameaçou de morte quem desrespeitasse a quarentena. Em quaisquer dos casos, nem o pêndulo direita-esquerda, nem o caráter mais autoritário ou democrático dos governos contribuiu

para entender a adoção das políticas de gestão da pandemia, expondo suas ambivalências.

Tais ambivalências prosseguem quando analisamos o senso comum que tende associar a necessidade de um estado forte às políticas que se opõem ao liberalismo econômico, porque, ao fim e ao cabo, o Estado surgiu por uma reivindicação burguesa. Embora haja brechas para defender a liberdade e a igualdade como dignificantes do ser humano – sobretudo em Locke –, observa-se antes uma instrumentalização desses conceitos com a finalidade de patrocinar a construção dos Estados nacionais que pudessem se contrapor ao Antigo Regime.

Assim, talvez não seja de se estranhar que, hoje, as políticas econômicas neoliberais clamem pela redução do Estado, afinal o único direito que parece ter se consolidado desde o Iluminismo foi o de propriedade. No entanto, mesmo o pai do liberalismo econômico, Adam Smith (1996), já detectava contradições de classe que deveriam ser superadas pela presença do Estado através da promoção da justiça, de modo que não se possa sequer atribuir ao liberalismo, em sua concepção inicial, uma incompatibilidade entre liberdade e igualdade como hoje notamos.

3. ILUMINISMO

Sabemos por Rousseau (1973a) que, apesar de nascerem livres, os homens encontram-se por toda parte escravizados. Para ele, o contrato social foi antes uma imposição que serviu aos interesses de defesa dos direitos de propriedade. De Rousseau (1973a, p. 43) importa sobretudo dizer que a liberdade (moral) é antes “obediência à lei que se estatuiu a si mesma”, o que implica supor uma coincidência entre um foro interno e externo, entre a consciência e a lei, estando antes condicionada a uma vontade racional que se consolida numa “vontade geral”. Esta, por sua vez, não se confunde com a somatória de vontades individuais, mas se trata de “um corpo moral e coletivo” que se impõe a todos no sentido de obrigar-lhes a serem livres e tenderem à igualdade.

Na medida em que a “vontade geral” não compreende uma maioria nem mesmo um consenso, a liberdade e a igualdade surgem antes como horizontes que se buscam através do esclarecimento e da educação, sendo, portanto, um processo de formação pedagógica. Assim, não é outra coisa o Iluminismo que essa tentativa de ultrapassar a “alienação da consciência” através da razão como meio de alcançar uma sociedade livre e igualitária, ideais, contudo, que não se desprendem de uma formação moral.

Semelhante concepção da liberdade encontramos em Kant (2013), para quem o cumprimento estrito da moral não se trata de uma imposição externa, mas de uma adesão a priori da consciência ao dever agir em conformidade com a lei que, contudo, apenas expressa a coerência com uma forma universal tal como se encontra na natureza. Ser livre, portanto, é uma obrigação moral a que nos impomos para justamente não sermos tutelados. Em última instância, se somos livres, somos suficientemente morais ao ponto de dispensarmos a necessidade de coerção da lei. Deste modo, diante de uma pandemia que nos expõe igualmente a uma ameaça comum, o pressuposto de Kant é que nosso dever é agir de forma que pudéssemos prescindir da coerção da lei. Livre seríamos se soubéssemos que o distanciamento social e o uso de máscaras impõem-se como lei interna, dispensando um conjunto de protocolos que variam ao sabor dos discursos e interesses políticos.

A pandemia tornou visíveis as incongruências do projeto iluminista com as diversas realidades políticas e morais de cada cultura. Embora se possam discutir os motivos de tanta comoção por causa da preservação de certas vidas em detrimento de tantas outras que se perdem pela miséria e guerras sem praticamente nenhuma repercussão, o fato é que a reação às restrições à liberdade foi tanto diversa como ambivalente segundo cada país. Seria, portanto, demasiadamente imprudente arriscar-se em análises que cotejam o Brasil com países como Suécia, Portugal, Argentina ou Uruguai, sem os devidos cuidados metodológicos.

Esses distintos modos políticos de encarar a pandemia fazem-nos perceber – e rever – os conceitos de liberdade e igualdade em um registro

mais ambivalente daquele que herdamos da perspectiva europeia desde a idade moderna e da ilustração. A partir de um paradigma que se acomodou ao senso comum, acostumamo-nos a entender que os regimes de esquerda privilegiam a igualdade enquanto os liberais enaltecem o valor da liberdade.

De fato, como nos mostra Quartim de Moraes (1997, p. 162-163), se no bojo das diversas assembleias e convenções que se sucederam após a queda da Bastilha, a Declaração dos Direitos de 1789 e 1791 enfatizavam a liberdade, a de 1793, em que os jacobinos se destacavam, privilegiava a igualdade. Ainda que Robespierre já admitisse “a igualdade de bens uma quimera”, “[...] recusava-se a incluir a *propriedade* entre os direitos *invioláveis e sagrados* do homem e do Cidadão. Em vez disso, neles incluía o *direito ao trabalho e à assistência*”, justificando que a sociedade teria obrigação de prover a subsistência de todos os seus membros, seja pelo trabalho, seja por algum meio de auxílio àqueles que não pudessem trabalhar, condenando uma desigualdade social.

Trata-se de uma reivindicação justa. Afinal, se o próprio Locke admite que o direito de propriedade provenha do trabalho, o direito primeiro deveria ser o trabalho. Se este primado tivesse sido admitido, os ideais iluministas estariam bem mais resolvidos, pois seriam menores as desigualdades sociais e as injustiças provenientes das políticas de confinamento, que prejudicaram basicamente os trabalhadores desprovidos de capital, evitando a imoralidade da quarentena em países com péssima distribuição de renda como o Brasil.

Dito isto, poder-se-ia dizer que o valor da liberdade se tornou, se não incongruente com seus propósitos iluministas iniciais, ambivalente ao servir tanto à crítica do totalitarismo como a grupos com tendências autoritárias. Ambivalência que decorre em larga medida por se confundir a liberdade com liberalismo, ou mais exatamente por reduzi-la ao direito à propriedade na medida em que desconsidera a igualdade que deveria lhe fazer par. Por outro lado, ainda que a liberdade e a igualdade sejam centrais nas concepções políticas ao menos desde Hobbes, a fraternidade pode ser

considerada como o valor moral por excelência da ilustração na medida em que contém um traço afetivo e cordial não contido nos demais valores, além de superar o valor cristão da solidariedade por não conter um traço assistencialista, mas racional: a fraternidade sugere a suspensão da figura do pai.

À soberania, que corresponderia à “vontade geral”, infere-se uma fraternidade em que os homens prescindiriam de representante, porque se fazem presentes enquanto um corpo moral. Assim, quando Rousseau (1973a, p. 39) se refere ao pacto social, diz que: “cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo”.

Em tempos extremamente conservadores como o nosso em que, no Brasil, inclusive assume aspectos fundamentalistas com desdém ao pensamento científico e acadêmico, não é de se estranhar que valores éticos e políticos como o da fraternidade tenham sido esquecidos e, pelo contrário, a ideia patriarcal de Deus seja evocada e o neoliberalismo, travestido em liberdade, assuma protagonismo inclusive em certos meios intelectuais. De fato, temos apenas um simulacro da liberdade, porquanto defendê-la quando se adota políticas de confinamento que visam tratar como iguais os cidadãos é revelador de uma miopia moral. Embora ainda não se disponha de dados estatísticos confiáveis, parece certo que serão as pessoas com menor poder aquisitivo as mais prejudicadas por não terem como cumprir adequadamente as medidas de confinamento social, além de contarem com menor acesso ao sistema de saúde, ainda que público e universal.

Por outro lado, como podemos bradar pela liberdade quando já abrimos mão voluntariamente dela ao aderirmos incondicional e alegremente às redes sociais e aos sistemas de controle de uma vida regrada por algoritmos? Se temermos, com razão, ao modelo de vigilância dos “créditos sociais” chineses, então deveríamos igualmente não ser tão condescendentes com a diluição da vida privada no espaço público das redes sociais.

De igual maneira, deveríamos estar indignados com a expansão do neoliberalismo que aprofunda as desigualdades sociais e reduz o valor da

liberdade ao consumo de bens materiais – e espirituais – e à possibilidade ilimitada de expressar opiniões que têm sistematicamente levantado injúrias, disseminado o ódio e ultrapassado os limites constitucionais. Tal liberdade é apenas um fantasma, uma simulação feita de escolhas predeterminadas; um estado de menoridade, de escravidão voluntária.

Obviamente, podemos considerar que é exagerada a comoção midiática que se formou na Europa em torno das mortes provocadas pela Covid-19, quando se sabe que um número expressivo de mortes ocorre no mundo devido a guerras e doenças, inclusive curáveis como a malária que, segundo a OMS (WHO, 2019, p. 10), tem sido acima de 400 mil pessoas desde 2010. Então, por que não há uma consternação generalizada? Talvez, porque 94% dessas mortes em 2018 tenham ocorrido na África e nenhuma na Europa? Evidentemente, esses dados podem servir de munição àqueles que censuram as ações de confinamento, mas a questão é outra: quais dos preceitos do Iluminismo estão contidos nestas estatísticas?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início do prefácio de seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Rousseau (1973b, p. 233) pergunta-se: “como conhecer a fonte da desigualdade entre os homens, se não se começar a conhecer a eles mesmos?”. Nessa análise do ser humano, Rousseau (1973b, p. 249) descobre que aquilo que o difere dos demais animais é menos sua capacidade de “entendimento”, sua razão, mas sua “qualidade de agente livre”. Descobre que a vontade é mais relevante que a razão, porque não se reduz a nenhum mecanismo determinante, mas plástico e imprevisível. Por outro lado, a lógica do liberalismo é a competição – e não a competência –, que apenas reforça – e não corrige – as desigualdades, desprezando a fraternidade que deveria acompanhar a condição de igualdade. E não é por outro motivo que a educação desempenha uma função acima de tudo ética e política de formação do ser, antes de fomentar os aspectos meramente utilitaristas do conhecimento. O Iluminismo, portanto, não significa apenas afas-

tar as superstições decorrentes da ignorância pelo uso da razão, mas formar um ser empenhado política e moralmente com seus concidadãos.

No sentimento de piedade, de comiseração, Rousseau (1973b, p. 260) recupera o sentido perdido de justiça quando diz: “[...] ela [a piedade], no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer à sua doce voz”. Talvez seja justamente nesse sentimento fraternal que resida o amálgama natural da liberdade e da igualdade. Assim, quando Rousseau (1973b, p. 265) cita a célebre passagem em que lamenta não ter havido resistência quando alguém pela primeira vez cercou um terreno, estabelecendo à força a propriedade, podemos melhor entender que ficou suprimida a fraternidade que deveria nos unir em nome de um bem comum. Ao contrário, desde então, exasperam o egoísmo e a indiferença:

Podem impunemente degolar um seu semelhante sob sua janela; ele só terá de levar as mãos às orelhas e ponderar um pouco consigo mesmo para impedir a natureza, que nele se revolta, de identificar-se com aquele que se assassina (ROUSSEAU, 1973b, p. 260).

A indiferença com relação à pandemia no Brasil pôde ser notada pela cobertura midiática que, assim como as decisões governamentais, foi atravessada pela crise institucional que se agravou no país diante da posição negacionista do presidente, fazendo um uso eminentemente político do discurso epidemiológico. Para que houvesse fraternidade, teria sido necessário um deslocamento do campo dos direitos para o da moral. Kant seria uma chave nessa compreensão, inacessível para a cultura brasileira, avessa à disciplina e à racionalidade. Afinal, diversamente de Hobbes, para quem o outro é meu inimigo, um obstáculo à realização de meus desejos, o imperativo categórico kantiano encerra os valores da liberdade e da igualdade em um registro moral que supõe uma fraternidade.

No entanto, estamos longe dessa moral universal que supõe a fraternidade; ainda restritos ao voluntarismo, a atitudes isoladas de solidarieda-

de, mantendo os ideais do Iluminismo esquecidos. A questão é que a desigualdade social e a ausência de fraternidade, de um comprometimento moral, não apenas afetam nossa dignidade, mas também a economia que há de perpetuar crises caso seu modo de produção predatório insista em desconsiderar variáveis de desenvolvimento humano e ambientais.

Ao menos, desde um ponto de vista que ainda nos ilumina pelo uso da razão e da moral, que coloca como desígnio uma felicidade social a ser alcançada pela educação, seria uma tolice acreditar no totalitarismo político como garantia da paz. De fato, há um sentido comum de liberdade tanto em Rousseau como em Kant: a autodeterminação, a maioria, a resistência à escravidão moral. Nada disso está contemplado no atual estado de coisas em que o valor da propriedade se sobrepõe ao da própria vida, sobretudo no Brasil dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004. HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

KANT, I. *Metafísica dos costumes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LOCKE, J. *Carta acerca da tolerância*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973a. p. 6-36.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973b. p. 37-138.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

QUARTIM DE MORAES, J. Democracia e liberalismo: da ilustração à revolução francesa. *Revista de sociologia e política*, n. 9, p. 149-171, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39305/24124>. Acesso em: maio 2020. ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973b. p. 153 -206.

ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973a. p. 7-152

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). *World malaria report 2019*. Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-malaria-report-2019>. Acesso em: maio 2020.

O PLANO COMO APOSTA: COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RS

Agnes Nogueira Gossenheimer¹

Paulo Ricardo Zilio Abdala²

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 trouxe desafios inéditos no campo do planejamento público estatal. No contexto brasileiro, a falta de centralização de políticas de combate à pandemia em nível federal empurrou para estados e municípios a tarefa de organizar uma reação, evitando o colapso do sistema de saúde e um maior número de mortes. O estado de calamidade pública decretado por governantes de 25 unidades federativas brasileiras traz contornos dramáticos a um cenário complexo, desafiador e movedição, no qual o status social e sanitário da pandemia se modifica constantemente.

Tal fato é agravado pelas disputas em torno da suspensão ou manutenção das atividades econômicas e da restrição ou livre circulação de pessoas, a tão discutida suposta dicotomia entre saúde e economia.

Examinando a condução da gestão da crise no estado do Rio Grande do Sul (RS), elemento de análise deste ensaio, torna-se perceptível o esforço dos governantes para enfrentar a situação, desenhando políticas mais elaboradas na medida em que mais conhecimento sobre as variáveis do jo-

¹ Doutora em Ciências Farmacêuticas. Farmacêutica coordenadora do Cuidado Farmacêutico na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. H-4813-2016. E-mail: agnes-gossenheimer@saude.rs.gov.br

² Doutor em Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e da Graduação na Escola de Administração da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora. H-1977-8424. E-mail: paulo.abdala@ufrgs.br

go foi adquirido. As diversas idas e vindas nos decretos estaduais que decidiram sobre quais atividades poderiam ou não funcionar, expressam, de maneira exacerbada, a dificuldade de planejar em um contexto de incerteza e de disputas.

O planejamento do isolamento social, movimento necessário e amplamente utilizado mundialmente para combater a disseminação da doença, trata-se de uma aposta, um processo social que nega a racionalidade previsível do plano e do planejador, crença sustentada na suposta separação entre técnica e política. Ao interagir com fatores situacionais dinâmicos e com atores sociais possuidores de diferentes graus de influência política e interesse nas jogadas que movimentaram o tabuleiro do combate à pandemia no RS ao longo do tempo, os planejadores públicos buscaram a governabilidade possível, equilibrando-se entre um enorme rol de fatores não controláveis.

Não há, portanto, como compreender tal planejamento sem lançar mão de uma perspectiva que adote a política como parte essencial do Governo e da Administração Pública, e que admita a impossibilidade de existir um planejador normativo, capaz de controlar racionalmente o desenrolar dos fatos, como se fosse um semideus. A perspectiva da teoria social do chileno Carlos Matus, e sua visão do planejamento como um processo social, é capaz de explicar o desenrolar dos fatos aqui narrados com a perspicácia de quem compreendeu que o planejamento é, na melhor das hipóteses, uma aposta em um jogo semicontrolado, no qual: “os fundamentos das apostas de um governante são tanto mais sólidos quanto maior for o peso das variáveis que controla em relação ao das que não controla, e são mais débeis se as variáveis que controla forem poucas e de pouco peso” (MATUS, 1993, p. 23).

A visão de Matus sobre o planejamento é capaz de explicar grande parte dos processos administrativos de governos, especialmente em espaços de disputa e construção, ficando sua contribuição mais evidente ainda em um momento extremo como o enfrentado no combate à Covid-19, ilustrado aqui pelo exemplo do estado do RS.

O texto que segue inicia por uma breve apresentação sobre Carlos Matus e os elementos de sua teoria sobre planejamento. A segunda parte

traz uma análise sobre o desenvolvimento da política de combate à pandemia de Covid-19 no RS, trazendo como ilustrações das disputas em torno dos rumos do planejamento: a abertura da atividade econômica e a volta do futebol. Por fim, são realizadas breves reflexões sobre a vitalidade do pensamento de Carlos Matus, além de uma discussão sobre oportunidades futuras de pesquisa com base na temática em tela.

2. CARLOS MATUS E A TEORIA SOCIAL DO PLANEJAMENTO

Carlos Matus, chileno e ministro de Economia do Governo de Salvador Allende, é um dos mais conhecidos autores latino-americanos sobre planejamento social. Ganhou notoriedade acadêmica por desenvolver o Planejamento Estratégico Situacional (PES), uma metodologia de planejamento participativa e construída desde baixo, utilizada em diversos cantos da América Latina por organizações públicas e/ou populares. Já em 1969, em *Estrategia y Plan*, nos primórdios de sua construção intelectual, o autor já deixava claro que o conceito de estratégia de desenvolvimento deveria expressar uma síntese entre os planos econômico e político, compreendidos como inseparáveis (MATUS, 1969).

Matus parte de uma base teórica da ação social, chamada de Teoria do Jogo Social, ancorada na “produção social como um processo predominantemente político” (ZAMBRANO, 2008, p. 9). Há, portanto, na arena social, uma constante disputa e cooperação entre atores com o poder de influenciar o rumo dos acontecimentos em conjunto ou a partir de seus próprios movimentos, sempre condicionados uns pelos outros, não existindo determinação prévia possível para os fatos sociais.

Deriva desta fundamentação a Teoria do Jogo Social, base de sua perspectiva sobre planejamento. O plano, para Matus (1991, p. 29), sempre é um processo de combinação de cálculos e apostas, o que faz com que a planificação seja “a teoria de um jogo semicontrolado a serviço da prática racional da ação humana”. Tal jogo se caracteriza pelo fato de que todos os participantes são estrategistas criativos que cooperam e competem pe-

los recursos limitados que o jogo distribui em cada momento. Nesse caso, o suporte essencial para tomar uma decisão é o julgamento do apostador, que pode se refinar com a experiência e com o aprendizado na leitura de cenários. “Na vida real, governa-se e planifica-se num jogo semicontrolado, e isto altera todas as nossas bases de pensamento sobre a planificação” (MATUS, 1991, p. 30).

Um governante deve aprender a jogar o jogo social. Um estadista é aquele que tem domínio sobre o jogo semicontrolado, compreendendo sua dinâmica intelectual e artisticamente. O domínio intelectual depende de: (1) saber explicar a realidade do jogo; (2) saber delinear propostas de ação sob forte incerteza; (3) saber pensar estratégias para lidar com os outros jogadores e com as circunstâncias nas ações a serem tomadas rumo a um objetivo; e (4) saber fazer, no momento oportuno e com eficácia, a complementação ao plano por meio da improvisação.

A incerteza faz parte do jogo social, conforme as características já mencionadas. A governabilidade deve ser construída estrategicamente, considerando o conhecimento das variáveis políticas que interferem na realidade a partir dos atores que dinamizam o jogo. Todo plano é uma cadeia de apostas e, como tal, suscetível a erros que criam necessidades de adaptação, já que

nenhuma técnica de planificação é segura diante da incerteza do mundo real e, enfim, devemos nos apoiar em nossa capacidade para acompanhar a realidade e corrigir nossos planos. Por isso, muito mais importante que formular um plano é a capacidade contínua de planificação para refazer os cálculos a tempo e toda vez que as circunstâncias o mereçam (MATUS, 1991, p. 40).

Por fim, resta evidenciar que todo planejamento, mesmo governamental, enfrenta a resistência de outros atores que planejam e que se opõe à proposta em tela, perseguindo outros objetivos. Todo plano tem oponentes e aliados, sendo necessário levar em consideração os outros. Para que um objetivo seja alcançado é necessário negociar ou construir as condições sociais para que as relações conflitivas sejam resolvidas. Trata-se, em resumo,

em uma leitura estratégica que se desenrola em um momento tático-operacional (MATUS, 1984, p. 10).

3. O COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O primeiro caso confirmado de Covid-19 no RS foi em 29 de fevereiro de 2020. Depois de um mês, o Estado já tinha 308 casos, saltando para 2100 em dois meses, 11.416 em três meses e 26.941 em quatro meses, totalizando 614 óbitos até seis de julho de 2020.

A organização das ações relacionadas ao combate à Covid-19 iniciou de forma preventiva no estado antes mesmo do primeiro caso. Desde o princípio o foco em nível estadual esteve relacionado ao controle da velocidade de disseminação da doença, ganhando tempo para agir na ampliação da estrutura de atendimento aos casos graves. A seguir, é apresentado um quadro que demonstra as ações do Executivo estadual ao longo do tempo no combate à pandemia.

Quadro 1. Linha do tempo das ações de combate à pandemia

Data	Ação do Estado
28 de janeiro	Criação do Centro de Operações de Emergências (COE) e plano de contingência.
29 de fevereiro	Primeiro caso do estado.
02 de março	Primeiro comunicado sobre Covid-19. Informes sobre antecipação da vacina da gripe e repasses financeiros para leitos de alta complexidade.
12 de março	Assinado o decreto que contém orientações a respeito do novo coronavírus. Calamidade pública e suspensão de eventos.
16 de março	Suspensão das aulas das redes públicas e privadas.
19 de março	Banrisul anuncia primeiras medidas para reduzir prejuízos econômicos causados pelo novo coronavírus.

Data	Ação do Estado
21 de março	As praias, lagoas e rios do Rio Grande do Sul estão interditados a partir da publicação de novo decreto.
24 de março	Repasses da reunião com o presidente da República. Temas tratados indicam preocupações sanitárias e econômicas.
25 de março	Primeiro óbito. Reunião de urgência com governadores em relação à recomendação do presidente sobre flexibilização.
26 de março	Ampliação do mapeamento dos casos.
30 de março	Lançamento de pesquisa da UFPEL para monitorar a incidência da doença no estado.
01 de abril	Fechamento, em caráter excepcional e temporário, dos estabelecimentos comerciais situados no território gaúcho.
04 de abril	Estado inicia distribuição de cloroquina.
09 de abril	Início de um monitoramento amplo, universal e integrado da taxa de ocupação das UTIs do estado, dividido por região.
16 de abril	As novas regras do governo estabelecem que as prefeituras, com exceção dos municípios das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha, poderão autorizar a abertura do comércio, desde que baseadas “em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde”.
21 de abril	Governador realiza uma reunião para debater as diretrizes de um modelo de combate à pandemia que veio a ser chamado de distanciamento social controlado.
23 de abril	Encerra-se o prazo para que a sociedade envie sugestões e questionamentos ao modelo de distanciamento social controlado.
30 de abril	É lançado em operação o modelo de distanciamento social controlado, baseado em cores de bandeiras que indicam o que pode ou não funcionar de acordo com a taxa de ocupação das UTIs de uma determinada região.
06 de maio	Taxa de ocupação de leitos começa a ser monitorada em tempo real.
07 de maio	Em debate virtual, governador discute perspectivas para o turismo no RS e amplia testagem.
08 de maio	Inicia o uso de leitos privados pelo SUS.

Data	Ação do Estado
11 de maio	Em novo decreto, governo mantém suspensão de aulas em escolas e universidades em todo RS.
13 de maio	São divulgados os primeiros dados da pesquisa da UFPEL.
14 de maio	Shoppings autorizados a reabrir, mas com restrição em serviços de buffets e provadores de roupas. RS recebe R\$ 174 milhões da banca federal para custos com saúde.
15 de maio	Governo divulga primeira atualização do modelo de distanciamento controlado.
18 de maio	Governo cria comitê para acompanhar protocolos e bandeiras do distanciamento controlado.
19 de maio	Governo lança site que reúne informações sobre o novo coronavírus.
21 de maio	Leite e demais governadores pedem recursos do auxílio emergencial ainda em maio.
27 de maio	Anúncio de que aulas nas redes pública e privada seriam retomadas em modelo de ensino remoto a partir de 1º de junho.
01 de junho	Governança retoma os ciclos de acompanhamento dos projetos estratégicos da gestão. Governo distribui R\$ 8,34 milhões para projetos de inovação tecnológica e de enfrentamento à pandemia.
05 de junho	Estado é destaque em ranking de transparência de dados sobre a Covid-19.
08 de junho	Cinco regiões no estado têm sinal de alerta para piora nos indicadores que monitoram a pandemia de Covid-19.
16 de junho	Governo anuncia mudanças na divulgação das bandeiras do distanciamento controlado, permitindo que os prefeitos façam recursos antes da oficialização da cor da bandeira.
17 de junho	O governador Eduardo Leite participa da abertura da Comissão Externa de Combate à Covid-19 da Câmara dos Deputados. Com o tema “Os planos de retomada das atividades comerciais”.
28 de junho	Governo recebe 67 recursos na oitava rodada do distanciamento controlado.
02 de julho	“Os próximos 15 dias serão cruciais. Se puder, fique em casa”, alerta governador.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A leitura do quadro demonstra apenas um lado da história. Cada decisão que envolveu modificações no grau de isolamento durante o combate à pandemia foi precedida e seguida de muito debate e resistência de atores com interesses divergentes. Tais momentos são como rodadas de um jogo social, com os diferentes jogadores utilizando seus recursos para tentar fazer prevalecer o caminho que conduz a seus objetivos.

Para melhor ilustração do que vem sendo explicado, apresentamos a seguir as polêmicas em torno das restrições às atividades econômicas e da volta do futebol. Possivelmente, as disputas mais contundentes no processo de planejamento aqui estudado ocorrem no campo da economia. Baseado em uma falsa ideia de que a economia é uma esfera social isolada dos demais elementos do tecido social, como o campo da saúde, entidades representantes setoriais, empresários e políticos (além de outros atores) têm atuado de maneira contundente contra as restrições das atividades econômicas.

Após o fechamento do comércio, no início de março, a reação imediata foi uma demonstração de respeito às recomendações sobre medidas preventivas à Covid-19. Com o passar do tempo, as mesmas entidades se organizaram para reivindicar o retorno das atividades. “A Federação da Câmara dos Diretores Lojistas do RS clama ao Chefe do Poder Executivo estadual para que ele volte a flexibilizar de imediato tais restrições, pois a situação estabelecida já está gerando efeitos colaterais a partir da economia que são mais destrutivos do que o próprio coronavírus” (KOCH, 2020, *online*). O trecho abaixo, de certa forma, resume este sentimento.

Estamos sendo cerceados das nossas atividades sem direito a fazer um contraponto. Essa situação gera um problema muito grande. As pessoas não conseguem atender aos seus compromissos financeiros e estão vendo os negócios escorrendo pelas mãos” (GAÚCHAZH, 2000, *online*)

Desde meados de abril são recorrentes passeatas e carreatas em diversos municípios gaúchos contra o fechamento do comércio, como a realizada na manhã de sexta-feira, dia 26 de junho, em Porto Alegre. Nesse dia,

por exemplo, cerca de 300 membros da Associação das Academias Gaúchas Unidas (AAGU) protestaram em frente ao Palácio Piratini, residência oficial do governador do RS. A reivindicação dos profissionais era para que as atividades físicas fossem incluídas na lista de atividades essenciais, garantindo o funcionamento das academias mesmo durante os períodos de bandeira vermelha (SOPRANA, 2020). Em uma das faixas pode ser lida a frase: o comércio não é o vilão.

Desde o início do isolamento social controlado, implementado em 11 de maio, por duas vezes foram editadas medidas que abrandaram as normas. Primeiro, foi permitido que somente casos positivos internados fossem definidores para a cor das bandeiras (antes valiam, também, número de positivos), depois foi autorizado que os municípios “com bandeiras amarelas ou laranjas estabelecessem regras próprias dentro dos critérios de distanciamento, que podiam ser mais flexíveis, contanto que passassem pelo crivo do Executivo estadual” (BEMFICA, 2020, *online*).

Com a chegada do inverno no mês de junho vieram junto o frio e um relevante aumento da ocupação dos leitos de UTI, fazendo com que diversas regiões do estado passassem para bandeira vermelha. Ante a este cenário, a abertura gradual do comércio foi interrompida e os parâmetros do isolamento mais uma vez endurecidos. Aos poucos, todas as atividades não essenciais foram sendo fechadas, causando uma reação imediata entre as entidades representativas dos empresários e os prefeitos.

No dia 15 de junho, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) lançou um manifesto junto com sindicatos empresariais. O documento argumenta contra as medidas de isolamento social, consideradas “desproporcionais à sua efetiva necessidade”, apelando para uma política menos restritiva de isolamento social. Segundo eles, a política do governo do RS poderia adotar medidas mais pontuais e específicas “cujo custo econômico e social é menor e cuja efetividade para a obtenção de seus objetivos é muito superior” (FECOMÉRCIO, 2020, *online*). Em nenhum momento, no entanto, fica clara qual seria efetivamente a proposta defendida.

Já em 23 de junho, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) também se manifestou contra as medidas restritivas. O presidente em exercício na organização “ressalta, ainda, que com o comércio fechado a indústria não desova sua produção, não vende o que produz, o Estado não arrecada impostos e a sociedade toda perde” (FIERGS, 2020, *online*).

A pressão também se origina com muita força nas prefeituras dos municípios atingidos pela bandeira vermelha. Muitos impetraram recursos na tentativa de modificar a cor da bandeira, buscando voltar para o laranja. Outros ameaçaram não cumprir com o decreto estadual. Em meio a esta disputa, um terceiro ator, o Ministério Público, passou a notificar as prefeituras sobre a obrigatoriedade do cumprimento das determinações do governo do RS, alertando que qualquer resolução municipal só pode ser mais restritiva que o decreto estadual em vigor.

Diversos elementos trazidos por Matus podem ser observados na ilustração apresentada. A incerteza causada por uma doença desconhecida por si só já seria causadora de uma dificuldade em prever os movimentos do jogo, transformando o plano em algo muito próximo da aposta. Entretanto, ante o incentivo do Governo Federal para a abertura das atividades econômicas e a insistência na tese da “economia primeiro” de prefeitos, preocupados com a popularidade em suas cidades, empresários e suas entidades representativas, a dificuldade na leitura de cenários foi aprofundada.

O jogo de cordas, no qual cada um estica e puxa sua ponta para seu lado, faz com que o Executivo do RS ceda espaço, mesmo tendo o poder discricionário do Estado ao seu lado. A cooperação entre os atores que agem em prol do afrouxamento das restrições comerciais foi fundamental para que essa pressão chegasse até o nível atual, no qual, em meio ao pico da pandemia, se avolumam críticas ao modelo de isolamento social. Ante a este jogo aberto, a opinião pública encontra-se dividida, gerando ainda mais incertezas aos movimentos dos jogadores.

Além da economia, outro exemplo emblemático de disputa versa sobre a possibilidade de retorno do futebol profissional e seus campeonatos. A aparente banalidade da temática é proposital, pois demonstra que a força

política dos atores na disputa do jogo semicontrolado pode reverter o cenário favoravelmente a interesses econômicos de atividades consideradas secundárias, mesmo em meio a uma crise de saúde sem precedentes.

Os dois principais times de futebol do RS, Internacional e Grêmio, ocupam grande espaço na mídia gaúcha. São diversos programas especializados de rádio e televisão, além de portais de internet e mídias sociais. Isso representa um grande mercado em termos financeiros, movimentando dinheiro tanto nos clubes, a partir de suas receitas com sócios, jogos e vendas de produtos e atletas, quanto na imprensa especializada, com seus patrocinadores em busca de sua audiência fanática.

Para problematizar o tema em tela será utilizado o exemplo da Rede Brasil Sul (RBS), maior grupo de comunicação do estado. Por questões de restrição de espaço, utilizaremos as colunas do jornalista Pedro Ernesto Denardin, um dos mais conhecidos narradores esportivos e apresentador do programa de rádio *Sala de Redação*, uma das maiores audiências do rádio gaúcho, como elemento balizador para ilustrar os fatos.

A primeira fase das colunas sobre a Covid-19 do jornalista foi marcada por um posicionamento cauteloso sobre a doença. Em 23 de março, o comunicador publicou uma coluna com a chamada “Fique em casa: somos os soldados deste exército que vai ganhar a guerra contra o coronavírus”. Nesse texto, ele menciona a importância do cuidado, demonstrando certa emoção com a situação e um tom de otimismo para o futuro (DENARDIN, 2020a). Alguns dias depois, publicou outra coluna na qual compara o combate ao vírus a um jogo de futebol no qual seria importante jogar retransmitido para ganhar (DENARDIN, 2020b) e outra comparando as mil mortes por dia na Itália a uma guerra, afirmando que pensar no retorno ao futebol nessas circunstâncias seria uma insanidade (DENARDIN, 2020c). Tal posição seguiu similar um mês depois, quando, no final de abril, reiterou um pedido de cautela, ao afirmar que clubes necessitavam ter os pés no chão para a volta ao futebol (DENARDIN, 2020d).

A entrada no mês de maio marcou uma modificação no discurso do narrador. Já no dia sete, afirmava que faltavam soluções para a volta do fu-

tebol e que os prejuízos financeiros dos clubes envolveriam demissões (DENARDIN, 2020e). A partir desse momento, o retorno das competições se tornou tema recorrente de sua coluna. Diversos argumentos foram sendo construídos, utilizando desde o mapeamento de outros países nos quais o esporte estava voltando, até a cobertura de posicionamentos dos clubes e atletas em favor do retorno e ameaças de falência.

O discurso, finalmente, atinge um tom de pressão quando, no dia 25 de maio, afirma que a situação do estado permitia condições para a volta imediata do futebol, assegurando que as condições sanitárias de então eram muito boas (DENARDIN, 2020f). A realidade, no entanto, é que não existia melhoria alguma em termos de indicadores. Os números de infectados seguiam subindo em uma taxa acelerada. Entre 18 de maio e 25 de maio, por exemplo, foram relatados 3005 novos casos de Covid-19, praticamente duplicando o número existente até então.

A chegada do mês de junho trouxe novo grau de radicalidade ao discurso, correndo em paralelo com o aumento exponencial do número de casos e da taxa de ocupação no estado. No dia 16, os que eram contra a volta do futebol foram chamados na coluna de demagogos, já que os clubes haviam se preparado com diversas medidas de precaução. Cabe ressaltar que, apesar de todo este cuidado, e sem a volta total aos treinos, quatro atletas do Internacional testaram positivo ainda em junho. Alheio a tais fatos, o jornalista chegou ao ápice da pressão em uma coluna intitulada: “O que falta para liberar o retorno do futebol, governador?”. Demonstrando irritação com o fato de que o governador havia dito que o futebol não era prioridade, clamava pela volta imediata do esporte, argumentando ser uma atividade capaz de distensionar as pessoas (DENARDIN, 2020g). Em meio a estas disputas, o time do Grêmio ameaçou ir a Santa Catarina para voltar a treinar plenamente, outro movimento de pressão ao Executivo do RS que foi saudado e corroborado por diversos jornalistas da imprensa esportiva local.

De toda essa polêmica resultaram notícias recentes de que o governo do estado deve flexibilizar a volta aos treinamentos nos clubes e, em bre-

ve, permitir a retomada do futebol competitivo no RS. Tudo isso durante a pior semana em termos de indicadores de ocupação de leitos desde o início do estado de calamidade, com dez regiões em bandeira vermelha. Não há qualquer argumento técnico ou sanitário capaz de explicar tal mudança de planejamento, a não ser o fato de que a pressão exercida por parte da imprensa e dos clubes surtiu efeito. Trata-se de um fato social movido exclusivamente pela influência das forças políticas que empurraram o peão do isolamento social controlado duas casas para o lado, ganhando, ao menos momentaneamente, o cabo de força.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio buscou-se demonstrar, a partir da análise de elementos do combate à pandemia de Covid-19 no estado do RS, que o planejamento, como compreendido por Carlos Matus, é uma perspectiva que permite explicar a realidade. O plano não é uma peça racional e fria capaz de movimentar recursos rumo a um objetivo prefixado. Não depende exclusivamente do planejador, seja ele governante ou não, o controle do rumo para o qual se direciona a realidade.

Das diversas forças que agem no jogo semicontrolado, como demonstrado nos casos das disputas em torno da economia e do futebol, resulta o local de chegada, o que de fato ocorre a partir da divergência (ou convergência) de interesses e posições. Percebe-se, portanto, que o pensamento de Carlos Matus segue atual e renovado pelas circunstâncias.

A restrição de espaço não permitiu um aprofundamento teórico maior, porém considera-se que a abordagem em tela possui potencial para ser mais desenvolvida. Da mesma forma, as próprias políticas de combate à Covid-19 precisam ser pesquisadas para que o aprendizado gerado por estes tempos incertos e estranhos não se perca no tempo. As crises, por vezes, expõem com força a realidade de nossas contradições e diferenças, sendo oportunidades para conhecer melhor o jogo social e seus jogadores.

REFERÊNCIAS

DENARDIN, Pedro. Clubes brasileiros precisam ter os pés no chão para avaliar retorno do futebol. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020d.

DENARDIN, Pedro. O que falta para liberar o retorno do futebol, governador? *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020f.

DENARDIN, Pedro. Prever algum campeonato esportivo neste momento é um ato de insanidade. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020c.

DENARDIN, Pedro. Retrancados e sem sair, assim poderemos. vencer o coronavírus. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020b.

DENARDIN, Pedro. Situação no Estado dá condições para o retorno rápido do Gauchão. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020e.

DENARDIN, Pedro. Somos os soldados deste exército que vai ganhar a guerra contra o coronavírus. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020a.

FECOMÉRCIO. Fecomércio-RS e sindicatos empresariais divulgam manifesto contra medidas de restrição generalizada para atividades econômicas. *FECOMÉRCIO*, online, 2020. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/2020/06/15/fecomercio-rs-e-sindicatos-empresariais-divulgam-manifesto-contra-medidas-de-restricao-generalizada-para-atividades-economicas/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FIERGS. Fiergs destaca que mudanças constantes e restrições às atividades da indústria geram insegurança. *Fiergs*, online, 2020. Disponível em:

<https://www.fiergs.org.br/noticia/fiergs-destaca-que-mudancas-constantes-e-restricoes-atividades-da-industria-geram>. Acesso em: 7 jul. 2020.

GAÚCHAZH. Entidades empresariais contestam fechamento do comércio na bandeira vermelha. *Gaúcha ZH*, online, 2020. Disponível em: <tps://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/06/entidades-empresariais-contestam-fechamento-do-comercio-na-bandeira-vermelha-ckbqwy8uk00030162b8moh5hh.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

KOCH, Vitor Augusto. *NOTA OFICIAL FCDL-RS*. Página fcdl-rs, 2020. Disponível em: <https://fcdl-rs.com.br/noticia-destaque/nota-oficial-fcdl-rs-devemos-combater-todas-as-pandemias-pela-flexibilizacao-do-decreto-no-55-154-de-1o-de-abril-de-2020/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MATUS, Carlos. *Estrategia y plan*. Siglo XXI, 1998. MATUS, Carlos. Fundamentos do planejamento situacional. *Rivera FJU, organizadores*. Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez, 1989. p. 107-125.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. *São Paulo em perspectiva*, v. 5, n. 4, p. 28-42, 1991.

SOPRANO, Fernanda. Protestos em Porto Alegre pedem reabertura do comércio e de academias. *Jornal do Comércio, Online*, 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/06/745145-protestos-em-porto-alegre-pedem-reabertura-do-comercio-e-de-academias.html. Acesso em: 7 jul. 2020.

ZAMBRANO, Killian. Referências para Conhecimento do Autor. In: GIA-COMMINI, Carlos Homero. *Introdução ao Pensamento de Carlos Matus*. Curso Interno do Instituto Municipal de Administração Pública. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2008.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO NOVO CORONAVÍRUS A PARTIR DO ESTATUTO SOCIOECONÔMICO DE BRASILEIROS

Maria Edna Silva de Alexandre¹
Viviane Alves dos Santos Bezerra²
Emerson Araújo Do Bú³

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a humanidade tem enfrentado diversas epidemias e pandemias, sendo lembradas pela extensão dos danos à vida humana em suas diversas dimensões. Em termos históricos e cronológicos, elenca-se a peste negra (1347-1351), a cólera (1817-1824), a tuberculose (1850-1950), a varíola (1896-1980), a gripe espanhola, o tifo (1918-1922), a febre amarela e o sarampo (até 1963), a malária (até 1980) e a AIDS (desde 1981) (NASCIMENTO; VIANNA; MORAES; SILVA, 2018).

Em meados de dezembro de 2019, o mundo se deparou com um novo estado pandêmico gerado pelo novo coronavírus (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus – Sars-Cov-2*), que surgiu inicialmente na China, mas rapidamente alcançou patamares globais. Assim, a atual pandemia passou a ser considerada a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas (SCHMIDT *et al.*, 2020).

¹ Doutoranda em Psicologia Social, na Universidade Federal da Paraíba. ORCID-Id: 0000-0003-3610-7208. E-mail: psicologasocialedna@gmail.com

² Mestranda em Psicologia Social, na Universidade Federal da Paraíba. ORCID-Id: 0000-0001-9178-2957. E-mail: vivianebezerrapsi@gmail.com

³ Doutorando em Psicologia Social no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ORCID-Id: 0000-0003-3864-3872. E-mail: dobuemerson@gmail.com

A doença provocada pelo novo coronavírus, a Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*), apresenta como principais sintomas tosse, febre e dificuldades respiratórias que, em casos graves, podem levar à morte. Um dos pontos mais preocupantes com relação à doença refere-se à ausência de intervenções farmacológicas eficazes e seguras, tais como medicamentos ou vacinas, o que pode ocasionar um colapso do sistema de saúde caso o número de infectados não seja controlado (FERGUSON *et al.*, 2020).

Com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia, diversos países têm adotado como medidas preventivas o isolamento de casos suspeitos, o fechamento de escolas e universidades, o distanciamento físico de grupos de risco, assim como a quarentena de toda a população (BROOKS *et al.*, 2020). Ademais, destacam-se também, como medidas profiláticas importantes, a prática de higiene das mãos e o uso de máscaras (DUAN; ZHU, 2020).

Nota-se que, apesar de amplamente divulgadas e defendidas por muitos setores da mídia e autoridades de saúde de todo o mundo, as medidas de prevenção ao novo coronavírus, muitas vezes, não podem ser seguidas de forma igualitária pela população. Estudos demonstram que, por questões laborais (QIU *et al.*, 2020), ou mesmo devido a condições objetivas de vida, como a falta de água encanada (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020), algumas parcelas da população não conseguem aderir às medidas de prevenção, e acabam, assim, mais expostas ao vírus.

Sublinha-se que o estatuto socioeconômico parece ser uma variável que não apenas tem impactos na qualidade de acesso às medidas profiláticas em ante o novo coronavírus, mas se relaciona, inclusive, com a forma com que estes interpretam o novo fenômeno que os interpela. Nesse sentido, Do Bú *et al.* (2020), ao investigarem as representações sociais de brasileiros ante o novo coronavírus e o tratamento da doença por ele provocada, verificaram que uma das variáveis que influenciou as representações sociais dos participantes acerca dos referidos fenômenos consistiu na renda deles. Tais resultados indicaram que pessoas de diferentes classes sociais podem construir distintas representações de um mesmo fenômeno, como é o caso do novo coronavírus.

Desse modo, tendo-se em vista que o estatuto socioeconômico fora uma variável de ancoragem importante para a apreensão de como os participantes objetivaram o novo coronavírus e seu tratamento, e verificando-se que essa relação não é claramente explorada no estudo desenvolvido por Do Bú *et al.* (2020), o presente capítulo apresentará um recorte deste estudo, em que se buscará aprofundar a relação mencionada. Mais especificamente, tem-se, como objetivo deste capítulo, identificar as representações sociais de brasileiros sobre o novo coronavírus em função da variável sociodemográfica renda.

Far-se-á isso com o intuito de fomentar discussões acerca de como o estatuto socioeconômico de brasileiros pode estar relacionado à forma como representam e, consecutivamente, guiam seus comportamentos em face do referido vírus. Além do mais, considera-se que compreender tal questão, em um momento de recessão econômica mundial, devido à pandemia, pode potencializar a criação de futuras estratégias de suporte e sensibilização de diferentes grupos sociais. Tem-se por premissa, assim, que a ancoragem sociodemográfica renda é capaz de produzir distintas formas de representar o novo coronavírus no momento em que vivemos.

Para o desenvolvimento do presente estudo, recorreu-se à Teoria das Representações Sociais (DOISE, 2002; MOSCOVICI, 2017). Esta teoria se dedica ao estudo do conhecimento elaborado e compartilhado pelo senso comum, compreendendo-o como representações sociais sobre um dado fenômeno ou objeto social. Conforme tal arcabouço teórico, as representações sociais são construídas e compartilhadas através da comunicação social e estão, necessariamente, ligadas a um grupo de pertença, de modo que diferentes grupos podem representar de formas distintas um mesmo objeto social.

Nessa perspectiva, um conjunto de variáveis, como aquelas sociodemográficas, também compreendidas como variáveis de ancoragem, podem atuar como ideias de força para a construção de determinados modos de representar um fenômeno social (DOISE, 2002). É importante destacar

também que as representações sociais orientam os comportamentos dos indivíduos e grupos na dinâmica social ante o objeto alvo de representações (MOSCOVICI, 2017).

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo misto, quantitativo e qualitativo, de cunho descritivo e exploratório, ancorado no aporte teórico da Teoria das Representações Sociais (DOISE, 2002; MOSCOVICI, 2017). Contou-se com a participação de 595 brasileiros, na faixa etária de 18 a 78 anos ($M = 29,30$; $DP = 10,10$), prevalentemente do sexo feminino (69,9%), que se auto-firmaram brancos (57,5%) e são residentes na região Nordeste do Brasil (64,9%). Em relação ao grau de escolaridade e à renda, teve-se, respectivamente, 48,9% de participantes com Ensino Superior e 30,1% com renda de até dois salários mínimos (R\$ 2.078,00). Destaca-se que as características sociodemográficas dos partícipes deste estudo encontram-se expostas de maneira detalhada na Tabela 1.

Tabela 1. Características sociodemográficas das participantes

Variável		(%)
Sexo	Feminino	69,9
	Masculino	30,1
Raça	Branca	57,5
	Preta	1,7
	Parda	40,8
Escolaridade	Fundamental	1,3
	Médio	8,2
	Superior	48,9
	Pós-graduação	41,5

Variável		(%)
Renda	Até 1 salário mínimo	9,9
	1 e 2 salários mínimos	30,1
	3 e 4 salários mínimos	24,4
	5 e 6 salários mínimos	14,3
	7 e 8 salários mínimos	8,1
	Acima de 8 salários	13,3
Concentração de participantes por Região do Brasil	Nordeste	64,1
	Norte	2,2
	Sul	8,2
	Centro-Oeste	2,9
	Norte	21,8

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto aos instrumentos, utilizou-se um Questionário Sociodemográfico, que englobou questões relacionadas à idade, ao sexo, ao grau de escolaridade, à renda, à raça e à concentração por região do país; e outro questionário que apresentou a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), contendo o estímulo indutor *coronavírus*. Faz-se importante pontuar que a TALP consiste em uma técnica projetiva, que se organiza sobre a evocação de respostas dos participantes, a partir de estímulos indutores, previamente definidos pelo pesquisador, possibilitando, assim, identificar universos semânticos relacionados a um objeto ou fenômeno social (COUTINHO; DO BÚ, 2017).

Para coleta de dados, gerou-se, através da plataforma virtual *Google Forms*, um formulário com os instrumentos supramencionados. Tal formulário, *a posteriori*, fora divulgado através das redes sociais *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*. Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão na presente amostra: ser maior de 18 anos, ser brasileiro e apresentar-se disponível para participar da pesquisa voluntariamente. Sublinha-se também que

controlamos o número de IP (*internet protocol*), limitando uma resposta por identificador; e que o questionário ficou disponível para respostas durante cinco dias, compreendendo o período de 14 a 19 de março de 2020.

Os dados sociodemográficos foram processados através do *software* IBM SPSS® Statistics, versão 26, que permitiu realizar análises descritivas. Já para os dados oriundos da TALP, o processamento fora realizado com auxílio do *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ), que viabilizou o desenvolvimento da Análise de Similitude (AS) do material coletado.

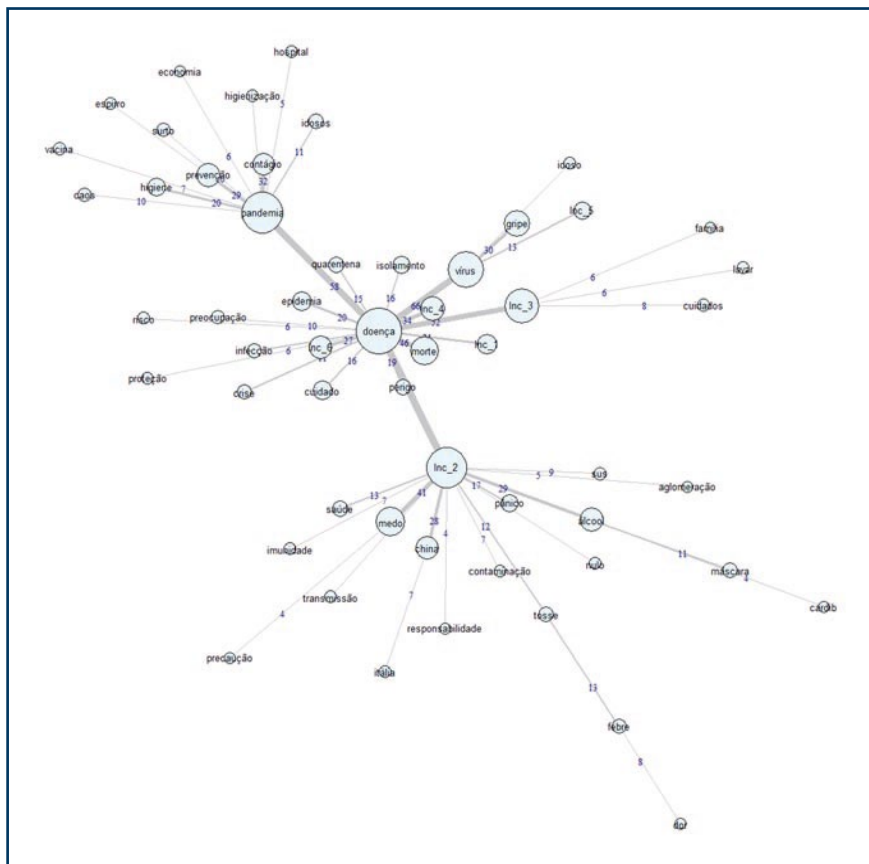
Em termos operacionais, a AS, que se baseia na teoria dos grafos (CAMARGO; JUSTO, 2013), auxiliou na identificação de como os elementos dos campos representacionais do novo *coronavírus* associaram-se à renda dos participantes do presente estudo (*variável de ancoragem*). Por fim, fez-se uma análise do conteúdo emergido na AS. Buscou-se, nessa análise qualitativa dos dados, apontar aspectos etimológicos das palavras evocadas e relacioná-los com o que a literatura sobre o tema constata, bem como se consideraram aspectos contextuais do Brasil na atualidade, de modo a evidenciar e a compreender sentidos e significados que são criados e compartilhados pelos participantes do presente estudo em face do novo *coronavírus*.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram todas as recomendações éticas para esse tipo de pesquisa, conforme preza a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Análise de Similitude (AS) possibilitou identificar as coocorrências de palavras mais frequentes no material coletado, elucidando as conexidades que os vocábulos guardam entre si, assim como as suas especificidades quando se considera a variável de ancoragem renda, *a priori* estabelecida. Destaca-se que os resultados da referida Análise de Similitude podem ser observados na Figura 1.

Figura 1. Análise de similitude do novo coronavírus em função da variável sociodemográfica renda



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O gráfico resultante da AS deve ser interpretado a partir de duas características: o tamanho dos vértices (círculos azuis), que é proporcional à frequência das palavras evocadas pelos participantes do estudo e da variável renda; e as arestas, que indicam os valores da associação (frequências de coocorrências mínimas de 10) entre as palavras e as variáveis supramencionadas (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Na Figura 1, observa-se a relação entre as evocações e a variável de ancoragem renda, evidenciando que o fenômeno *coronavírus* é objetivado, de forma consensual, pelos respondentes, ou seja, independentemente da renda, a partir de dois vocábulos: *doença* e *pandemia*.

No que se refere ao termo *doença*, nota-se que este está fortemente associado aos signos *vírus*, *epidemia*, *morte*, *perigo*, *quarentena*, *isolamento* e *cuidado*. O signo *doença* associa-se ainda, de forma menos expressiva, às palavras *infecção*, *crise*, *preocupação*, *risco* e *proteção*. Por sua vez, o signo *pandemia* associa-se aos termos *contágio*, *prevenção*, *idosos*, *higiene* e *caos*. De modo menos frequente, o vocábulo *pandemia* associa-se ainda às palavras *vacina*, *economia*, *hospital* e *higienização*.

A partir do exposto, é possível inferir que, para os participantes da presente pesquisa, são consensuais, no que se refere ao novo coronavírus, a definição do objeto (*vírus*), as consequências da doença por ele provocada (*epidemia*, *morte*), os cuidados necessários para evitá-la (*quarentena*, *isolamento*, *higienização*) e o conhecimento acerca daqueles que são mais vulneráveis a serem infectados pelo vírus (idosos). Estes elementos demonstram que a população parece incorporar, em suas representações, aquilo que vem sendo veiculado por diversos setores da mídia acerca do novo coronavírus, tendo em vista que os elementos evocados pelos participantes encontram respaldo no que a literatura especializada versa sobre o tema (BROOKS *et al.*, 2020; FERGUSON *et al.*, 2020).

Os elementos consensuais parecem revelar ainda preocupações comuns aos brasileiros, independentemente do seu *status* socioeconômico. Observa-se isso a partir dos vocábulos *preocupação*, *crise* e *economia*, que denotam que a situação desencadeada pelo novo coronavírus desperta nos indivíduos inquietações que não se restringem apenas ao fato de ser contaminado ou não, mas também que há certa apreensão relativa ao cenário econômico causado pela pandemia. Sublinha-se que tais inquietações parecem estar ancoradas nas previsões de especialistas, que indicam que a pandemia gerada pelo novo coronavírus poderá desencadear a maior crise econômica dos últimos 150 anos (MARCATO, 2020; GADELHA, 2020).

No que se refere às formas específicas com que os brasileiros representam o objeto social em estudo, destacam-se os elementos *medo*, *china*, *álcool*, *saúde*, *pânico*, *SUS*, *responsabilidade* e *contaminação* como mais coocorrentes nas evocações daqueles respondentes que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Esse grupo enfatiza também o vocábulo *tosse* que se associa à *febre*, à *dor* e, de modo menos frequente, aos vocábulos *imunidade*, *precaução* e *aglomeração*.

Nota-se que, para o grupo de menor renda, destaca-se a presença de afetos negativos como o *medo* e o *pânico*, relacionados ao novo coronavírus. Salienta-se que, apesar de esses afetos serem comuns em situações de emergência de saúde pública (SOUSA; DALL'AGNOL, 2013), para esse grupo, o *medo* e o *pânico* tornam-se acentuados, provavelmente, devido ao maior risco de contaminação a que esta parcela da população está exposta (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020). Isso ocorre, muitas vezes, devido à necessidade dessa parcela da população de enfrentar *aglomerações* no dia a dia, como no uso do transporte público para se deslocar para atividades laborais.

Outro aspecto que chama a atenção nos elementos evocados por esse grupo acerca do novo coronavírus diz respeito à apropriação pelos participantes da sintomatologia típica (*tosse*, *febre*, *dor*) desenvolvida pelas pessoas infectadas (HUANG *et al.*, 2020). Esses elementos evidenciam que os participantes que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos objetivam suas representações relativas ao novo coronavírus também a partir dos sintomas que este desencadeia naqueles que são contaminados.

Ademais, outra especificidade do grupo refere-se ao fato de que este enfatiza elementos que parecem estar relacionados a uma visão mais abrangente dos cuidados em saúde. Destacam-se, para esse grupo, os vocábulos *saúde*, *SUS* e *responsabilidade*. Tais elementos podem estar relacionados com uma preocupação por parte do grupo com um possível colapso do sistema único de saúde, diante do alto número de infectados (FERGUSON *et al.*, 2020), bem como pode indicar maior preocupação desse grupo com aspectos referentes à saúde coletiva.

Ainda em relação às especificidades do grupo estudado, nota-se que, para aqueles participantes que recebem entre 3 e 4 salários mínimos, os termos *família*, *lavar* e *cuidados* foram os mais expressivos.

Para o grupo de maior renda (3 e 4 salários mínimos), observa-se um conteúdo representacional marcado pela preocupação de cuidados com a família, indicando como principal medida profilática o *lavar*, que provavelmente está se remetendo à necessidade de higienização das mãos e dos objetos. Tendo em vista o caráter orientador de condutas das representações sociais (MOSCOVICI, 2017), é possível inferir que o referido grupo tem buscado prover cuidados necessários para a proteção de seus familiares.

Todavia, chama a atenção que, diferentemente daqueles de menor renda, esses não apresentam, em suas representações, conteúdos mais objetivos relativos aos meios de agenciar tais cuidados, não havendo, por exemplo, menção ao SUS e nem tampouco a aspectos ansiogênicos. Acredita-se que essa diferenciação ocorra, dentre outras possíveis explicações, pelo fato de as necessidades básicas já estarem asseguradas para esse grupo, permitindo-lhes construir representações sociais ancoradas em aspectos mais afetivos do que objetivos.

Consoante a isso, ressalta-se também que possuir uma renda que permita aos indivíduos acessar mais facilmente bens e serviços necessários à sobrevivência e ao bem-estar constitui fator de proteção para a saúde mental, especialmente em meio à pandemia da Covid-19, em que as incertezas econômicas são inerentes (CASTRO-DE-ARAÚJO; MACHADO, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de similitude realizada permitiu conhecer os elementos consensuais e as especificidades das representações sociais de brasileiros e brasileiras sobre o novo coronavírus em função do estatuto socioeconômico deles. Os resultados da referida análise indicaram semelhanças nas representações desse objeto social, sinalizando que há uma compreensão

consensual acerca do que é o novo coronavírus, assim como de suas consequências e modos de prevenção. No entanto, observou-se também que existem diferenças na forma de representar esse objeto social em função do estatuto socioeconômico, em que aqueles de menor renda tendem a enfatizar mais aspectos relacionados à saúde coletiva, enquanto que, entre os de maior renda, destacam-se elementos voltados para o cuidado com o grupo primário, como a família.

Esse panorama revela a importância de se considerar o papel das variáveis de ancoragem como ideias de força na construção das representações sobre um dado fenômeno e, na consecutiva, a expressão de comportamentos ante a este na dinâmica social.

Nesse sentido, faz-se necessário que as intervenções que visem à contenção do estado pandêmico do novo coronavírus levem em consideração as especificidades dos grupos sociais para os quais se dirigem. Conforme observado neste estudo, parece imprescindível considerar as diferenças em função da renda na formulação e na implementação de ações dessa natureza, a fim de possibilitar maior adesão da população, de acordo com as condições objetivas em que vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução 510/2016. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, v. 395, n. 10227, 2020. p. 912-920. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30460-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30460-8/fulltext). Acesso em: 30 jun. 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO A. M. *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Universidade Federal de Santa Catarina: 2013. Dis-

ponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CASTRO-DE-ARAUJO, L. F. S.; MACHADO, D. B. Impact of COVID-19 on mental health in a Low and Middle-Income Country. *Ciência & saúde coletiva*, v. 25, n. 1, p. 2457-2460, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020006702457&script=sci_arttext. Acesso em: 30 jun. 2020.

COUTINHO, M. P. L.; DO BÚ, E. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do Software tri-deux-mots (version 5.2). *Campo do Saber*, v. 3, n. 1, p. 219- 242, 2017. Disponível em: <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72/58>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DO BÚ, E. A. *et al.* Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. *Estudos de Psicologia*, n. 37, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100505&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2020.

DOISE, W. *Direitos do homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizontes, 2002.

DUAN, L.; ZHU, G. Psychological interventions for people affected by the COVID-19 epidemic. *Lancet Psychiatry*, v. 7, n. 4, p. 300-302, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32085840/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FERGUSON, N. *et al.* Report 9: impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. *In: Imperial College*, 2020. p. 1-20. Disponível em: <https://spiral.imperial.ac.uk:8443/handle/10044/1/77482>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GADELHA, C. G. *O Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil hoje*. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. 2020. p. 1-3. Disponível em: <https://www.fes-brasil.org/detalhe/o-complexo-economico-industrial-da-saude-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HUANG, C. *et al*. Clinical feature of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. *Lancet*, v. 395, n. 10223, p. 497-506, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31986264/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? *Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARCATO, M. B. *COVID-19: Desafios para a economia brasileira diante da pandemia*. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2020. p. 1-3. Disponível em: <https://www.fes-brasil.org/detalhe/desafios-para-a-economia-brasileira-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MOSCOVICI, S. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2017.

NASCIMENTO, D. R; VIANNA E. S.; MORAES M. C.; SILVA, D. S. F. O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos*, v. 6, n. 1, p. 31-47, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/150982>. Acesso em: 30 jun. 2020.

QIU, J. *et al*. A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommenda-

tions. *General Psychiatry*, n. 33, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://gpsych.bmj.com/content/33/2/e100213>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, n. 37, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501. Acesso em: 30 jun. 2020.

SOUSA, D. B.; DALL'AGNOL, C. M. Emergência de saúde pública: representações sociais entre gestores de um hospital universitário. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 21, n. 4, p. 1-7, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt_0104-1169-rlae-21-04-0998.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE ECONÔMICA PELA PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL NO SUL DO BRASIL

*Táise Fátima Mattei*¹
*Renato Koch Colomby*²

1. INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, um novo coronavírus (SARS-CoV-2 - *Severe Acute Respiratory Syndrome CoronaVirus 2*) foi identificado como agente etiológico da síndrome infecciosa mundialmente conhecida como Covid-19 (do inglês *Coronavirus Disease 2019*) que começou em Wuhan, na China, e se espalhou por todo o mundo (YUEN *et al.*, 2020). O vírus se espalhou com velocidade pelo mundo todo e o número de casos de pessoas infectadas e mortes vem crescendo. A Organização Mundial da Saúde declarou esse cenário como uma emergência de saúde global no final de janeiro de 2020 e decretou situação de pandemia em meados de março (WU *et al.*, 2020).

No Brasil, o primeiro caso confirmado de Covid-19 foi registrado em 25 de fevereiro. Tratava-se de um homem de 61 anos que havia viajado para a Lombardia, no norte da Itália, onde estava ocorrendo um surto significativo (RODRIGUEZ-MORALES, 2020). Os casos foram se multiplicando,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá. Professora substituta no IFPR-Palmas. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0003-3899-375X>. E-mail: taise.mattei@ifpr.edu.br.

² Doutor em Administração pela UFRGS. Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR - Campus Palmas). ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0001-6866-9577>. E-mail: renato.colomby@ifpr.edu.br

atingindo todas as regiões brasileiras em março. A partir de então o interior do Brasil também começou a registrar casos. Segundo boletim do Ministério da Saúde de 29 de junho de 2020, no Brasil havia mais de 1,3 milhão de casos e 57.622 mortes. A região Sul contabilizava 70.349 casos e 1.470 mortes e no estado do Paraná os casos somavam 20.742 com 599 mortes (BRASIL, 2020).

Os impactos gerados pela pandemia são inúmeros e atingem diversas áreas. Defende-se a importância de que a pandemia de Covid-19 seja abordada de forma multidimensional. A análise econômica ganha destaque, pois as medidas de restrição, isolamento e quarentena atingiram fortemente as atividades econômicas, o emprego e a renda das pessoas. Importa dizer que este capítulo é resultado dos dados parciais de uma pesquisa ainda em andamento que tem como objetivo realizar um panorama social, econômico e psicológico dos estudantes de um curso de Administração de uma Instituição Federal localizada no sul do Brasil.

Neste capítulo são apresentados apenas os resultados da dimensão econômica da pesquisa. Os dados foram obtidos em duas etapas: a primeira em um levantamento realizado com os estudantes de todos os cursos e um segundo momento apenas com os alunos do curso de Administração. A coleta de dados ocorreu entre os meses de maio e junho de 2020. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, do tipo exploratória e que não tem entre seus objetivos a generalização dos resultados encontrados (em uma amostra não probabilística).

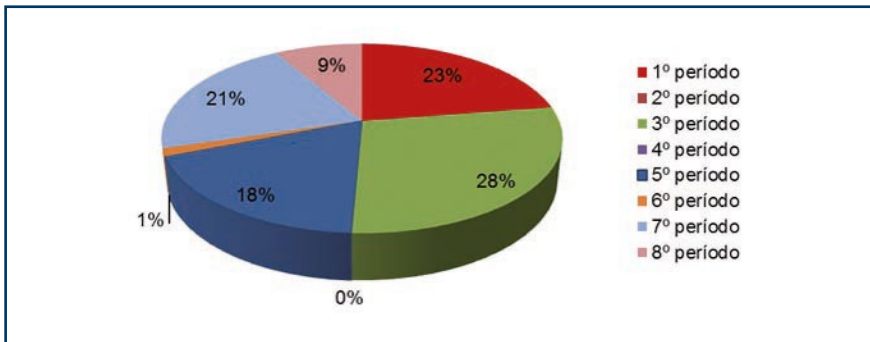
Nas próximas seções, apresentam-se o perfil dos alunos respondentes e os principais resultados obtidos através da resposta dos universitários na dimensão econômica.

2. PERFIL DOS RESPONDENTES

Antes de iniciar a análise econômica, apresenta-se o perfil dos respondentes da pesquisa. Dos 168 alunos com matrícula ativa no curso de Administração na referida instituição federal de ensino, 57 participa-

ram da primeira etapa da pesquisa e 71 da segunda. O Gráfico 1 mostra que os alunos do 1º, 3º e 7º período foram os que mais participaram da pesquisa.

Gráfico 1. Período do curso de Administração em que estavam matriculados

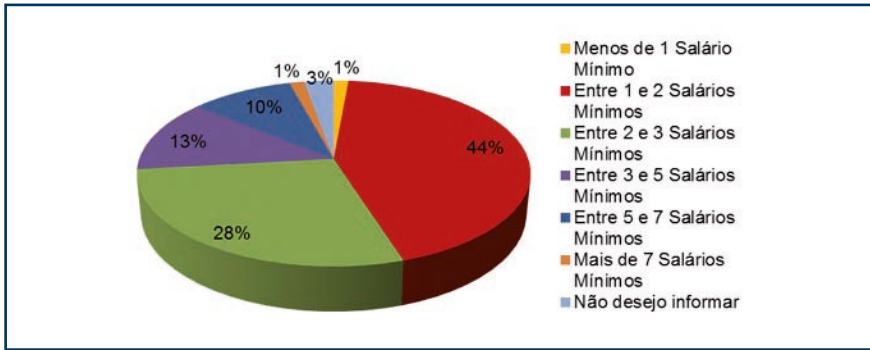


Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos 71 alunos respondentes, 68% estavam na faixa etária de 18 a 24 anos, 28% na faixa de 25 a 35 anos, e 4% disseram ter entre 36 e 50 anos. A maioria desses estudantes (57,7%) são do sexo feminino. Em relação à declaração de cor, 57,7% disseram ser da cor branca, 36,6% disseram ser pardos, 2,8% se declararam negros e o restante não quis informar. Grande parte dos estudantes disse ser solteiro (77,5%), 14,1% afirmaram ser casados, 2,8% afirmaram estarem separados ou divorciados e o restante informou outro estado civil.

Com relação à pergunta sobre renda total da família, o Gráfico 2 mostra os resultados.

Gráfico 2. Renda informada da família



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos pesquisados, 1% afirmou ter renda inferior a um salário mínimo, 44% disseram que a renda total estava entre um e dois salários mínimos, 28% entre 2 e 3, 13% entre três e cinco salários mínimos, 10% entre cinco e sete salários mínimos e o restante não informou ou ganhava acima de sete salários mínimos. Verifica-se que mais de 73% da amostra estava em situação de renda menor que três salários mínimos.

Mais de 53% dos alunos disseram que moravam com os pais e mais de 28% afirmaram que residiam com esposa (o), companheiro (a) e/ou com filhos. Cerca de 25% dos respondentes viviam numa casa com duas pessoas, 23,9% com três pessoas, 32,4% com quatro pessoas, 7% afirmaram morar sozinhos e apenas 11,3% disseram que a família era composta de cinco pessoas. A média ponderada de pessoas por família era de 3,1 pessoas. Das pessoas que informaram ter renda entre um e dois salários mínimos, 58% moravam em famílias com três a cinco pessoas. Já dos alunos que disseram ter renda familiar entre dois e três salários mínimos, 30% moravam com quatro pessoas ou mais na família.

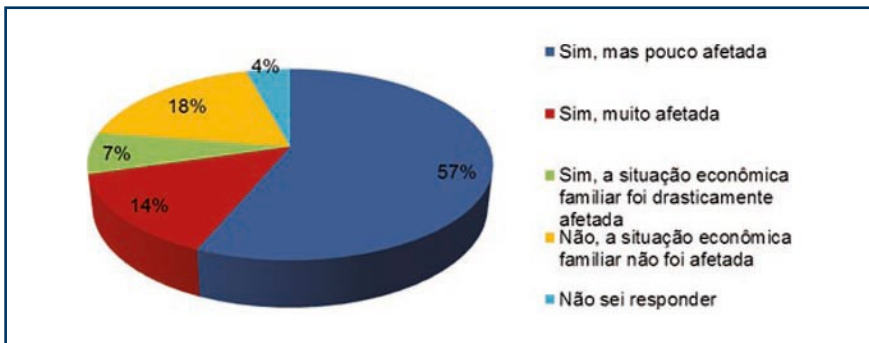
O perfil dos alunos revela que são na maioria jovens, brancos e solteiros. Grande parte mora com os pais em famílias de tamanho médio, mas com renda menor que três salários mínimos.

3. DIMENSÃO ECONÔMICA

Desde que a pandemia foi declarada, o mundo tem enfrentado uma grave crise sanitária. Muitos países procuraram elaborar medidas para combater a disseminação da doença. No Brasil, com intuito de controlar a propagação do vírus, foram adotadas medidas de distanciamento social, fechamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, suspensão de aulas em todos os níveis de ensino, proibição de aglomerações e de eventos em massa e tomadas diversas outras medidas com grau variado de intensidade com objetivo de evitar o esgotamento dos sistemas de saúde e permitir o tratamento de complicações graves para prevenir mortes. Nesta seção do capítulo procura-se identificar os possíveis impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19 aos alunos e familiares de uma instituição federal de ensino no sul do país.

Os universitários tiveram que responder, na segunda etapa da pesquisa, se acreditavam que a situação econômica da sua família foi afetada pela pandemia. O Gráfico 3 apresenta a proporção das respostas.

Gráfico 3. Percepção dos alunos sobre se a situação econômica da sua família foi afetada pela pandemia

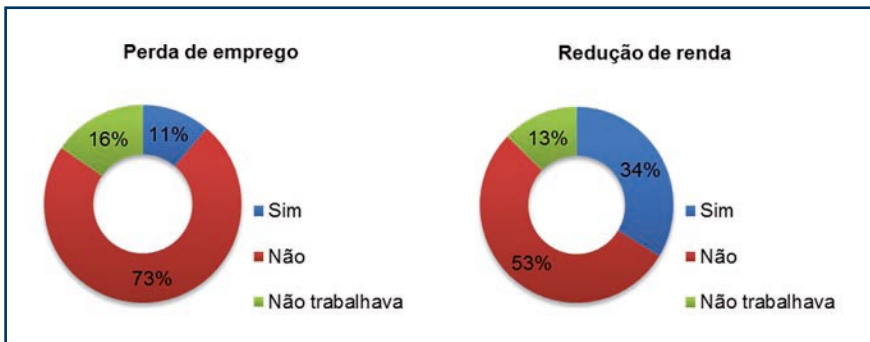


Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos respondentes, 7% afirmaram que a situação econômica foi drasticamente afetada, 14%, muito afetada, e 57%, pouco afetada. O restante afirmou não ser afetada ou não saber responder. Todos os alunos que afirmaram ter renda familiar menor que 1 salário mínimo responderam ter sido muito afetados pela pandemia e 25% dos alunos que disseram ter renda entre 1 e 2 salários mínimos foram drasticamente ou muito afetados pela atual situação sanitária. Isso nos leva a acreditar que a pandemia de Covid-19 tem afetado mais as famílias mais pobres do que as famílias mais ricas. Santos (2020, p. 5) afirma que “os constrangimentos econômicos são bastante diferenciados entre os grupos. Eles têm sido mais fortes em quem menos possui e mais precisa”.

Na primeira etapa da pesquisa, cerca de 23% dos alunos disseram ser o principal responsável pela renda da família, 56% disseram que contribuíam com a renda familiar e o restante disse não participar. Os alunos foram questionados também, na segunda etapa, se ocorreu a perda de emprego após o início da pandemia e sobre possível redução de renda. O Gráfico 4 mostra os resultados.

Gráfico 4. Percepção dos alunos sobre perda de emprego e redução de renda após início da pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos 71 participantes, 11% afirmaram que perderam o emprego, 16%, que já não trabalhavam e o restante disse que não teve alteração. Ademais, 34% dos respondentes afirmaram ter tido redução de renda após o início da pandemia. Desses que tiveram redução de renda, 5,8% disseram que foi mais de 75%, 2,9% entre 50% e 75%, 4,3%, redução entre 30 e 50%, e 14,5%, menos de 10% de redução. Mesmo não havendo perda de emprego na mesma proporção da queda da renda, muitos poderiam realizar outras atividades, até mesmo informais, que foram prejudicadas pela pandemia.

Além disso, 8,5% dos alunos disseram que tinham algum familiar da residência que perdeu o emprego e este familiar era em todos os casos pai ou cônjuge/companheiro. Dos universitários participantes, 23,9% afirmaram ter algum familiar com quem moravam que teve redução de renda e na maioria dos casos foram pai, mãe, irmãos ou cônjuge/companheiro. A maioria dos alunos (70,4%) também respondeu acreditar que algum parente foi afetado economicamente pela pandemia e 38% disseram haver conhecimento de que algum parente perdeu o emprego nesse período. Destes, 1,5% disse que foram 5 parentes, 1,5% disse que foram 8 ou mais, 7,6% disseram que foram 3 parentes e o restante disse que foi entre 1 e 2 parentes.

Intensas discussões surgiram acerca das consequências da adoção das medidas de quarentena e isolamento social, principalmente com relação ao fechamento e restrição de funcionamento de vários estabelecimentos comerciais. Sabe-se que a manutenção do bloqueio das atividades por longo tempo pode gerar altos impactos econômicos e consequentes custos para a vida das pessoas (AQUINO *et al.*, 2020), contudo o pseudodilema entre salvar vidas e salvar a economia é ofuscado em geral pelo debate econômico sobre a intensidade e a forma de implementação das políticas econômicas já experimentadas (SANTOS; RIBEIRO; CERQUEIRA, 2020). Os autores ainda destacam que a base de sustentação de todas as instituições é a vida humana, de forma que as recomendações médicas, como quarentena e isolamento, são uma imposição moral pouco questionável.

Importa dizer que os efeitos negativos ocorrem de modo mais imediato no âmbito microeconômico em função da perda de dinamismo das

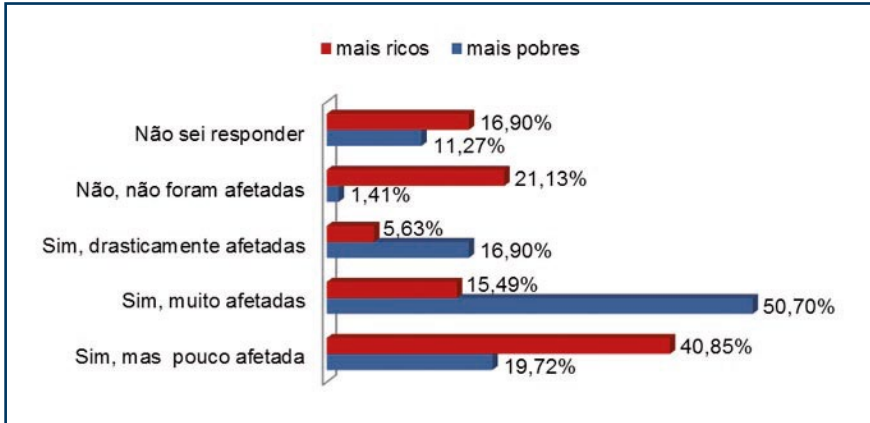
empresas, mas também terão efeitos de transbordamentos no longo prazo devido às tendências negativas no crescimento internacional, conforme aponta Senhoras (2020). Soma-se a isso que o impacto da pandemia para o mercado de trabalho brasileiro pode ser enorme e duradouro. A redução da atividade econômica levará a um aumento da desocupação e da taxa de informalidade. As consequências mais visíveis serão o aumento da pobreza e da miséria, considerando que os trabalhadores mais vulneráveis estão em situação ainda pior com a queda da atividade econômica. Estes, mesmo doentes, poderão ser forçados a continuar a trabalhar para se sustentar e contribuirão para continuidade da transmissão da doença (MELLO *et al.*, 2020).

Mattei e Heinen (2020, p. 1) afirmam que a situação do mercado de trabalho do Brasil já não estava boa antes mesmo do início da pandemia de Covid-19, principalmente com relação à geração de emprego, mas se agravou muito depois dela. Eles relatam que “são os setores mais intensivos em mão-de-obra, como são os casos dos pequenos e médios estabelecimentos, que estarão mais sujeitos aos impactos negativos da pandemia”. Segundo eles, os cortes nos custos e a paralisação por algum tempo das atividades das empresas gerarão um ajuste bastante negativo no nível de emprego no Brasil.

A crise econômica instalada no Brasil e em diversos países do mundo após o início da pandemia tem uma importante particularidade de acordo com Mello *et al.* (2020). Ela surgiu no lado real da economia, na esfera produtiva, e posteriormente afetou o lado monetário, impactando o mercado financeiro e de crédito. Segundo os autores, dado que a crise foi gerada por uma paralisação produtiva, a recuperação, pelo menos parcial, se dará apenas quando a situação sanitária for controlada ou quando houver algum tratamento ou vacina eficaz para controlar o vírus, possibilitando a retomada da produção em condições normais.

Foi também perguntado aos alunos se eles acreditavam que a pandemia afetou as pessoas mais pobres e mais ricas de suas cidades. O Gráfico 5 apresenta os resultados.

Gráfico 5. Percepção dos alunos sobre o impacto da pandemia nas pessoas mais pobres e mais ricas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos respondentes, 16,9% disseram acreditar que as pessoas mais pobres foram drasticamente afetadas, 50,7%, muito afetadas, e 19,7%, pouco afetadas. O restante não soube responder ou disse que não foram afetadas. Com relação às pessoas mais ricas, 5,6% acreditam que foram drasticamente afetadas, 15,5%, muito afetadas, 40,8%, pouco afetadas, e 21,1% acreditam que não foram afetadas. O restante não soube responder. Grande parte dos alunos acredita, portanto, que as pessoas mais pobres foram mais afetadas em comparação às pessoas mais ricas.

Nesse sentido, chama a atenção que o novo coronavírus chegou ao Brasil vindo do exterior trazido por estratos mais privilegiados localizados especialmente em regiões mais desenvolvidas do país. A propagação e a distribuição interna da doença ocorreram, no entanto, abrangendo diferentes grupos sociais, pois não existe segregação absoluta e o isolamento social foi adotado posteriormente ao início da doença (SANTOS, 2020).

Mas, de acordo com Santos (2020), as condições sociais das pessoas determinam o acesso aos recursos que podem ser usados para evitar riscos

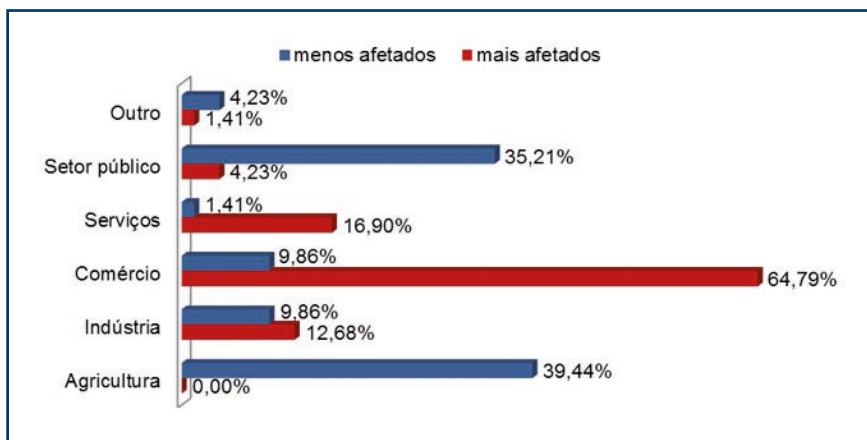
ou diminuir as consequências de doenças. As desigualdades sociais fazem com que as pessoas com mais recursos se apropriem com maior facilidade dos recursos de saúde em comparação com as pessoas menos favorecidas. No caso da Covid-19, as classes que possuem menos ativos ficam ainda mais expostas à deterioração do estado de saúde principalmente se já têm alguma doença crônica.

As condições de trabalho, de moradia, de localização, a dependência do transporte coletivo, a deficiência de saneamento, a baixa autonomia, os estilos de vida e saúde e a falta de suporte adequado de seguridade social geram uma maior exposição e possível propagação da doença nessas classes. Ademais, segundo Aquino *et al.* (2020), as pessoas mais vulneráveis economicamente e trabalhadores informais, provavelmente em sua maioria, não têm condições de adotar as medidas de distanciamento social e aderir totalmente à quarentena estabelecida em alguns lugares pela necessidade de garantir renda mínima para suas famílias. Esses elementos podem ajudar a explicar por que as pessoas mais pobres podem ser mais expostas à contaminação.

Na pesquisa houve também perguntas que abordavam sobre setores e atividades econômicas na tentativa de identificar quais delas foram mais impactadas e menos prejudicadas com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19. O Gráfico 6 expõe os dados sobre setores econômicos e o Gráfico 7 sobre atividades econômicas.

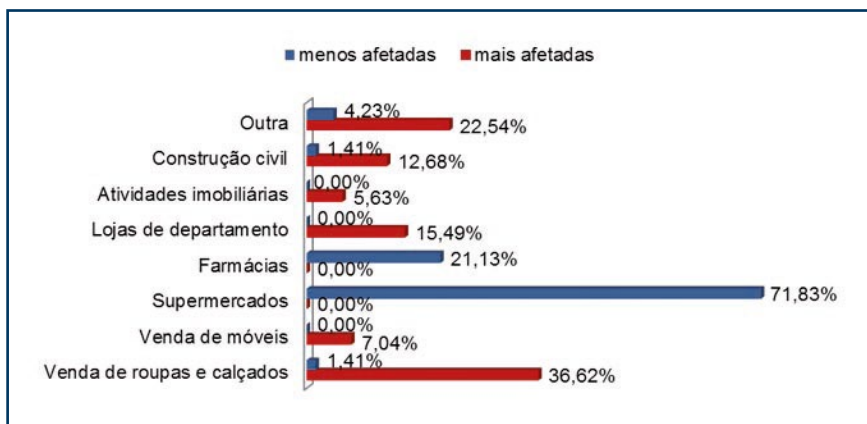
Dos alunos participantes da pesquisa, 64,8% disseram acreditar que o setor comercial foi mais afetado, seguido de serviços (16,9%) e indústria (12,7%). Das atividades econômicas, 36,6% acreditam que as vendas de roupas e calçados foram mais afetadas, 15,5%, lojas de departamento, 12,7%, construção civil, 7%, venda de móveis e 5,6%, atividades imobiliárias. O restante marcou outras atividades não especificadas. A maioria dos alunos disse que a agricultura (39,4%) e o setor público (35,2%) foram os setores econômicos menos afetados. E 71,8% dos alunos disseram que os supermercados foram menos impactados pela pandemia, seguidos do ramo farmacêutico (21,1%).

Gráfico 6. Percepção dos alunos sobre setores econômicos mais e menos afetados pela pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 7. Percepção dos alunos sobre atividades econômicas mais e menos afetadas pela pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

A percepção dos estudantes vai ao encontro do estudo realizado por Mattei e Hainen (2020), que acreditam que o comércio deva ser o setor mais afetado pela pandemia e elencam duas principais razões. Primeiro, pela restrição mais imediata de circulação de pessoas nas ruas, reduzindo as vendas do comércio. Segundo, pela queda na renda das famílias, que tenderão a utilizar a renda para consumos mais essenciais, como alimentação, por exemplo. No entanto, eles acreditam que os efeitos negativos serão menores no comércio atacadista e no comércio virtual, como os “*delivery*”, mas serão maiores no comércio varejista presencial.

Além disso, eles acreditam que as demissões no setor industrial ocorrerão em um ritmo inferior às do comércio e dos serviços. No segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, as demissões também podem ser menores, havendo maior tendência à redução das jornadas de trabalho. As atividades ligadas à administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e assistência social devem ser menos afetadas nos próximos meses, já que existe estabilidade dos funcionários públicos, mas podem afetar aqueles com contratos de trabalhos temporários, por exemplo.

Percebe-se a partir das informações coletadas que houve significativo impacto econômico para a maioria dos estudantes. Os principais problemas gerados pela pandemia de Covid-19 foram a perda de emprego e redução de renda em parcela significativa dos universitários e seus familiares. Estima-se que quanto mais longo o período de isolamento, maiores serão os custos na dimensão econômica.

As medidas de isolamento, distanciamento social e quarentena foram implementadas de modo gradual e com intensidades variadas nas diversas regiões do Brasil. Seus resultados, conforme afirmam Aquino *et al.* (2020), dependem de aspectos socioeconômicos, culturais, de características dos sistemas políticos e de saúde. Na região da instituição federal de ensino estudada, percebeu-se que o impacto econômico foi mais severo principalmente em alunos e familiares com nível de renda mais baixa. Esse fato

possivelmente será uma realidade em diversas outras regiões de outras instituições federais, estaduais ou municipais de ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o objetivo de realizar um panorama econômico dos estudantes do curso em Administração na instituição em questão foi alcançado. Parcela significativa dos alunos disse que foram atingidos economicamente pela pandemia e os que possuíam níveis de renda mais baixos foram mais prejudicados. Dos 71 alunos participantes da pesquisa, cerca de 11% afirmaram ter perdido o emprego e pelo menos 34% disseram ter tido redução de renda após o início da pandemia. Comércio e serviços são os setores mais prejudicados conforme apontado pelos alunos, ao passo que a agricultura é o menos afetado.

Em relação ao público e ao contexto da pesquisa, gera-se a hipótese de que a pandemia de Covid-19 e seus impactos serão percebidos por um prazo maior do que a própria epidemia e venha a influenciar, inclusive, o processo de ensino-aprendizagem. Afinal, esse processo não pode ser dissociado da vida como um todo.

A instituição federal de ensino em que foi aplicada a pesquisa, assim como diversas outras do Brasil, suspendeu as aulas presenciais em março. Pensando nos impactos na educação e na ciência e tecnologia devido à interrupção de aulas, embora não abordado no questionário da pesquisa, a preocupação é enorme. Os efeitos negativos podem ser duradouros e prejudiciais para o aprendizado dos alunos. A interrupção da rotina de estudo, do contato com colegas e professores, da vivência e experiência universitária, o atraso na formação e no desenvolvimento de pesquisas causarão danos provavelmente imensuráveis.

Encoraja-se que novas pesquisas como esta sejam realizadas e possam analisar com maior profundidade a realidade dos estudantes das instituições brasileiras. Afinal, os alunos e as alunas foram e continuam sendo

afetados significativamente com o contexto pandêmico atual em que o afastamento social se tornou imperativo. Além disso, não somente esse público está se vendo obrigado a se reinventar, mas também os profissionais da educação, pais e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel Coronavírus*. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-29 sobre o mercado de trabalho brasileiro. *Texto para Discussão NECAT*, Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, n. 038/2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Ac8aafmej_oxhavo0SgsPK159pzgUbp/view. Acesso em: 28 de jun. 2020.

MELLO, G. *et al.* A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. *Nota do Cecon*, v. 9, 2020. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

RODRIGUEZ-MORALES, A. J. *et al.* COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. *Travel medicine and infectious disease*, fev. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7129040/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SANTOS, G. F.; RIBEIRO, L C S.; CERQUEIRA, R B. *Modelagem de impactos econômicos da pandemia Covid-19: aplicação para o estado da Bahia*. 2020.

SANTOS, J. A. F. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462020000300303&script=sci_arttext. Acesso em: 26 jun. 2020.

SENHORAS, E. M. Novo Coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. *Boletim de conjuntura (BOCA)*, v. 1, n. 2, p. 39-42, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Coronavirus>. Acesso em: 28 jun. 2020.

WU, Di *et al.* The SARS-CoV-2 outbreak: what we know. *International Journal of Infectious Diseases*, v. 94, p. 44-48, maio 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1201971220301235>. Acesso em: 19 jun. 2020.

YUEN, Kit-San *et al.* SARS-CoV-2 and COVID-19: The most important research questions. *Cell & bioscience*, Hong Kong, v. 10, n. 1, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://cellandbioscience.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13578-020-00404-4>. Acesso em: 22 jun. 2020.

REFLEXÕES SOBRE AS DESIGUALDADES E AS DIFERENÇAS DE ENFRENTAMENTO, NO MUNDO E NO BRASIL, ANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Cristine Koehler Zanella¹
Carolina Alamino Félix de Moraes²

1. INTRODUÇÃO

Dado o efeito da onda de mundialização da economia, tecnologia e transportes iniciada nos anos 1970, estamos conectados como nunca. Por isso o vírus encontrou, nesta pandemia, mais facilidade para alcançar todos os continentes do que em qualquer evento similar anterior. Entretanto, isso não significou que todos fomos alcançados da mesma forma. Apesar de o vírus ser desprovido de vontade e intencionalidade, não discriminar suas vítimas, as desigualdades sociais, econômicas e de estrutura institucional entre países e regiões deixaram claro que se encarregariam de selecionar aqueles que mais sofreriam.

Por reconhecer essa situação, neste trabalho buscamos evidenciar as desigualdades e diferenças, no plano internacional e doméstico, que fizeram com que a chegada, o enfrentamento e os efeitos da Covid-19 fossem tão diversos e chegassem a resultados tão díspares em diferentes lugares.

¹ Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Gent (UGent), Bélgica. Mestre em Integração Latino-Americana, bacharel em Direito e bacharel em Economia (UFSM). Professora do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Advogada inscrita na OAB/SP. ORCID-Id <http://orcid.org/0000-0001-7092-4549>. E-mail: cristine.zanella@ufabc.edu.br.

² Graduada em Odontologia pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da Universidade Federal do ABC (UFABC). ORCID-Id <http://orcid.org/0000-0003-4296-8370>. E-mail: carolina.alamino@ufabc.edu.br.

Essa abordagem se justifica na medida em que é necessário olhar mais criticamente para a afirmação de que a pandemia atual nos vulnerabiliza, a todos, de forma igual. Adicionalmente, buscamos também refletir sobre algumas experiências bem-sucedidas que mereceriam maior atenção.

De forma mais detalhada, neste trabalho comentamos inicialmente sobre desigualdades e diferenças, de natureza econômica, geopolítica e de visibilidade, que ficaram transparentes no curso da pandemia de Covid-19. Nesse percurso, percebemos que há desigualdades perversas, mas também experiências bem-sucedidas invisibilizadas, dado que são produzidas em espaços periféricos e/ou que não respondem a uma racionalidade rasa que conecta salvaguarda da saúde a gastos e, saindo de uma pura lógica economicista, inserem na equação do combate ao novo coronavírus a valorização da vida e da saúde.

Seguimos com destaques das desigualdades brasileiras que se evidenciaram nesse período de pandemia e trazemos algumas informações e dados que, embora mereçam ser mais bem acompanhados, indicam os êxitos de uma comunidade periférica de São Paulo, relegada à própria sorte, nos cuidados com os contaminados pelo vírus e com todos os moradores da região.

2. UM MUNDO DESIGUAL

Sob a perspectiva da desigualdade *econômica*, as taxas de mortalidade associadas a pandemias e epidemias são em geral, como a intuição já permitiria concluir, mais severas em países mais pobres. Segundo a economista Laura Carvalho, estudos mostram que taxas de mortalidade decorrentes da gripe espanhola foram até trinta vezes maiores em regiões mais pobres, o mesmo acontecendo com a pandemia de H1N1: a América do Sul apresentou uma taxa de mortalidade decorrente dessa doença vinte vezes maior que a Europa (CARVALHO, 2020).

Na atual pandemia de Covid-19, dado o número crescente e sem sinais de arrefecer de contaminados e de mortos, ainda trabalhamos com

dados em consolidação, especialmente na América Latina e na África, as últimas regiões afetadas. Entretanto, as análises já realizadas apontam que no Brasil os jovens morrem mais que nos países europeus: enquanto aqui as vítimas entre 40 e 49 anos são 6% dos mortos, na Itália, Espanha e Suécia são menos de 1% dos mortos; quando observada a faixa entre 50 e 59 anos, no Brasil as vítimas fatais superam os 10% dos casos, enquanto nos países europeus esse grupo representou menos de 5% dos casos (SOARES; CRAVO; TATSCH, 2020).

Dessa forma, pelo que desponta até o momento, não quebraremos o padrão: a doença, ao menos no Brasil, tem se mostrado mais letal para uma população que, em tese, dada a faixa etária, estaria mais protegida. Os cuidados mais precários com a saúde e uma vida mais exposta e associada a maiores comorbidades (doenças crônicas preexistentes) parecem estar ligados a essas evidências que começam a despontar sobre como a pandemia tem atingido os mais pobres. Pires, Carvalho e Xavier (2020, p. 2) reúnem dados de estudos realizados com a população mais pobre dos Estados Unidos que indicam que “(...) para além de estarem mais sujeitos à contaminação, os mais pobres estão desenvolvendo quadros mais graves da doença. (...) uma das explicações para essa desproporção é a maior incidência de doenças crônicas associadas aos casos mais graves de Covid-19 entre os mais pobres nos EUA”.

A pandemia de Covid-19 também desencadeou uma corrida entre os Estados para assegurar o acesso a equipamentos e medicamentos escassos, expondo desigualdades de *poder* e os limites da geopolítica e do capitalismo dos nossos tempos. Vivemos situações, como os Estados Unidos de Trump tentando comprar o monopólio da vacina que vem sendo desenvolvida pelo laboratório CureVac, financiada pelo governo alemão. O ministro da Saúde da Alemanha confirmou a oferta e reafirmou a necessidade de se resistir a esses exclusivismos, sejam eles calcados no poder econômico ou de outra natureza (BENNHOLD; SANGER, 2020). Fazendo coro à expectativa de Judith Butler (2020) ao comentar o caso, esperamos que esse raciocínio da autoridade alemã sirva também para valorizar todas as vidas,

sem exclusivismos de europeus ante a outros, reconhecendo todas as pessoas como dignas titulares do direito à saúde.

Esses movimentos têm colocado em disputa direta Estados muitas vezes aliados, e temos observado menos cooperação internacional em curso do que se esperaria ou se desejaria. Ao contrário, a necessidade sobre recursos escassos tem trazido o reavivamento de práticas que, embora ainda existam na cena internacional, estavam no imaginário popular relegadas aos livros de história, tais como o confisco e a pirataria internacional.

Nesse sentido, ante a carência internacional de máscaras e a incapacidade dos países europeus de suprirem a própria demanda, o presidente francês decretou a apreensão de todas as máscaras em território nacional. Tal medida significou a retenção de carregamentos destinados à Espanha e à Itália, países que já estavam mais afetados que a França pela doença. Finalmente, as máscaras destinadas aos dois países mediterrâneos chegaram ao destino após negociação que demandou muito apelo dos compradores e a Suécia, a qual detinha a logística sobre a venda das máscaras (AYUSO, 2020). Outro país europeu, a República Tcheca foi, por sua vez, responsável por outro confisco envolvendo máscaras destinadas à Itália (RFI, 2020).

A disputa por suprimentos médicos que, na prática, além de máscaras envolveu também outros itens importantes no combate ao novo coronavírus, como luvas e respiradores, levou a imprensa a nominar as ações dos Estados como “guerra das máscaras”. Em outro episódio dessa disputa, que já carrega todo o vocabulário do conflito, os Estados Unidos propuseram comprar, em dinheiro, por três a quatro vezes o valor original, carregamentos de máscaras prontos para partir dos aeroportos chineses com destino aos compradores. Algumas destas propostas foram bem-sucedidas, como atestam fontes europeias (AYUSO, 2020).

Nesse contexto de disputa por insumos, no Brasil, o antigo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, também revelou que os chineses cancelaram parte do contrato brasileiro, provavelmente pela demanda dos Estados Unidos, que estaria sugando os suprimentos destinados a contra-

tos com outros países (LISTER; SHUKLA; BOBILLE, 2020). Assim, a desigualdade revelada na “guerra das máscaras” garantiu com poder e dinheiro o fornecimento de suprimentos médico-hospitalares e revelou o quão alto pode ser o custo do nosso modo de vida egoísta e nada solidário ante a novas crises sanitárias como essa, que, como vem indicando os epidemiologistas, provavelmente nos confrontarão novamente.

A pandemia de Covid-19 mostrou também que há outro nível de diferença no mundo, relacionado com o comprometimento efetivo dos governantes com a vida das suas populações. Esse tipo de diferença entre os Estados é o que tem permitido que Cuba, mesmo sendo um país sob pesados embargos dos Estados Unidos e fortemente afetado com o congelamento do turismo internacional, tenha conseguido enfrentar muito bem a pandemia. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) registram que até este início de julho de 2020, Cuba confirmou 2.369 casos da doença e registrou apenas 86 mortes.

A título de comparação, sua vizinha caribenha, a República Dominicana, que tem população ligeiramente menor que a cubana, registrou 36.184 casos e 786 mortes decorrentes do novo coronavírus (WHO, 2020). A estratégia cubana foi baseada em um rastreamento ativo dos contaminados e de seus contatos e, dado o sucesso das medidas de saúde adotadas, as restrições começaram a ser levantadas gradualmente também na capital, Havana, no início de julho.

Outro exemplo, que demonstra que milhares de mortes são evitáveis a depender das políticas públicas, vem do Vietnã. Estado declaradamente comunista, mas que vem passando por uma transição para economia de mercado desde a década de 1980, o Vietnã tem sido um caso emblemático no histórico mundial de combate ao novo coronavírus e que merece ser mais estudado entre os países emergentes.

O Vietnã registra desde o início da pandemia de Covid-19 apenas 355 contaminados e nenhuma morte (WHO, 2020). Os números chamam a atenção, dado que o país tem uma população de quase 100 milhões de habitantes e é vizinho da China, país em que surgiu e a partir do qual se

espalhou a doença. O sucesso vietnamita compartilha com Cuba a estratégia de testagem e rastreamentos de contatos ativos e rigorosas quarentenas. Apesar do histórico das comunicações e relacionamentos rígidos dos militares vietnamitas com a população, os registros sobre as medidas adotadas apontam que o governo utilizou redes sociais e mensagens de texto para se manter em contato com a população, trazendo informações e orientações continuamente. Além disso, recorreu a ícones pop para transmitir mensagens e músicas educativas sobre o vírus, criando um clima positivo entre os cidadãos (BBC, 2020).

Se, por diversas razões, pode não ser possível adotar as mesmas medidas que outros países, especialmente dadas as suas diferenças estruturais das democracias liberais ocidentais, é forçoso reconhecermos que há muito que ser revisto nas políticas públicas em curso entre nós, especialmente na visão equivocada da economia e do papel do Estado do governo brasileiro atual. A valorização da saúde da população e do direito à vida de cada cidadão certamente está no foco do governo cubano quando prioriza as políticas públicas de saúde na ilha há décadas. Essa mesma valorização se reflete nas medidas definidas para o enfrentamento da pandemia atual e garante que se salvem milhares de vidas.

Da perspectiva econômica, o Vietnã demonstra que, mesmo tendo uma renda per capita cerca de um terço a do Brasil e um sistema de saúde precário, com vontade e políticas públicas bem desenhadas é possível conter o avanço da doença, preservar a saúde e evitar mortes. O país demonstra também que a geografia não é determinante para o sucesso da contenção do novo coronavírus. Cuba e Vietnã, assim, certamente são modelos que têm suas peculiaridades, nem todas desejáveis, mas que carregam valores os quais importa considerarmos.

Acompanhamos no Vietnã o governo melhorar sua imagem relativamente à transparência e ao autoritarismo, acendendo expectativas quanto ao crescimento do país e sua progressiva organização institucional. Por outro lado, no Brasil, onde o Executivo está nas mãos de um presidente contrário às evidências científicas e que quer nessas bases exercer

seu poder, o governo atual parece se desfazer. Faz sentido, aqui, a interpretação da decomposição de poderes, formulada pelo filósofo Roberto Espósito (2020), ao refletir sobre a pandemia e seus efeitos sobre a política e a vida social.

Em consonância com o que propõe Espósito (2020), no Brasil, a total descoordenação do governo federal para enfrentar a pandemia efetivamente mais indica uma decomposição dos poderes públicos nas mãos deste presidente e sua equipe militar do que exatamente um crescente controle totalitário (em que pesem as insinuações nesse sentido de membros do governo e familiares do presidente). Emblemático e para nunca ser esquecido é que, desde o início da pandemia, o governo teve três diferentes ministros à frente do Ministério da Saúde, estando hoje no comando interino da pasta um militar, paraquedista, sem formação específica em saúde.

Também sempre merecedor de lembrança é que, nesse ínterim, o presidente tentou mudar a bula da cloroquina por decreto, sem embasamento científico. No Brasil do atual governo, então, ante a pandemia de Covid-19, o Poder Executivo decompõe-se a olhos vistos. Já combatidos e desacreditados, e mesmo com suas tantas ineficiências e seu condenável elitismo, os poderes Judiciário e Legislativo têm freado os ímpetus de inegável tendência autoritária do presidente e dos seus apoiadores. Aparentemente, precisaremos recuperar muitas vidas perdidas – e um Estado inteiro – quando essa pandemia for controlada.

Há, enfim, uma desigualdade internacional da *visibilidade*. É clara a já comum disparidade de informações sobre o que acontece na Europa e nos Estados Unidos em relação ao que acontece nas demais regiões do mundo e, especialmente, na África. Observa-se, quanto ao novo coronavírus, uma ausência de informação relativa à situação de mortalidade e de políticas de combate ao vírus que vêm sendo levadas a cabo pelos países africanos. Se, em parte, a ausência de dados de alguns países pode contribuir para isso, certamente em muito contribui para essa invisibilidade do continente africano e de seus assuntos o legado da inferiorização a que a modernidade europeia relegou o continente.

Howard W. French, correspondente internacional em diversos países africanos, recentemente denunciou o desinteresse que manchetes positivas sobre a África provocam nos editores internacionais. Segundo seu testemunho, as boas notícias, tais como os processos de democratização dos anos 1990 e o pujante crescimento econômico do continente neste início de século, não atraem tanto quanto retratos de conflitos demasiadamente brutais para um dito padrão de conflitos de nosso tempo.

Para French está acontecendo o mesmo nesta pandemia: países como Senegal, Gana e África do Sul, por meio de políticas públicas fortes e liderança política, têm conseguido, apesar das dificuldades econômicas, conter a contaminação e a letalidade da doença em seus territórios. Esses países, como defende, merecem ser incluídos na história daqueles que se distinguiram por conseguir manter baixo número de mortes e baixas taxas de infecção pelo novo coronavírus (FRENCH, 2020).

As estruturas de poder da modernidade, que relegam às margens os espaços e experiências oriundos do mundo periférico, têm um peso muito grande para a construção e inserção internacional dessas regiões. Mas é forçoso perceber que essa cegueira deliberada não afeta apenas quem é marcado com os rótulos de tudo que há de ruim. A invisibilidade das políticas que conseguem bons resultados na África e em outras regiões periféricas tem-nos impedido de perceber e de aprender com as medidas de sucesso que poderiam salvar inúmeras vidas. A mesma cegueira que nos impede de olhar, cooperar e aprender com a África também nos impede de fazê-lo em relação às favelas brasileiras, como veremos a seguir.

3. UM BRASIL DESIGUAL

O nacionalismo de slogan que quis esconder as desigualdades e contradições do Brasil ao dizê-lo “acima de tudo”, como quis fazer crer o jargão de campanha do atual presidente, já vinha revelando a sua fragilidade. Com ausência de um projeto de país mais elaborado que a privatização geral e a redução da sua própria presença na vida dos brasileiros como solução para

todos os problemas, a lesividade das ineficientes políticas econômicas e sociais do governo já vinha sendo sentida e denunciada por movimentos sociais e pelas populações mais carentes.

Ilustra a percepção crescente da inação do Estado quanto às políticas de proteção aos mais pobres o relato das autoras deste trabalho. Ao aguardarem pela vacina da gripe em um posto do SUS, no ano de 2019, as autoras do presente capítulo presenciaram uma conversa na qual os presentes, todos pessoas aparentemente muito humildes, se queixavam da piora das condições econômicas, da perda de empregos, da maior dificuldade para garantir a alimentação em casa.

Ao entrar na conversa a questão da responsabilidade dos governantes, ouviu-se uma senhora negra falar para os demais que aguardavam na sala que esse presidente não a tinha enganado, que a desatenção com os pobres e seu abandono eram previsíveis, que tendo dito o que disse não era de se esperar que iria se preocupar com “comida e trabalho de preto e pobre”. A anuência silenciosa com o seu discurso foi geral, embora se elevasse no ar um constrangimento de quem se sente partícipe, pelo voto, daquele estado de coisas. Ao que outra senhora, também negra, quebrou o silêncio e deu voz ao constrangimento geral: “é, eu votei nele porque não parecia ter outra opção”.

É desnecessário lembrar as diversas manifestações classistas e racistas do atual presidente durante a campanha. Elas e as ações do governo ora em curso com a sua eleição, são a marca da colonialidade, nos termos de Aníbal Quijano. Para o autor, o conjunto de relações de poder presentes no período colonial não se esgotou com as independências das metrópoles e continua arraigado nas relações sociais e de poder dos países ora independentes. A continuidade dessas dominações na atualidade, que hierarquiza as pessoas e justifica, assim, a continuidade da exploração, pode ser expressa pela ideia de colonialidade (QUIJANO, 2005).

No Brasil, a colonialidade tem clara marca de raça, gênero e classe, e a Covid-19 revelou o quanto essas pessoas que compõem a base da pirâmide econômico-social se encontram mais vulneráveis a contrair e morrer nesta pandemia. Não por acaso uma das primeiras mortes por Covid-19 no

Brasil foi a de uma empregada que cuidava dos patrões em quarentena, casal que tinha acabado de chegar da Itália e cuja mulher tinha suspeita de ter contraído o novo coronavírus.

A empregada era uma senhora de 63 anos que, há vinte, saía de Miguel Pereira e percorria cem quilômetros para trabalhar na casa dos patrões, no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro. Seu caso é emblemático e revela a vulnerabilidade crescente da população pobre brasileira. Composta majoritariamente por mulheres negras, o número de empregadas domésticas no país em 2018 era o maior desde 2012, número não acompanhado pela formalização do vínculo de trabalho: no mesmo período, o número destas profissionais trabalhando com carteira assinada caiu 11,2% (IBGE, 2018). A manutenção de uma pessoa para servir a família sem respeito pelos seus direitos e sem preocupação com a sua saúde é um inafastável traço da colonialidade que caracteriza nossa sociedade.

Uma perspectiva mais panorâmica da relação entre as desigualdades no Brasil e a mortalidade por Covid-19 encontra-se nos dados de um levantamento da consultoria Lagom Data, encomendado pela revista Época. A partir da análise dos prontuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de mais de cinquenta mil mortos pela doença no Brasil, a pesquisa revelou que 60,7% eram pretos e pardos, quando, de acordo com o IBGE, esses representam 54% da população brasileira.

À maior vulnerabilidade em função da raça somam-se outros fatores, como idade e condição social. Como bem sintetiza o título e a chamada da notícia: “Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: Homem, pobre e negro” (SOARES; CRAVO; TATSCH, 2020). À raça e classe soma-se um determinado padrão de masculinidade vigente e persistente, associada a práticas machistas e de risco, que demandaria maior investigação, mas que são sugeridas a partir das palavras dos pesquisadores, os quais “apontam menor predisposição masculina a cuidar da saúde e respeitar regras de isolamento” (SOARES; CRAVO; TATSCH, 2020). A isso somaríamos a maior ocorrência de homens entre as profissões precarizadas de entregadores, uma característica de gênero operando na configuração da vítima-padrão no Brasil.

Tudo somado, gênero, raça e classe se escancaram durante a pandemia como desigualdades persistentes no Brasil desde os tempos coloniais. Próximo ao que David Harvey (2020) constatou para os Estados Unidos, também no Brasil a classe trabalhadora se debate entre escolhas, no mínimo, incômodas. Por aqui, os trabalhadores enfrentam o que preferimos chamar de dramática escolha de se contaminar em nome do cuidado e da manutenção de provisões essenciais, encarar o desemprego, ou assumir o que as elites, numa ironia perversa, têm chamado de empreendedorismo pessoal: alugar um meio de transporte para entregar, cidade afora, encomendas. Não tendo vínculo trabalhista nem com quem encomenda, nem para quem entrega, nem com o aplicativo que conecta todos, esse é um trabalhador em tudo precarizado: sem férias, sem finais de semana de folga e sem previdência social de suporte (ANDRADA, 2019). Ao mesmo tempo, uma elite proprietária protesta de dentro de seus carros, aos buzinaços, em frente a hospitais, pela volta ao trabalho de todos, como vimos em São Paulo. Tudo somado, parece que, no Brasil, o vírus e alguns grupos são menos diferentes nas intenções que na estrutura.

Essas diferenças entre grupos sociais e as diferentes condições de se cuidar ficaram explícitas no Brasil da pandemia, especialmente em grandes centros como São Paulo, em que, desde abril, é notório que as ruas foram tomadas de trabalhadores precarizados, entregando comida para aqueles que conseguiram organizar seu trabalho em casa. As condições horríveis levaram à paralisação dos serviços em 1 de julho. Nesse contexto de conscientização da exploração e articulação de demandas por respeito a direitos fundamentais, há que se ficar atento, como lembrou o professor Jorge León Casero, para que não admitamos a ascensão do autoritarismo sob a pretensa justificativa de gestão dos distúrbios sociais fomentados pelo contexto de uma epidemia e/ou de um possível cenário de carência de recursos (LEÓN CASERO, 2020).

Assim como há experiências de sucesso no enfrentamento ao vírus em partes periféricas do mundo, sem que a devida visibilidade lhes alcance, também no Brasil há exemplos de destaque no combate à doença vindos de territórios periféricos. É o caso da comunidade de Paraisópolis, em São Pau-

lo. A região, em pesquisa divulgada no final de junho, apresentava uma taxa de mortalidade bem abaixo da média municipal (21 mortes por cem mil habitantes, contra 56 por cem mil habitantes da cidade de São Paulo) e três a cinco vezes menor que de outras zonas vulneráveis da capital (LIMA, 2020).

Apesar da falta de saneamento básico, das dificuldades de acesso à saúde e da perda de fontes de renda, a pesquisa mostra que a organização da comunidade por meio da reunião de lideranças, empreendedores locais e associações de moradores, conseguiu montar uma estratégia para socorrer e atender 24 horas por dia moradores da comunidade. Além disso, a própria comunidade valeu-se da estrutura de escolas para atender contaminados que necessitavam de cuidados e de quarentena e, com auxílios e doações, tem conseguido apoiar as pessoas que moram na comunidade (LIMA, 2020).

Acreditamos que, assim como French registrou para países africanos, Paraisópolis deverá ser lembrada entre os casos de sucesso de manutenção de baixas taxas de contaminação e mortalidade pelo novo coronavírus. É certo que esse sucesso é relativo e deve ser medido no contexto de um país em que o governo central não acredita na ciência e não realiza qualquer ação coordenada para conter o vírus, relegando a cada um encontrar métodos de passar pela pandemia. Considerando as condições dessas comunidades periféricas, a omissão do Estado ante a pandemia de Covid-19 deixou translúcido o descaso com a vida dessas pessoas, majoritariamente pretas e pobres, ao que se somou o descaso com os idosos, numa intencionalidade perversa de se esperar um alívio das contas da previdência com a morte dessa população mais vulnerável ao novo coronavírus.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto destacou desigualdades e diferenças entre Estados que foram exacerbadas no curso da pandemia de Covid-19. As desigualdades colocaram por terra uma ideia que não demorou a mostrar sua fragilidade: a que o vírus atingiria a todos igualmente. Apontamos que a desigualdade econômica tem definido que entre os mais pobres estão tanto os que mais

têm se contaminado quanto os que mais têm sido atingidos por formas mais graves da doença. Assim, seguindo padrões de pandemias anteriores, a doença mata mais quem menos tem.

A desigualdade de poder e as disputas geopolíticas em torno do acesso a máscaras e outros insumos para combater o vírus tem anunciado uma espécie de luta internacional de todos contra todos. De um lado se percebe no poder econômico na disputa por cargas já vendidas internacionalmente, de outro, no poder soberano que confisca bens que se encontram sobre os territórios em que tem jurisdição. Ao fim, um estilo de vida egoísta e nada solidário se projeta doméstica e internacionalmente, garantindo que as desigualdades apontadas tenham grande potencial para fazer a discriminação que o vírus não faz.

Vimos também que, apesar das desigualdades econômicas, há experiências positivas a serem consideradas entre os países em desenvolvimento. Vietnam e Cuba, que em comum adotaram ampla testagem e rastreamento de contaminados, combinado com internação e isolamento dos doentes, articularam políticas públicas comprometidas, rigorosas e com vontade política efetiva das lideranças. Suas experiências mostraram que, mesmo em países periféricos e historicamente invisibilizados, há experiências a serem consideradas para a valorização da vida e da saúde.

No âmbito nacional, destacamos que as desigualdades no Brasil fazem com que, em geral, a doença atinja mais duramente a população historicamente inferiorizada. Adicionalmente, o governo opera num modo de aberto descaso com os rumos da pandemia. Embora não tenhamos desenvolvido mais neste capítulo, tanto por sua limitada dimensão quanto por necessitarmos ainda de dados que, num futuro, esperamos obter, é possível que um cenário ainda mais trágico do que aquele que ora se desenvolve em terras nacionais só não exista porque ainda temos, mesmo que combalido, um Sistema Único de Saúde (SUS). Como argumentamos em texto recente, “sem um sistema universal e integral a saúde passa a ser exclusividade daqueles que por ela podem pagar” (ZANELLA; CHERON; MORAES, 2020). Num país em que o SUS representa o único acesso à saúde para cerca de

80% da população, são os pontos fortes do sistema, mesmo ante a tantos problemas de subfinanciamento, que ditarão grande parte do quanto conseguiremos frear as mortes por Covid-19.

Mostramos que, no país em que o governo deliberadamente não executa uma política concertada de combate ao vírus, há, mesmo assim, experiências de sucesso entre populações periféricas. É o que demonstra a articulação comunitária em Paraisópolis, que tem conseguido, com formação de moradores e organização coletiva, manter as taxas de mortalidade da região abaixo da média municipal.

Entre desigualdades e diferenças, o que nos parece importante recuperar a partir dos diversos casos de experiências relacionadas à pandemia reunidas neste trabalho se relaciona com o raciocínio de Boaventura de Sousa Santos. O professor português enfatiza, em conhecida citação, que “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. A partir deste trabalho e no contexto da luta pela saúde reforçamos que é importante combater a desigualdade quando esta inferioriza e vulnerabiliza; e é importante destacar a diferença quando esta valoriza a saúde e a vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Alexandre. Chineses, robôs e a “uberização” das relações de trabalho: diga adeus às férias e ao 13°. *The Intercept*, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/08/uberizacao-das-relacoes-de-trabalho/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

AYUSO, Silvia. Na “guerra das máscaras” global, franceses acusam norte-americanos de pagar mais para ficar com seus pedidos. *El País Brasil Internacional*. 02 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-02/na-guerra-das-mascaras-global-franceses-acusam-norte-americanos-de-pagar-mais-para-ficar-com-seus-pedidos.html>. Acesso em: 4 jul. 2020.

BENNHOLD, Katrin; SANGER, David E. U.S. Offered ‘Large Sum’ to German Company for Access to Coronavirus Vaccine Research, German Officials Say. *The New York Times*, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/15/world/europe/coronavirus-vaccine-us-germany.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRITISH BROADCAST COMMUNICATION [BBC]. Como o Vietnã conseguiu vencer o coronavírus, apesar do sistema de saúde precário. *BBC*. 09 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/international-52584143>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BUTLER, Judith. Capitalism has its limits. *Verso*. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/4603-capitalism-has-its-limits>. Acesso em: 5 jul. 2020.

CARVALHO, Laura. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.

ESPOSITO, Roberto. Curati a oltranza. *Antinomie*. 28 fev. 2020. Disponível em: <https://antinomie.it/index.php/2020/02/28/curati-a-oltranza/>. Acesso em: 5 jul. 2020.

FRENCH, Howard W. Africa Is a Coronavirus Success Story So Far, If Only the World Would Notice. *WPR*. 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/28776/africa-is-a-coronavirus-success-story-so-far-if-only-the-world-would-notice>. Acesso em: 6 jul. 2020.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. *Jacobin*. Mar. 2020. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions>. Acesso em: 5 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 5 jul. 2020.

LEÓN CASERO, Jorge. Soberanía en tiempos de biopolítica: estado de alarma y derechos fundamentales. *El Salto Diário*. 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/el-rumor-de-las-multitudes/soberania-en-tiempos-de-biopolitica-estado-de-alarma-y-derechos-fundamentales>. Acesso em: 5 jul. 2020.

LIMA, Juliana Domingos. Por que Paraisópolis se destaca no combate ao coronavírus. *Nexo Jornal*. 01 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nexo-journal.com.br/expresso/2020/07/01/Por-que-Parais%C3%B3polis-se-destaca-no-combate-ao-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 6 jul. 2020.

LISTER, Tim; SHUKLA, Sebastian; BOBILLE, Fanny. Pandemia de coronavírus desencadeia disputa global por máscaras de proteção. *CNN Brasil Internacional*. 05. abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-desencadeia-disputa-global-por-mascaras-de-protecao>. Acesso em: 4 jul. 2020.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima. COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em: 18 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal Obregón. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal Obregón. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RFI. Covid-19: após denúncia da França contra EUA, surgem revelações sobre confiscos de máscaras entre países europeus. *G1*. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/03/Covid-19-apos-denuncia-da-franca-contr-eua-surgem-revelacoes-sobre-confiscos-de-mascaras-entre-paises-europeus.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SOARES, Marcelo; CRAVO, Alice; TATSCH, Constança. Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro. *Época*. 03 jul. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-Covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 4 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. *WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. Disponível em: <https://covid19.who.int>. Acesso em: 5 jul. 2020.

ZANELLA, Cristine Koehler; CHERON, Cibele; MORAES, Carolina Alamino Félix de. A OMS, o Brasil e a importância de um sistema de saúde universal: evidências e contradições a partir da pandemia de Covid-19. In: MELO, Ezilda; BORGES, Lize; SERAU JUNIOR, Marco Aurélio (Orgs.). *Covid-19 e direito brasileiro: mudanças e impactos*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, v. 1, p. 489-503. Disponível em: https://editorial.tirant.com/free_ebooks/E000020005246.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

EM TEMPOS DE PANDEMIA VIDAS NEGRAS IMPORTAM REALMENTE? UM RETRATO DE COMO UM PAÍS TRATA SUAS JUVENTUDES NEGRAS

Cristiane Silveira dos Santos¹
Alexandre Anselmo Guilherme²

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo vive uma pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, que causa a doença denominada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de Covid-19 e que parece estar mudando a história do planeta. São centenas de milhares de vidas perdidas em pouco mais de seis meses por uma doença que ataca os seres humanos de formas ainda não totalmente conhecidas pela ciência e para a qual, até este momento, não temos vacina, tampouco medicamentos realmente efetivos em seu enfrentamento.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020, online), “73,8% das mortes registradas por Covid-19 até 1º de julho de 2020 ocorreram em indivíduos com 60 anos ou mais, dos quais 58% eram homens”, o que demonstra uma maior taxa de letalidade em pessoas idosas. Sendo assim, a OMS nos mostra como única possibilidade de controle, ainda que parcial, o distanciamento social, a quarentena e a consequente redução da atividade econômica.

¹ Mestre em Educação (PUCRS). Professora da Rede Municipal de Ensino - RME de Porto Alegre/RS. ORCID-Id: <https://orcid.org>. E-mail: chane.s.santos@gmail.com

² Doutor PhD em Filosofia (Durham University). Professor adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Psicologia e em Filosofia da PUCRS. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0003-4578-1894>. E-mail: alexandre.guilherme@puccrs.br

Dentro deste cenário, o Brasil está entre os primeiros no mapa mundial de mortes pela doença, num caos que dificulta pesquisas com mais variáveis, mas onde os números oficiais informados pelo Ministério da Saúde declaram, ao final do mês de julho, em torno de 88 mil mortes. Desde o início da pandemia no Brasil, tivemos três ministros da saúde: o primeiro, médico, foi demitido por divergências com o presidente da República quanto às orientações da OMS, das quais o governo federal discordava; o segundo, também médico, ficou menos de um mês no cargo e declarou publicamente ter pedido demissão por falta de alinhamento com o presidente Jair Bolsonaro em relação ao protocolo que liberou o uso da cloroquina para pacientes com quadro leve de Covid-19 (TEICH, 2020); e finalmente, temos um general sem formação na área de saúde ocupando o cargo inteiramente.

De fato, na realidade brasileira, o discurso oficial do Governo Federal tem sido de priorizar e afirmar a importância da economia, e negar a pandemia, conforme declaração do presidente da República inclusive em rede nacional. E, assim sendo, as populações vulneráveis de nosso país, em sua maioria indivíduos negros e de baixa renda, sofrem a implacável ação do vírus, e a inaceitável inação governamental.

Ademais, o Estado brasileiro tem demonstrado um grande esforço, por exemplo, em invisibilizar os recortes interseccionais no que podemos especular seja uma busca de sabotar as políticas identitárias, haja vista que em junho de 2020 retirou da página do Ministério da Saúde o relatório de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção das Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VITIGEL, 2018). Este relatório traz estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para a população negra nas capitais de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal com pesquisa realizada no ano de 2018.

O exposto é preocupante, e em um momento de emergência em saúde mundial, consultamos o relatório e encontramos números que apoiam nossas crenças de que a desigualdade racial na exposição às mortes por Co-

vid-19 será uma realidade. O referido estudo traz comparações entre as populações negra e branca e aponta cenários diferentes onde, por exemplo, a população negra apresentou frequências menores no consumo de frutas e hortaliças (29,5% versus 39,1%) e frequências maiores na avaliação negativa da saúde (5,2% versus 4,0%) e no consumo abusivo de bebidas alcoólicas (19,2% versus 16,6%). Se a letalidade da doença está diretamente ligada a comorbidades em relação à saúde, este relatório confirma que a população negra é, mais uma vez, a que corre mais riscos.

Segundo o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio, em pesquisa realizada com aproximadamente 30 mil casos de internação pela Covid-19:

As chances de um paciente preto ou pardo e analfabeto morrer em decorrência do novo coronavírus no Brasil são 3,8 vezes maiores do que de um paciente branco e com nível superior. [...] A comparação feita pelos pesquisadores mostra que, entre os pacientes internados de cor branca, 62,07% se recuperaram, enquanto 37,93% morreram. Entre pretos e pardos, a situação se inverte: são 54,78% de mortes e 45,22% de recuperados (PARAGUASSU, 2020).

Além dos dados sobre a desigualdade também na saúde da população negra, ainda pesa o fato de que o distanciamento social, em suas mais variadas nuances, só é possível para uma parcela privilegiada da população, de maioria branca e de classes economicamente mais privilegiadas. Sabemos que, em qualquer situação de caos social, os grupos que já são historicamente mais prejudicados, por certo seguirão sendo. Então, podemos apenas intuir a grande perda de vidas negras com que nos defrontaremos quando pudermos organizar pesquisas científicas confiáveis.

Temos famílias que vivem em espaços exíguos, com péssimas condições sanitárias, onde, segundo dados do Ipea (2014) no relatório da situação social da população negra por estado, apenas 39,1% da população negra tem acesso à moradia adequada. Ainda, com grande parte ocupando postos de trabalhos informais, a possibilidade de trabalho remoto, de dis-

tanciamento dentro de suas casas e até de uma maior proteção aos idosos é quase inexistente.

Somado a isto, a fragilidade do sistema público de saúde e a falta de acesso desta população a um cuidado prévio (VITIGEL, 2018), colocando boa parte delas nos chamados grupos de risco com diabetes, hipertensão, problemas cardíacos e circulatórios um cenário de caos que se confirma dia a dia. Os atestados de óbito virão com Covid-19 ou com subnotificações que atestam infarto, insuficiência respiratória e outros, mas talvez estes documentos contemplassem uma verdade maior se usassem as opções como “desigualdade racial”, “racismo”, “pobreza” e “descaso”.

Nos Estados Unidos da América, onde uma lei exige que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) emita atualizações diárias sobre a Covid-19, apresentando os dados coletados por idade, sexo e raça, o relatório *The color of coronavirus: Covid-19 deaths by race and ethnicity in the U.S.* (APM RESEARCH LAB STAFF, 2020, *online*), mostra que a cada 100 mil negros, 50 morrem da doença, enquanto entre os brancos, as mortes são de 20,7 a cada 100 mil. Podemos então mais uma vez imaginar como será a realidade brasileira quando pudermos nos organizar novamente para produzir pesquisas sérias e abrangentes sobre a pandemia.

Aqui ainda refletimos sobre a realidade de que muitas dessas famílias, diante de dificuldades econômicas extremas, subsistem dos salários de aposentadoria de seus idosos, que são justamente as vítimas mais numerosas da doença que no início de junho de 2020 já matou mais de 41 mil brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, devido ao desemprego em alta e a crise econômica, no ano de 2019 aproximadamente 57 milhões de famílias tiveram como sua renda principal aposentarias e pensões de seus integrantes idosos.

Fazemos um paralelo com o pensamento de Fanon (1979, p. 29), sobre o colonialismo e a condição do sujeito negro nas colônias, uma vez que conhecemos a situação da população negra nas comunidades e periferias do país:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra [...] é um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorodada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada.

Imaginamos então que o cenário pós-pandemia possa ser ainda mais dramático para essas famílias, diante do caos na economia e consequente aumento exponencial do desemprego, aliado à perda das pensões de seus idosos, vitimados pela Covid-19. Não temos dúvida, apesar de muitos estados não estarem disponibilizando os dados por etnia, que a maior parte da população atingida por todos estes fenômenos será negra.

2. QUANDO AS TECNOLOGIAS SÃO A ÚNICA FORMA POSSÍVEL, COMO FICAM AS PERIFERIAS?

Diante deste cenário dramático, que só faz destacar a imensa desigualdade do país, como fica o ensino? Em um cenário confuso, num país com sérios problemas políticos e sem uma diretriz única e séria a respeito do funcionamento das escolas, estados e municípios se organizam de forma independente e ainda mais confusa. Escolas e universidades seguem fechadas e famílias e professores parecem perdidos diante da situação.

Na educação básica, famílias de classe média iniciaram a caminhada do fechamento das escolas com certa ansiedade em receber atividades à distância com o que pareceu uma preocupação com a aprendizagem de seus filhos, mesclada ao direito de seguir recebendo o serviço pelo qual pagavam. Entretanto, em poucas semanas ficou bastante claro que nada seria assim tão simples. A educação básica é feita de contato, convivência, troca de olhares, falas e silêncios que comunicam muito mais do que está sendo dito no primeiro plano. Temos então famílias perdidas, crianças confusas e

professores estressados. No entanto, precisamos lembrar que, mesmo com problemas, a maioria destes alunos de classe média tem acesso às tecnologias necessárias para um ensino remoto. Como seguem então as escolas de ensino público?

Intuímos que existam vários cenários no país, mas podemos afirmar que na cidade de Porto Alegre, mais especificamente na Rede Municipal de Ensino, que possui 98 escolas e é muitas vezes citada como a rede de ensino mais periférica do país, o cenário é de caos e incerteza. As escolas foram fechadas no dia 17 de março e não houve nenhuma manifestação em relação ao ensino remoto, por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) até o início de junho. As discussões entre os educadores são várias, não há consenso nas ações. Parte dos educadores defende a ideia de que os alunos não percam o vínculo com a escola. Para tanto, têm iniciativas independentes, enviando atividades através de redes sociais, plataformas Google ou grupos de aplicativos de mensagens. Acreditam ser a melhor forma, neste momento, apesar de estarem cientes de que não contemplam uma parcela significativa de alunos devido à falta de acesso às tecnologias. Este, aliás, é o ponto discutido por outra parte dos educadores que optou por não enviar atividades, uma vez que a mantenedora não regulamentou estas práticas, por acreditar que a vulnerabilidade de uma grande parte do público destas escolas acentuaria a desigualdade já tão explícita.

Em junho, diante de evidências de que o retorno do ensino presencial de forma segura parece ainda muito distante, a mantenedora tenta implantar o ensino remoto por uma plataforma privada inicialmente prometendo pacote de dados de acesso gratuito à população por *smartphones*. No entanto, quase ao final do mês de junho, os dados gratuitos não aconteceram e as dificuldades da população em lidar com a plataforma disponibilizada são imensas. As discussões seguem e não há unanimidade. O que podemos reafirmar é que as desigualdades, em tempos de crise, tendem a se exacerbar também neste quesito.

É neste cenário de profunda desigualdade, que buscamos refletir sobre a forma como a sociedade brasileira trata suas juventudes negras e de

que forma a necropolítica (MBEMBE, 2018) oprime estes corpos negros e ameaça suas existências.

3. DAS VIOLÊNCIAS – QUEM DECIDE QUEM VIVE E QUEM MORRE?

Em seus escritos, Fanon disserta sobre as violências a que a população negra é exposta constantemente. Em seus importantes textos, *Os condenados da Terra* e *Peles negras, máscaras brancas* (2008), o autor delimita três tipos de violência: estrutural, psicológica e física. Morgan e Guilherme (2013) trazem Fanon para falar da violência estrutural, a qual afirmam ser um tipo de violência socioeconômica implementada pela colheita e pilhagem de recursos locais por colonizadores que usam esses recursos a seu favor e a favor da metrópole, em detrimento das populações locais e da colônia.

Ligando esta violência estrutural ao racismo que, segundo Almeida (2019, p. 23), pode ser considerado

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas inconscientes e conscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial a qual pertencem.

Percebemos uma grande ligação entre o racismo estrutural e a violência que estas estruturas executam no existir do negro na sociedade brasileira. Ainda, segundo Almeida, o racismo não só é estrutural como estruturante dos mecanismos de funcionamento de uma sociedade que desvaloriza e descaracteriza o sujeito negro. A sociedade não só existe de forma racista, como se organiza, mesmo que em novas estruturas e esquemas, de forma racista.

Mbembe (2014) fala sobre um novo existir do negro que o objetifica e onde o termo negro é usado de forma pejorativa que a um tempo que

o desumaniza, tanto quanto nas estratégias de colonização que Fanon descreve, como lhe retira a possibilidade de protagonismo histórico, sem no entanto, recorrer a estratégias de colonialismo ou escravização explícitas. Mbembe (2014) chama esta nova definição de “tendencial universalização da condição negra”, e as estruturas se movimentam neste sentido, sem que muitas vezes se percebam estas estratégias. A mercantilização da vida que traz uma nova imagem dos sujeitos negros no panorama mundial é chamada por Mbembe de *Devir Negré*, ou o devir-negro, a nova e altamente mutável forma da sociedade mundial de ver e perceber o sujeito negro que a desobriga da preocupação com o humano.

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo. (MBEMBE, 2014, p. 18).

Morgan e Guilherme (2013) falam sobre a violência psicológica em que a psique do colonizado é afetada, prejudicando sua capacidade de resistência e autodeterminação. Os autores afirmam (2013, p. 7):

esse tipo de violência prejudica a própria ideia de individualidade e de identidade das populações locais e causa uma condição patológica em que a população local só tem um senso de si própria diante do colonizador, isto é, os colonizados só alcançam um senso de individualidade e de identidade em face do mestre e colonizador. As implicações para a confiança cultural, o autovalor e o orgulho são enormes – os colonizados são privados destes.

Em um país de maioria negra, com 53,6% da população (IBGE, 2014), onde, entre os 10% mais pobres, 76% são negros, traçamos um paralelo com as observações de Fanon afirmando que, diante destas condições,

os negros brasileiros também sofrem uma violência psicológica diária com sérias implicações em sua confiança, autoestima e orgulho. Em tempos de pandemia, a vulnerabilidade em relação à doença e à crise financeira se torna mais um fator de violência psicológica contra a população negra. Nesse contexto, podemos refletir que a violência psicológica não é objetiva: ela é muito mais um conjunto de práticas sociais que o senso comum esconde atrás de um jogo nefasto de falsa igualdade racial, sobre a qual falaremos mais adiante.

Compreendemos a violência física como a violência de fato, que é o trabalho final do racismo, de controle e extermínio dos corpos negros que são consumidos pela estrutura racista do país. Neste aspecto defendemos a quantidade de mortes das juventudes negras como genocídio, uma vez que a omissão do Estado diante da quantidade de mortes é uma realidade e a ação direta do Estado através da morte de jovens pela mão de policiais também é outra realidade.

Florestan Fernandes já bradava sobre o genocídio do negro em 1978, quando, no prefácio do livro de Abdias do Nascimento, declarava:

Da escravidão, no início do período colonial até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. [...] e, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas (FERNANDES, 1978 *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 49).

Quanto à morte de jovens decorrente de intervenções policiais, por exemplo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), criado com base nos registros policiais, estima ao menos 4.222 vítimas no país. Remetemo-nos mais uma vez a Mbembe, quando este fala das colônias, fazendo um comparativo com favelas e comunidades do Brasil, que sabemos ser de maioria negra e lembrando os episódios recentes de jovens e crianças mortos durante ações policiais:

As colônias não se organizam sob a forma estatal; não geraram um mundo humano. Seu exército não forma uma entidade distintiva e suas guerras não se dão entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente enquanto inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não-combatentes, ou bem entre “inimigos” e “criminosos”. Em resumo, as colônias são zonas em que a guerra e a desordem, as figuras internas e externas do político, se tocam ou se alternam umas com as outras. Como tais, as colônias são o lugar por excelência em que os controles e as garantias da ordem judicial podem ser suspensas, em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (MBEMBE, 2011, p. 39).

As vítimas no cenário nacional são, em sua maioria, jovens do sexo masculino, pobres e não brancos, com poucos anos de escolaridade e que vivem na periferia das grandes cidades (IPEA, 2009).

As juventudes são tratadas, neste texto, propositadamente no plural, na intenção de pontuá-las como uma categoria social que perpassa as noções de classe social, gênero, etnia, relação com o mercado de consumo e de trabalho, dentre tantas outras variáveis. Apesar de ter a juventude como característica comum, não são os mesmos os jovens que iniciam sua jornada no mercado de trabalho e aqueles que têm a possibilidade de dedicar-se exclusivamente à sua escolarização; tampouco são iguais jovens que engravidam cedo ou que constituem família e aqueles que foram cooptados para o trabalho com o narcotráfico.

São juventudes diferentes, mas não são menos jovens os sujeitos que aí se incluem, em sua maioria pretos e pardos. Não são menos complexas as juventudes negras, tampouco menos ricas e plurais. A juventude é uma fase bela e romantizada, mas depende de a que grupos pertencem estes jovens, o que percebemos facilmente quando comparamos a quantidade de mortes de jovens negros e brancos.

Divulgado em novembro de 2017, o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2017) mapeia os homicídios pelo país, com importantes recortes de gênero, idade e etnia. Os dados confirmam a realidade que percebemos

nas ruas: O Brasil perdeu 318 mil jovens por homicídio entre 2005 e 2015, aproximadamente 225 mil eram jovens negros.

No Rio Grande do Sul, um estado de maioria branca, o Censo 2010 do IBGE aponta apenas 16,13% de negros entre seus moradores. Na capital, Porto Alegre, os números são ainda menores, com 14,5% da população entre pretos e pardos. No entanto, a cidade segue a tendência nacional de mortes entre jovens. No Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) da Prefeitura de Porto Alegre, onde é possível fazer muitos tipos de recortes, encontramos dados comparativos de mortes por homicídio, de jovens entre 15 e 29 anos. Ali confirmamos que a morte de jovens em Porto Alegre também tem raça/etnia, uma vez que, mesmo com apenas 14,5% da população negra, a taxa de mortalidade de jovens negros é de 40,5%.

Os números confirmam uma realidade que se vê nas ruas, na mídia e também dentro das escolas municipais, onde muitos estudantes têm familiares entre os jovens mortos e vivem o clima de guerra urbana diariamente, nas esquinas, nas praças e dentro de suas casas.

4. VIDAS NEGRAS NO BRASIL TAMBÉM IMPORTAM?

É neste cenário de violência efetiva que, em meio à pandemia de coronavírus, vozes negras se erguem no cenário mundial para gritar que “vidas negras importam” diante de mais um episódio de violência institucional nos EUA em que um policial assassinou um homem chamado George Floyd depois de manter seu joelho no pescoço dele, já dominado, por mais de cinco minutos, causando sua morte por asfixia (G1, 2020). As imagens dramáticas e a reação de protesto de muitos cidadãos negros americanos ganharam as redes sociais e os principais jornais do mundo e se tornaram uma onda mundial de combate ao racismo e de discussões a respeito da desvalorização do sujeito negro pelo mundo.

No Brasil, na semana anterior à morte de Floyd, o jovem João Pedro, de apenas 14 anos, havia sido assassinado por um policial que invadiu sua casa, em uma operação policial e atirou nas costas do rapaz que jogava vi-

deogame. No entanto, nos perguntamos por que um episódio tão ou mais violento não gerou a mesma comoção que o episódio americano. Em resposta a esse questionamento, nos indagamos se, no Brasil de maioria negra, as vidas negras realmente não têm importância. Vivemos em uma sociedade estruturada para beneficiar uma minoria branca, em detrimento da maioria negra; vivemos em uma sociedade que psicologicamente violentou a maioria negra que se acostumou com as violências, o descaso, governamental e societário – a sociedade brasileira seria facilmente reconhecida por Fanon como um exemplo seminal de seus argumentos em *Os Condenados da Terra* (1979).

Assim sendo, afirmamos que o racismo brasileiro se configura de maneira escamoteada, se afirma e existe em sua própria negação; perceber essas nuances nos leva a entender por que a morte de milhares de jovens negros acontece cotidianamente nessa sociedade, sem que haja comoção da sociedade como um todo. O mito da igualdade racial, criado no Brasil, distorce a imagem real de uma sociedade que compactua com o genocídio de uma população e a faz acreditar na não existência de problemas raciais, invisibilizando o quanto desmerece ou desvaloriza um ser humano por sua etnia.

Em *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre oficializa esse mito da igualdade racial inaugurando uma visão do racismo, reforçada até os dias atuais, em que a saída do negro da condição subalterna se daria por meio de suas conquistas individuais. Diferentemente do racismo de outros países que possuíam segregação oficial, o racismo brasileiro se esconde e se revela conforme sua intencionalidade.

Com a criação desse mito, o de paraíso racial, criou-se também um grande problema para a população negra, uma vez que o racismo, oficialmente, não existe, não tem sentido lutar contra ele. É necessário então, primeiro, abdicar desse mito, reconstruir identidades negras e empoderadas, perceber a discriminação para, só assim, começar a se preparar para assumir a luta antirracista. Então, um dos problemas da criação deste mito é que, diante da inexistência da oficialidade do racismo, o negro brasileiro

necessita primeiro se apoderar de sua negritude, reconhecer a discriminação e negar o mito para só então se sentir preparado para a luta contra as discriminações sofridas. Em seu *Pele negra, máscaras brancas* (2008), Fanon demonstra que o negro sofre uma discriminação por vezes velada nas colônias, o que anestesia sua revolta. Ele é um negro de alma branca se for um bom homem, e um negro selvagem se for ruim,

se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a ‘manter as distâncias’; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (FANON, 2008, p. 95).

Igualmente na situação da pandemia, em que a população mais vulnerável está sendo empurrada para a volta ao trabalho para garantir sua sobrevivência e vive em condições que não propiciam o isolamento social e os cuidados básicos com a higiene, a sociedade, mais uma vez, segue invisibilizando o recorte étnico. Esta segue buscando respostas na vulnerabilidade econômica, afirmando que a exposição da população se dá pelo empobrecimento, se apoiando mais uma vez no falso mito da igualdade racial que acaba funcionando como mais uma ferramenta associada ao que Mbembe (2018) chama de necropolítica.

Ou seja, onde o poder político se apropria da gestão da morte, como forma de gestão social, com decisões estatais sobre quem vive e quem morre e como se vive, buscando culpas individuais, caos social e a existência de um inimigo interno, como forma de decidir como serão tratadas estas mortes. A necropolítica (MBEMBE, 2018) se associa ao racismo, tornando o negro o inimigo interno a ser combatido, onde o Estado define as condições necessárias mínimas para viver em determinadas regiões, que estão marcadamente submetidas ao risco constante da morte.

5. COMO ESPERANÇAR EM TEMPOS DE PANDEMIA?

ESPERANÇAR - verbo transitivo direto e pronominal. Ocasionar ou possuir esperança; animar ou animar-se: a doação das instituições esperançou os atingidos da tragédia; o paciente esperançava-se quando recebia um incentivo. Etimologia (origem da palavra esperar). Esperança + ar. (DICIO, 2020).

No campo da educação, defendemos a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 como ferramentas de fortalecimento das identidades negras e consequente empoderamento, individual e coletivo, dos jovens como proteção contra as mortes. Estas leis alteraram os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 - LDBEN). A Lei nº 10.639/03, aprovada primeiro, torna obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do país, apontando que ela deve ser trabalhada no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente nas disciplinas de História, Língua Portuguesa, Literatura e Educação Artística. No ano de 2008, a Lei n. 11.645 veio acrescentar a história e cultura indígena ao escopo da normativa.

Aludimos à LDBEN de forma breve para compreender que a sua implementação traz novas possibilidades de se tratar a verdadeira história de nosso país, trazendo personagens, histórias, culturas e conceitos desvalorizados, esquecidos e discriminados durante muito tempo. No entanto, justamente por ser um país com racismos estruturais históricos, e ainda vivendo dentro da lógica da falsa igualdade racial, temos grande dificuldade em convencer os educadores a implementar a lei em suas salas de aula. Precisamos ainda de um trabalho substancial dos órgãos gestores da educação com formações para os professores, estímulo e controle, para que a implementação se faça de fato nas salas de aula do país.

Sugerimos que siga e se perpetue por todo o cenário nacional a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), que audita os investimentos feitos por gestores públicos na implementação

da LDBEN. Acreditamos ser essa uma iniciativa importante, uma vez que o racismo estrutural tende a ser também estruturante nas suas práticas e na sua neutralização. Sem fiscalização a lei tende a ser ignorada e sua existência transformada em escudo a ser usado quando algum órgão é cobrado por seu enfrentamento ao racismo.

Trazemos a definição de Berth (2019, p. 18) sobre empoderamento para apontar que acreditamos neste conceito, em nosso trabalho na implementação da LDBEN.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade.

No entanto, observamos que já vivíamos em um cenário sensível, com a vulnerabilidade geral da população negra e dificuldades de efetivação do trabalho antirracista na escola. E então vêm a pandemia, o isolamento social e as dificuldades econômicas. Nesta realidade, não podemos deixar de refletir no quanto as dificuldades de fazer as ferramentas de ensino remoto chegarem a nossos alunos são grandes.

Encerramos este trabalho nos perguntando: como esperar depois de todo o cenário que estudamos acima? Não há respostas fáceis, nem soluções imediatas. Acreditamos apenas que precisamos nos organizar e resistir, mas os caminhos precisam ser reinventados e ressignificados, uma vez que, do ponto de vista étnico, no Brasil, o cenário se tornou ainda mais dramático.

Observamos novamente que, diante da realidade americana, onde também a sociedade é extremamente racista, apesar de suas características um pouco diferentes, podemos vislumbrar o que teremos se um dia pudermos produzir pesquisas substanciais. Só então, saberemos o tamanho do drama que estamos vivendo. Não são números, são vidas: filhos, mães, avós, enfim, amores de alguém, que estão desaparecendo do planeta com uma doença triste que descortina ainda mais o quão desigual é nossa sociedade.

Esperançar, neste momento, talvez seja sonhar que todas estas dificuldades sejam usadas como uma oportunidade difícil, mas importante de redesenhar nossas relações raciais, chamando, principalmente a sociedade branca, que é privilegiada historicamente pelo racismo estrutural, a entrar na luta antirracista e mudar esta triste realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

APM Research Lab Staff. *The color of coronavirus: COVID-19 deaths by race and ethnicity in the U.S.* Published May 20, 2020. Disponível em: <https://www.apmresearchlab.org/covid/deaths-by-race>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CASO George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. *G1, Mundo*, 27 de maio de 2020, São Paulo, SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CERQUEIRA, D. *et al. Atlas da Violência 2017*. Brasília, DF: IPEA; São Paulo: FBSP, 2018.

DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esperancar>. Acesso em: 30 jun. 2020.

DOWLING, Marisa K.; KELLY, Robin L. *Policy Solutions for Reversing the Color-blind Public Health Response to Covid-19 in the US*. JAMA, 2020.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Univ of California Press, 1986. IBGE. *Censo 2010: Resultados*. [Rio de Janeiro]: IBGE, c2018. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 5 set. 2018.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 2016.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias (Ed.). *Situação social da população negra por estado*. IPEA, 2014.

MBEMBE, A. *Critique de la raison nègre*. Paris: La Découverte, 2013.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MORGAN, W. J.; GUILHERME, A. *Buber and Education: Dialogue as Conflict Resolution*. London: Routledge, 2013.

NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

PARAGUASSU, Lisandra. *Negros sem escolaridade têm mais chances de morrer por Covid-19*, diz estudo. Site UOL, Reuters, 27 de maio de 2020, São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/reuters/2020/05/27/negros-sem-escolaridade-tem-mais-chances-de-morrer-por-Covid-19-diz-estudo.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

TEICH, sobre saída do Ministério da Saúde: 'Não houve alinhamento com o presidente'. *Estado de Minas, caderno Política*, 24 de maio de 2020. Belo Horizonte, MG. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/24/interna_politica,1150288/teich-sobre-saida-do-ministerio-nao-houve-alinhamento-com-bolsonaro.shtml. Acesso em: 30 jun. 2020.

MULHERES NO BRASIL DA PANDEMIA: BREVE REFLEXÃO SOBRE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Kíssila Teixeira Mendes¹

Camila Borges Machado²

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo é um exercício de análise da situação das mulheres no contexto da pandemia do novo coronavírus a partir da compreensão crítica sobre tal conjuntura, tendo como referência a teoria da reprodução social e autoras e autores marxistas. O trabalho se faz relevante pelo fato de que um dos temas que a pandemia trouxe à tona foi a dimensão da divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho não pago realizado pelas mulheres para a reprodução da vida no interior das famílias.

As mulheres, por razões ideológicas patriarcais, são condicionadas à função de mediar a esfera privada (espaço familiar) e a esfera pública (política pública), sendo eleita a principal responsável pela provisão de cuidados de suas famílias (BIROLI, 2018). A ideologia do patriarcado, segundo Safioti (2004), diz de um sistema de dominação e exploração que subordina as mulheres e confere legitimidade e poder aos homens, corporificando o papel da mulher como expressão do espaço doméstico e familiar.

Limpar, lavar, arrumar, cozinhar e cuidar são algumas das atividades historicamente atribuídas às mulheres como parte de suas funções cotidia-

¹ Doutoranda e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Psicóloga e cientista social. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-7817-599X>. E-mail: kissilamm@hotmail.com

² Doutoranda e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Psicóloga. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-9378-6713>. E-mail: camilabm.01@gmail.com

nas. Logo, o trabalho de cuidado realizado na vida cotidiana das mulheres está longe de se constituir como escolhas voluntárias, sendo importante sua desnaturalização. A responsabilização feminina é um problema político que implica desvantagens na participação das mulheres na sociedade. Para o feminismo marxista, no cerne do capitalismo a dominação e exploração dirigidas contra as mulheres são uma precondição para acumulação de riqueza (BHATTACHARYA, 2019).

Em tempos de crise estrutural do capital aprofundada pela pandemia do coronavírus observa-se uma maior intensificação dessa dinâmica, o que impacta de maneira ainda mais agressiva as condições de vida das mulheres, sobremaneira as negras e periféricas. Isso porque, as condições de vida das pessoas – que são entrelaçadas pelas opressões de gênero, raça e classe –, as expõem ao contágio e, em maior ou menor grau, aprofundam os efeitos políticos, econômicos e sociais da pandemia.

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), nessa direção, aponta que as mulheres representam 70% da força de trabalho em saúde do mundo, expondo-as a maior risco de contaminação, bem como fazem 75% do trabalho de cuidado não remunerado, cuidando de doentes, crianças e idosos. O relatório é contundente ao dizer que as mulheres são a grande maioria nos trabalhos informais e no setor têxtil (um dos mais afetados pela atual crise), além de ocuparem apenas 25% das parlamentares e 10% das chefes de governo em todo o mundo. O período de isolamento social, segundo o referido relatório, aumentou consideravelmente os índices de violência doméstica em diversos países do mundo, alertando, ainda, maior preocupação com as mulheres idosas que vivem mais sozinhas e possuem os menores rendimentos em relação aos homens. Ademais, os dados também estimam que as mulheres desempenham três vezes mais trabalho não remunerado do que os homens, o que durante a epidemia pode triplicar.

No Brasil, a pesquisa realizada pelo Instituto Pólis (2020) revela que as regiões periféricas da cidade de São Paulo, por exemplo, apresentam os maiores números de mortes pela Covid-19 da capital. Tais regiões, de acordo com a pesquisa, têm como características uma população majoritaria-

mente formada por mulheres negras em situação de chefia familiar, com as menores taxas de renda, acesso limitado a equipamentos de saúde e saneamento básico. A pesquisa também aponta para o fato de que 30% das mulheres, rotineiramente, deixam seus trabalhos para cuidar dos filhos, enquanto apenas 7% dos homens tomam a mesma decisão.

Em consonância, os estudos da Oxfam (2020) evidenciam que as necessidades das medidas de distanciamento e isolamento social, somadas à precarização histórica das condições de vida, agravam a situação dos trabalhadores e trabalhadoras, seja através das demissões, suspensão de salários ou da inviabilidade do trabalho informal. Em todo o mundo, de acordo com o relatório, apenas uma em cada cinco pessoas desempregadas têm acesso a benefícios trabalhistas e, em contrapartida, dois bilhões de pessoas – especialmente as mulheres – trabalham no setor informal sem nenhum tipo de garantia. Como efeito da atual crise econômica, os estudos da Oxfam (2020) projetam uma pós-pandemia com meio bilhão de pessoas em situação de pobreza, advertindo maior preocupação com as mulheres, negras e periféricas.

Em julho de 2020 a América Latina registrava 3.417.564 casos confirmados para a Covid-19 e cerca de 146.669 pessoas falecidas. O Brasil foi um dos primeiros países da região a ser afetado pela pandemia e, até a finalização do presente texto, contabilizava 1.888.889 casos confirmados, 72.950 óbitos, com uma média de 1.052 mortes em 24 horas. Assim, a crise do coronavírus revelou (e segue revelando) a incapacidade do sistema capitalista de lidar com uma pandemia e com a própria vida humana, em detrimento da maximização dos lucros.

Com isso, em razão da complexidade que envolve tais questões, ressalta-se que o presente capítulo busca traçar reflexões sobre as condições sociais das mulheres no atual contexto de pandemia, tendo em vista que, para as mulheres da classe trabalhadora, os efeitos da atual crise se somam aos papéis sociais históricos advindos da divisão sexual e desigual do trabalho. Para tanto, a primeira seção deste capítulo busca entrelaçar as análises de gênero a partir dos fundamentos históricos da divisão sexual do trabalho; seguido por uma segunda seção que busca apresentar a teoria unitária

do feminismo marxista da reprodução social à luz da pandemia ocasionada pelo coronavírus. Em ambos, serão enfatizadas as particularidades do contexto brasileiro.

2. A CAÇA ÀS MULHERES NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Pensar sobre divisão sexual do trabalho implica uma análise sobre a gênese desse processo - que está intrinsecamente articulado à origem do capitalismo, deixando claro que não se trata meramente de uma determinação econômica. Engels (1884/2019) realiza uma análise da evolução da estrutura familiar com base em análises etnográficas e sua relação com a formação do Estado e da divisão do trabalho, denunciando o patriarcado que origina a família enquanto forma basilar da civilização. Isto pressupõe, por consequência, como afirma Mascaro (2019, p. 13) no prefácio à edição brasileira, o “feminismo como base do comunismo originário”.

Assim, Engels (1884/2019, p. 68) afirma que as instituições sociais de determinado tempo histórico são condicionadas historicamente pelo trabalho e pela família:

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino.

A família sintetiza, então, para o autor, os antagonismos que mais tarde se desenvolveram na sociedade e no Estado, porém este se insere em uma sociedade não mais dominada por laços consanguíneos, mas pela ordem da propriedade, sendo esta um direito garantido pelo Estado que detém a violência social oficial. Engels (1884/2019), dessa forma, define o Estado como um produto da sociedade – e que, com o tempo, se colocou acima dela – que surge como necessidade da “conciliação” dos conflitos entre as classes e para estabelecimento da ordem. É o Estado da classe dominante que age como mecanismo de repressão da classe oprimida.

O pioneirismo de Engels, fundamentalmente ao associar os sistemas e parentesco às bases materiais e contextualizados historicamente, no entanto, não impede de se questionar hoje, quase 126 anos depois, sobre o papel da família como unidade reprodutiva por excelência. Outro ponto de contrassenso é o de que a divisão sexual do trabalho é prévia ao capitalismo e o patriarcado já existia e foi “adaptado” aos anseios do capital.

Federici (2017) diverge de Engels, essencialmente, em relação ao papel histórico da mulher no feudalismo, afirmando que a discriminação contra as mulheres é um legado da transição do mundo medieval para o capitalismo, que necessitou construir novas funções sexuais sobre as já existentes. Logo, rompe com a visão de Engels e de uma ortodoxia marxista que ligava a opressão das mulheres a resquícios feudais. Tal afirmação traz consigo a ideia de que o trabalho doméstico e a subordinação feminina não são tão somente um vestígio histórico que sempre acompanhou as mulheres.

A referida autora compreende o capitalismo como uma contrarrevolução contra as possibilidades emergidas na luta antifeudal – considerando que houve formas conscientes de transgressão nesse período, incluindo uma solidariedade feminina e experiências de autonomia da mulher a partir do acesso à terra e seu papel político e ideológico. Com isso, o surgimento do capitalismo é concomitante à guerra contra as mulheres expressa de maneira brutal em um momento histórico pouco abordado - o de caça às bruxas, a fim de “destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor” (FEDERICI, 2017, p. 30).

Assim, “o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho ao longo do desenvolvimento capitalista exigiu o uso da máxima violência e de guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário da produção” (FEDERICI, 2017, p. 14), na busca pelo disciplinamento do corpo – pelo Estado e pela Igreja. Para além da ação direta sobre as mulheres – e atrelada a ela, surge um novo conceito de pessoa baseado na responsabilização do indivíduo e na ética do trabalho, o que nos interessa especialmente por ter subsidiado a formação das subjetividades desde então e, consequentemente, ter sido as bases da Psicologia hegemonicamente burguesa.

Assim, a tese da autora é a de que a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado das mulheres desde o período de acumulação primitiva³ desempenham uma função central no processo de acumulação capitalista. O corpo feminino foi, então, apropriado pelo poder que está concentrado não (somente) nos discursos – em uma crítica ao conceito de biopoder de Foucault, mas advém de uma fonte bastante específica, o Estado: “a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p. 26). Estes, juntos, são aspectos centrais do período de acumulação primitiva e formação do proletariado moderno na Europa e nas colônias.

A expropriação de propriedades comunais e a privatização das terras, sobretudo no período dos cercamentos, consolidou as relações monetárias, o que implicou sérias dificuldades de sobrevivência por parte das mulheres. Nesse novo regime monetário, ocorreu um maior condicionamento do trabalho reprodutivo às mulheres, desenhando ideologicamente ao longo dos séculos – e em um processo não pacífico, vide a caça às bruxas, por exemplo – aquilo que viria a ser conhecido como “amor materno” ou “completude de uma mulher”. Com o surgimento do Estado, o papel da mulher – e o de mãe – foi instituído e a figura do homem (pai ou marido) é eleita representante na fiscalização e controle da conduta feminina.

Conforme afirma Davis (2016, p. 230), a partir da separação entre produção doméstica e produção industrial nos Estados Unidos “um importante subproduto ideológico dessa transformação econômica radical foi o surgimento da ‘dona de casa’”. Nesse sentido, o papel das mulheres começava a ser redefinido ideologicamente como o de responsável por uma des-

³ Em *O capital* (livro 1) há um capítulo (24) destinado à “assim chamada” acumulação primitiva. Para Marx (1867/2017), a acumulação primitiva é o ponto de partida do capitalismo e consiste na expropriação massiva e violenta dos camponeses livres iniciada em meados do século XIV. A expansão marítima, as colônias e o trabalho escravo são também “momentos fundamentais da acumulação primitiva” (p. 821) e constituem “a aurora da era da produção capitalista” (p. 281). Assim, enquanto uns acumulavam, outros não tinham mais o que oferecer a não ser sua força de trabalho (nas cidades e manufaturas nascentes e também nas colônias escravocratas) sob a égide de disciplina e violência que deram origem a uma nova ideologia e formação societária. Data-se daí a pobreza em massa e o aparecimento da superpopulação relativa.

valorizada (economicamente) atividade de cuidado permeada, por sua vez, por uma expressão máxima do “afeto feminino”.

Na particularidade brasileira, marcada pela condição de colônia de exploração, a organização do trabalho doméstico toma contornos históricos determinados pelas relações patriarcais e coloniais assentadas no período escravocrata. Embora se tenha a abolição “formal” dos cativos, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres negras, sobretudo, segue, ainda que assalariado, com viés precário e servil. Ademais, o trabalho doméstico e de cuidados segue sendo o principal trabalho – invisibilizado e não remunerado – do conjunto de mulheres, e é convertido em um dom natural devido à capacidade biológica de gestar e parir uma criança (DAVIS, 2016).

O papel social da mulher torna-se, então, peça fundamental para a manutenção da sociabilidade capitalista, sendo a condição primordial para a existência da classe trabalhadora, sendo seus corpos alvos de fiscalização e controle através da supervisão da sexualidade, procriação e vida familiar (DAVIS, 2016; SAFFIOTI, 2004). Possui, assim, uma função primordial na esfera da organização capitalista, fundamentalmente por ser o trabalho (não remunerado) que gera e mantém as outras forças de trabalho.

O fato de o trabalho realizado cotidianamente pelas mulheres não gerar salário também diz da subordinação feminina aos homens - e não o fato de o trabalho não ser produtivo. Nesse aspecto, a definição de trabalho como gerador de valor apresenta atribuições masculinas, ao contrário do trabalho de cuidados ou de reprodução social, não é assalariado, socialmente condicionado às funções sociais das mulheres.

3. NOTAS SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIAL À LUZ DA PANDEMIA

Compreendendo a teia capitalista como um complexo emaranhado de relações sociais que, subordinadas à lógica do valor, compõem a totalidade social, as feministas marxistas apostam no conceito-chave de reprodução social, já mencionado no tópico anterior, desenvolvido a partir da teoria marxista do valor-trabalho. A teoria de reprodução social resgata a

obra de Marx, na qual o autor define a força de trabalho e a capacidade humana de trabalhar como mercadorias fundamentais para o funcionamento do sistema, sendo a apropriação desse trabalho humano fonte de domínio, exploração e acumulação de capital (BHATTACHARYA, 2019).

No entanto, a teoria marxista clássica, ao focar no trabalho produtivo, pouco enfoca na reprodução e manutenção deste, que se dá “fora” da produção clássica, nas formas não remuneradas de trabalho, no que convencionalmente chamamos de família. Somente a partir desta formulação que é possível compreender, a partir de uma teoria unitária das relações sociais sob o capitalismo, a base material da opressão das mulheres no capitalismo, fundamentando uma análise que aglutina a luta de classes e a opressão das mulheres.

Arruzza (2018) destaca uma importante distinção terminológica entre reprodução societal e reprodução social: a reprodução societal versa sobre a reprodução de um sistema inteiro de relações sociais; enquanto a reprodução social se refere ao domínio mais específico da manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Compreende-se, portanto, que a reprodução social designa a forma com que o trabalho físico, emocional e mental – necessário para a produção societal – é socialmente organizado.

Bhattacharya (2019) ressalta três das principais contribuições da noção de reprodução social, são elas: (1) a concepção da totalidade socioeconômica, pois a sociedade capitalista só existe através da perversa combinação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico não remunerado; (2) a contradição existente entre reprodução social e acumulação de capital; e (3) o interesse material que existe na reprodução social.

A teoria da reprodução social é uma compreensão materialista histórica das relações sociais, uma vez que ela se preocupa em analisar a forma como homens e mulheres se relacionam com os meios materiais e psíquicos para suas sobrevivências. As condições materiais são historicamente determinadas pelas circunstâncias de um momento histórico e, nesse aspecto, a privatização de serviços essenciais, por exemplo, pode gerar impactos diretos nas condições de vida das mulheres, tendo em vista as funções sociais advindas da divisão sexual do trabalho (BHATTACHARYA, 2019).

Trazendo essas reflexões à atual conjuntura brasileira, observa-se que diante do período de pandemia e isolamento social, muitos dos trabalhadores e trabalhadoras foram retirados de suas rotinas de trabalho, gerando desemprego, fome e insegurança nas condições materiais de muitas famílias. Para as mulheres, em específico, os cuidados com a limpeza, higiene e saúde se acumulam nas diversas responsabilidades de cuidados na esfera doméstica.

Segundo dados publicados no site G1 (SILVEIRA, 2020), 85,7% dos brasileiros se dedicaram aos afazeres domésticos em 2019, em um aumento de 11,7 milhões em quatro anos. Mulheres dedicam quase o dobro de tempo a mais que os homens na rotina do lar. Em consonância, os dados do IBGE (2019) atestam que quase a totalidade da população feminina de 14 anos ou mais trabalhou o dobro de horas semanais, se comparada aos homens, nos afazeres domésticos. Junto a isso, o rendimento médio das mulheres assalariadas com idade entre 25 e 49 anos equivalia a 79,5% dos rendimentos masculinos, acompanhado da maior inserção feminina nos postos informais e mais precários de trabalho, especialmente nos setores de serviços e cuidados.

Todavia, houve mudanças significativas na inserção das mulheres no mercado de trabalho, de acordo com o momento histórico do capitalismo, principalmente após a I Guerra Mundial. Hoje as mulheres são cerca de 40% da classe trabalhadora mundial, o que poderia nos fazer questionar sobre a viabilidade do debate sobre reprodução do trabalho pautado na acumulação primitiva. As mulheres são o proletariado, bem como ocupam a posição de chefia na maioria das famílias monoparentais (ou marentais).

No entanto, são as mulheres que desenvolvem prioritariamente o trabalho reprodutivo e precarizado, além de mais representadas em dados sobre pobreza e violência. O acesso a políticas públicas como as de saúde e educação – ou determinados avanços em relação à emancipação política – impacta significativamente nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como pode transferir para o Estado uma parcela da responsabilidade do trabalho reprodutivo. Por isso, os constantes ataques às políticas públicas fazem parte de um projeto de sociedade que atinge em cheio as mulheres.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) atentam que os cortes massivos de programas sociais em governos neoliberais transferem grande parte da responsabilidade do cuidado para a família, o que significa contornos ainda mais severos para as mulheres, impactando, inclusive, na chamada feminização da pobreza e nas elevadas taxas de violência doméstica e feminicídio, devido à relação histórica de dependência financeira da mulher ou quando há uma não “adequação” às identidades normativas de gênero. Logo, a violência doméstica no capitalismo não é autônoma e está ligada na própria gênese da ordem social.

Em nome da economia, presencia-se uma agudização e aprofundamento do modelo neoliberal, com características que remetem à gênese do capitalismo, com a expropriação de produtores agrários, pauperização massiva, criminalização e encarceramento de trabalhadores, perseguição aos migrantes, intensificação da violência contra as mulheres, genocídio da população negra e periférica. Embora essas características nunca tenham desaparecido nos países de capitalismo dependente, observa-se um aguçamento dessas mazelas nos momentos de intensificação de crise estrutural do capital (como o de agora), o que incide com mais força contra as mulheres, especialmente as negras e periféricas.

Sendo assim, não é possível compreender o capitalismo – em seu berço e atualmente! – sem nos debruçarmos no trabalho não assalariado das mulheres, pois este, além de ser a base sustentadora da exploração capitalista em sua máxima expressão, é naturalizado a partir de um discurso de inferioridade natural. Ainda segundo Federici (2017), são nos momentos de crise econômica agudizada em que há uma retomada mais brusca das características da acumulação primitiva antes mencionada, que resgatam também os processos de colonização e escravidão (fundamentalmente dos países periféricos, como o Brasil).

Martins (2020, p. 31) nos alerta, porém, que a acumulação primitiva do capital nos países periféricos e dependentes “não é um momento precedente do capitalismo, mas é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita”. Dados sobre a escravidão mostram que a maior par-

te dos mais de 12 milhões de trabalhadores escravizados na modernidade atual está nas economias emergentes. Tais economias se valem dela (a escravidão) para estender sua modernização em consonância com a grande economia global, inclusive nas grandes corporações multinacionais com sede nesses países. Ou seja, para se “tornar”⁴ moderna, vale-se das formas arcaicas e violentas de trabalho, numa dialética entre expansão do modo capitalista de reprodução do capital e sua maximização a partir do aperfeiçoamento das formas arcaicas de produção. Pode-se dizer, então, de uma exacerbada superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico, onde não há, desde a colonização, um rompimento com as formas arcaicas e servis de trabalho, como a escravidão.

Embora a dissecação do capitalismo dependente brasileiro não seja objetivo deste trabalho, é válido pensar que, no atual estágio do capitalismo, as formas servis – de origem escravocrata, colonial e patriarcal – se instauram mesmo dentro do trabalho dito assalariado e, sobretudo, como as mulheres são atingidas nessa realidade através de uma repaginação deste trabalho servil. Não por acaso, uma das primeiras mortes registradas por Covid-19 no Brasil foi de uma mulher, negra, 63 anos, trabalhadora doméstica desde os 13, que trabalhava e dormia, de segunda a sexta-feira, na casa da patroa que havia retornado da Itália testando positivo para o coronavírus, mas não dispensou a trabalhadora e tampouco a notificou sobre os riscos de contaminação.

Em Belém, as trabalhadoras domésticas foram tidas como trabalho essencial, escancarando a objetificação e a mercantilização do trabalho reprodutivo, embora assalariado. Em Recife, o inaceitável caso do menino Miguel, de 5 anos, morto após cair do nono andar do prédio onde a mãe trabalhava como doméstica e estava em serviço passeando com o cachorro da patroa; antes disso, a avó, a mãe e Miguel haviam contraído o vírus por estarem “confinados” com os patrões na casa de praia. Uma sequência de absurdos reveladores.

⁴ As aspas aqui foram utilizadas para demarcar que não se trata de uma oposição entre arcaico moderno. No Brasil há uma convivência dessas posições.

Logo, a classe trabalhadora tem dois sexos e a Covid-19 desvela e superlativiza os aspectos mais cruéis e miseráveis de nossa sociedade. No momento da pandemia, a casa (tida como o privado) fica em foco e evidencia o acirramento das contradições e construções ideológicas históricas que perpetuam o lugar da mulher da reprodução social de forma venal e violenta. Assim, o privado se faz, mais do que nunca, público e político.

4. CONCLUSÃO

O presente capítulo buscou compreender algumas das relações que estão por trás dos sistemas de opressão e de controle da força de trabalho feminina e que ficaram mais evidentes no contexto da pandemia. Buscar a gênese desses processos e entender seus fundamentos e objetivos contribuem para uma desmistificação da realidade ao vislumbrar novas possibilidades de enfrentamento. A partir de um referencial marxista, este capítulo apontou que o trabalho não remunerado das mulheres, desde o período de acumulação primitiva, desempenha uma função organizativa central no processo de acumulação capitalista, pois deste trabalho, convertido em um “dom natural”, se originam os próprios trabalhadores.

A breve tentativa de resgate da gênese da divisão sexual do trabalho no capitalismo indica a minuciosa construção ideológica e concreta sobre a mulher e seu suposto papel social, que, mesmo após centenas de anos e mudanças substanciais na organização capitalista, não se rompeu, pois o trabalho reprodutivo da mulher desempenha uma função central no processo de acumulação capitalista. E, mais do que nunca, isto está claro e desvelado no cenário da pandemia.

Os mortos da pandemia desmentem sobre sua suposta “democratização” e são, grosso modo, os mesmos mortos de sempre no que tange às condições concretas de vida de classe, raça, etnia, faixa etária e gênero no Brasil. A atual conjuntura, além disso, escancara a necessidade do trabalhador na geração de mais valia no capitalismo. No caso da trabalhadora, desnuda a sua importância e, ao mesmo tempo, o desprezo pelas suas vidas (justamente pelo fato de ser mulher) em uma condição de morte perma-

nente, mesmo dentro de suas casas. Aliás, fica claro que o perigo, para as mulheres, está, sobremaneira, dentro de casa, escancarando a construção ideológica de inferioridade feminina.

Nesse sentido, a luta da classe trabalhadora contra o capitalismo não pode fugir de um programa de ação contra a opressão feminina que se ancora na naturalização da reprodução gratuita da força de trabalho. Faz-se necessário, assim: pensar políticas públicas de proteção no plano imediato – compreendendo-as enquanto meio e não como fim; combater o modelo familiar de origem burguesa, heteronormativo, branco e a ideologia patriarcal; a reivindicação do modelo doméstico; a busca de saídas coletivas que fomentem a participação comunitária, popular, a práxis revolucionária e outras formas mais solidárias de reprodução, nas quais esta signifique, de fato, a reprodução da vida humana.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p. 39-60, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. São Paulo, Boitempo: 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, v. 32, n. 1, p. 99-113, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019. Original de 1884.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mulher e Trabalho*: papéis sociais em questão. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO PÓLIS. Quem são as pessoas mais afetadas na quarentena? Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2020.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017. Original de 1867.

MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio à edição brasileira. In: ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 9-19.

OXFAM Brasil. *Tempo de cuidar*: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Rio de Janeiro: Oxfam Brasil, 2020.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Daniel. Em 4 anos, aumenta em 11,7 milhões o número de brasileiros que fazem trabalhos não remunerados, diz IBGE. In: *Portal de notícias G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/04/em-4-anos-aumenta-em-117-milhoes-o-numero-de-brasileiros-que-fazem-trabalhos-nao-remunerados-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2020.

UNITED NATIONS. *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women*. Estados Unidos: ONU, 2020.

IMPACTOS INICIAIS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO AMAPÁ, BRASIL

Érica Jimenez¹
Marilu Amaral²
Jamile Garcia³

1. INTRODUÇÃO

A pesca artesanal desempenha um papel crucial no contexto de segurança alimentar e alívio da pobreza, fornecendo empregos, renda e alimentos para milhões de pessoas no mundo todo (BÉNÉ, 2006; BÉNÉ *et al.*, 2015; KAWARAZUKA; BÉNÉ, 2010). No Brasil, o setor pesqueiro emprega mais de um milhão de pescadores e gera mais de três milhões de empregos indiretos (MPA, 2012a, 2012b). Aproximadamente 99% dos pescadores são artesanais e 80% vivem nas regiões norte e nordeste do país (MPA, 2012a), as quais foram responsáveis por 55% (780.345,2 t) da produção nacional de pescado em 2011 (MPA, 2013).

No contexto amazônico (norte do Brasil), a pesca é um modo de vida e uma fonte primária de renda e proteína animal para as populações costeiras e ribeirinhas (JIMENEZ *et al.*, 2020; RUFFINO, 2014; SILVA;

¹ Doutora em Recursos Pesqueiros e Aquicultura (UFRPE). Analista ambiental no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP). ORCID-Id: 0000-0002-2985-4515. E-mail: ericaajimenez@gmail.com

² Mestra em Biologia Ambiental (UFPA). Professora na Universidade do Estado do Amapá (UEAP). ORCID-Id: 0000-0003-0892-3259. E-mail: marilu.amaral@ueap.edu.br

³ Engenheira de Pesca (UEAP). Secretária da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Oiapoque (SEMPA). ORCID-Id: 00000002-7672-8343. E-mail: jamile.eng.pesca@hotmail.com

BEGOSSI, 2009), com algumas comunidades apresentando uma das maiores taxas de consumo diário de pescado (462 g/pessoa) do mundo (ISAAC *et al.*, 2015).

Apesar da reconhecida importância, historicamente a pesca artesanal enfrenta, em nível mundial, diferentes tipos de vulnerabilidade e marginalização, incluindo uma série de violações de direitos humanos (ALLISON *et al.*, 2012; ANDREW *et al.*, 2007; CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2018). Neste setor estão inseridos profissionais que exercem atividades em condições precárias, com jornadas de trabalho extenuantes e excessivas, expostos a graves riscos ocupacionais e sem acesso aos serviços de saúde (PENA; GOMEZ, 2014). Destacam-se ainda os altos níveis de pobreza, conflitos e carência de mecanismos adequados de gestão e governança (JENTOFT; CHUENPAGDEE, 2018; LOPES *et al.*, 2019; PURCELL; POMEROY, 2015).

Neste contexto insere-se a pandemia de Covid-19, a doença respiratória aguda grave causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que foi inicialmente reportada na China em dezembro de 2019 (ZHU *et al.*, 2020), e que se disseminou rapidamente pelo mundo, contaminando mais de dez milhões de pessoas e causando 500 mil mortes⁴, desencadeando uma crise global de saúde pública seguida por uma crise econômica em andamento. No Brasil, o primeiro caso da doença foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 (OLIVEIRA *et al.*, 2020), aumentando rapidamente para 1,3 milhão de casos e 57 mil mortos⁵.

Devido à grande extensão territorial do Brasil e as desigualdades econômicas, sociais, culturais e estruturais das diferentes regiões do país, os impactos da pandemia de Covid-19 podem ser heterogêneos (SOUZA *et al.*, 2020). No entanto, alguns grupos são particularmente mais suscetíveis e vulneráveis aos rápidos efeitos da pandemia, como os povos indígenas e

⁴ Dados disponibilizados na plataforma online da Universidade John Hopkins: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 29/06/2020.

⁵ Dados disponibilizados na plataforma online do Ministério da Saúde: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29/06/2020.

as populações tradicionais, incluindo os pescadores artesanais (BENNETT *et al.*, 2020; FERRANTE; FEARNside, 2020).

Diante deste cenário, há uma evidente necessidade de compreender como a pesca artesanal, historicamente marcada por condições sociais de vulnerabilidade, marginalização e invisibilidade, está sendo afetada pela pandemia de Covid-19. Nessa perspectiva, está em andamento um projeto de pesquisa que visa identificar os impactos socioeconômicos da pandemia na pesca artesanal no Brasil, intitulado 'Covid-19 e a pesca artesanal brasileira: impactos e enfrentamentos', coordenado pelas universidades federais do Pará (UFPA) e de Pernambuco (UFPE).

No presente manuscrito descrevemos os resultados preliminares do levantamento realizado no estado do Amapá no âmbito do referido projeto, com o objetivo de documentar os impactos e desafios enfrentados pela pesca artesanal no contexto da Covid-19 e produzir subsídios à elaboração de medidas e políticas públicas que possam apoiar o setor neste momento crítico.

A metodologia utilizada foi baseada em uma abordagem exploratória e qualitativa dos impactos a partir de entrevistas com 22 informantes-chave, incluindo pescadores(as) e representantes de organizações sociais ligadas à pesca, como as colônias de pescadores e a Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá (Fepap). As entrevistas seguiram um roteiro que abordou temas relacionados às mudanças na pesca e na vida dos(as) respondentes durante a pandemia.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente por telefone, entre abril e maio de 2020. Inicialmente, os entrevistados foram comunicados de que a ligação visava coletar informações para fins de pesquisa. Foram apresentados os objetivos do estudo e as condições de participação voluntária e de confidencialidade. Em seguida, foi solicitada autorização para gravação da entrevista e uso do seu conteúdo. Também foram coletados dados sobre as medidas adotadas para contenção da pandemia através de consulta ao *site*⁶ oficial do governo estadual.

⁶ Disponível em: <http://www.transparencia.ap.gov.br/informacoes/covid>.

2. A PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO AMAPÁ

Aproximadamente 30 mil pessoas dependem direta ou indiretamente da pesca artesanal amapaense (CEPNOR, 2006). Dentre estas, cerca de 16 mil são pescadores profissionais (SISRGP, 2016) que atuam em ambientes continentais e costeiros. As últimas estimativas disponíveis apontam que o estado apresentou uma produção média de 15 mil toneladas anuais entre 2000 e 2011⁷.

A pesca continental, com fins de subsistência e complemento à renda familiar, ocorre em todo o estado. Atuam nesta modalidade cerca de mil embarcações de madeira, de pequeno porte (4–6 m), movidas a remo ou com pequenos motores de popa (CEPNOR, 2006), conforme ilustrado na Figura 1A. Uma grande variedade de apetrechos de pesca é utilizada, como redes, tarrafas, anzóis, zagaia, arpões e matapis. As pescarias são multiespecíficas, capturando espécies como curimatã, pacu, aracu, acará, tambaqui, pirapitinga, tucunaré, surubim, pirarucu, aruanã, trairão, tamoatá, curupeté, dourada, filhote e camarões (CEPNOR, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2018; VIEIRA; ARAÚJO NETO, 2006). As capturas abastecem os mercados locais e das maiores cidades do estado (Macapá e Santana) por meio de atravessadores.

A pesca costeira é realizada predominantemente no norte do estado e as principais áreas de desembarque estão localizadas nos municípios de Oiapoque, Calçoene e Amapá. O pescado é a principal fonte de alimento e renda dos pescadores desta modalidade, cujas capturas, multiespecíficas, são dominadas por cinco espécies (corvina, pescada amarela, gurijuba, uritinga e bagre) (JIMENEZ *et al.*, 2020; PESCAP, 2012; PROZEE, 2006). A frota pesqueira é composta por aproximadamente 500 embarcações motorizadas, de madeira, de pequeno a médio porte (5–18 m) (JIMENEZ *et al.*, 2019), conforme ilustrado na Figura 1B. A cadeia produtiva inclui pescadores, atravessadores e empresas de beneficiamento e ex-

⁷ Dados disponíveis *online* no website: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/acervo-digital>.

portação de pescado, abastecendo mercados locais a internacionais (JIMENEZ *et al.*, 2020).

Figura 1. Embarcações utilizadas nas pescarias continentais (A) e costeiras (B) no estado do Amapá



Fonte: Acervo das autoras.

3. SITUAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DO AMAPÁ E MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO ADOTADAS PELO GOVERNO ESTADUAL

A evolução dos casos de Covid-19 no Amapá mostra uma tendência crescente desde o primeiro registro da doença no estado em 20/03/2020 (SILVA, 2020). Atualmente (28/06/20), há 27.901 casos confirmados, distribuídos nos 16 municípios do estado, e 406 óbitos⁸. Um fator preocupante nesse cenário é a subnotificação do número de casos positivos, que pode ser de 7 a 10 vezes maior do que os números oficiais do governo (SILVA, 2020). Diante deste cenário, uma série de medidas para combater e conter a disseminação da Covid-19 foram implementadas pelo governo estadual, conforme descrito no Quadro 1.

⁸ Dados disponibilizados na plataforma online do Governo do Amapá: <http://painel.corona.ap.gov.br/>.

Quadro 1. Principais medidas de contenção à disseminação da Covid-19 adotadas pelo Governo do Estado do Amapá, no período de março a junho de 2020

Instrumento	Ementa
Decreto nº 1375 de 17/03/20	Decreta situação de emergência em todo o território do estado.
Decreto nº 1376 de 17/03/20	Institui o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COESP).
Decreto nº 1377 de 17/03/20	Implementa medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19 nos órgãos e entidades estaduais, incluindo a suspensão das aulas por 15 dias a contar de 18/03/20.
Decreto nº 1413 de 19/03/20	Decreta estado de calamidade pública para os fins da Lei de responsabilidade fiscal (LC nº 101/2000).
Decreto nº 1414 de 19/03/20	Implementa medidas de restrição de aglomeração de pessoas, suspendendo as atividades não essenciais por 15 dias, a contar de 20/03/20, e estabelece regime de teletrabalho aos agentes públicos estaduais.
Decreto nº 1488 de 28/03/20	Institui o Comitê Médico de enfrentamento à Covid-19 para orientar as ações de resposta à doença.
Decreto nº 1495 de 02/04/20	Altera o decreto nº 1377/20 e suspende as aulas nas redes pública e privada de ensino até 01/05/20.
Decreto nº 1497 de 03/04/20	Implementa novas medidas de restrição de aglomeração de pessoas, suspendendo as atividades não essenciais por 15 dias, a contar de 04/04/20.
Decreto nº 1538 de 18/04/20	Decreta estado de calamidade pública em todo o território estadual.
Decreto nº 1539 de 18/04/20	Prorroga as medidas previstas no decreto nº 1497/20, suspendendo as atividades não essenciais até 03/05/20, e torna obrigatório o uso de máscaras de proteção.
Decreto nº 1614 de 01/05/20	Altera o decreto nº 1495/20 e suspende as aulas nas redes pública e privada de ensino até 31/05/20.

Instrumento	Ementa
Decreto nº 1616 de 03/05/20	Altera o decreto nº 1497/20, suspendendo as atividades não essenciais até 18/05/20, e estabelece procedimentos preventivos à contaminação por Covid-19.
Decreto nº 1726 de 15/05/20	Estabelece normas de isolamento social rígido (<i>lockdown</i>) em todo o território do estado, no período de 19 a 28/05/20.
Decreto nº 1782 de 28/05/20	Prorroga as medidas estabelecidas no decreto nº 1726/20 até 02/06/20.
Decreto nº 1790 de 30/05/20	Altera o decreto nº 1614/20 e suspende as aulas nas redes pública e privada de ensino até 30/06/20.
Decreto nº 1809 de 02/06/20	Prorroga as medidas estabelecidas no decreto nº 1782/20 até 12/06/20.
Decreto nº 1831 de 04/06/20	Cria a Gerência Administrativa do Centro de Enfrentamento à Covid-19, que funcionará no Hospital Universitário.
Decreto nº 1878 de 12/06/20	Prorroga as medidas do decreto nº 1809/20 até 30/06/20 e estabelece critérios de retomada gradual das atividades econômicas e sociais.

Fonte: Elaboração das autoras.

Dentre as medidas de enfrentamento à pandemia, aquelas que tiveram maior impacto sobre o setor pesqueiro estão relacionadas às restrições de aglomeração de pessoas, que incluíram a suspensão das operações em estabelecimentos comerciais, feiras livres, bares, restaurantes, balneários, dentre outras atividades consideradas não essenciais (Decreto nº 1414/2020), e a adoção de normas de isolamento social rígido (*lockdown*), que restringiram a circulação de pessoas e veículos (Decreto nº 1726/2020) e culminaram na realização de bloqueios nas vias públicas estaduais e municipais. Estas ações tiveram impacto direto sobre o escoamento e a comercialização dos produtos pesqueiros e, conseqüentemente, sobre as operações de pesca e a renda familiar dos pescadores. A suspensão das aulas na

rede pública de ensino (Decreto nº 1377/2020) também teve reflexos sobre a pesca, pois muitos pescadores(as) precisaram suspender ou reduzir a duração e a frequência das pescarias por não terem com quem deixar as crianças em casa.

4. PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PESCA ARTESANAL AMAPAENSE

Em resposta à pandemia de Covid-19, a maioria dos países adotou medidas de distanciamento social para reduzir a disseminação do vírus, impactando diretamente os mercados e impondo grandes desafios às comunidades pesqueiras (BENNETT *et al.*, 2020; FAO, 2020). No Amapá, as medidas adotadas localmente e em outros estados brasileiros trouxeram consequências dramáticas para o setor pesqueiro, afetando os diferentes elos da cadeia produtiva, como pescadores, empresas de beneficiamento de pescado, feiras, estaleiros e restaurantes.

De acordo com os entrevistados, a pesca estava praticamente paralisada no período deste estudo, devido à queda na demanda de mercado e às dificuldades logísticas para o transporte dos produtos em função das restrições impostas pelas medidas de enfrentamento à pandemia. Limitações de acesso aos mercados e redução na demanda resultam na necessidade de manter os produtos armazenados por mais tempo, o que implica a possível perda de alimentos devido a mudanças na sua qualidade, bem como em custos adicionais para processadores, exportadores, importadores e comerciantes (FAO, 2020).

No estado do Amapá, as empresas de beneficiamento de pescado, que absorvem a maior parte da produção da pesca artesanal costeira (JIMENEZ *et al.*, 2020), haviam atingido a capacidade máxima de armazenamento e, em função disso, estavam impossibilitadas de continuar comprando matéria-prima. A ausência de compradores culminou em uma queda drástica no preço do pescado e derivados. De acordo com os entrevistados, a redução no preço da corvina, por exemplo, chegou a quase 50%, passando de uma

média de R\$ 7,0/kg para R\$ 4,0/kg. Este cenário é ainda mais preocupante pelo fato de que, em condições normais, o valor do pescado pago pelos atravessadores é considerado injusto pelos pescadores (JIMENEZ *et al.*, 2019).

Neste contexto, os entrevistados relataram a ocorrência de uma redução no esforço de pesca, uma vez que as frotas dependem amplamente de intermediários para o escoamento dos produtos pesqueiros na medida em que a produção excede a capacidade de absorção dos mercados locais (JIMENEZ *et al.*, 2020). Similarmente, há evidências de redução do esforço de pesca na África, Ásia e Europa como resultado dos efeitos das ações de resposta à pandemia (BENNETT *et al.*, 2020; FAO, 2020).

Mundialmente, as pescarias que dependem amplamente de mercados de exportação são mais vulneráveis e susceptíveis de serem afetadas pela pandemia de Covid-19 (FAO, 2020; KNIGHT *et al.*, 2020). Este setor entrou em colapso com o fechamento de um dos maiores mercados de pescado do mundo (China), demonstrando a vulnerabilidade que essas pescarias sofrem ao dependerem de um número limitado de compradores estrangeiros (KNIGHT *et al.*, 2020).

No estado do Amapá, a comercialização de bexiga natatória (chamada de “grude”) foi particularmente afetada pelo fechamento do mercado chinês, que absorve grande parte da produção. Com o início da crise de Covid-19 na China, o preço da grude, que é muito superior ao da carne do pescado (CROSTA *et al.*, 2018; JIMENEZ *et al.*, 2020), caiu drasticamente no Amapá. De acordo com entrevistados, o preço da grude de espécies como bagre e uritinga reduziu de R\$ 40–50/kg para R\$ 10–15/kg.

Outro impacto da pandemia no setor pesqueiro amapaense foi a queda da comercialização durante a Semana Santa. Esse é um período muito aguardado pelas comunidades pesqueiras, pois há um aumento da demanda de pescado, possibilitando um incremento na renda dos pescadores. Entretanto, de acordo com os entrevistados, a oferta de pescado e a receita proveniente da comercialização foram muito abaixo do observado no ano anterior. Muitos pescadores não foram pescar nesta ocasião por receio de não haver compradores para a produção.

Diante da redução da demanda e colapso dos preços dos produtos pesqueiros, a pesca tem se transformado em uma atividade não rentável em meio à pandemia, mesmo com a diminuição do preço dos combustíveis, que é um dos principais e mais caros insumos das pescarias. De acordo com o presidente da Fepap, cerca de 60% dos pescadores estavam pescando apenas para subsistência no período do estudo. Por outro lado, alguns pescadores estão adotando estratégias para manutenção da pesca, como a mudança de produtos e mercados. Esse é o caso de pescadores da comunidade de Sucuriju, que passaram a vender pescado salgado a atravessadores do Pará. Antes da pandemia, a produção era comercializada fresca em Macapá.

No entanto, grande parte das comunidades pesqueiras está enfrentando condições de vida precárias devido à queda brusca e inesperada da renda familiar, uma vez que a maioria não possui meios de subsistência alternativos (JIMENEZ *et al.*, 2020) e condições de adotar estratégias semelhantes às do Sucuriju, o que agrava a vulnerabilidade social à qual estão historicamente submetidas. Os pescadores artesanais sempre lidaram com a ausência de políticas públicas e violações de seus direitos econômicos, sociais e culturais, um cenário que tem sido reforçado diante de uma crise sem precedentes vivenciada pelo setor pesqueiro.

Para proteger a população em situação de vulnerabilidade social no período da pandemia, o Governo Federal implementou um benefício financeiro emergencial. Entretanto, a ausência de uma posição unificada das diferentes instituições governamentais quanto ao direito de acesso ao benefício pelos trabalhadores da pesca artesanal, bem como a falta de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, fez com que muitos pescadores não fossem beneficiados com a medida. Este contexto também reflete a fraca organização social dos pescadores e a consequente incapacidade de pressionar efetivamente os governos pelos interesses do setor.

Um agravante a este cenário é o fato de que muitos pescadores ainda não receberam o seguro defeso, que garante o sustento familiar no período em que a pesca é proibida (novembro a março). De acordo com o presiden-

te da Fepap, o órgão responsável pelo seguro (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) tem dificuldades em concluir a análise das solicitações dentro do período de defeso. Assim, os pescadores frequentemente recebem o benefício tardiamente. Além disso, muitos pescadores estão com o registro profissional (Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP) suspenso, cancelado ou aguardando análise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), fazendo com que muitos atuem clandestinamente. O RGP garante aos pescadores acesso ao seguro defeso e a outros direitos trabalhistas, como aposentadoria e auxílio doença ou acidente.

Um problema recorrente enfrentado pela pesca artesanal mundialmente é a alta informalidade do setor pesqueiro, que se constitui em uma barreira adicional para os pescadores terem acesso a medidas de proteção adotadas pelo mercado de trabalho formal e a programas de proteção social, o que pode exacerbar os efeitos secundários da pandemia de Covid-19, incluindo pobreza e fome (FAO, 2020).

A presença de pescadores de outros estados, motivo de fortes conflitos por territórios de pesca na costa amapaense (JIMENEZ *et al.*, 2019), também foi relatada com preocupação pelos entrevistados, que estão receosos com a possibilidade de haver pescadores infectados com a Covid-19 nas grandes tripulações da frota paraense que atua na região, uma vez que o Pará é um dos estados com maior número de casos confirmados da doença no norte do país.

Neste contexto, há uma preocupação mundial de que as comunidades pesqueiras e os portos se tornem ‘hotspots’ para a disseminação do vírus devido à natureza migratória de muitos pescadores, o que é mais provável de ocorrer em situações de falta de estruturas adequadas de saneamento e higiene (FAO, 2020). Este é o caso da área de estudo, onde a infraestrutura de desembarque é precária, sem condições sanitárias mínimas.

Este cenário é particularmente preocupante na medida em que as comunidades rurais enfrentam dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde em circunstâncias normais, além de limitações relacionadas à disponibilidade de leitos hospitalares, equipes médicas, medicamentos e

equipamentos. Deste modo, os pescadores enfrentam os efeitos combinados da redução ou perda da principal fonte de renda, da incapacidade de acessar programas de proteção governamentais, dos conflitos pesqueiros, da pobreza crônica e da insegurança diante da possibilidade de contágio e disseminação da Covid-19 e falta de atendimento médico.

Os resultados do presente estudo demonstram a frágil capacidade de adaptação e resiliência das comunidades pesqueiras diante de choques na cadeia produtiva do pescado. Além disso, Bennett *et al.* (2020) destacam que os impactos de curto prazo observados nas comunidades pesqueiras provavelmente serão seguidos por riscos de longo prazo relacionados à crise econômica e alimentar global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo demonstram que a pesca artesanal amapaense tem sido drasticamente afetada pela pandemia de Covid-19, impactando a vida de milhares de pessoas que dependem, direta ou indiretamente, das atividades da cadeia produtiva do pescado. A pesca é a principal fonte de renda e alimento de grande parte dos pescadores artesanais, o que demonstra a importância da atividade na segurança alimentar e nutricional e na manutenção do modo de vida desta população. Apesar disso, o setor segue desamparado, sem medidas diretas de apoio do Poder Público, e é justamente a implementação de políticas governamentais que determinará os efeitos a longo prazo da pandemia no setor pesqueiro.

Os impactos identificados precisam ser monitorados ao longo do tempo para que possamos ter uma compreensão mais profunda das implicações da pandemia no setor pesqueiro. É evidente também a necessidade de dados sobre as comunidades pesqueiras e suas pescarias, para subsidiar o entendimento da magnitude dos impactos e a tomada de decisão.

Deste modo, é urgente o planejamento de políticas de curto, médio e longo prazo, elaboradas com a participação efetiva das comunidades pes-

queiras. Algumas medidas que podem contribuir com a recuperação do setor pesqueiro incluem: a) programas de proteção social e ajuda econômica que incluam compensações financeiras pelas perdas de produção e renda, visando manter a segurança alimentar e a dignidade das comunidades, bem como aumento do acesso a linhas de crédito com taxas reduzidas e pagamento flexível para garantir a continuidade das operações de pesca; b) estabelecer um preço mínimo para as espécies mais importantes economicamente; c) estimular o consumo interno de pescado, incluindo o consumo institucional; d) melhorar as condições de higiene e saneamento nas áreas de desembarque e comercialização de pescado; e) apoiar o fortalecimento da capacidade de auto-organização e a resiliência das comunidades pesqueiras; e f) estimular o monitoramento contínuo das pescarias e a realização de pesquisas sobre os efeitos da pandemia considerando a multidisciplinaridade dos impactos.

REFERÊNCIAS

ALLISON, E. H. *et al.* Rights-based fisheries governance: from fishing rights to human rights. *Fish and Fisheries*, v. 13, n. 1, p. 14-29, mar. 2012.

ANDREW, N. L. *et al.* Diagnosis and management of small-scale fisheries in developing countries. *Fish and Fisheries*, v. 8, n. 3, p. 227-240, 2007.

BÉNÉ, C. *Small-scale fisheries: assessing their contribution to rural livelihoods in developing countries.* FAO Fisheries Circular No. 1008. Rome: FAO, 2006.

BÉNÉ, C. *et al.* Feeding 9 billion by 2050 - Putting fish back on the menu. *Food Security*, v. 7, n. 2, p. 261-274, 2015.

BENNETT, N. J. *et al.* The Covid-19 pandemic, Small-scale fisheries and coastal fishing communities. *Coastal Management*, p. 1-11, 2020.

CEPNOR. Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte. *Relatório do censo estrutural da pesca de águas continentais na região norte*. Belém: CEPNOR/UFRA, 2006.

CHUENPAGDEE, R.; JENTOFT, S. Transforming the governance of small-scale fisheries. *Maritime Studies*, v. 17, n. 1, p. 101-115, 16 abr. 2018.

CROSTA, A. *et al.* *The totoaba supply chain - From Mexico's totoaba cartels to China's totoaba maw wholesalers - An illegal trade killing the vaquita*. Los Angeles: EAL, 2018.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *How is Covid-19 affecting the fisheries and aquaculture food systems*. Rome: FAO, 2020.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Protect indigenous peoples from Covid-19. *Science*, v. 368, n. 6488, p. 251-251, 17 abr. 2020.

ISAAC, V. J. *et al.* Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 87, n. 4, p. 2229-2242, 2015.

JENTOFT, S.; CHUENPAGDEE, R. From poverty to wellbeing in small-scale fisheries: The governability challenge. In: JOHNSON, D. S. *et al.* (Eds.). *Social wellbeing and the values of small-scale fisheries*. MARE Publication Series 17, 2018. p. 293-315.

JIMENEZ, É. A. *et al.* Understanding changes to fish stock abundance and associated conflicts: Perceptions of small-scale fishers from the Amazon coast of Brazil. *Ocean & Coastal Management*, 2019, 104954.

JIMENEZ, É. A. *et al.* Value chain dynamics and the socioeconomic drivers of small-scale fisheries on the Amazon coast: A case study in the state of Amapá, Brazil. *Marine Policy*, v. 115, n. February, p. 103856, maio 2020.

KAWARAZUKA, N.; BÉNÉ, C. Linking small-scale fisheries and aquaculture to household nutritional security: An overview. *Food Security*, v. 2, n. 4, p. 343-357, 2010.

KNIGHT, C. J. *et al.* Covid-19 reveals vulnerability of small-scale fisheries to global market systems. *The Lancet Planetary Health*, v. 4, n. 6, p. e219, jun. 2020.

LOPES, P. F. M. *et al.* The challenge of managing Amazonian small-scale fisheries in Brazil. In: SALAS, S.; BARRAGÁN-PALADINES, M. J.; CHUENPAGDEE, R. (Eds.). *Viability and sustainability of small-scale fisheries in Latin America and the Caribbean*. MARE Publication Series 19, 2019. p. 219-241.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP - 2012*. Brasília: MPA, 2012a.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Plano safra da pesca e aquicultura 2012/2013/2014*. Brasília: MPA, 2012b.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011*. Brasília: MPA, 2013.

OLIVEIRA, N. S. *et al.* A pesca artesanal no alto e médio rio Araguari, Amapá, Brasil. *HOLOS*, v. 8, p. 81-98, 31 dez. 2018.

OLIVEIRA, W. K. *et al.* How Brazil can hold back Covid-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 2, p. e2020044, 2020.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 12, p. 4689-4698, 2014.

PESCAP, Agência de Pesca do Amapá. *Setor pesqueiro da zona norte do Amapá*. Macapá: PESCAP, 2012.

PROZEE. Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva. *Relatório final do projeto de monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil - Projeto Estatpesca*. Brasília: SEAP/PROZEE/IBAMA.

PURCELL, S. W.; POMEROY, R. S. Driving small-scale fisheries in developing countries. *Frontiers in Marine Science*, v. 2, p. 1-7, 2015.

RUFFINO, M. L. Status and trends of the fishery resources of the Amazon Basin in Brazil. In: WELCOMME, R. L.; VALBO-JORGENSEN, J.; HALLS, A. S. (Eds.). *Inland fisheries evolution and management - Case studies from four continents*. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper 579. Rome: FAO, 2014. p. 1-19.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, v. 11, n. 3, p. 489-507, 2009.

SILVA, L. M. A. *Relatório nº 6 - Análise sobre a Covid-19 no Amapá*. Macapá: IEPA, 2020. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/covid/relatorio.php>.

SISRGP. Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira. *Inscritos no RGP - Quantitativo por município*. Disponível em: <http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp>.

SOUZA, C. D. F. *et al.* Spatiotemporal evolution of case fatality rates of Covid-19 in Brazil, 2020. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 46, n. 4, p. 1-3, 2020.

VIEIRA, I. M.; ARAÚJO NETO, M. D. Aspectos da socioeconomia dos pescadores de camarão da Ilha do Pará (PA) e Arquipélago do Bailique (AP). *Boletim do Laboratório de Hidrobiologia*, v. 19, p. 85-94, 2006.

ZHU, N. *et al.* A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *New England Journal of Medicine*, v. 382, n. 8, p. 727-733, 20 fev. 2020.

IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NOS SETORES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Vanessa Ohana Gomes Moreira¹

1. INTRODUÇÃO

O primeiro caso de Covid-19 foi relatado à Organização Mundial da Saúde (OMS) pelas autoridades chinesas em 31 de dezembro de 2019, como resultado de um paciente sofrendo pneumonia na cidade de Wuhan, China. Nos dias seguintes, suspeitava-se que mais pacientes sofressem a mesma doença e, em 9 de janeiro de 2020, um novo coronavírus foi detectado (WESTON; FRIEMAN, 2020). A origem do vírus ainda é desconhecida, embora os casos iniciais tenham sido associados ao Mercado de Frutos do Mar existente na cidade (GRALINSKI; MENACHERY, 2020).

O novo vírus pertence à família *Coronaviridae*² e, portanto, compartilha características comuns desta. Causa infecções semelhantes ao coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV) e ao coronavírus da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) (GRALINSKI; MENACHERY, 2020). Com isso, foi denominado de *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV- 2), causador da doença Covid-19 (do inglês *Coronavirus Disease 2019*), sendo popularmente conhecido como “novo coronavírus”.

¹ Engenheira agrônoma, mestra e doutoranda em Ciência do solo. Universidade Federal do Ceará. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0001-7881-1629>. E-mail: vanessaohana@alu.ufc.br

² *Coronaviridae* é uma família de vírus de RNA de fita simples de sentido positivo, composta por 2 subfamílias, 5 gêneros, 26 subgêneros e 46 espécies à qual os coronavírus pertencem

Como forma de evitar a disseminação desse novo vírus, a OMS recomendou que a população mundial evite aglomerações e cumpra o isolamento domiciliar. Essa recomendação desencadeou, em diversas partes do mundo, o fechamento temporário de instituições, comércios, suspensão das atividades escolares, aulas presenciais e proibição de atividades e eventos com grande número de pessoas.

Nessa conjuntura, a pandemia da Covid-19 provocou impactos significativos nos setores produtivos da economia mundial, incluindo o agronegócio (TÁVORA, 2020). De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a doença está afetando o sistema de produção de alimentos agropecuários no mundo devido a, principalmente: a) lentidão na logística de suprimentos; b) variações de preços e mercados; c) incertezas a respeito do escoamento da produção; e d) redução da mão de obra (FAO, 2020).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou levantamento dos impactos da Covid-19 para a agricultura e pecuária do Brasil. A análise apontou que o setor de frutas e hortaliças está sendo o mais afetado pela crise, pois o fechamento de parte do comércio e a consequente redução da demanda causaram queda nos preços desses produtos. Os setores de flores, plantas ornamentais, boi gordo, lácteos, ovos e ração animal, também foram afetados, apresentando alta volatilidade nos preços (CNA, 2020).

A aquisição de insumos também foi prejudicada, pois as companhias áreas deixaram de operar em alguns trechos, dificultando a chegada de produtos importantes utilizados para o manejo adequado das culturas e dos animais de produção. Em alguns municípios, também houve o impedimento do trânsito regular de caminhoneiros, plantadores e colheitadores que transportam os mais diversos insumos às fazendas (PEDROSO, 2020).

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), embora as atividades do setor agroalimentar tenham sido consideradas essenciais, no contexto da crise da Covid-19³, as medidas adotadas para

³ Ver Portaria nº 116, de 26 de março de 2020: Dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas.

desacelerar a disseminação da doença pressionam negativamente a capacidade do setor em continuar atendendo às demandas por alimentos a longo prazo, influenciando na segurança alimentar da população e na renda, principalmente, dos pequenos e médios produtores rurais (USDA, 2020).

Dado o exposto, este capítulo tem o objetivo de avaliar os impactos da Covid-19 nos segmentos do agronegócio, em especial, a agricultura familiar e o setor das exportações. Para isso, são apresentadas as particularidades desses segmentos, inseridas no contexto de importância para a economia brasileira, e são apontadas as dificuldades enfrentadas pelos produtores com a pandemia, as medidas emergenciais criadas por entidades governamentais e as perspectivas futuras.

2. O AGRONEGÓCIO FAMILIAR

No Brasil, há uma discussão que estabelece uma percepção dicotômica, originada por argumentos político-ideológicos, entre agronegócio e agricultura familiar, resultando em uma polaridade entre formas de produção agrícola integradas ao comércio (agronegócio) e as formas de produção voltadas à subsistência dos próprios produtores (agricultura familiar) - (CAUME, 2009).

No entanto, o termo agronegócio, resultado da tradução para a língua portuguesa da palavra *agribusiness*⁴, tem como definição “a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção na fazenda, armazenamento, processamento, venda e distribuição de produtos agrícolas e itens feitos a partir desses”⁵ (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2, tradução nossa).

Portanto, conceitualmente, o agronegócio refere-se a um processo econômico, ou seja, um sistema que integra diferentes atividades que têm como eixo articulador a agropecuária, não sendo, como muitos equivocam-

⁴ Palavra usada publicamente pela primeira vez por John H. Davis em um artigo apresentado na Conferência de Boston em outubro de 1955.

⁵ “*Agribusiness means the sum total of all operations involved in the manufacture and distribution of farm supplies, production operations on the farm; storage, processing and distribution of farm commodities and items made from them.*”

damente acreditam, uma forma de se produzir na agricultura (CAUME, 2009). Os agentes que fazem parte dessa cadeia produtiva diferenciam-se de acordo com a escala de operações e o porte econômico, ou seja, desde o agricultor que trabalha apenas com sua família, até uma multinacional produtora de alimentos com centenas de empregados (PEDROSO, 2020).

A agricultura familiar brasileira destaca-se pela grande importância na geração de empregos, na produção de grande diversidade de alimentos e no desenvolvimento local (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017). Contudo, no atual contexto vivenciado com a pandemia do novo coronavírus – cancelamento das feiras públicas, o fechamento de restaurantes e a proibição de aglomeração – impactos negativos atingiram o setor (MOURA; SOUZA, 2020), principalmente, no que concerne à manutenção da atividade produtiva e o escoamento da produção (VALADARES *et al.*, 2020).

Os produtores que comercializam diretamente com supermercados conseguem o escoamento da produção de forma mais regular, uma vez que esses estabelecimentos seguem abertos por enquadrarem-se em serviço essenciais. No entanto, parte considerável dos agricultores depende do funcionamento de restaurante e feiras, ficando em situação econômica mais vulnerável (PEDROSO; CORCIOLO; FOGUESATTO, 2020).

Pedroso (2020) cita exemplos que ocorrem nos estabelecimentos agropecuários de pequeno e médio porte econômico com a pandemia: a) a perda da produção de quase 100% em alguns produtos, porque os restaurantes, que são os principais demandantes, pararam de comprar; b) a incineração de aves porque o insumo para alimentação não chegou nas fazendas criadoras em tempo; c) cancelamento de 20% a 30% dos pedidos de mudas, devido ao atual quadro incerteza em relação aos próximos meses e d) prejuízo em torno de R\$ 50 milhões no setor de “flores de corte”, apenas na primeira semana de isolamento.

Ainda segundo a autora, a frequência de compradores e as transações comerciais nas centrais de abastecimento (Ceasa) reduziram no período de isolamento. Cabe ressaltar que a comercialização de frutas, hortaliças, legumes e lácteos, nesses locais de distribuição ou comércio, é mais preocupante com o atraso na logística, devido à precibilidade desses pro-

duto, enquanto os grãos podem ser armazenados por um maior período, amenizando o desperdício e a deterioração.

Os governantes brasileiros têm publicado diversas normas para tentar contornar esses efeitos da Covid-19 (NAHAS; MARTINEZ, 2020). De acordo com uma pesquisa, o número de medidas criadas para apoiar a agricultura familiar durante a pandemia foi maior nas regiões Nordeste e Sul. O emprego de plataformas digitais; a habilitação de novas unidades agroindustriais para a comercialização de produtos de origem animal; a criação de novos polos de apoio logístico; a disponibilização de novos pontos de vendas e a articulação com supermercados estaduais estão entre as principais medidas de enfrentamento criadas (VALADARES *et al.*, 2020).

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) instituiu o comitê de crise (CC Agro-Covid19), por meio da Portaria nº 123, de 30 março de 2020, com a finalidade monitorar e propor estratégias para minimizar os impactos do coronavírus na produção agrícola e no abastecimento de alimentos para a população brasileira (BRASIL, 2020a).

Além disso, o Governo Federal liberou crédito extraordinário por meio da Medida Provisória 957/2020 para compra de alimentos das cooperativas de agricultores familiares direcionadas às ações de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020b) e sancionou a Lei nº 13.982/2020, referente ao auxílio emergencial para trabalhadores em condição de vulnerabilidade social⁶. No entanto, decretou o estado de calamidade, mas manteve o teto de gastos, alegando que não há espaço fiscal nas contas públicas para liberar dinheiro para a população (OTTA; SIMÃO; RIBEIRO, 2020).

Cabe ressaltar que a importância dessas decisões é fundamental para evitar interrupções na força de trabalho, na produção de alimentos e na geração de emprego e renda, objetivando o fortalecimento do setor e o apoio à economia e à segurança alimentar, pois, em um cenário pessimista e de prolongamento da pandemia, a interrupção das medidas e dos investimen-

⁶ Ver Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020: Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

tos pode levar à paralisação da produção e o desabastecimento dos mercados pelos importantes alimentos oriundos desse setor.

3. AS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

As atividades exportadoras do agronegócio são consideradas estratégicas para a política comercial brasileira, pois, além de contribuírem para o superávit comercial e para o crescimento econômico do Brasil, revelam um elevado grau de inserção do país no comércio internacional (PEROBELLI *et al.*, 2017), visto que tais mercadorias apresentam participação significativa nas exportações (AURÉLIO NETO, 2018).

Nesse sentido, o desempenho da agropecuária brasileira e importância para a balança comercial e para a economia brasileira ocorrem devido a vários fatores, dentre eles: mercado interno, áreas propícias ao desenvolvimento de tais atividades, boa fertilidade do solo em grande parte do território, clima adequado, desenvolvimento tecnológico e consequente aumento gradativo da produtividade do setor, tornando o país um dos maiores produtores agrícolas mundiais (CARVALHO; FERNANDES, 2017).

Tabela 1. Quantidade exportada de produtos oriundos da agropecuária (Mt) e principais países exportadores

Quantidade Exportada (Mt)					
Local (País)	Soja	Local (País)	Milho	Local (País)	Carne bovina
Brasil	68,15	Estados Unidos	53,04	Brasil	1,86
Estados Unidos	55,38	Brasil	29,27	Austrália	1,58
Argentina	7,40	Argentina	23,71	Índia	1,51
Paraguai	6,12	Ucrânia	19,39	Nova Zelândia	0,6
Canadá	4,66	Rússia	5,18	Argentina	0,5

Fonte: FAOSTAT cont. Seleiman *et al.*, 2020 e USDA, 2020.

O surgimento do coronavírus, de modo geral, impactou as atividades econômicas globalmente e, conseqüentemente, o crescimento econômico das principais potências mundiais, como a China – principal parceiro importador de produtos agropecuários brasileiros - o que pode levar a uma redução nas transações comerciais internacionais e a uma recessão econômica generalizada, afetando a renda da população (BONOMELLI, 2020; PAULINO, 2020).

Apesar disso, o MAPA relata crescimento nas vendas externas do país (17,5%) nos primeiros quatro meses do ano, comparando com igual período do ano anterior. A participação do agro no total das exportações passou de 18,7% em 2019 para 22,9% em 2020. Os produtos que tiveram aumento foram: soja (+ 29,9%), algodão em bruto (+ 69,5%), madeira em bruto (+ 28,9%), mel natural (+ 17,2%) e especiarias (+ 3,2%) - (MAPA, 2020a).

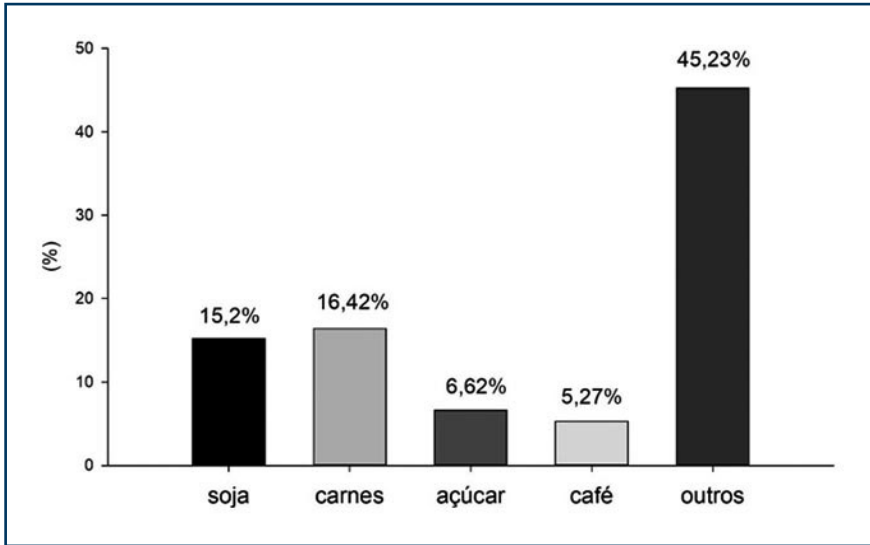
As exportações acumuladas de soja de janeiro a maio (2020) chegaram a 48 milhões de toneladas, um volume considerado recorde. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as incertezas em relação aos impactos da Covid-19 na comercialização, as dificuldades na logística de movimentação do período e a alta do dólar ante o real podem ter afetado as decisões das empresas na contratação de caminhões e navios, adiantando e impulsionando as vendas para o exterior (CONAB, 2020).

No mês de maio, comparado a período igual do ano anterior, o país registrou valor recorde nas exportações, com US\$ 10,9 bilhões (+17,9%) e o agro correspondeu a 60,9% do total de produtos exportados, com ênfase para soja em grão (US\$ 5,2 bilhões), carne bovina (US\$ 780 milhões), açúcar (US\$ 767 milhões) e café verde (US\$ 468 milhões) - (MAPA, 2020b).

É fato que a pandemia da Covid-19 está impactando positivamente o setor de exportações do agronegócio brasileiro, que apresenta recordes na venda de diferentes produtos agrícolas para outros países do mundo, mesmo com o isolamento social (SELEIMAN *et al.*, 2020). Entretanto, levando em consideração que o Brasil é o maior importador de nitrogênio e fósforo e o segundo maior importador de potássio, na forma de fertilizantes (FAOSTAT, 2018), as restrições logísticas causadas pela Covid-19 podem redu-

zir a compra desses insumos, afetando o rendimento e a produção das culturas a longo prazo.

Gráfico 1. Participação dos diferentes produtos do agronegócio brasileiro nas exportações



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2020b).

Outro impacto negativo é a redução da competitividade do etanol ante a gasolina, com o menor valor do barril de petróleo e do litro dos combustíveis. O que leva ao menor uso de biocombustível, provocando um forte recuo na demanda do setor sucoenergético brasileiro, das margens de ganho, produção, comercialização e consequente queda na remuneração dos produtores (CAMPELO, 2020).

Em relação à produção de animais, a carne bovina tem destaque no agronegócio brasileiro, com elevada participação nas exportações (FUR-

QUIM; CYRILLO, 2012). Na análise da pauta exportadora, em 2016, somente a carne bovina contribuiu com 5,51 bilhões de dólares, correspondendo a 3% do total (BRASIL, 2016). O país também se destaca como maior exportador e um dos principais produtores de carne de frango, podendo atribuir esse desempenho a características naturais, como as condições edafoclimáticas (BENDER *et al.*, 2019).

Entretanto, as previsões globais de exportação para o comércio de carne bovina e de frango foram reduzidas devido às ameaças emergentes pela Covid-19. Problemas financeiros enfrentados pelos principais países importadores podem afetar o comércio exterior de carnes, reduzindo a demanda por proteína animal ou levando à preferência por tipos de carnes mais baratas, como a carne de frango, culturalmente aceita em praticamente todos os mercados (USDA, 2020).

Vale ressaltar que, até este momento, não há evidências de que animais representem uma ameaça na transmissão da Covid-19 (RODRIGUES *et al.*, 2020). No entanto, é necessário cozinhar bem todos os alimentos (vegetais ou animais), evitando os crus e mal cozidos, pois a sanidade alimentar - que visa evitar a transmissão de doenças através da alimentação - também é um importante fator a ser levado em consideração para que a atual pandemia não evolua para uma crise na cadeia de suprimento de alimentos.

Comparativamente, um exemplo para tal situação ocorreu durante a pandemia do vírus de influenza aviária - HPAI, subtipo H5N11, na China, que provocou: a) a redução na produção de ovos, de carne de frango e de peru; b) a redução nas exportações e no consumo doméstico desses produtores; e c) o sacrifício de 200 milhões de aves em países atingidos devido à contaminação pela doença (FACHINELLI, 2008).

Segundo o Mapa, o Brasil deve seguir com padrões elevados de defesa agropecuária, dando importância à percepção de sanidade e inocuidade. Conseqüentemente, suprirá países que tenham sua produção afetada, ou participará do processo de recomposição dos rebanhos (MAPA, 2020c). Sendo assim, esse setor do agronegócio colocaria o Brasil em uma posição estratégica de recuperação econômica mais rápida pelo estímulo de lide-

rar no mercado mundial de alimentos e produtos agropecuários (MOURA; SOUZA, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da pandemia da Covid-19, os setores do agronegócio foram adversamente afetados. O setor de agricultura familiar foi severamente atingido com a proibição de aglomerações por decretos municipais e estaduais, suspensão de feiras e o fechamento de estabelecimentos. Por outro lado, alguns produtos agrícolas aumentaram em número de vendas para o exterior, com destaque para a China, que adquiriu 44,9% do valor total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio.

Com a crise, houve mudanças nos hábitos de consumo da população e a preferência por alimentos vendidos em supermercados aumentou ante os restaurantes e *fast-foods*⁷. Isso afetou severamente os produtores que tinham esses estabelecimentos como principais fontes de escoamento. O desenvolvimento de novos canais e o uso de tecnologias digitais configuraram-se como alternativas viáveis para facilitar a comercialização interna da produção do pequeno e médio produtor rural.

Por outro lado, o Brasil poderá se destacar na exportação de alimentos para os demais produtores mundiais afetados pela doença, auxiliando a rápida recuperação econômica do país. A maior valorização do dólar aumentará a preferência do grande produtor para o comércio externo, no entanto, causará aumento no preço interno dos produtos. Evidencia-se, novamente, a importância da produção do pequeno e médio produtor na disponibilização interna de alimentos.

Por fim, o Brasil deve manter a produção agrícola estável no contexto de pandemia, posicionando-se como um produtor e exportador confiável. Contudo, é evidente a importância da constante criação de ações e políticas públicas para proteção e melhoria da produção no campo, independente-

⁷ *Fast-Food* é uma expressão de origem inglesa que significa uma modalidade alimentar caracterizada por rápido preparo e consumo.

mente da escala de produção do produtor rural, assim como medidas para manutenção no fornecimento de insumos, na sanidade e segurança alimentar e na renda dos agricultores, responsabilidade social e econômica das entidades dos governantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO NETO, O. O Brasil no mercado mundial de carne bovina: análise da competitividade da produção e da logística de exportação brasileira *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 183-204, agosto 2018.

BENDER, M.; SCHWERTNER, J. J. G; CORONEL, D. A. Competitividade das exportações brasileiras de carne de frango: Uma análise empírica. *Revista Observatório de La Economía Latinoamericana*. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/09/exportacoes-carne-frango.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BEZERRA, G.L.; SCHINDWEIN, M.M.; Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: Uma análise para Dourados, Brasil. *Revista Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan. 2017.

BONOMELLI, G.; La pandemia del coronavirus y su impacto sobre el comercio internacional: Una mirada sobre el mundo y argentina. *Revista Integración y Cooperación Internacional*, República Argentina. n. 30, p. 5-12, jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura e pecuária. Portaria nº 123, de 30 de março de 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-123-de-30-de-marco-de-2020-250422280>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Medida provisória 957/2020. 2020b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141700>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial do Brasil - 2016*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPELO, M. O biocombustível etanol, o COVID-19 e a queda internacional do preço do petróleo: Consequências e desafios. *Boletim Economia Empírica*, Brasília, v. 1, n. 2, abr. 2020.

CARVALHO, T. H.; FERNANDES, E. A. Demandas de importação e exportação: uma análise para o setor agropecuário brasileiro. *Revista de desenvolvimento e políticas públicas*, Viçosa - MG, v. 1, n. 1, p. 55-69, abr. 2017.

CAUMÉ, D.J. Agricultura Familiar e Agronegócio: Falsas Antinomias. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan. 2009.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). *Boletim CNA: Impacto do coronavírus*. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/boletim-cna-impactos-do-coronavirus>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Observatório agrícola e acompanhamento da safra brasileira de grãos – Safra 2019/2020*, v. 7, junho de 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos/monitoramento-agricola>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG M. R. A. *Concept of Agribusiness*. Boston: Division of Research, Harvard University, 136p. 1957.

FACHINELLI, A. L. *Avaliação do impacto econômico de possíveis surtos da gripe aviária no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral computável*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, p. 160, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *COVID-19 pandemic: Impact on food and agriculture*. Disponível em: <http://www.fao.org/2019-ncov/q-and-a/impact-on-food-and-agriculture>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO): *FAOSTAT - 2018*. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FURQUIM, N. R.; CYRILLO, D. C. Vantagens e desvantagens da pecuária no Brasil segundo atores da cadeia produtiva de carne bovina. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 482-505, 2012.

GRALINSKI, L. E; MENACHERY, N. D. Return of the coronavirus: 2019-nCov. *Viruses*, Suíça, v. 12, n. 2, jan. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). *Notícias*. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-setor-agropecuario-registram-aumento-de-17-5-no-primeiro-quadrimestre-de-2020>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). *Indicadores Agrostat 2020*. 2020b. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). *A Pandemia da COVID-19 e as Perspectivas para o Setor Agrícola Brasileiro no Comércio Internacional*. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt/mapacontracoronavirus/documentos/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MOURA, J. B; SOUZA, R. F; Impacts of SARS-CoV-2 on brazilian agribusiness. *Cambridge Open Engage*. Disponível em: <https://www.researchgate>.

net/profile/jadson_moura/publication/340540757_impacts_of_sars-cov-on_brazilian_agribusiness/links/5e8fc3f4a6fdcca789063168/impacts-of-sars-cov-2-on-brazilian-agribusiness.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

NAHAS, T. C.; MARTINEZ, L. C. Considerações sobre as medidas adotadas pelo Brasil para solucionar os impactos da pandemia do COVID-19 sobre os contratos de trabalho e no campo da seguridade social e da prevenção de riscos. Disponível em: <http://www.cielolaboral.com/wpcontent/uploads/2020/04>. Acesso em: 21 jun. 2020.

OTTA, L. A.; SIMÃO, E.; RIBEIRO, M. Governo não vai atender pleito de aportes de R\$ 15 bi aos Estados. *Revista Econômico Valor*, Brasília. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticias>. Acesso em: 20 maio 2020.

PAULINO, L. A. A pandemia do coronavírus e seus impactos políticos e econômicos. In: CORSI, F. L.; SANTOS, A. (Org.). *Rumos do Brasil e da América Latina*. 1. ed. Bauru - SP: Canal 6 editora, p. 161-181, 2020.

PEDROSO, M. T. M. *A epidemia do coronavírus e as cadeias produtivas de hortaliças*. Brasília: Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/hortaliças/busca-de-noticias/noticia/51140463/artigo-a-epidemia-do-coronavirus-e-as-cadeias-produtivas-de-hortalicas>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PEDROSO, M. T.; CORCIOLI, G.; FOGUESATTO, C. A crise do coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 39, p. 3740-3749, jun. 2020.

PEROBELLI, F. S.; BERTARELLI, A. A.; VALE, V. A.; CUNHA, R. G. Impactos econômicos do aumento das exportações brasileiras de produtos agrícolas e agroindustriais para diferentes destinos. *Revistas de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 55, n. 2, p. 343-366, abr. 2017.

RODRIGUES, M. M. T. R.; CARVALHO, A. A. V. MENDONÇA, A. C.; CARVALHO, A. C.; VIELMO, A.C. Particularidades da infecção por diferentes estirpes de coronavírus em animais domésticos e de produção. *Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, Palmas, v. 7, p. 34-37, 2020.

SELEIMAN, M. F.; SELIM, S.; LHAMMAD, B. A.; ALHARBI, B. M.; JULIATTI, F. C.; Will novel Coronavirus (COVID-19) pandemic impact agriculture, food security and animal sectors? *Bioscience Journal*, Uberlândia, v. 36, n. 4, p. 1315-1326, maio 2020.

TÁVORA, F.L. *Impactos do novo coronavírus (COVID-19) no agronegócio brasileiro*: Texto para discussão, Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisa da Consultoria Legislativa, n. 274, p. 25, abr. 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). *World markets and trade*: COVID-19 upends global protein markets. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/psdon-line/circulars/livestock_poultry.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILCA, S.P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto da COVID-19: Uma abordagem das ações públicas emergenciais. *Nota técnica - IPEAS*, n. 69, abr. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf.> Acesso em: 10 jun. 2020.

WESTOM, S.; FRIEMAN, M.B. Covid -19: Knows, unknowns and questions. *American Society for Microbiology*, Washington, v. 5, n. 2, mar./abr. 2020.

PRÁTICAS PARA MELHORAR O CLIMA ORGANIZACIONAL NA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES

Eliane Böttcher¹

1. INTRODUÇÃO

Conforme o avanço do contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), mudanças importantes passaram a fazer parte da sociedade, assim como da vida dos trabalhadores. Este estudo ocorreu em Porto Alegre, onde diversos decretos foram publicados direcionando a forma de viver, como o da suspensão das atividades de ensino presencial, do fechamento de estabelecimentos não essenciais para o enfrentamento da doença, e do estado de calamidade pública e distanciamento social (PORTO ALEGRE, 2020a, 2020b; RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Neste cenário, além das demandas inerentes à vida laboral (aspectos emocionais, físicos, intelectuais, sociais e organizacionais), os trabalhadores passaram a viver em meio à pandemia, compreendida, neste estudo, como um estressor, uma demanda a ser administrada por eles. Assim, chega-se ao problema a ser respondido: como a pandemia está afetando os trabalhadores e quais práticas positivas podem contribuir para um melhor clima em suas realidades?

Tem por base a psicologia positiva, na qual a compreensão de um fenômeno ocorre sobre aspectos saudáveis e protetivos das pessoas ou orga-

¹ Psicóloga, mestre em Psicologia, com MBA em Gestão Empresarial, especialista em Coaching Ontológico e em Dinâmica dos Grupos. Diretora da Lidcom Consultoria. ORCID-Id: 0000-0001-7876-1473. E-mail: eliane@lidcom.com.br

nizações, buscando a prevenção e a promoção de bem-estar (SCHAUFELI, 2013; MAGNAN; VAZQUEZ; PACICO; HUTZ, 2016; VAZQUEZ, 2018). Parte de estratégias para lidar com os desafios e adversidades no contexto de trabalho e vida, com práticas e intervenções para analisar e promover saúde (SIQUEIRA; MARTINS, 2013).

A partir do modelo teórico *Job Demand Resources and Work Engagement* - JDR-WE (SCHAUFELI; SALANOVA; GONZÁLEZ-ROMÁ; BAKKER, 2002), baseado na psicologia positiva, a energia do trabalhador é investida ou necessita ser realimentada a partir da percepção deste profissional ante o entendimento dinâmico de três pilares: as demandas inerentes ao seu trabalho (diferentes aspectos entendidos pelo trabalhador como estressores ou desafiadores); os recursos pessoais que percebe em si para lidar com estas demandas; e os recursos de trabalho que reconhece na organização para poder lidar com eles. O desdobramento destes pilares impactará na existência de vínculos saudáveis, como o engajamento e a satisfação no trabalho, ou vínculos que promovam o adoecimento (*burnout*, monotonia, adição ao trabalho...), afetando o bem-estar dos trabalhadores (BAKKER; DEMEROUTI, 2007; VAZQUEZ, 2018).

Associado à percepção que os profissionais possuem sobre os pilares descritos, assim como ao significado que eles dão às suas experiências de trabalho, temos um complexo termo: o clima organizacional (SCHNEIDER; EHRHART; MACEY, 2013). Ele está vinculado à percepção de disponibilidade dos diferentes recursos de trabalho como os aspectos físicos, sociais, de liderança ou organizacionais que contribuem para o atingimento dos objetivos do trabalho, para estimular o crescimento e desenvolvimento das pessoas (DEMEROUTI; BAKKER; NACHREINER; SCHAUFELI, 2001), e para lidar com as diferentes demandas.

São diversos os aspectos que compõem o clima, mas existem dimensões frequentes: suporte, liderança, controle/pressão, clareza, coesão, justiça/recompensa, autonomia e questões de ambiente/conforto (PUENTE-PALACIOS; MARTINS, 2013). Da mesma forma, o clima está conectado aos sentimentos, pensamentos e comportamentos dos profissionais (QUE-

LHAS; FARIAS FILHO, 2019), às condições para que os trabalhadores reconheçam seus recursos pessoais para desempenharem o seu trabalho e lidarem com as demandas laborais.

O clima organizacional influencia a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, e identificar práticas e intervenções que contribuam para um melhor clima passa a ser um fator protetivo para a saúde destes. Da mesma forma, a fim de contribuir com a saúde mental durante a pandemia, a Organização Mundial da Saúde (2020) refere a importância de criar oportunidades para que histórias positivas e úteis sobre a Covid-19 possam existir. Chega-se então ao objetivo deste estudo: explorar o impacto da pandemia em trabalhadores e identificar práticas positivas que possam contribuir para um melhor clima em suas realidades.

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, buscando explorar e identificar práticas a partir das experiências de 29 trabalhadores. Estes cursavam Gestão do Clima Organizacional em um MBA em Gestão de Pessoas, originalmente no formato presencial, em Porto Alegre. Foram convidados a participar do estudo de forma voluntária, e, para tal, preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta ocorreu em dois momentos, sendo todos os dados obtidos no formato online e apresentados aos participantes deste estudo, por meio de roda de conversa no formato digital. Foram feitas análises descritivas para caracterizar a amostra e explorar o impacto da pandemia junto a este grupo de trabalhadores. Para os demais dados foi feita análise de conteúdo (BARDIN, 1997) em que, após uma leitura atenta sobre a totalidade das experiências e práticas descritas pelos participantes, foram identificados os elementos temáticos relevantes, e realizada a categorização *a posteriori*, a fim de responder ao objetivo desta pesquisa.

A maioria dos participantes (62%, n=18) desempenha atividades de liderança de pessoas em seus respectivos trabalhos, 83% (n=24) do gêne-

ro feminino, 59% (n=17) trabalhadores da geração X (com idades acima de 39 anos), e 41% (n=12) da geração Y (com idades entre 24 e 38 anos) (URWIN; PARRY, 2017). Todos de organizações privadas, e 83% (n=24) destas são do segmento de serviços.

2.1 Momento 1 da coleta

Foi realizado 19 dias após a suspensão das aulas presenciais em função da pandemia, quando do retorno das aulas em formato online. A fim de explorar o impacto da pandemia em trabalhadores, foi criado um questionário com duas perguntas abertas (1 e 2), no qual cada participante poderia dar até duas respostas de forma online (Plataforma *Mentimeter*), individual e sigilosa.

Ao responderem à pergunta 1 (com tudo que está acontecendo nos últimos dias, como você está se sentindo?), percebe-se que a maioria dos trabalhadores (55%, n=29) sentia-se *inseguro* (com respostas como *preocupada, perdida, com medo e ansioso*), cansados (15%, n=8; respostas como *incomodados, entediada, triste e presa*), em *adaptação* (11%, n=5, com *novos modelos de work, agora melhor, ou fora da realidade normal*) e apenas 19% (n=6) estavam *esperançosos* (com *esperança, à espera de um futuro melhor*), demonstrando o alto impacto negativo da pandemia nestes trabalhadores.

Esses dados corroboram os achados de autores que afirmam que, em situações de pandemia ou crises, os níveis de ansiedade e estresse tendem a ser aumentados pelo medo do desconhecido inerente à situação, e, em pessoas com transtornos psiquiátricos preexistentes, os sintomas intensificam-se. Reações emocionais como tédio, solidão, insônia, ansiedade e raiva, fazem-se presentes (SHIGEMURA; URSANO; MORGANSTEIN; KUROSAWA; BENEDEK, 2020).

De acordo com Carvalho (2011) a exposição a situações de crises (como a pandemia) imprevisíveis e sem controle, pode originar um desequilíbrio emocional e/ou desorganização pela ineficácia de utilização dos recursos pessoais destes trabalhadores. As emoções negativas que se fazem

presentes restringem e paralisam o repertório de pensamento-ação das pessoas. Já as emoções positivas podem ampliar esse repertório, ajudando na compreensão e análise dos problemas em diferentes perspectivas e possibilidades (FREDERICKSON, 2001).

Desta forma, acessar as respostas da pergunta 2 (o que está sendo mais difícil?), pode colocar em evidência pontos a serem mais bem explorados junto a estes trabalhadores. As respostas foram apresentadas aos participantes do presente estudo, servindo de estímulo para uma roda de conversa entre a autora deste capítulo e esses trabalhadores/alunos (Tabela 1).

Tabela 1. O que está sendo mais difícil?

Categorias	Exemplos de falas dos trabalhadores	%	n
Distanciamento afetivo	<i>Distanciamento de quem amo, ficar longe da família, não ver amigos, não ver pessoas, saudade.</i>	34	16
Incerteza	<i>A incerteza, lidar com o emocional, lidar com a ansiedade, demissão, assistir às notícias.</i>	30	14
Recursos de trabalho	<i>Internet lenta, computador travando, rotinas da casa com a do trabalho.</i>	21	10
Autonomia	<i>Não poder passear na rua, ficar trancado em casa, ter que ficar em casa.</i>	15	7

Fonte: Elaborada pela autora.

Por meio do exercício de pensar compartilhado, Afonso e Abade (2008) referem que as rodas de conversa são um espaço de reflexão sobre questões quotidianas, expressando e buscando superar medos e entraves, além de possibilitar (re)significação dos acontecimentos. Corroborando com esta construção, o ponto importante em um diálogo não são as opiniões particulares, mas a ampliação dos pontos de vista, a abertura da mente e do observar, para que haja um compartilhamento de significados

(BOHM, 2008). Ao escutar verdadeiramente, deixamos de ser apenas observadores neutros, já que toda fala tem o potencial de modificar o futuro das partes envolvidas em um diálogo, a partir da construção de possibilidades (ECHEVERRÍA, 2003).

No presente grupo, a vivência da roda de conversa ocorreu no formato digital (através do *Google Meet*), contribuindo para que os trabalhadores pudessem dialogar sobre as suas incertezas, inseguranças e sentimentos, assim como, perceber nas falas de outros trabalhadores o quão próximas eram as dificuldades (apesar de organizações distintas) e as diferentes formas adaptativas que os trabalhadores e empresas estavam realizando e/ou construindo ante as possibilidades para lidarem com o contexto da pandemia. O alívio ocorreu pelo próprio processo do diálogo, de partilhar histórias e reações, aproximando-os e reforçando o vínculo de suporte social. Surgiu então o convite para a próxima etapa.

2.2 Momento 2 da Coleta

Desenvolvido um mês após o decreto de suspensão das aulas. Além dos dados sociodemográficos, os 29 trabalhadores (T) responderam a um questionário online com uma pergunta aberta: *prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, em seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia*. Foram identificadas categorias *a posteriori* que agruparam as práticas por elementos temáticos, divididas em *recursos de trabalho* e em *recursos pessoais*, como a própria teoria nos sugere, a fim de lidar com as demandas laborais (SCHAUFELI *et al.*, 2002).

Os trabalhadores identificaram práticas ou ações que, enquanto recursos de trabalho, contribuem para um melhor clima, oportunizando que eles se sintam com menor insegurança ante a um cenário incerto de pandemia (CARVALHO, 2011; SHIGEMURA *et al.*, 2020). A categoria *direcionamento estratégico/clareza* (Quadro 1) vai ao encontro desta necessidade.

Quadro 1. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria direcionamento estratégico/ clareza

Recurso de trabalho: direcionamento estratégico/clareza
<ul style="list-style-type: none"> • <i>O diretor uma vez por semana faz uma live para nos posicionar frente às notícias e posicionamento da empresa na pandemia (T27).</i> • <i>Reestruturação financeira da empresa para que mesmo com a diminuição do faturamento/recebimento não demitir nem reduzir salário de ninguém (T5).</i> • <i>Até o momento não tenho informações se houve alguma demissão. Os professores, gestores, equipe pedagógica e administrativa estão trabalhando em home office (T26).</i> • <i>A empresa oportunizou que mais de 90% dos colaboradores trabalhassem home office (T3).</i> • <i>A empresa implantou Banco de Horas para evitar dispensas de funcionários, para compensação após calamidade pública (T23).</i> • <i>Foram dadas férias coletivas de 10 dias para todos os funcionários. Foi bom porque naquele momento as pessoas estavam com um medo maior, por ser logo no início, tivemos vários atestados antes das férias (por suspeita de Covid-19) e nestes 10 dias, a adrenalina baixou (T16).</i> • <i>Férias para todos os colaboradores da produção. O administrativo e vendas operando com 50% do pessoal em alternância semanal. A logística e entrega operando normalmente (T15).</i> • <i>Empresa (mídia) conseguiu organizar o home office do grupo inteiro priorizando a saúde dos colaboradores e usou isso como um exemplo para os telespectadores/comunidade (T4).</i> • <i>Atuação da empresa com demais Associações devido à Pandemia, monitorando as decisões sobre Educação Básica e Superior (T10).</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Apresenta-se também a categoria *liderança* (Quadro 2), identificada nesse grupo como ação positiva para um melhor clima. Este dado vai ao encontro dos estudos de Puentes-Palacios e Martins (2013), que referem a existência dessa dimensão na maior parte dos estudos de clima organizacional.

Quadro 2. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria liderança

Recurso de trabalho: liderança
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lives com os diretores da empresa (T6).</i> • <i>Minha equipe realiza dailys todos os dias para manter um contato diário e informar sobre as demandas do dia a dia (T27).</i> • <i>Cada gerente está firmemente comprometido com sua equipe a fim de dar o melhor suporte em todos os sentidos aos colaboradores (T6).</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Os recursos de trabalho que satisfaçam as necessidades humanas, tais como o suporte social e a necessidade de pertencer a um grupo/equipe, possuem potencial para estimular e aumentar o engajamento dos trabalhadores (SCHAUFELI; DIJKSTRA; VAZQUEZ, 2013). A categoria *suporte social/coesão/pertencimento* (Quadro 3) representa este aspecto.

Quadro 3. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria suporte social/coesão/pertencimento

Recurso de trabalho: suporte social / coesão e pertencimento
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Os gestores, com seu grupo de trabalho, mantêm um encontro semanal, onde todos da equipe se encontram virtualmente para falarem de assuntos diversos gerando a inclusão de todos os que estão atuando, os que estão afastados por serem do grupo de risco ou que estão de férias. A ideia surgiu para manter o grupo sentindo-se pertencente mesmo estando longe (T2).</i> • <i>Adesão dos funcionários ao home office e reformulação das tarefas entre os colaboradores para não sobrecarregar os colegas que possuem maior dificuldade frente a cuidar dos filhos ou demais parentes (pais) do grupo de risco (T7).</i>

Recurso de trabalho: suporte social / coesão e pertencimento

- *O RH da minha empresa está enviando diariamente no início do expediente e no final, mensagens por whatsapp motivacionais com algumas fotos das equipes de momentos de confraternizações, festas, reuniões, lembrando sempre da importância de cada um dentro da organização, independente das situações e que junto sempre seremos mais (T19).*
- *Estamos enviando comunicados diários para os colaboradores se sentirem acolhidos (T22).*
- *Vale destacar a mensagem do nosso RH, de sexta feira, final do expediente: mesmo longe, não precisamos ficar distantes, contem comigo, contem conosco (T19).*
- *Um gesto de sensibilidade e afeto, foi que a empresa mandou um ovo de páscoa para cada colaborador em suas casas, na manhã de sábado, para que a data não passasse em branco devido ao isolamento e estarmos em home office (T19).*
- *Empresa tem se preocupado bastante com os colaboradores e terceiros reforçando sobre a importância dos colaboradores nesse momento de crise. Ela faz pesquisas semanalmente pra saber como todos estão se sentindo e como está a rotina de trabalho (T6).*
- *Reuniões e comunicação por grupos de Whats e/ou meet para tomada de decisões (T14).*
- *Uso compartilhado do Google Drive entre os setores para melhorar a comunicação (T14).*

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 4 são apresentadas as práticas ou ações entendidas como recursos de trabalho que abordam a categoria de *estrutura física*. Esta é referida por autores como Puentes-Palacios e Martins (2013) e Demerouti et al (2001) como uma dimensão que compõe o clima organizacional. Neste período de pandemia, onde os limites da casa, rua e trabalho passam a se misturar, ela é identificada pelos trabalhadores deste estudo.

Quadro 4. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria estrutura física

Recurso de trabalho: estrutura física
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Disponibilizaram meios para trabalharmos da melhor maneira possível em casa, podemos pegar até as cadeiras do escritório (T6).</i> • <i>Em apenas um dia a empresa disponibilizou estrutura para os colaboradores desempenharem as funções em home office (T5).</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria *cuidados com a saúde física do trabalhador* (Quadro 5) fez-se presente neste momento, principalmente pelo fato de a demanda estressora deste estudo ser um risco biológico: o novo coronavírus, estimulando, assim, um maior cuidado com a saúde das pessoas (DEMEROUTI *et al.*, 2001).

Quadro 5. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria cuidados com a saúde física do trabalhador

Recurso de trabalho: cuidados com saúde física do trabalhador
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Todos os dias, os funcionários online, acessam e tem uma aula de alongamentos, antes de começarem a trabalhar, acho bem legal, todos os funcionários participam, e com isto, ameniza um pouco, que estamos passando (T17).</i> • <i>Dicas diárias aos colaboradores de técnicas de respiração, máscaras caseiras, exercícios em casa, alimentação, organização das rotinas em home office e dicas de saúde (T1, T25).</i> • <i>Empresa fez Lives com ginástica laboral (T27).</i> • <i>A empresa disponibilizou kit de higiene (álcool gel, luvas e máscara) para colaboradores (T5).</i>

Recurso de trabalho: cuidados com saúde física do trabalhador

- *Fizemos uma pesquisa com cada colaborador para identificar possíveis casos do grupo de risco. Com isso, os funcionários se sentiram acolhidos e perceberam a preocupação da empresa para com cada um deles. A partir desta identificação, organizamos os trabalhos para que estes fossem dispensados como forma de cuidado (T24).*
- *Liberaram os colaboradores do grupo de risco e os que apresentavam qualquer sintoma de gripe por 14 dias ou até melhorarem (T11, T15, 23).*
- *Manutenção de distribuição de cesta básica para todos os funcionários (T23).*

Fonte: Elaborado pela autora.

Já os Quadros 6 e 7 apresentam os recursos pessoais identificados pelos trabalhadores deste estudo. Pode-se destacar, neste estudo, que as categorias *adaptabilidade de atuação do trabalhador* e o *senso de colaboração com a comunidade/orgulho em pertencer*, foram identificados, neste momento de pandemia, como categorias temáticas para este grupo de trabalhadores. Segundo estudo de Half (2020), a adaptabilidade é a competência mais valorizada em tempos de pandemia.

Quadro 6. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria adaptabilidade de atuação do trabalhador

Recurso pessoal: adaptabilidade de atuação do trabalhador

- *Devido à Covid 19, foram proibidas as visitas para pacientes (Pet) internados. Passaram a ser feitas chamadas de vídeo online, para que o tutor pudesse ver seu pet ao vivo. Isso deixou familiares e trabalhadores felizes (T28).*
- *Fisioterapias online possibilitando que os trabalhadores seguissem o seu trabalho (T25);*
- *A parte administrativa conseguiu trabalhar em home office, quando há tempos atrás, para eles, isso não poderia acontecer e desmistificaram esta informação. O trabalho está rendendo da mesma forma (T18).*

Recurso pessoal: adaptabilidade de atuação do trabalhador

- *Os funcionários conseguiram ser criativo com a novas ferramentas de comunicação, disponibilizando lives e Webinars (T12).*
- *As equipes se organizaram de forma rápida nas plataformas online e não perderam tempo para a migração do presencial para o online (T12, T8, T14).*
- *A escola onde trabalho está fornecendo atividades domiciliares via portal do Aluno (T26).*
- *Foram criados grupos de whats para não deixar os pacientes sem orientação (T25).*

Fonte: Elaborado pela autora.

Como nos referem Quelhas e Farias Filho (2019), o clima está conectado à forma do sentir, de pensar e comportar-se dos trabalhadores, assim como as condições para que os trabalhadores reconheçam seus recursos pessoais para lidar com as demandas laborais.

Emoções positivas associadas ao trabalho, como a sensação de estar realizando atividades significativas que contribuam para o senso de propósito e orgulho em pertencer, possuem o potencial para estimular os trabalhadores (SCHAUFELI; DIJKSTRA; VAZQUEZ, 2013).

Quadro 7. Prática ou ação positiva que aconteceu na organização em que você trabalha ou em outra que, no seu entendimento, contribuiu para um melhor clima ante a pandemia: categoria senso de colaboração com a comunidade / orgulho em pertencer

Recurso pessoal: senso de colaboração com a comunidade / orgulho em pertencer

- *Empresa está fazendo parceria com lojistas para que estes utilizem seu e-commerce para vender e fazendo parceria com autônomos para auxiliar neste período de pandemia. Isso ajuda no clima de várias empresas, que poderá manter as vendas por pelo menos algum tempo (T9).*
- *Em meio ao surto da COVID-19 e a falta de álcool em gel pela grande demanda que aconteceu, a empresa anunciou produção de álcool em gel para doação para hospitais (T13, T27, T20, T15).*

Recurso pessoal: senso de colaboração com a comunidade / orgulho em pertencer

- *Investimento da empresa para ajudar 30 mil pequenas empresas nos países onde seus funcionários vivem e trabalham. O apoio é para que mantenham as operações e ajudem as pessoas que não podem trabalhar (T21).*
- *Minha empresa passou a fazer Lives de artistas da região para quem está em isolamento (T4).*
- *As escolas forneceram desconto das atividades de turno inverso na mensalidade, por estarem com as aulas suspensas (T26).*
- *Estamos tendo muita procura dos beneficiários desesperados pelos cortes de verbas, então para que nenhum lado saia prejudicado, suspendemos os contratos neste período. Criamos um 0800 para os beneficiários entrarem em contato conosco (...) neste período que alguns consultórios estão com horário reduzido e/ou não atendendo (T19).*
- *A empresa disponibilizou a estrutura física para servir de base para Defesa Civil Estadual armazenar doações (T 15).*
- *Os alunos colocando em prática conhecimentos de pesquisa, confecção de materiais para doar a hospitais / máscara (T11).*
- *Liberaram os canais de tv fechados para as pessoas se distraírem e ocuparem o tempo assistindo bons filmes (T20).*

Fonte: Elaborado pela autora.

Como resultado da cocriação deste estudo, todos os trabalhadores participantes tiveram acesso às práticas e ações positivas ante a pandemia, a partir de uma nova roda de conversa digital (AFONSO; ABADE, 2008). Estas foram apresentadas, retroalimentando as vivências de todos os trabalhadores, conforme reforçado pela própria OMS (2020). Oportunizaram-se momentos de reflexão, diálogo e construção de possibilidades diferentes nas realidades destes trabalhadores, e, por consequência, promoção de climas organizacionais mais saudáveis (ECHEVERRÍA, 2003; SIQUEIRA; MARTINS, 2013).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando explorar o impacto da pandemia em trabalhadores, percebe-se que, neste estudo, 70% das respostas refletiram impacto nega-

tivo, retratando, principalmente, falas de insegurança e incômodo nestes profissionais. Quando o contexto estressor externo amplifica a insegurança e a falta de direcionamentos que reforcem a esperança do trabalhador, a gestão do clima se faz ainda mais necessária seja pelos próprios líderes ou por áreas que precisam se tornar ainda mais essenciais, como as de recursos humanos / gestão de pessoas.

Pode-se destacar a importância de espaços que promovam diálogos entre os trabalhadores, trocas de experiências positivas, além de estratégias protetivas de saúde e bem-estar. Como refere a participante T26:

O acesso às práticas perante a pandemia de Coronavírus foi muito interessante pois deu pra ver como cada um está enfrentando esse momento tão diferente, algumas lições sobre home office, depoimentos e notícias sobre o que as empresas estão realmente fazendo para ajudar seus colaboradores nessa crise.

Cabe destacar que o clima organizacional reflete a percepção que os trabalhadores possuem sobre diferentes aspectos da vida laboral, e enquanto diagnóstico e estratégia de ação, precisa ser considerado respeitando-se características culturais e contexto específico. Não se pretendeu aqui minimizar a complexidade deste entendimento, mas sim, fazer um recorte sobre o olhar de trabalhadores de diferentes organizações, deslocando a lente não para a profundidade do entendimento de aspectos do clima em uma organização, mas para práticas que venham a contribuir – pela percepção dos próprios trabalhadores - para um melhor clima em suas realidades laborais, em um período de pandemia.

Como a própria teoria refere (SCHAUFELI *et al.*, 2002), ante a uma demanda estressora (entendida neste estudo como a pandemia), o trabalhador precisa perceber recursos de trabalho e se ver com recursos pessoais para que possa haver um maior equilíbrio dinâmico entre os pilares (demandas, recursos pessoais e de trabalho). Desta forma, melhores condições de bem-estar e saúde tendem a ocorrer.

Em relação à segunda parte do objetivo deste estudo, que pretendia identificar práticas ou ações positivas que possam contribuir para um melhor clima em suas realidades, foram identificadas 46 práticas. Estas demonstram a preocupação e a ação de diferentes organizações ante a fatores protetivos para a saúde dos seus colaboradores, assim como dos próprios trabalhadores, cuidando de si e de outros, ante a pandemia.

É importante observar que, para este grupo de trabalhadores, quando o foco de análise foram práticas que ocorreram na organização e que contribuíram para um melhor clima ante a pandemia, as categorias referiram-se, principalmente, a recursos de trabalho. Nesta realidade, pode-se inferir que o trabalhador reconheça a necessidade ainda maior de recursos de trabalho que lhe deem direcionamentos/clareza para o seu agir, liderança que se faça presente, suporte social/noção de pertencimento, apoio ante a estrutura física e cuidados com a sua saúde. Somados a estes, foram identificados recursos pessoais de adaptabilidade e senso de colaboração com a comunidade, reforçando o orgulho em pertencer.

Estes dados abrem um espaço de oportunidades para que as organizações se façam presentes na vida laboral dos trabalhadores em situações estressoras como a pandemia, porém, também reforcem e estimulem a percepção e o desenvolvimento de recursos pessoais destes trabalhadores (como por exemplo, suas forças e competências comportamentais, sua inteligência emocional, resiliência, gestão do tempo, autoeficácia...) ampliando assim sua percepção de si e consequentemente desenvolvendo sua habilidade para um melhor enfrentamento deste cenário estressor de pandemia.

Como limitação deste estudo destaca-se o fato de ele ter ocorrido ante as experiências de trabalhadores vinculados a um curso de MBA, retratando a percepção de trabalhadores com escolaridade privilegiada. Como sugestão de desdobramento, percebe-se a possibilidade de aprofundamento de estudo, a fim de conhecer se as necessidades diferem no tempo e curva de progressão da pandemia, explorando-se assim novas necessidades, diferenças e aprendizados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lucia; ABADE, Flávia. *Para reinventar as rodas*. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BAKKER, Arnold; DEMEROUTI, Evangelia. The Job Demands-Resources Model: State of the Art. *Journal of Managerial Psychology*, v. 22, p. 309-328, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições Setenta, 1997.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

CARVALHO, Marina (Coord.) *Estudos sobre intervenção psicológica em situações de emergência, crise e catástrofe*. Portimão: Ismat, 2011.

DEMEROUTI, Evangelia *et al.* The Job Demands-Resources Model of Burnout. *Appl Psychol*, v. 86, n. 3, p. 499-512, 2001.

ECHEVERRÍA, Rafael. *Ontología del lenguaje*. Chile: JC Sáez, 2003.

FREDERICKSON, Barbara. The Role of Positive Emotions in Positive Psychology: the Broaden-and-Build Theory of Positive Emotions. *Am Psychol*, v. 56, n. 3, p. 218-226, 2001.

HALF, Robert. Habilidades comportamentais ganham mais destaque durante a pandemia. *Estado de Minas*, jul. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/emprego/2020/07/24/interna_emprego,1169849/habilidades-comportamentais-ganham-mais-destaque-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em: 24 jul. 2020.

MAGNAN, Emília dos Santos *et al.* Normatização da versão Brasileira da Escala Utrecht de Engajamento no Trabalho. *Avaliação Psicológica*, v. 15, n. 2, p. 133-140, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Covid-19: OMS divulga guia com cuidados para saúde mental durante pandemia. (18/03/2020) *ONU News*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PORTO ALEGRE. Decreto 20.499, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre medidas a serem adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Porto Alegre: Sistema Integrado de Referência Legislativa - SIREL, 2020a.

PORTO ALEGRE. Decreto 20.531, de 25 de março de 2020. Proíbe o funcionamento de estabelecimentos exceto os que menciona, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre. Porto Alegre: Sistema Integrado de Referência Legislativa - SIREL, 2020b.

PUENTE-PALACIOS, Katia; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. Gestão do Clima Organizacional. In: BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana (Org.) *O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia*. Porto Alegre: Artmed, p. 253-277, 2013.

QUELHAS, Adriane; FARIAS FILHO, José Rodrigues. Proposta metodológica para o desenvolvimento de fundamentação teórica sobre cultura, clima e comportamento organizacional. *Sistemas & Gestão*. v. 4, p. 28-38, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 55.128, de 19 de março de 2020. Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia cau-

sada pelo COVID-19. Rio Grande do Sul: Leis Estaduais, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-55128-2020>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SCHAUFELI, Wilmar. What is engagement? In: TRUSS, Catherine; ALFES, Kerstin; DELBRIDGE, Rick; SHANTZ, Amanda; SOANE, Emma. *Employee Engagement in Theory and Practice*. London: Routledge, 2013. p. 1-37.

SCHAUFELI, Wilmar. *et al.* The measurement of engagement and burnout: a two sample confirmatory factor analytic approach. *Journal of Happiness Studies*, v. 3, p. 71-92, 2002.

SCHAUFELI, Wilmar; DIJKSTRA, Pimentel; VAZQUEZ, Ana. *Engajamento no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

SCHNEIDER, Benjamin; EHRHART, Mark; MACEY, William. Organizational climate and culture. *Annual Review of Psychology*, v. 64, p. 361-388, 2013.

SHIGEMURA, Jun *et al.* Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: Mental health consequences and target populations. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*. Fev, 2020. Disponível em: <https://on-linelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/pcn.12988>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SIQUEIRA, Mirlene Maria; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. Promoção de saúde e bem-estar em organizações. In: BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana (Org.). *O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 619-643.

URWIN, Peter; PARRY, Emma. The evidence-base for generational differences: where do we go from here? *Westminster Research*. University of Forward Thinking Westminster, p. 1-31, 2017.

VAZQUEZ, Ana Claudia Souza. O que é psicologia positiva organizacional e do trabalho (PPOT) *In: Vazquez, Ana Claudia Souza; HUTZ, Cláudio (Org.). Aplicações da psicologia positiva: trabalho e organizações*. São Paulo: Hogrefe, 2018, p. 3-32.

SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lidiane Aparecida Alves¹
Gabriel Gonçalves Arantes²

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um período urbano, em que mais de 50% da população mundial habita as cidades, cujo percentual pode alcançar cerca de 70% até 2050 (ONU, 2019). A cidade é o local da reprodução da vida cotidiana de milhares de pessoas. Uma configuração territorial que contém relações de produção, tanto “estrito senso (a da produção de mercadorias), assim como as produções e espaços mais complexos onde se desenvolve o mundo da mercadoria e as ações que o contestam” (CARLOS, 2020, p. 8). Tais relações socioespaciais se materializam em fixos e fluxos diversos de acordo com as técnicas de determinado tempo.

No momento atual, segundo Santos (1997, p. 194), “vivemos a unicidade técnica pelo fato de que os sistemas técnicos hegemônicos são cada vez mais integrados, formando conjuntos de instrumentos que operam de forma conexa”, segundo a intencionalidade mercantil ancorada em ideologia e símbolos. Nesse sentido, por meio dos discursos criam-se condições para a materialização de ações e objetos. Afinal, a ideologia não é apenas

¹ Doutora em Geografia, Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria de Educação, <https://orcid.org/0000-0002-0641-6993>. E-mail: lidianeaa@yahoo.com.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/IG/UFU). E-mail: gabriel_goncalvesarantes@hotmail.com

subjetiva, mas também realidade concreta, pois “produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam formas de objetos” (SANTOS, 1997, p. 101).

A ideologia opera no culto ao consumo e à competitividade, tornando um denominador comum para todos os indivíduos. Assim, segundo Santos (2000, p. 23), “consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente”.

Símbolo do progresso tecnológico e de distinção social, o automóvel está entre as mercadorias desejadas há mais de cem anos, desde a criação da linha de montagem por Henry Ford, para barateamento do “Ford T”. A popularização do automóvel como bem de consumo de alto custo no século XX tem reflexos na organização da cidade e como diferenciador social dos sujeitos.

A atual conjuntura de crises, sanitária, socioeconômica, ecológica e política, evidencia as desigualdades entre “aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las” (SANTOS, 2008, p. 37). Com a natureza irracional e as contradições estruturais do capitalismo atual expostas, esse período histórico poderia ser a oportunidade de exercício da consciência humana, e em relação ao consumo, que é simultaneamente produção, poderia repensar o que é essencial, que beneficia a coletividade e, portanto, seja sustentável.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, causador da Covid-19³, implica reflexos nos hábitos em relação à (in)segurança das pessoas, afinal, as possibilidades de vida e consumo para uns pode ser o contrário para outros. Os efeitos da pandemia são distintos entre as clas-

³ O novo coronavírus, SARS-CoV-2, emergiu em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na Província de Hubei, na extremidade ocidental da região sudoeste da China. A partir de fevereiro a doença passou a ser científica e oficialmente designada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19, Covid significa COrona Vrus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, ano de sua emergência (FIOCRUZ, 2020).

ses. Diante de tal contexto, elaborar um olhar geográfico-reflexivo sobre o consumo, nomeadamente do automóvel particular, consiste um grande desafio. Desse modo, este texto traz algumas reflexões sobre a conjuntura de modo geral e com foco no setor automotivo brasileiro em particular, considerando as tendências futuras prováveis para o setor em decorrência da pandemia.

2. A “NORMALIDADE” DO CAPITALISMO EXPOSTA PELA PANDEMIA

O capitalismo, nascido da economia mercantilista e consolidado com a industrialização, já passou por fases de expansão econômica e de recessão em sua dinâmica de acumulação, que tem como essência a divisão de classes. A dinâmica de funcionamento do capitalismo, desde Marx (1848-1865), já foi estudada por diversos pesquisadores, sob vários pontos de vista. O economista Nikolai Kondratiev (ou Kondratieff) (1918-1921) propôs a Teoria dos Ciclos, também conhecida como Ondas de Kondratieff, que foi considerada pelo economista Joseph Alois Schumpeter (1939) para destacar a relevância da inovação para o capitalismo.

Conforme a teoria os ciclos longos, a cada quarenta-sessenta anos, de acordo com Schumpeter encurtando ao longo dos anos, existe uma fase expansiva “a” e uma fase depressiva “b”. A saída da fase depressiva corresponde a mudanças nas conjunturas econômicas, políticas, sociais e espaciais. Logo,

a organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes (conjunturas expansivas, mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos. Os exemplos são inúmeros: 1) nas cidades do mundo todo a 1ª RI correspondeu a localizações industriais junto às EF e vias de navegação, bem como a “haussmanização” do espaço social urbano, 2) a 2ª RI correspondeu à americanização do espaço urbano, com verticalizações, “express-ways” urbanas, etc. 3) a revolução nas dimensões dos navios de carga tran-

soceânicos de após 45 correspondeu à integração da mineração de ferro, bauxita, carvão, etc. transcontinental (Brasil, Austrália, etc.), 4) o período depressivo 1973-96 empurrou várias produções industriais para fora do centro do sistema (compressores para Singapura e Brasil) ou para novas regiões industriais dentro do centro do sistema [...]. (MAMIGONIAN, 1999, p. 155-156).

O período atual, marcado pela ocorrência de crises, corresponde à fase depressiva “b” da quinta onda, inaugurada com a revolução nas tecnologias de informação e comunicação, e com a crença no neoliberalismo, que desde a década de 1980 nos EUA e Inglaterra, e em 1990 no Brasil, tem sido a forma do capitalismo.

Nesse contexto são evidentes as lutas e choques, e a acumulação de capital-dinheiro, incluindo valores fictícios. Para a saída de tal situação, mais do que inovações, são necessárias políticas públicas baseadas na ciência com enfoque multisetorial e de estímulo keynesiano⁴ de longa duração, posto a potencialidade da participação do Estado para agir contra as crises e reduzir a desigualdade social.

A desigualdade social intrínseca à acumulação capitalista desde sua origem apresenta oscilações de acordo com as formas históricas de coordenar as ações dos agentes econômicos e assim organizar o capitalismo, quais sejam: a forma desenvolvimentista e a liberal. Na primeira, conforme explica Bresser-Pereira (2019), além da intervenção moderada do Estado, pratica nacionalismo econômico igualmente moderado, e conta com o apoio político de uma coalizão de classes desenvolvimentista, geralmente formada por empresários industriais, trabalhadores e burocracia pública. Já na segunda, se pratica o *laissez faire* e o Estado mínimo.

No atual capitalismo neoliberal financeirizado, o rentismo tem sido o meio de apropriação da riqueza alheia, transmitida entre as gerações. Segundo Belluzzo, Galípolo (2019, p. 91) “a financeirização não é uma deformação do capitalismo, mas um ‘aperfeiçoamento’ de sua natureza”. Ain-

⁴ John M. Keynes (1936) defendeu a importância da intervenção do Estado na economia, contra a recessão e alta no desemprego, de modo a promover justiça social e desempenho econômico.

da de acordo com os autores, “convencidos de sua liberdade, os indivíduos livres entregam seu destino aos grilhões da concorrência e às ilusões da meritocracia. Transtornados por suas culpas, os perdedores acomodam-se aos suplícios da exclusão e da desigualdade” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 194).

Ainda que com abordagens distintas, as discussões de Piketty em *O Capital no século XXI*, com foco na distribuição a partir das categorias: riqueza e renda, e de Marx em *O capital*, que foca a produção e lucro apontando as contradições do capitalismo, segundo Belluzzo, Galípolo (2019) em ambos os escritos é evidenciada a essência do capital, cujo propósito é a acumulação de riqueza monetária, abstrata, a partir da propriedade do capital e não da atividade inovadora e fáustica do empreendedor capitalista.

Nos últimos quarenta anos, com o neoliberalismo, vive-se uma crise financeira permanente, que é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais, legitimar a escandalosa concentração de riqueza e impedir que se tomem medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica (SANTOS, 2020).

A crença em mercados irrestritos, no neoliberalismo foi abalada em 2008, ano que segundo Bresser-Pereira (2019) marcou o fracasso de quarenta anos de reformas econômicas neoliberais que prometiam um tempo novo e maravilhoso para o capitalismo. Mas o que se viu foi a desigualdade atingir níveis recordes carregando consigo taxas de empobrecimento bruto e recrudescimento do trabalho informal, que a teoria econômica ortodoxa tenta explicar pela meritocracia, inventividade ou originalidade. Porém, os empreendedores constituem uma parte muito pequena, 4%, segundo algumas estimativas, dos ricos, a maioria dos milionários e dos bilionários herdou sua fortuna ou a fez graças a atividades rentistas: por outros meios que não foram inovação e esforço produtivo.

Com o neoliberalismo, e seu *modus operandi* sistêmico via financeirização da economia, o crescimento foi para as pessoas que são mais ricas. Assim, conforme Raventós (2020, *online*), a desigualdade econômica aparece como causa e consequência da desigualdade do poder político, em su-

as palavras “os ricos capturaram muitas rendas da maioria da população graças às legislações que conseguiram impor, ainda que não de forma única, mediante os muitíssimos lobistas que atuam próximo dos legisladores”. Ele acrescenta ainda que essa diferença de força nos mecanismos de poder “entre bancos e o restante da população” é a expressão “da atual configuração política dos mercados, que explica perfeitamente por que os ricos estão cada vez mais ricos, antes e durante a crise econômica, junto ao fato de que a maior parte da população está cada vez mais pobre” (RAVENTÓS, 2020, *online*).

Ao considerar o caso do Brasil, país cuja formação econômica e social tem como base a concentração de renda e riquezas, os efeitos do neoliberalismo e associados a atuais crises (econômica, política e sanitária) são nefastos, pois acentuam ainda mais a desigualdade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE (2020) evidencia a estrutura polarizada de renda. Os dados para o ano de 2019 mostram que a parcela do 1% mais ricos do país, integrada por 2,1 milhões de pessoas, teve renda média mensal de R\$ 28.659, enquanto que para os 50% mais pobres da população, cerca de 105 milhões de brasileiros, a renda média mensal foi R\$ 850. Diante de tais números, os rendimentos dos mais ricos são 33,7 vezes maiores do que da metade mais pobre da população brasileira. Além disso, esse 1% mais rico tem em suas mãos um terço de todas as riquezas brasileiras.

Ainda com base na pesquisa supracitada, destacam-se as altas taxas de desemprego, que atingiu uma média de 12,6 milhões de brasileiros em 2019, quando a taxa de desocupação foi de 11,9%, no trimestre fev-mar-abr de 2020 a taxa de desocupação foi de 12,6%, havia 12,8 milhões de pessoas desempregadas, ou seja, 7,5% (898 mil pessoas) a mais que no trimestre móvel anterior.

Se não bastasse o brutal número de desempregados, muitos ocupados estão em empregos precários, informais e de baixa remuneração, que aumentaram com o neoliberalismo e seu discurso de “empreendedorismo”, cuja consequência é a *uberização* do trabalho e outras práticas de explora-

ção. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020) a taxa de informalidade foi 38,8% da população ocupada, representando um contingente de 34,6 milhões de trabalhadores informais.

Conforme destaca Krein (2020), isso mostra o fracasso da agenda de flexibilização e desregulamentação do trabalho no país via reformas trabalhistas, sob a justificativa de que isso levaria a uma redução do custo do trabalho e, com isso, as empresas iriam contratar e investir. Afinal, cresceu a informalidade; não houve retomada do crescimento substantivo da economia nem da produtividade e não houve avanço do emprego. Se somar o desemprego aberto com o oculto, são 16,2 milhões de pessoas (KREIN, 2020, s/p). O aumento das pessoas que saíram da força de trabalho foi agravado pela pandemia do novo coronavírus, que atingiu o país em meados de março e implicou a associação de crises econômicas, política e sanitária, que atingem de modo distinto as diferentes classes sociais.

Ao considerar o emprego, certamente muitas vagas formais vão ser perdidas, pois, sob a alegação de responsabilidade sanitária, trabalhadores são substituídos por máquinas e mecanismos ligados à indústria 4.0, aumentando assim a informalidade e os desempregados, nomeadamente entre os mais pobres; do ponto de vista das rendas do trabalho, certamente a sua redução pesará mais para os grupos dos excluídos do mercado de trabalho formal. Acrescenta-se ainda a associação do neoliberalismo com o autoritarismo, na medida em que se reforçam as práticas de controle, vigilância e punição, pois o inimigo invisível está potencialmente em todos e todas (FELDMANN, 2020).

A conjuntura de desigualdade socioeconômica, combinada com a decadência do Estado de bem-estar social, entre outros efeitos do neoliberalismo, implicam o aumento da segregação socioespacial, uma “tradução” imediata em termos urbanos, são agora mais evidentes. Pois, segundo Carlos (2020, p. 11), “vai espelhar aonde a pandemia vai atacar mais fortemente”. A autora destaca que a pandemia evidenciou problemas de desigualdade e infraestrutura, vistos pela segregação, que separa espacialmente os pobres e ricos. Portanto, os mais pobres que, de modo geral, estão concen-

trados nas franjas urbanas, longe das principais zonas de empregos, onde o sistema de transporte público é precário, serão os mais afetados.

Ao considerar as mudanças que podem ser aceleradas e/ou desencadeadas pelo surgimento do novo coronavírus, ainda é impossível dizer quais serão, pois trata-se de um processo em curso, entretanto pode-se vislumbrar diferentes futuros: os prováveis, os possíveis, os viáveis e os desejáveis. Com relação à racionalidade do neoliberalismo, ainda que o desejável fosse pensar para além dos imperativos econômicos vigentes ou quiçá o fim do rentismo em *prol* de capitais produtivos para atender às necessidades sociais e prover o bem-estar das sociedades, segundo Feldmann (2020, s/p), o provável é

o reforço de dispositivos cada vez mais duros de seleção e de exclusão (principalmente de exclusão) das pessoas como consequência de uma reprodução social que tende a tornar cada vez mais supérfluos e descartáveis os seres humanos. [...] Não apenas tende a continuar bem vivo no pós-Covid-19 como tende a salientar ainda mais o seu componente punitivo, aproveitando-se do cenário de maior culto à segurança e do processo de agravamento da crise social que se desenrola.

Entretanto, apesar das perspectivas de que o mundo “continuará a ser capitalista, pois não estamos vivendo uma revolução social capaz de mudar a face do mundo”, a autora reconhece que o “novo momento colocará questões sobre o modo como o neoliberalismo atua desdobando e aprofundando a desigualdade posta nos fundamentos dessa sociedade” (CARLOS, 2020, p. 18).

Nesse sentido, Carlos (2020) destaca que no plano utópico-concreto, pode-se ter a continuidade e intensificação da construção de uma luta anticapitalista. Concorde-se com a autora, pois dadas as condições técnicas é possível uma reorganização da vida e da sociedade, a partir de uma revisão dos valores. É viável que “partindo dos movimentos e lutas sociais em curso, pensar alternativas que alarguem nossa imaginação muito além de

uma já impossível ‘normalidade’” (FELDMANN, 2020, *online*). Diante dessa conjuntura, a seguir são feitas reflexões sobre o setor automotivo de modo a reconhecer possíveis mudanças para o pós-pandemia.

3. REFLEXOS DA PANDEMIA NO SETOR AUTOMOTIVO

A associação entre o capitalismo e mercado automotivo é histórica e intrínseca. Atualmente, assim como o capitalismo, que passa por um processo de financeirização, no qual para valorização do capital há priorização das atividades financeiras em detrimento das produtivas, segundo Carmo, Sacomano Neto, Donadone (2018), no setor automotivo, na busca por maiores lucros, a dependência do setor financeiro também é visível, e gera impactos sociais e humanos. Ademais, a pandemia do novo coronavírus evidenciou as crises do capitalismo e do setor automotivo, que atinge os mais pobres que são cada vez mais numerosos.

Os efeitos da pandemia no setor automobilístico, juntamente com o setor de turismo, não é surpresa. As previsões apontavam para rebaixamento dos empregos e salários, e, portanto, no setor automotivo ocorreram mudanças desde a utilização dos veículos até suas características. Mas como a pandemia afetou o setor automotivo e quais as tendências ditas pelos especialistas do setor?

Antes da pandemia, de acordo com um estudo feito com 620 pessoas nas 27 capitais brasileiras pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em parceria com o Portal de Educação Financeira Meu Bolso Feliz (2015), o automóvel aparecia em terceiro lugar entre os maiores sonhos de consumo do brasileiro, atrás apenas de viagens internacionais e nacionais. O veículo para o brasileiro tem uma representação sentimental, visto como sonho, uma validação. Automóvel é visto como sinal de *status* e de sucesso, tendo apego sentimental e não um mero meio de transporte.

Além de ocupar posição de prestígio no pódio da lista de desejos do brasileiro, o automóvel lidera o *ranking* quando se trata dos bens mais financiados, o que justifica, de certo modo, a dinâmica e a fragilidade do

mercado automotivo. Se automóveis figuram entre os bens mais desejados e financiados, não é espantoso pensar que em uma crise econômica que restringe a quantidade de capital disponível pela população e dificulta o acesso ao crédito com taxas “razoáveis” afetando o comércio dos automóveis e a cadeia de produção como um todo, em um efeito dominó. Sem compras de veículos, menor produção de veículos e peças, maior capacidade ociosa nas fábricas, o que aumenta o custo, tudo afetando negativamente a economia, principalmente pela demissão de funcionários das fábricas.

A pandemia, que forçou o fechamento das concessionárias, por medidas sanitárias, diminuiu o fluxo de capital dos trabalhadores, principalmente os autônomos, ligado ao aumento expressivo do dólar (que afeta o preço do automóvel, pois, apesar de as montadoras terem fábricas instaladas em solo brasileiro, boa parte dos componentes é importada, sensível à flutuação do dólar), resultou em uma queda em vendas dos veículos novos no país. No mês de abril, a venda de carros caiu 67% comparado ao mês de março, que já foi um mês bastante afetado pela situação atual (o pior desempenho em um mês em 14 anos: 155.810 unidades emplacadas, recuo de 21% sobre o mesmo mês em 2019) (CILO, 2020).

Segundo o Carblog (2020), considerando a somatória das vendas em 2019, observa-se que dos 20 carros mais vendidos, sete são veículos que têm preço inicial na faixa de R\$ 70.000 (Jeep Renegade e Compass, Fiat Toro, Hyundai Creta, Toyota Corolla, Nissan Kicks e Honda HRV), destes apenas o Jeep Renegade (na décima posição) estava entre os 10 mais vendidos, os demais estavam entre o 11º e 19º lugar. Porém, de acordo com Tanji (2020), ao considerar a parcial de junho de 2020, entre os 20 veículos mais vendidos, nove têm preço inicial superior a R\$ 70.000, estando 4 deles (Volkswagen T-Cross, Jeep Renegade, Chevrolet Tracker, Hyundai Creta) entre os 10 mais vendidos, dos quais 3 estão no top 5 (T-cross, Jeep Renegade e Chevrolet Tracker).

Considerando as unidades vendidas, antes da pandemia o Jeep Renegade mantinha média mensal de 4 a 5 mil veículos. No mês de junho de

2020 foram vendidos 3.639 veículos. Já entre os veículos populares, na faixa de R\$ 40.000, as vendas reduziram consideravelmente. Se antes da pandemia o líder de vendas, Chevrolet Onix, mantinha uma média mensal de 20,1 mil veículos, durante a pandemia, reduziu para 6.234 unidades no mês de junho (TANJI, 2020).

Tais números, sobretudo das vendas no acumulado do ano no segmento de veículos mais caros, cuja redução não foi tão expressiva, indicam que a pandemia e a crise financeira não afetam da mesma forma as diferentes classes econômicas.

Além disso, de acordo com Bandeira (2020), ao considerar a variação diária de preços no período de 14 de março a 30 de abril, ocorreu um aumento expressivo do preço dos veículos novos decorrente da alta do dólar, que também afetou o preço dos carros seminovos/usados, visto que parte da população interessada em trocar de carros, ao se deparar com a crise e o aumento do preço dos veículos, se voltou para o mercado de carros usados. Afinal, historicamente os carros seminovos/usado apresentam custo x benefício mais interessante do que carros zero quilometro, devido à imensa desvalorização que carros novos sofrem principalmente no primeiro ano, aumentando a demanda e, logo, o preço.

Entretanto, apesar do cenário de crise e do aumento dos preços, como medida de proteção sanitária há uma tendência no aumento do uso de automóveis particulares, tanto de veículos seminovos como de novos, principalmente os veículos de entrada, mais básicos, como de motocicletas, também muito utilizadas no Brasil. Porém, se tal tendência se materializar, há que se preocupar com a infraestrutura das cidades, com o aumento de congestionamentos, dos acidentes e de outras questões como a estrutura segregada das cidades.

Para o futuro, a curto/médio termo aponta-se para uma possível popularização dos veículos híbridos, que existem desde 1974 a partir da combinação de motores a gasolina, etanol ou diesel com eletricidade, e desde final dos anos de 1990, com a combinação de motores de combustão inter-

na e baterias (AUTOESPORTE, 2015). Já para longo termo aponta-se para a manutenção da tendência de eletrificação dos veículos, como observado na Europa e na China na última década. Automóveis mais eficientes, mais completos no sentido de equipamentos, aliados a investimentos na infraestrutura para suportar os veículos elétricos (que é uma barreira em um país de dimensões continentais como o Brasil, pois o calcanhar de aquiles dos veículos elétricos ainda é sua autonomia reduzida).

A relação entre ambiente, transporte e saúde é direta, sendo a tendência mundial em relação ao uso de veículos menos poluentes importante. Entretanto, para o Brasil, onde a priorização do transporte individual que se materializa desde os anos 60 com o incentivo ao uso dos automóveis particulares, essa ainda é uma possibilidade distante. Além disso, na perspectiva da sustentabilidade, da redução das desigualdades, da promoção da inclusão social, etc., o mais importante é as cidades pensarem em medidas para priorizar os modos não motorizados e o transporte público coletivo, como prevê a Lei da Mobilidade Urbana (Lei n.º 12.587/12).

Destaca-se que para planejar e executar a política de mobilidade urbana a Lei n.º 12.587 exige a elaboração dos planos de mobilidade urbana (PMU) pelos municípios com população acima de 20 mil habitantes. Segundo Júnior (2020), no ano de 2018 somente 5% dos municípios brasileiros possuíam o plano. De modo que, em maio de 2020, foi estendido o prazo para elaboração do referido plano, que deverá ser até 12 de abril de 2022 para cidades com mais de 250 mil habitantes e de 12 de abril de 2023 para cidades com até 250 mil habitantes.

Assim sendo, para o futuro na perspectiva do setor automotivo, dadas as circunstâncias políticas do país, fica a indagação se a provável manutenção e, até mesmo uma retomada do velho modelo rodoviarista e segregador, se materializará ou se é possível vislumbrar, tal como países mais desenvolvidos, que poderão ser realizados investimentos públicos em medidas de reordenamento das cidades de modo a viabilizar o uso de bicicleta, a pé e transporte público coletivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência da pandemia, conforme apontam muitos estudiosos, lançou luz às falhas do atual sistema político e econômico, e na organização social criadas na revolução industrial, mostrando que uma situação de “normalidade” já não existia. No pós-pandemia, consequências econômicas e problemas mais complexos serão evidenciados, posto que os antagonismos tendem a se acentuar.

Ao considerar que a proximidade física facilita a disseminação do novo coronavírus, nesta e em eventuais novas pandemias, a questão da (in) segurança individual e do medo tende a se exacerbar considerando as diferentes dimensões da vida. Isso implica a reorganização das relações sociais que se materializa na organização e gestão do espaço. Logo, especialmente em relação aos transportes, a forma de deslocamento pelo automóvel particular, que antes da pandemia já era um dos desejos de consumo, tende a sobressair, pois com o automóvel a pessoa sai da garagem e chega ao destino, sem contato direto algum com o meio externo. Até que ponto e de que forma? Ainda é impossível dizer, mas, apesar dos altos preços, há aumento na aquisição de automóveis híbridos, que consomem menos energia fóssil e, portanto, são menos poluentes. Contudo, isso é possível para o pequeno grupo de pessoas, que faz parte do grupo dos ricos, que continuam a acumular capital, especialmente na atual conjuntura. Tendência que acentua a segregação territorial.

Ainda na perspectiva da mobilidade humana, considerando o caso do Brasil, o que o setor automotivo desenha como possíveis tendências para o pós-pandemia não é econômica, social e ambientalmente desejável. O ideal seria a utilização dos modais de transporte alternativos como o transporte público, a bicicleta e mesmo a pé. Tal como têm sido as iniciativas em Winnipeg e Calgary (Canadá) ou Paris (França), onde os governantes têm buscado remodelar as cidades de modo que propicie a livre circulação e o bem-estar de todos, valorizando os espaços abertos, ruas sem carros, transportes públicos e ciclovias.

Contudo, para isso seria necessário vislumbrar um “novo normal” com pressupostos distintos do atual, em que o fundamento para a reorganização social e espacial das cidades seria o bem comum. De tal modo, na contramão da privatização e a partir de investimentos produtivos, que também contribuiriam para contornar a crise econômica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, R. Exclusivo: carro seminovo fica até 27% mais caro na crise do coronavírus. *Quatro Rodas*, 19 mai. 2020. Disponível em: <http://quatrorodas.abril.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *A escassez na abundância capitalista*. Contracorrente: Facamp, São Paulo, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Bresser Pereira revê 90 anos de capitalismo. *Outras palavras: A Terra é Redonda*. 20 dez. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CARLOS, A. F. A. A Revolução no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, A. F. A. *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CARMO, M. J. do; SACOMANO NETO, M.; DONADONE, J. C. Análise da financeirização no setor automotivo: o caso da Ford Motor Company. *Nova Economia*, v. 28, n. 2, p. 549-578, 2018.

CILO, N. COVID-19: setor automobilístico vai levar três anos para se recuperar. *Estado de Minas*, 27 abr. 2020. Disponível em: <http://www.em.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ESPECIAL: a história do carro em 50 objetos. *Revista Autoesporte*, 8 abr. 2015. Disponível em: <https://revistaautoesporte.globo.com>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FELDMANN, D. *Um amplo consenso para uma economia de guerra*. Blog da boitempo. 27 mai. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Diretoria de Pesquisas, IBGE. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JÚNIOR, J. Nova lei prorroga prazo para municípios elaborarem plano de mobilidade urbana. *Agência Câmara de Notícias*. 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

KREIN, J. D. *Está na hora de organizar a economia para colocá-la a serviço da vida das pessoas, e não da acumulação privada da riqueza*. Entrevista: André Antunes - EPSJV Fiocruz. 20 mai. 2020. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

MERCADO em 2019: veículos e marcas mais vendidos no ano. *CarBlog*, jun. 2020. Disponível em: <https://www.car.blog.br>. Acesso em: 24 jun. 2020.

NU. Nações Unidas. *Revision of World Population Prospects*. Divisão de População do Departamento de assuntos econômicos e sociais, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

RAVENTÓS, D. Uma proposta para viabilizar a Renda Básica Cidadã. IHU. 23 out. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTOS, B. de S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Biblioteca Nacional de Portugal. Edições Almedina, S.A. 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.

TANJI, T. Os 50 carros mais vendidos de junho: vw t-cross fica na terceira posição e onix plus volta a cair. *Revista Auto esporte*, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://revistaautoesporte.globo.com>. Acesso em: 2 jul. 2020.

VIAJAR, ter carro próprio e fazer cirurgia plástica estão entre os principais sonhos de consumo do brasileiro. *SPC Brasil*. Disponível em: <http://www.spcbrasil.org.br>. Acesso em: 2 jun. 2020.

UM ENSAIO SOBRE O TURISMO NACIONAL E A COVID-19: QUE ESTA VIAGEM TERMINE BEM

Lázaro Evangelista¹

1. INTRODUÇÃO: CHECK-IN

O setor do turismo, bem como toda a sua indústria, é uma atividade econômica que dispõe de muita relevância para o desenvolvimento social de inúmeros países ao redor do mundo. Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), órgão ligado à Nações Unidas, evidenciam que este setor contribui efetivamente nas sociedades as quais têm o potencial da hospitalidade, bem como o seu *trade* organizado, sob a perspectiva da geração de empregos diretos nas atividades que as compõem e empregos indiretos em atividades que estão atreladas a este mercado.

Este ensaio objetiva analisar a conjuntura do turismo no âmbito nacional, bem como busca fazer articulações referentes às realidades fora do país quanto aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da pandemia da Covid-19. O modo pelo qual este ensaio utiliza-se para versar a respeito da referida temática é através de uma metodologia híbrida em que articula as suas análises de forma qualitativa, baseadas em discursos, documentos e notícias extraídas de sites e reportagens online.

¹ Mestre em Educação (Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (Faculdade de Tecnologia e Ciência - Salvador - Bahia). Graduado em Gestão de Negócios em Turismo (Faculdade de Turismo da Bahia). Licenciado em Letras com Habilitação em Inglês (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), pedagogo (UNINTER), professor da Educação Básica / Ensino Médio da Rede Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Diretor de teatro, músico e ator. <https://orcid.org/0000-0003-0131-571X>. E-mail: lazarusevangelista@gmail.com

As atividades que compõem grande parte do *trade* turístico são correlatas ao ramo do lazer, dos negócios relativos a congresso, feiras, exposições, atividades esportivas, religiosas, bem como o ramo das empresas de transportes aéreos, rodoviários, hidroviários, bares, restaurantes, meios de hospedagens, entre outras atividades correlatas.

O turismo configura-se nas sociedades como um fenômeno econômico e social e, segundo a OMT, é o setor que mais cresce globalmente agregando todos os anos novos destinos, atraindo investidores de forma bastante dinâmica e abrangente, ao passo que este ramo tem sido um importante elo para o progresso econômico do planeta, uma vez que os negócios atrelados à cadeia produtiva deste setor comparam-se a economias tradicionais e essenciais para os seres humanos da mesma forma que os setores do petróleo e gás, da alimentação e o da indústria automotiva.

Mas, afinal, o que é o turismo? Inúmeras definições acerca do que seria o turismo, suas classificações, conceitos e interpretações carregam em si particularidades conceituais bastante heterogêneas. Neste sentido, para as análises que se seguem, tomo como referência, sem minimizar outros conceitos existentes, as perspectivas conceituais estabelecidas pela Organização Mundial do Turismo, que define o turismo como *a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário*.

Em relação ao sujeito que usufrui desse câmbio temporário, do ponto de vista geográfico, de forma voluntária e faz uso dos serviços oferecidos pelos empreendimentos turísticos e de outros equipamentos afins, a este é atribuído o nome de turista. Tentar definir um perfil do que seria a figura desse sujeito – o turista – não é tarefa fácil. No entanto, algumas características são comuns a este sujeito que busca os serviços do mercado, como tempo livre para deslocamento, busca por opções de lazer e entretenimento, busca da realização de negócios², eventos esportivos e religiosos e diver-

² Embora alguns autores não considerem o Turismo de negócios como uma tipologia do Turismo, utilizo este conceito como ilustração possível.

tos interesses que criam demandas e fazem que o turismo crie nichos dentro do mercado ou segmentos que vão tipificar o turismo, a fim de ofertar e atender, de forma rápida e dinâmica, aos anseios deste turista.

Castelli (1984), ao versar sobre os aspectos do turismo, nos apresenta um sistema estrutural que envolve uma fragmentação de vários atores que o compõem. Esta estrutura sistêmica baseia-se em um quadro em que se interligam engrenagens sociais do campo ambiental, político e tecnológico. Uma vez que estas engrenagens funcionem de forma harmônica, o turismo poderá se desenvolver de forma plena.

Embora localizado conceitualmente no setor terciário no qual os serviços são as principais atividades deste setor, o turismo agrega um pacote de experiências com características intangíveis que impulsiona a sua relação com a sociedade. O “Produto do Turismo” é oferecido ao turista em forma de inúmeros atrativos, bens e serviços materiais e culturais.

Logo, pensar o turismo nacional sem considerar aspectos naturais existentes no país, como os litorais brasileiros, as serras e outras atividades culturais, a exemplo das festas juninas na região nordeste do Brasil ou o carnaval, seria, em certa medida, enfraquecer a receita do setor. Da mesma forma, sob a perspectiva do turismo mundial, ir a Paris e não encontrar a torre Eiffel, ir a Buenos Aires sem apreciar um bom tango ou estar em Veneza e encontrar o Grande Canal seco, seria uma trágica experiência para o visitante, bem como para o *trade* turístico destas cidades.

Mas, para além destas considerações pontuais, o que seria capaz de parar esta locomotiva chamada turismo? Quais aspectos seriam capazes de influenciar o desenvolvimento deste consolidado negócio, que gera emprego e renda ao redor de todo o mundo? Dentre muitas respostas possíveis, a que mais se aproximaria de um consenso, ao menos considerando as perspectivas científicas, seria uma crise sanitária mundial, uma pandemia como esta que o mundo vivencia. A pandemia de uma doença agressiva, a Covid-19, decorrente de um vírus invisível, popularmente conhecido como coronavírus.

2. LIMITE PARA VIAJAR

Inúmeros eventos ao longo da história fizeram com que as atividades do setor turístico tivessem declínios e grandes prejuízos financeiros. Grandes conflitos, guerras civis e militares, epidemias e eventos climatológicos impactaram este setor e geraram paralisias na economia.

Na contemporaneidade, um episódio amplamente midiaticizado por diversos veículos de comunicações mundiais deu notoriedade a preocupações de governos e do setor do turismo sobre pauta da segurança em aeroportos. O conflito entre os Estados Unidos, motivado por interesses políticos e econômicos, e pelo então líder da Al-Qaeda, Osama bin Laden, desencadeou atentados nos prédios da *World Trade Center*, em Nova York, Estados Unidos, bem como em territórios afegãos.

Esses episódios são alguns dos inúmeros exemplos históricos que impactaram as receitas de agências de viagens e companhias aéreas, uma vez que, com o controle mais rigoroso na concessão de vistos para pessoas que desejavam visitar o país ou estavam em trânsito ficou mais difícil e, por consequência disso, as viagens e pacotes turísticos sofreram quedas. Vale destacar que, em alguma medida, outros países decidiram seguir as diretrizes estadunidenses e também adotaram políticas e medidas de segurança mais rígidas que visavam proteger seus territórios de possíveis atentados.

Nesse período, pacotes de viagens, reservas em atrativos turísticos e hospedagens foram cancelados ao redor de todo o mundo, gerando assim um enorme impacto econômico. Outros diversos atentados na Europa³, em

³ Informações contidas na reportagem do JN News de 07 de abril de 2017. Eventos: 22/05/2017 - Inglaterra - Um homem fez-se explodir no meio da multidão de milhares de pessoas que assistia ao concerto de Ariana Grande, em Manchester. O ataque foi reivindicado pelo Estado Islâmico. Morreram dezenas de pessoas. 14/07/2016 - França - O tunisino Mohamed Lahouaiej-Bouhlel provocou a morte de 84 pessoas quando conduziu um veículo de grande porte contra uma multidão em Nice, que assistia ao fogo de artifício do dia nacional de França. 28/06/2016 - Turquia - Atentado a bomba no aeroporto Ataturk, em Istambul, na Turquia, deixou mais de 40 mortos e centenas de feridos. 22/03/2016 - Bélgica - Bombas no aeroporto de Zaventem e na estação de metrô de Malbeek, em Bruxelas, provocaram pelo menos 34 mortes. 11/03/2004 - Espanha: dezenas de bombas explodiram em Madrid causando 191 mortos e mais de dois mil feridos. Este atentado, reivindicado em nome da Al-Qaida por uma célula islamita radical.

eventos esportivos, religiosos e datas comemorativas, bem como oscilações em moedas estrangeiras fizeram com que o turista voltasse os olhos para os seus próprios países e regiões. Porém, na realidade brasileira, outros fatores seriam limitantes para o deslocamento de pessoas em segurança. Muitos turistas sentem receio de viajar pelo Brasil devido aos altos índices de violência e criminalidade existentes em diversas cidades.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2014, o Brasil é o 16º país no nefasto ranking mundial de violência. A violência tem sido o dado mais citado pelos turistas quando consultado o motivo pelo qual eles não optam por fazer uma viagem nacional. Logo, o mercado turístico nacional tem sentido o impacto em suas receitas em decorrência da violência.

Outros fatores também têm atingido os negócios do *trade* turístico no Brasil. Na última década, aplicativos de viagens e transportes também têm ajudado a gerar impactos negativos nos empreendimentos turísticos. O crescimento e profusão dos aplicativos de locação de veículos particulares têm sido os maiores “inimigos” dos serviços de *transfers* e *pick up services*. A concorrência destes tipos de aplicativos de transportes é vista como o “calcanhar de aquiles” para estas empresas, bem como os taxistas de todo o mundo.

Outra aplicação que impacta o setor, especialmente os meios de hospedagens turísticos, são os aplicativos de hospedagens particulares, onde o turista pode optar por hospedar-se em cômodos ou casas particulares, evitando assim de ficar em pousadas, hotéis e similares.

Mesmo com todos estes aspectos citados, ainda assim o turismo é um setor muito dinâmico que se adapta a adversidades e concorrências de forma criativa, uma vez que se há a necessidade das pessoas se movimentarem, se entreterem e descansarem, a viagem, o lazer, os eventos e as experiências culturais são opções que os seres humanos consideram neste momento.

3. O MAU TEMPO CHAMADO COVID-19

O mundo, desde o final do ano de 2019, vem enfrentando a pandemia de uma nova espécie de coronavírus. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Covid-19 não é uma doença letal apenas para idosos, embora algumas narrativas e discursos que negam evidências científicas tentem reforçar essa ideia. Porém, os cuidados com pessoas de faixa etária acima dos 60 anos, pessoas obesas e que possuem comorbidades devem ser dobrados. Ainda de acordo com a OMS, a Covid-19 já vitimou mais de 450.000 milhões de pessoas e infectou cerca de 8 bilhões até o mês de junho de 2020 em todo o mundo.

Somente no Brasil, o número de óbitos ultrapassou a nefasta marca de mais de 87 mil pessoas em decorrência da Covid-19, contrariando, assim, estudos de universidades e de organizações, como: a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e do Instituto de Métrica da Universidade de Washington (IHME), que estimavam que cerca de 88 mil pessoas morreriam de Covid-19 no Brasil. Porém, o acelerado número de infecções e mortes no país continua em ascensão, o que fez ambas as instituições reverem seus números e estimarem que os óbitos poderão chegar a 125 mil cidadãos brasileiros.

Se houver o desenvolvimento de uma vacina ou medicamento, eficaz, no combate ao coronavírus até o final do ano de 2020, atrelado às medidas de distanciamento social e ao controle da doença, ainda assim o turismo sofrerá impactos profundos a longo prazo. Especialistas do turismo como Jack Ezon, fundador e sócio-gerente da agência de viagens de luxo Embark Beyond, Chris Nassetta, CEO da rede Hilton e Catherine Heald, cofundadora e CEO da Remote Lands e especialista em viagens com foco na Ásia, não têm consenso em relação ao tamanho dos prejuízos nem o tamanho dos efeitos que a pandemia causará ao setor. Segundo pesquisadores da Universidade de Harvard, cerca de 60% a 70% da população poderá vir a ser infectada pelo coronavírus, o que gera incerteza para mensurar o tamanho da crise.

Ao redor de todo o mundo, feiras, congressos e viagens foram e seguem sendo cancelados e adiados. Dados da *The International Air Transport Association*⁴ (IATA) estimam que entre o mês de janeiro e junho de 2020 cerca de US\$ 85 bilhões de dólares já foram perdidos devido aos cancelamentos de voos e que a estimativa de prejuízos até o final do ano de 2020, caso não haja um medicamento ou vacina eficaz, poderá chegar à casa dos US\$ 419 bilhões de dólares.

Já no Brasil, as empresas aéreas já tiveram o prejuízo de cerca de R\$ 3,7 bilhões até o mês de junho de 2020, além da queda média acumulada de 62% em suas ações. A situação ainda não é pior para o setor aéreo nacional devido a algumas ações tímidas do governo federal, via medidas provisórias⁵, que têm – em certa medida – ajudado os empresários do setor a manter certa regularidade de voos e reembolsos dos inúmeros cancelamentos dos seus clientes.

Há um apelo na página oficial da Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis (ABIH), que diz: “A hotelaria nacional pede socorro. Não cancele, remarque!” Com cerca de mais de 32 mil meios de hospedagens registrados, o que gera mais de 380 mil empregos diretos e um lucro de mais de R\$ 32 bilhões em média, a associação teme que inúmeros empreendimentos declarem falência e fechem as portas nos próximos meses, segundo a ABIH.

Com a ocupação média de 5% da sua capacidade, os hotéis de São Paulo, por exemplo, não veem perspectivas de permanecerem abertos. Em Salvador, capital da Bahia, a diária de ocupação está abaixo dos 10% e nos próximos meses a taxa poderá cair até 100%, uma vez que sem hóspedes a situação fica insustentável, principalmente para os pequenos e médios empreendimentos. Uma importante alternativa para superar tal situação, segundo a própria ABIH, seria o apoio efetivo do governo e medidas direcionadas especificamente para a Indústria Hoteleira.⁶

⁴ Associação Internacional de Transportes Aéreo (tradução livre).

⁵ Extraída do site do Ministério do Turismo - “Medida Provisória 936, que autoriza a suspensão de contratos, a flexibilização de salários e de jornadas de trabalho mediante o pagamento de seguro-desemprego e que atende a pleitos encaminhados pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, à Pasta da Economia”.

⁶ Informações retiradas do site da ABIH - Disponível em: <http://abih.com.br/hotelaria-nacional-pede-socorro-nao-cancele-remarque/>.

Devido à crise da pandemia, outras atividades estão temporariamente suspensas, como é o caso dos cruzeiros por toda a costa brasileira⁷. Desde meados do mês de março de 2020, o Ministério da Saúde fez tal determinação para tentar conter o avanço das infecções. Vale ressaltar que inúmeros casos da Covid-19 foram detectados em navios de cruzeiros, o que evidencia o alto risco de contaminação deste meio de transporte e hospedagem.

Outra atividade, atrelada ao *trade* turístico, que tem sofrido um intenso abalo é a de alimentos e bebidas. Bares, restaurantes e similares estão com extremas dificuldades de se manterem após tantos meses com as portas fechadas. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), que representa e desenvolve a atividade de alimentação fora do lar, para além de mostrar o quão tem sido complicado para empresários manterem seus empreendimentos e funcionários, tem desenvolvido ações que visam auxiliar as empresas neste momento de distanciamento social.

Dentre muitas das ações, vale destacar que a Abrasel tem realizado campanhas publicitárias em prol dos bares e restaurantes mais atingidos pelos efeitos da pandemia, oferecido cursos e treinamento para empresários manterem o equilíbrio mental e financeiro, realizando interlocuções para os empresários realizarem negociações de aluguéis, para acessar o fundo garantidor e outros recursos públicos, além de prestar consultoria de novas tecnologias e medidas para retomada de abertura dos negócios. Estas ações têm sido um alento para este setor, bem como para os trabalhadores desta área.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: *CHECK-OUT*

Na contramão do resto do mundo, o Brasil tem iniciado o processo de reabertura dos seus estabelecimentos, antes mesmo de chegar ao pico da infecção do novo coronavírus e muito menos da curva decrescente de contaminação da Covid-19. É notório que a nova e frágil democracia brasileira

⁷ Folha de São Paulo - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2020/03/companhia-de-cruzeiros-interrompe-temporada-no-brasil-por-cao-do-coronavirus.shtml>.

ainda precisa dar a devida importância e consideração à ciência, à informação qualificada e à educação, a fim de que a nação possa prosperar de forma mais célere.

A reabertura precoce de inúmeros estabelecimentos e setores não essenciais da sociedade impactarão, ainda mais, no setor turístico e na saúde da população brasileira. Alguns países, a exemplo dos Estados Unidos, um dos destinos mais procurados nas agências de viagens, e outros que compõem a União Europeia vetaram a entrada de brasileiros em seus territórios com medo de que estes turistas provenientes do Brasil sirvam de vetores e levem o vírus para seu país, gerando assim uma nova onda de contaminação.

Planos mundiais de reabertura de portos, aeroportos, atrativos turísticos, bares e restaurantes têm sido realizados, mas o Brasil não tem configurado nestes planos de reabertura, uma vez que ainda se encontra em situação de calamidade. Mas, para além da nefasta condição comum a diversos países do mundo, o que há no Brasil na atualidade é a falta de comprometimento político em decorrência da ignorância e da negação da ciência por alguns gestores públicos. Nesse sentido, é preciso que estes, bem como toda a sociedade, compreendam que para ter um país economicamente forte e viável é preciso ter primeiro um país forte socialmente.

Enfim, que a dignidade e a humanidade do povo brasileiro sejam plenamente reestabelecidas e a democracia, os direitos humanos individuais e coletivos possam prevalecer. Que os dirigentes da nação e os mercados possam tomar as decisões políticas baseadas nas perspectivas científicas, com bom senso para que a sociedade, a saúde e a economia vençam e consigam realizar, da forma menos traumática possível, essa grande jornada. Tudo isso será possível desde que haja mudanças em rotas equivocadas, que foram traçadas para que essa viagem termine bem.

REFERÊNCIAS

AÇÕES ajudam a minimizar impactos nos setores de turismo e cultura. Ministério do Turismo, 23 abr. 2020. Disponível em: <http://www.turismo>.

gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13478-a%C3%A7%C3%B5es-ajudam-a-minimizar-impactos-nos-setores-de-turismo-e-cultura.html. Acesso em: 25 jul. 2020.

ANDRADE, J.V. *Turismo: Fundamentos e Dimensões*. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

APOIO para retomada. Disponível em: <https://abrasel.com.br/noticias/noticias/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. 125 mil mortos por covid-19 no brasil até agosto, projeta modelo matemático. *Folha UOL*, 26 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/05/26/125-mil-mortos-por-Covid-19-no-brasil-ate-agosto-projeta-modelo-matematico.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL é o 16º país no ranking mundial de violência. *Relatório da ONU*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CASTELLI, Geraldo. *Turismo e marketing*. Porto Alegre: Sulina, 1984.

COMPANHIA de cruzeiros suspende suas operações por causa do coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2020/03/companhia-de-cruzeiros-interrompe-temporada-no-brasil-por-causa-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 jul. de 2020.

CORONAVIRUS Disease (Covid-19) Dashboard. WHO, 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COVID-19 community resources & impact. Havard, 2020. Disponível em: <https://www.harvard.edu/coronavirus>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COVID-19: resources for airlines & air transport professionals. *IATA*, 2020. Disponível em: <https://www.iata.org/en/programs/Covid-19-resources-guidelines/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. *Turismo & hotelaria*. São Paulo, 2004.

ESTADOS UNIDOS vetam entrada de brasileiros. *Folha UOL*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/videos/?id=estados-unidos-vetam-entrada-de-brasileiros-04024D98336CE4B96326>. Acesso em: 29 jun. 2020.

HOTELARIA nacional pede socorro não cancele, remarque! *ABIH Nacional*, 2020. Disponível em: <http://abih.com.br/hotelaria-nacional-pede-socorro-nao-cancele-remarque/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

OS ATENTADOS na EUROPA desde 2000. *JN.PT*, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/cronologia-atentados-na-europa-atribuidos-aos-movimentos-islamitas-5089588.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

RANSEN, Eric. Efeito do coronavírus no turismo dura até 2021, dizem especialistas. *Folha Uol*. 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/viagem/noticias/bloomberg/2020/02/14/efeito-do-coronavirus-no-turismo-dura-ate-2021-dizem-especialistas.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Thamires Olimpia. “Violência no Brasil”. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/violencia-no-brasil.htm>. Acesso em: 29 jun. 2020.

THE FIRST GLOBAL DASHBOARD FOR TOURISM INSIGHTS. UNWTO, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/unwto-tourism-dashboard>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COVID-19 E GESTÃO DE CRISES NO TURISMO: ESTRATÉGIAS E IMPACTOS

Diego Geovan dos Reis¹

Leandro Baptista²

1. INTRODUÇÃO

Diversos acontecimentos negativos ocorridos nas últimas décadas vêm impactando a atividade turística³. Somente a pandemia de Covid-19 causou prejuízos na ordem de bilhões de dólares atingindo quase a totalidade das indústrias, comércios e serviços. O turismo, sendo dependente dos três setores da economia, é afetado de modo integral. Para as companhias aéreas o prejuízo estimado é de R\$ 523 bilhões (BARRÍA, 2020), as seguradoras preveem o impacto de aproximadamente R\$ 80 milhões (FURLAN, 2020), e o setor hoteleiro deve registrar perdas na ordem de 70 a 90% (FRONTINI, 2020), e como o confinamento é a primeira medida a ser tomada, as perdas para serviços como a hospedagem domiciliar e para a mobilidade urbana compartilhada beiram o colapso.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. <https://orcid.org/0000-0003-3005-8652>. E-mail: diego.gdosreis@gmail.com

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. <https://orcid.org/0000-0001-5375-463X>. E-mail: lbaptista@uepg.br

³ Poder-se-ia citar, entre esses acontecimentos, o onze de setembro em Nova York (2001), os tsunamis na Indonésia (2004) e no Japão (2011); os tiroteios em concertos musicais em Manchester e Las Vegas (2017) e as pandemias como a SARS - Síndrome Respiratória Aguda Grave (2002), a MERS - Síndrome Respiratória do Oriente Médio (2012) e, atualmente, do novo coronavírus.

É evidente que o estágio atual da pandemia do coronavírus se configura como um evento de magnitude extrema, exigindo o isolamento como medida mais efetiva para sua superação. No entanto, o primeiro registro oficial de contaminação no Brasil se deu em 26 de fevereiro de 2020, cerca de três meses após as primeiras confirmações em Wuhan, na China. As informações ao longo desse tempo já indicavam medidas simples para a contenção da disseminação do vírus, que foram sumariamente negligenciadas por parte da sociedade e dos empreendedores.

Neste contexto, este estudo busca compreender como a gestão de crises pode auxiliar no preparo para o enfrentamento de situações anômalas ao cotidiano. Para tanto, objetiva-se conceituar a gestão de crise e como ela pode ser aplicada aos empreendimentos turísticos, destacar a importância da gestão preventiva de crises e indicar possibilidades estratégicas para superação de momentos adversos, com vistas a minimizar impactos ao setor. O método consiste de um estudo teórico-dedutivo, de natureza descritiva, com abordagem analítica e qualitativa baseado na estrutura de gestão de crises proposta por Glaesser (2008), e posterior análise de conteúdo para perscrutar as fontes bibliográficas e documentais.

Os resultados indicam possibilidades de ações preventivas, ativas e reativas à gestão de crises, aplicadas especialmente em função da ameaça de falência das empresas. Os resultados apontam ainda prospectos das estratégias que estão sendo adotadas por alguns países que se anteciparam à crise, e de como eles estão planejando o retorno das atividades. Ainda que a gestão de crise seja um conceito incorporado a diversos mercados, indica-se aqui que seus princípios e estratégias sejam adotados por empresas do setor de turismo, sendo este o foco e escopo desta pesquisa.

2. CRISE: UM PERÍODO DE INCERTEZAS E OPORTUNIDADES

A palavra crise vem do grego *krisis* e tem seu significado vinculado à diferenciação ou decisão. Neste sentido, uma vez que a atividade turística está inserida em um sistema aberto (BENI, 2004), que é dependente de

outros fatores, a crise é entendida como uma situação em que diversas variáveis serão alteradas, de forma extraordinária, oferecendo perigo e por isso decisões precisam ser tomadas sob a pressão exercida pelo fator tempo (GLAESSER, 2008).

Para Glaesser (2008, p. 27), a “crise é um processo indesejado, extraordinário, muitas vezes inesperado e delimitado no tempo, com desdobramentos possivelmente ambíguos”. A ambiguidade destacada pelo autor fundamenta-se na dialética dos resultados, que podem ser positivos ou negativos. Ora, se um acontecimento é previsto com antecedência e a empresa se antecipa ao problema oferecendo soluções aos clientes, tornar-se-á competitiva enquanto seus concorrentes estarão expostos aos efeitos da crise, adotando medidas essencialmente contingenciais.

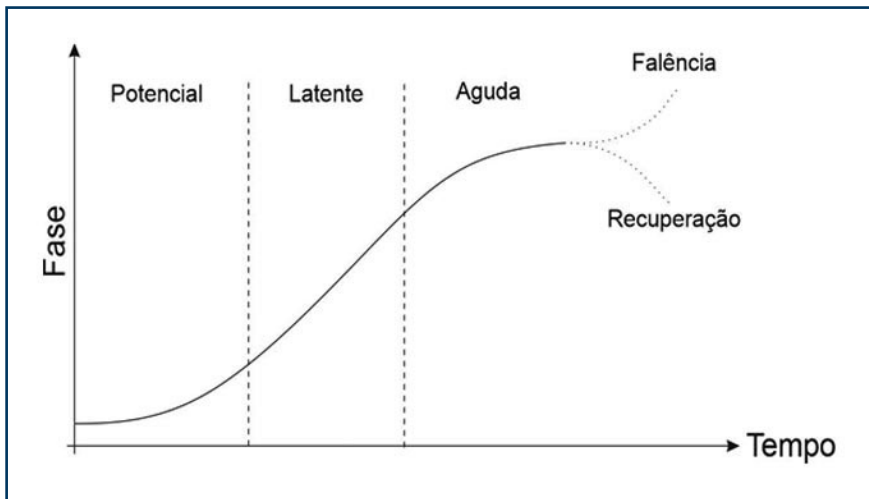
Pode-se caracterizar, desta forma, que a crise é um processo que influencia de forma negativa o desenvolvimento de um ou mais componentes do trade turístico e que pode pôr em risco ou mesmo impossibilitar a sobrevivência destas empresas no cenário futuro. Afirma-se tal consideração ao analisar que no turismo são raros os casos nos quais um destino terá sua existência física afetada, todavia as crises poderão desencadear a extinção de operadoras, hotéis e transportadoras neste mesmo destino (GLAESSER, 2008).

Usualmente, não é possível determinar o início de um acontecimento negativo até transformar-se em crise. Isso se deve ao fato de que, em situações ordinárias, o crescimento de uma crise é influenciado diretamente à progressão de ações mal estruturadas tomadas pelos gestores, ou pela falta delas ao longo do tempo (GLAESSER, 2008). Do ponto de vista de uma empresa turística, as mudanças transcorridas em um padrão contínuo requerem um processo de adaptação pelo setor afetado, que, ao se mostrar inflexível, deixará esta organização mais sujeita aos efeitos de uma crise (RITCHIE; CAMPIRANON, 2015). Assim, preparação, flexibilização e adaptação são conceitos-chave para perpassar por uma crise.

Para tanto, a gestão de crises no turismo deve atentar-se para alguns estágios (Figura 1), iniciado pela identificação primária de uma situação

negativa até seu estado mais crítico. Em caso de ocorrências que exercem influência no ambiente operacional da empresa, a gestão preventiva da crise pode se transformar em uma vantagem sobre seus concorrentes, gerando oportunidades de crescimento e fortalecimento de imagens. Este estado é considerado uma crise em potencial, sendo um estado quase ordinário do comportamento do mercado, mas que, se não tratado, pode evoluir para um estado latente – aquele que é perceptível pelos clientes, e que seus efeitos começam a ser sentidos pelos instrumentos quantitativos de gestão, até alcançar a fase aguda, na qual o efeito destrutivo da crise é diretamente enfrentado pela empresa.

Figura 1. Evolução crítica de uma crise em relação ao tempo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme exposto pela Figura 1, os efeitos destrutivos de uma crise são ampliados com a sua progressão, ao passo em que as medidas de contenção são cada vez menores ao longo do tempo e que em seu limite, a em-

presa perde o controle sobre diferentes variáveis e sua recuperação torna-se mais difícil. A fase potencial configura-se como uma etapa na qual ações preventivas devem ser tomadas, na fase latente são necessárias medidas de tratamento dos efeitos diretos e indiretos da crise e, por fim, a fase aguda é o momento em que exigirá auxílios externos para sua recuperação, como empréstimos e convênios, por exemplo.

Cabe destacar que para o turismo é fundamental diferenciar uma crise natural daquelas de causa antropogênica. Em geral, os acontecimentos atribuídos ao ser humano acarretam uma perda de confiança mais perdurável, trazendo maiores consequências negativas (GLAESSER, 2008). Isso pode ser ilustrado por meio da comparação entre os acontecimentos que ocorreram nas cidades de Los Angeles e São Francisco, nos Estados Unidos, em 1992 (MOTA, 2000). A cidade de Los Angeles enfrentava graves e violentos conflitos étnico-raciais enquanto São Francisco era assolada por um terremoto de grande magnitude. No primeiro caso, os conflitos raciais tiveram efeitos negativos repentinos e duradouros para o turismo, enquanto no segundo exemplo, após o terremoto, o número de visitantes aumentou nos 12 meses após o abalo. As crises causadas pelo próprio ser humano são muito menos toleradas do que as causadas pela natureza e seus efeitos para o turismo tendem a se prolongar por muito mais tempo.

2.1 Gestão de crises: estratégias e ações

A gestão de uma crise é adotada para antecipar de forma proativa os possíveis impactos negativos, composta pelas áreas de precauções, que visam atenuar a extensão dos prejuízos e também pelas disposições de enfrentamento de uma crise, para impedi-la de progredir. Pode-se observar a gestão destas duas áreas da gestão utilizando como exemplo a organização dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro, quando, na tentativa de prevenir a violência ou atentados, diversos circuitos de monitoramento eletrônico foram implantados, além do aumento sazonal do efetivo policial na cidade no período das Olimpíadas, caracterizando assim a área de precaução. Por ou-

tro lado, foram realizados treinamentos que simulam situações de conflito, nas quais os policiais testaram suas competências para o caso da necessidade de resgate de vítimas e evacuação de locais específicos, enfrentando, assim, uma situação adversa (G1, 2014).

Isto posto, existem duas abordagens básicas para a gestão de crises, a proativa, na qual são lançadas estratégias com vistas a não prejudicar a imagem da empresa e tampouco perder a credibilidade dos clientes, e a abordagem reativa, na qual se deve buscar o controle da situação por meio de ações emergenciais, não obstante, algum dano será mesmo assim sentido pela organização. Pode-se ilustrar esta abordagem utilizando como exemplo os incêndios que ocorreram em Yellowstone e Glacier National Parks (GLAESSER, 2008), nos Estados Unidos, onde as áreas devastadas pelo fogo foram posteriormente submetidas a técnicas de interpretação que permitiam ao visitante entender o papel das queimadas como um elemento natural.

Contudo, ao direcionar o foco à atividade turística, a gestão de crises deve apoiar-se por meio de ações estratégicas proativas, que incidirão na limitação dos riscos decorrentes de uma situação negativa. O objetivo dessas ações, além de amenizar os acontecimentos negativos, é responsabilizar as áreas que desencadearam a crise (GLAESSER, 2008; RITCHIE; CAMPIRANON, 2015). Para tanto, diversas estratégias podem ser lançadas, ainda que a superação das dificuldades deva ser analisada pela situação específica de cada empresa ou local e o grau de intensidade no qual o acontecimento se manifesta.

Assim, a gênese das estratégias é dada pela variável diversificação (GLAESSER, 2008; RITCHIE; CAMPIRANON, 2015). Entende-se esta medida como aquela que atende à distribuição das atividades da empresa objetivando desconcentrar e conseqüentemente minimizar as consequências de uma crise. Por meio desta distribuição, gera-se um equilíbrio capaz de compensar os prejuízos causados por uma das fontes. Exemplifica-se a validade desta estratégia através do caso do turismo na Gâmbia, onde a atividade tornou-se um importante produto na balança comercial.

Contudo, desde o crescimento do turismo no país, a principal demanda estava voltada aos britânicos, que representavam mais de 60% das chegadas dos voos oriundos da Inglaterra. Quando no final de 1994 o país sofreu um golpe militar, foram emitidos alertas sobre a instabilidade política da Gâmbia às agências inglesas, fazendo com que a chegada de ingleses diminuísse de 52 mil para 14 mil (73% a menos). Isso demonstra a necessidade de diversificar a demanda, pois no mesmo período a chegada de alemães e holandeses permaneceu estável (em torno de 7%), contudo, sua participação era pequena demais para compensar a debandada britânica (GLAESSER, 2008).

Outra estratégia considerável são as atividades de transferência. Nesta, procura-se transferir as consequências negativas para outro sujeito econômico, que pode fazer parte de um grupo de empresas ou ser externalizado para uma empresa independente (GLAESSER, 2008). No primeiro caso, segrega-se parcialmente áreas de risco para uma empresa subsidiária, na qual os acionistas mantêm a função da propriedade, mas transferem o controle a uma empresa secundária.

Este caso se aplica a hotéis que aderem a uma rede, pois os proprietários continuam “donos” do empreendimento, enquanto se contrata uma empresa que o administra em troca da garantia anual de determinado índice de lucros. Quanto à externalização, esta transfere as consequências para uma empresa por meio de contratos específicos, comum em instituições de crédito que compram dívidas de bancos no intuito de tentar recuperar o crédito devedor. No turismo, a estratégia pode ser exemplificada com as companhias aéreas, que podem vender determinados assentos em épocas de baixa procura às operadoras com preços atrativos, que por sua vez, tentarão ocupá-los com uma margem de lucros superior.

Uma terceira estratégia verificada é cooperação, que pode ser estabelecida como um escudo simbólico contra os riscos entre os membros pertencentes ao grupo (GLAESSER, 2008). Muitas empresas de turismo utilizam esta estratégia para melhorar sua capacidade competitiva, se benefi-

ciando dos efeitos em escala, como aumentar a eficiência de um plano de divulgação, caso das empresas participantes dos *Conventions and Visitors Bureau*, por exemplo (TRIGUEIRO, 2006). Outra medida adotada sem que se incorra no risco de enfraquecer sua imagem é observada pela Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA), na qual seus membros têm acesso a uma ampla gama de ferramentas de treinamento durante momentos de crise (MOTA, 2000).

Além das estratégias já apresentadas, um mecanismo bastante popular, não somente entre as empresas de turismo, é a contratação de seguros (GLAESSER, 2008). O seguro opera como uma forma de transferência de riscos tendo como contrapartida pelo detentor da apólice o pagamento de um valor contratual. Para o turismo, além dos tradicionais seguro-viagem que garantem ao visitante um valor para cada dia de chuva ou cada dia que impeça a realização de atividades, principalmente voltadas às condições climáticas adversas, apólices contra interrupções comerciais também vêm sendo adotadas, como é observado pela Visit Florida, órgão oficial do estado norte-americano. Neste caso, a Visit Florida garante às empresas que, em caso de necessidade de cancelamento de eventos devido a furacões, o estado cobre os custos aplicados no limite de US\$ 10 milhões, e garante a consecução dele em outro período. Para tanto, as empresas devem comprovar um mínimo de 100 reservas de UH's durante dois dias para ter acesso ao programa.

Por fim, as empresas também podem criar um mecanismo de custeio próprio, ao reservarem uma parcela do orçamento para arcar com prejuízos causados em momentos de crise (GLAESSER, 2008; RITCHIE; CAMPION, 2015). A principal desvantagem é que, usualmente, estas reservas financeiras podem custear os impactos a um curto prazo, ficando exposta assim a períodos maiores de crise.

Do ponto de vista dos destinos, esta estratégia pode incentivar também épocas específicas na gestão do turismo, como megaeventos que demandam um grande número de UH's durante um curto período de tem-

po. Nesse caso, o poder público, incapaz de convencer a iniciativa privada a construir ou ampliar hotéis, pode custear os valores diários de atracagem de navios visando ampliar a capacidade de pernoite em suas cabines. Contudo, esta estratégia deve ser discutida primeiramente com a iniciativa local, a fim de evitar o estímulo financeiro às empresas sem conexão com o destino.

2.2 Covid-19 e seus efeitos no turismo

Os efeitos identificados mais rapidamente no turismo doméstico e internacional têm sua gênese também na Ásia, epicentro inicial da pandemia. Após pouco mais de um mês da disseminação do vírus, a procura por voos diminuiu e as companhias aéreas iniciaram a cortar gastos. A China Southern Airlines anunciou em fevereiro de 2020 a demissão de 220 pilotos estrangeiros devido à redução da procura por viagens. A Cathay Pacific, companhia que já estava em crise devido às manifestações em Hong Kong desde 2019, sugeriu que seus mais de 27.000 funcionários tirassem três semanas de férias não remuneradas, reduziu em até 90% a oferta de voos e negociou novos termos de contrato com fornecedores, alegando que a medida teve o objetivo de evitar a propagação da Covid-19 e reduzir os efeitos no caixa da companhia (AERO MAGAZINE, 2020).

No Brasil a companhia aérea Gol seguiu um caminho similar a partir de março de 2020. Em seu comunicado, a empresa anunciou o corte de 35% de salários e reduziu proporcionalmente a este valor as jornadas de funcionários, além de adiar o pagamento do programa de participação nos lucros e resultados de 2019. A Latam realizou a mesma estratégia, porém seus cortes foram de 50% (REUTERS, 2020). Com as medidas de enfrentamento as ações da Gol foram de R\$ 6,25 em 19 de março para R\$ 11,00 em 09 de maio.

Após as companhias aéreas chinesas registrarem perdas de mais de 37 bilhões de yuans (SINA, 2020), as tentativas de recuperação da capaci-

dade de voos iniciaram como o previsto, com tarifas inimagináveis antes da pandemia. As companhias aéreas chinesas voltaram a incluir aproximadamente três milhões de assentos nos voos a partir da primeira quinzena de março, visando normalizar suas atividades. Um voo de Xangai a Chengdu, com duração de três horas e meia, equivalente a um voo entre São Paulo e Belém, foi oferecido por 90 yuans, mais 50 yuans em taxas, valores homólogos a R\$ 113,00 (BLOOMBERG, 2020).

No transporte terrestre, diversos estados inibiram a entrada de veículos e ônibus que não estivessem transportando profissionais ou cargas essenciais. No caso do Paraná, em 18 de março o governador do estado proibiu a entrada de ônibus oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia, estados com maior índice de contágio pelo novo coronavírus (GAZETA DO POVO, 2020). Em resposta à limitação de circulação, algumas empresas instalaram cortinas separando as poltronas em ônibus (BEM PARANÁ, 2020), contudo, esta ação não tem sua eficácia comprovada em relação à redução ou inibição do contágio.

No momento em que esta pesquisa é realizada, países da Europa começam a reabrir suas fronteiras para turistas, contudo visitantes de países como EUA e Brasil não são permitidos devido ao fato de essas nações ainda não terem controlado a pandemia. Isso ilustra o fato de que os países que melhor puderam gerir a crise são os que primeiramente dela sairão.

Com base na teoria da gestão de crises (GLAESSER, 2008; RITCHIE, CAMPIRANON, 2015) verifica-se que as estratégias e ações para conter a crise deveriam ter sido tomadas antes da pandemia da Covid-19, sendo a gestão de crises um processo contínuo e que visa atenuar e superar momentos de dificuldade predominantemente antes que situações adversas ameacem a existência das empresas e destinos. Entretanto, visando contribuir para a gestão turística em seu sistema aberto, o Quadro 1 faz referência às ações necessárias desde momentos de tranquilidade administrativa até a fase aguda de enfrentamento:

Quadro 1. Fases e ações sugeridas para superação de crises

Fase	Ações
Normalidade (Fase ativa)	Diversificar o público-alvo, de forma que diferentes segmentos contribuam em percentuais entre 15 e 25% da receita bruta
	Contratar seguros que visem cobrir inadimplência em situações extraordinárias
	Reservar de 1 a 2% da receita líquida mensalmente
Potencial (Fase ativa)	Atuar em conjunto com empresas da mesma cadeia produtiva, buscando conhecimento e alinhamento de estratégias para mitigar os efeitos da crise (<i>crowdsourcing</i>)
	Adequar a estrutura física conforme a exigência predominante (sanitária, nuclear, epidemiológica, política, religiosa, etc.)
	Reduzir a capacidade produtiva de modo que as despesas possam ser sanadas pelas receitas (<i>break-even</i>)
	Estimular o intraempreendedorismo
Latente (Fase reativa)	Custear despesas fixas e folha de pagamento com o fundo de reserva próprio
	Reestruturar o organograma, antecipando férias e formalizar acordos para redução temporária de salários
	Reduzir a oferta de serviços, atentando-se aos produtos com maior rentabilidade
Aguda (Fase reativa)	Buscar linhas de crédito coletivos (<i>crowdfunding</i>)
	Reduzir o número de colaboradores

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Brasil o que se observa é que diversos empreendimentos do setor turístico passaram direto da fase de normalidade para a fase aguda, ou seja, dentro de dois meses a demanda diminuiu e, por falta de um plano adequado de gestão que permitisse a adaptação ao novo cenário de crise, muitas empresas estão agora demitindo seus colaboradores e dependentes de empréstimos do governo para que possam se manter. Um plano de gestão de

crises, em macro (nacional) e micro (empreendimento) escala poderia, se não impedir, minimizar estes impactos, prevenindo a empresa de se endividar ou mesmo de declarar falência.

2.3 Turismo pós-Covid-19

É intrépido apontar caminhos para o chamado “novo normal” no turismo. Prever o comportamento da procura pós-pandemia é tarefa química, contudo é muito pouco provável que volte a ser como antes. Autores especialistas como Dias (2020) acreditam que o início da recuperação se dará pela procura de destinos não massificados, com enfoque para atividades realizadas ao ar livre.

Outro nicho que poderá incentivar a retomada dos deslocamentos é o de turismo de negócios. Os executivos deverão ser os primeiros a reutilizar o transporte aéreo, as redes hoteleiras e os serviços de alimentação. Os atrativos culturais e naturais gradualmente tenderão a ser procurados pela comunidade local e posteriormente em escala regional, absorvendo também parte dos turistas de negócios. É possível que os destinos naturais recebam maior atenção dos viajantes inicialmente, para poderem desfrutar de paisagens, praias, e montanhas, devido ao longo tempo de isolamento social, favorecendo assim nichos como o Ecoturismo, Turismo de Aventura e Geoturismo.

Para as viagens massificadas de férias e entretenimento, a retomada será mais lenta, dependendo essencialmente da economia global e de ações eficazes do governo federal em reestabelecer postos de trabalho. Somente após o restabelecimento de empregos e a liquidez de dívidas acumuladas é que as famílias começarão a planejar viagens, com tendência ao consumo do turismo doméstico em função da desvalorização do real. O setor de eventos, congressos e convenções online devem impulsionar o reinício do Turismo de Eventos e do Turismo MICE (*Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions*) já a partir de 2021, com a cobrança de tickets para a participação remota nestes eventos.

Em *lives*, o professor Mario Carlos Beni tem defendido o lançamento de um marco regulatório global a partir da Organização Mundial do Turismo (OMT) para ser implementado pelos países membros da OMT, com dois vértices principais: regulamentação das plataformas de reserva e operações e a obrigatoriedade de uma governança nacional a partir da clusteração do Turismo em suas regiões turísticas. Esta proposta de regulação pode instigar a construção de um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, possibilitando contribuir com a redução da pobreza e a exclusão social.

Efetivamente a OMT lançou algumas diretrizes globais para o reinício do Turismo (OMT, 2020) que incluem a proteção de empregos, a recuperação da confiança através da garantia à segurança dos viajantes, a colaboração público-privada, abertura de fronteiras com responsabilidade, coordenação de protocolos e procedimentos, agregação de novas tecnologias à oferta, à inovação e à sustentabilidade como elementos centrais para o crescimento no “novo normal”, conforme serão destacadas a seguir.

A gestão de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas certamente necessitará introduzir novos processos e procedimentos e adaptar sua estrutura de acordo com a avaliação de riscos inerentes à saúde pública. Sistemas de autoadmissão em imigrações deverão representar grande crescimento, principalmente em aeroportos dado o volume de passageiros, com responsabilidades para governos, setor privado e viajantes. De igual modo, os vistos eletrônicos deverão ser estimulados, para diminuir o trânsito de pessoas somente a este fim e o contato de pessoas em consulados.

Tal como acontece após acidentes aéreos, os protocolos de viagem deverão ser redesenhados para minimizar a exposição de trabalhadores e turistas a riscos à saúde pública local, com o aprimoramento de tecnologias para viagens seguras, sem toque e com a interoperabilidade internacional de aplicativos de rastreamento de visitantes para mitigar riscos e estabelecer “marcos zero” em novas ameaças à saúde. Em equipamentos onde o toque é imprescindível, haverá a exigência de limpeza das superfícies com maior frequência.

As mídias sociais se tornarão ainda mais relevantes e servirão como canais de comunicação de protocolos, responsabilidades e informações locais, exigindo o acompanhamento contínuo e atualizado destas ferramentas. O *Trade* Turístico deverá manter o registro de informações e promover a transparência de estatísticas para o planejamento contínuo e gerenciamento da atividade, com coordenação conjunta de associações, conselhos e autoridades. As empresas do setor hoteleiro, principalmente, deverão desenvolver protocolos de emergência no caso de um hóspede ou funcionário ficar doente no local.

As companhias aéreas deverão implementar diferentes processos de embarque e desembarque de passageiros (utilizando portas dianteira e traseiras das aeronaves), manter o distanciamento social nas fases de *check-in* e *check out*, estimular, sempre que possível, a troca de assentos quando houver tal disponibilidade para que pessoas não fiquem juntas durante o voo, a disponibilização e uso de máscaras em voos, por passageiros e tripulantes durante o voo inteiro e a redução do número de objetos na cabine (material impresso e lembranças).

A nova normalidade do setor turístico é uma incógnita que perpassa desde a necessidade de recuperação econômica das famílias e empresas até a retomada de confiança para a realização de viagens. Programas de gestão de crise deverão ser fundamentalmente adotados por governos e empresas para enfrentar futuras crises similares, já que a experiência amarga provou que sua ausência é destrutiva. A atual situação tem mostrado que governos que geriram melhor a crise por meio de medidas rápidas de contenção sanitária e auxílio imediato às empresas já estão dando seus primeiros passos em direção à retomada da atividade turística, o que é o caso de muitos países da Europa, como a França, que tem grande parte de seu PIB provinda do turismo.

A adaptação e a flexibilização também serão duas constantes de mudança. Países como o Japão estão lançando mão de incentivos pioneiros, como pagar 50% do custo da viagem para qualquer visitante que queira conhecer o país. Muitos navios de cruzeiro já estão com a temporada 2021 lo-

tada devido aos valores promocionais que foram comprados ainda este ano. Esta crise é única, mas tem muitas faces que se manifestam de acordo com o preparo de cada estado ou empresa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se até aqui que a gestão de crises no turismo deve tornar-se parte integrante do planejamento de países e empresas que compõem a atividade, como uma estratégia de qualidade e competitividade que poderá definir quem permanece ou é segregado do mercado. O lastro histórico de pandemias indica que os efeitos da Covid-19 poderiam ter sido minimizados em muitos aspectos caso houvesse planejamento adequado baseando-se em outras situações análogas, como surtos anteriores de ebola, SARS e MERS.

Os efeitos diretos da pandemia do coronavírus ainda não são totalmente conhecidos. Este texto buscou apontar caminhos para a superação dos efeitos da crise no setor turístico, especificamente delineando a importância do planejamento da gestão de crises para empresas do *trade*. A criação de vacinas contra a Covid-19 certamente será um marco de recomeço da atividade, contudo prospecta-se a possibilidade de relaxamento da população em relação a regras de higiene energeticamente enfatizadas em mídias sociais e imprensa atualmente, uma tendência comum que a sociedade tem de esquecer seus problemas ao querer voltar à dita normalidade.

Dizer que estas considerações são finais é deveras precoce, dado que neste momento o mundo ainda vive o pico da pandemia. Contudo, observando-se o *status quo* das empresas do *trade*, foi possível apontar neste estudo de acompanhamento que um modelo adequado de gestão de crise é essencial para a sobrevivência dos empreendimentos e que a sua falta acarreta de forma inequívoca a sua desestabilização ou extinção.

Novos vírus virão, catástrofes naturais certamente serão inevitáveis, guerras podem eclodir, contudo, para que as empresas possam passar por

todas essas situações adversas, precisam saber se gerir em tempos de crise. Este estudo serve como um apontamento, um prisma que mostra uma necessidade latente e uma consequência inerente, e poderá ser aprofundado à medida que a crise avança, na perspectiva de apontar uma direção gerencial no setor.

REFERÊNCIAS

AEROMAGAZINE. Empresas aéreas chinesas demitem pilotos diante de surto do coronavírus. Disponível em: https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/empresas-aereas-chinesas-demitem-pilotos-diante-de-surto-do-coronavirus_4963.html. Acesso em: 01 jul. 2020.

BARRÍA, C. *Coronavírus: o impacto sem precedentes da doença sobre as companhias aéreas – e os preços das passagens*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51777795>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BEM PARANÁ. *Empresa de ônibus que atua no Paraná instala cortinas entre poltronas*. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/empresa-de-onibus-que-atua-no-pr-instala-cortinas-entre-poltronas>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. Senac: São Paulo, 2004.

BLOOMBERG. *Just \$13 to Fly Across China as Airlines Struggle to Fill Seats*. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-03/13-to-fly-across-china-as-airlines-offer-cabbage-prices>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DIAS, F. *The World and the tourism after Covid-19*. *Moondo*, [S. l.], p. 1-5, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://moondo.info/the-world-and-the-tourism-after-Covid-19/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

FRONTINI, P. *Impacto do coronavírus na hotelaria será brutal, diz setor*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/impacto-de-coronavirus-na-hotelaria-sera-brutal-diz-setor>. Acesso em: 01 jul. 2020.

FURLAN, F. *Eventos cancelados impactam setor de seguros*. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/03/16/eventos-cancelados-impactam-setor-de-seguros.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2020.

G1. *PM do Rio faz no Maracanã primeiro treinamento para Olimpíadas*. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/pm-do-rio-faz-no-maracana-primeiro-treinamento-para-olimpiadas.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GAZETA DO POVO. *Paraná barra entrada de ônibus dos estados mais atingidos pelo coronavírus*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/fechamento-parana-onibus-coronavirus/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GLAESSER, D. *Gestão de crises na indústria do Turismo*. Porto Alegre: Bookman, v. 2, 2008.

MOTA, K. C. N. *Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal*. Makron Books, 2000.

OMT. *Global guidelines to restart tourism*. 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/restarting-tourism>. Acesso em: 01 jul. 2020.

REUTERS. *Gol decide cortar salários e reduzir jornadas de funcionários*. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKB-N2163WU-OBRBS>. Acesso em: 01 jul. 2020.

RITCHIE, B. W; CAMPIRANON, K. *Tourism Crisis and Disaster Management in the Asia-Pacific*. The School of Tourism, The University of Queensland Australia And Kom Campiranon, Dhurakij Pundit University, Thailand, 2015.

TRIGUEIRO, C. M. *Marketing e Turismo*. Qualiymark, 2006.

US DEPARTMENT OF STATE. *China Travel Advisory*. Disponível em: <https://travel.state.gov/content/travel/en/traveladvisories/traveladvisories/china-travel-advisory.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

A INTERFERÊNCIA DO ESTADO NO TRABALHO DOS MÚSICOS DURANTE A PANDEMIA EM ARACAJU

João Luís dos Santos Meneses¹

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta algumas reflexões de carácter empírico acerca do impacto causado pelo novo coronavírus na atividade profissional de músicos que atuam em Aracaju, lugar onde a observação foi empreendida. Ancorado no conceito de “Mundos da Arte” (BECKER, 2010), é destacado o papel desempenhado pelo Estado e o modo como os músicos reagem ao momento de crise. Este estudo traz resultados de uma pesquisa mais ampla que se encontra em desenvolvimento no mestrado e cujo objetivo é analisar as relações de trabalho na música. Como recurso metodológico, foi adotada a forma etnográfica baseada no conceito de “alteridade mínima” desenvolvido por Peirano (1999), no qual o pesquisador investiga a própria atividade profissional.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a *Corona Virus Disease 2019* (Covid-19) é um dos maiores desafios da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial. Embora tal correlação seja considerada inapropriada por alguns líderes governamentais negacionistas, o paralelismo pode, sim, ser realizado, já que a discussão mais frutífera não é a lamentável quantificação do número de vítimas, mas o modo como as ações políticas se mobilizam em períodos atípicos para lidar com os problemas emergentes.

¹ Graduado em Música pela UFS. Mestrando em Musicologia pela UFRJ. ORCID-Id: 0000-0002-6419-1446. E-mail: joaoluismeneses92@gmail.com

Nesse sentido, a maioria dos líderes mundiais² tomou medidas similares com maior ou menor grau de isolamento social, o que ocasionou relativa diminuição do número de casos, mas que também gerou impactos que permeiam crises econômicas, desempregos, colapsos em sistemas de saúde, entre outros. No caso brasileiro, estas medidas ficaram sob a responsabilidade dos governos estaduais e municipais, enquanto o governo federal instituiu o “Auxílio Emergencial” para beneficiários do Programa Bolsa Família, trabalhadores informais e microempreendedores individuais, o que, apesar de ajudar a manutenção de renda de muitas famílias, é criticável, já que o subsídio financeiro não contempla todas as pessoas pretendidas, seja por falha no sistema de distribuição, seja por má elaboração do projeto.

Dentre as pessoas não contempladas, destacam-se, aqui, os músicos, objeto de estudo da presente pesquisa. Mesmo estando em consonância com os requisitos preestabelecidos pelo projeto do “Auxílio Emergencial”, nem todos os profissionais da música conseguem ter acesso ao benefício. Pensando nisso, alguns deputados federais e senadores se mobilizaram para criar a Lei nº 14.017, sancionada no dia 30 de junho de 2020. Mais conhecida como “Lei Aldir Blanc”, ela prevê assistência financeira para todos os trabalhadores ligados à cultura que não foram considerados no “Auxílio Emergencial”.

Constatados os fatos, busca-se responder à seguinte questão: como órgãos públicos de incentivo à cultura têm se manifestado em relação aos músicos durante a pandemia da Covid-19? Para isso, é feita uma análise dos projetos culturais de âmbito estadual e municipal que antecedem a “Lei Aldir Blanc” e, posteriormente, são apontadas algumas discussões emergentes acerca da aplicação da lei federal.

2. SITUANDO O TRABALHO COM MÚSICA

Considerando as relações de trabalho na música, para esta pesquisa interessa saber de que modo o músico está inserido nos novos modos

² Mais informações em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/04/02/ao-deixar-de-recomendar-isolamento-bolsonaro-se-isola-de-lideres-globais.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

de produção capitalista. Sabe-se que a maioria dos profissionais da arte está inserida no setor de serviços³ e se enquadra na informalidade⁴, ou, nas palavras de Antunes (2018), no “privilégio da servidão”, cujo labor está às margens dos direitos trabalhistas e órfãos de órgãos de proteção - o Sindicato dos Músicos de Sergipe (SINDMUSE) e a Ordem dos músicos do Brasil (OMB) não são atuantes (CERQUEIRA, 2014, p18). “O auto-emprego, o *freelancing* e as diversas formas atípicas de trabalho - trabalho intermitente, trabalho a tempo parcial, multi-assalariado - constituem as formas dominantes de organização do trabalho nas artes” (MENGER, 2005, p. 18). Desse modo, o trabalho com música não só pode ser comparado com outras formas de trabalho, como representa os novos modos de produção capitalista caudados na informalidade.

Informalidade, aliás, é palavra de ordem na lógica neoliberal e tem sido, inclusive, a categoria mais crescente nos últimos anos. Segundo o IBGE, no quarto trimestre de 2019 o desemprego alcançou uma marca de 15 milhões de pessoas – somando a quantidade de desempregados e desalentados⁵. Também no segundo semestre, o setor de serviços informais registrou 38,683 milhões⁶ de trabalhadores.

Para analisar o trabalho com música durante a pandemia, é preciso, antes, compreender como se dá a organização do trabalho dos músicos em períodos comuns. Para isso, foi oportuno o uso do conceito “Mundos da Arte” do sociólogo estadunidense Howard Becker (1928-), cuja ideia central é pensar um determinado mundo produtivo como fruto de ação coletiva. Seu pensamento converge com a sociologia moderna por ter um interesse maior nas relações sociais e, neste caso, na rede de cooperação, e por se distanciar da sociologia tradicional, que coloca o artista e a obra no

³ O setor de serviços, também conhecido como setor terciário, integra a divisão econômica trisetorial (agricultura, indústria e serviços).

⁴ Em termos de comparação, músicos pesquisados por Becker num outro texto intitulado “Outsiders” também foram caracterizados como profissionais do setor de serviços (BECKER, 2008, p. 91).

⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13 mar. 2020.

⁶ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 13 mar. 2020.

centro da análise. Nesse sentido, o autor propõe analisar um determinado mundo da arte dando atenção a diferentes instâncias: as convenções socialmente construídas; a mobilização dos recursos; entre outros. Contudo, apesar da importância de um olhar abrangente, é com a categoria de análise “O Estado” que as reflexões seguintes são desenvolvidas.

3. INTERFERÊNCIA DO ESTADO: OMISSÃO E DESIGUALDADE

Na teoria de Mundos da Arte, a intervenção do Estado pode adquirir três formas: o apoio oficial, a censura, e a repressão. Todas elas são praticadas sob a justificativa de salvaguardar a ordem pública ou difundir a identidade local (BECKER, 2010, p. 163). Mas nem sempre essa participação se dá de forma explícita. Isto é, quando não há a tentativa de inviabilizar determinadas manifestações artísticas, o Estado pode simplesmente ignorar e não apresentar qualquer posicionamento. Para Becker (2010, p. 167), tal omissão se caracteriza como interferência:

mesmo um modo de repressão menos enérgico, como o puro e simples desinteresse, torna-se uma forma de intervenção ativa. Esses exemplos demonstram que o Governo, quer queira quer não, desempenha um importante papel na rede cooperativa da produção artística.

Por esse ângulo, durante períodos comuns – de não pandemia – os órgãos públicos em Aracaju parecem interferir com omissão, deixando os músicos à mercê de iniciativas privadas e negociações injustas com empresários e donos de casas de show. Num mapeamento das políticas públicas direcionadas ao setor cultural e, mais especificamente, à música, evidenciou-se que os projetos culturais nesta cidade são construídos tendo os seus maiores investimentos endereçados para eventos que compõem o calendário cultural, como pode ser visto no Quadro 1. Essas ações são justificadas como meio de difundir e fortalecer a economia e a identidade local, mas o que se vê são esforços para acumular e dar manutenção à dominação político-ideológica (VARJÃO, 2014).

Os eventos públicos, que chegam a atrair e concentrar centenas de milhares de pessoas num único espaço, possibilitam o estabelecimento de uma mediação entre o Estado e as massas de cidadãos/eleitores. São, portanto, espaços privilegiados para a difusão ideológica das classes dirigentes, reservado também para o embate entre as frações políticas locais que disputam os governos em nível estadual e municipal (VARJÃO, 2014, p. 68).

Quadro 1. Projetos e eventos culturais do estado e do município direcionados à música

Nome	Competência	Natureza	Frequência	Critério	Órgão	Ano
Ocupe a praça	Município	Projeto	Mensal	Indicação	Funcaju	2017-2019
Quinta instrumental	Município	Projeto	Semanal	Indicação e edital	Funcaju	2017-2019
Demanda espontânea	Município	Projeto	Anual	Editais	Funcaju	2018-2019
Escola de Artes Valdice Teles	Município	Cursos permanentes	Anual	Editais	Funcaju	2005 -
Na varanda da Valdice	Município	Projeto	Anual	Indicação	Funcaju	2017 -
Conservatório de Música	Estado	Cursos	Anual	Editais	CMSE	1960 -
Forró Caju	Município	Evento	Anual	Indicação e edital	Funcaju	2001 -
Projeto Verão	Município	Evento	Anual	Indicação	Funcaju	2009 -
Um banquinho, uma canção	Estado	Projeto	Anual	Editais	Funcap	2017-2019
Aniversário de Aracaju	Município e Estado	Evento	Anual	Indicação	Funcaju e Funcap	1855 -
Rasgadinho	Município	Evento	Anual	Indicação e edital	Funcaju	1967 -

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mostra o Quadro 1, não há projetos que beneficiem os profissionais da arte a longo prazo, e não só em situações pontuais, o que contradiz o discurso de “fortalecimento da cultura local” (FILHO, 2008; VARGAS, NEVES, 2011). Além disso, mesmo nas ações mencionadas acima, em que as instituições supostamente funcionariam em favor dos artistas, aparecem problemas de outra ordem. Trata-se de constantes reclamações referentes a possíveis corrupções envolvendo gestores públicos⁷.

Em entrevistas semiestruturadas realizadas no segundo semestre de 2019, durante a pesquisa de campo do mestrado, foram ouvidas com frequência insinuações de que só é possível ser contemplado em editais se houver conhecimento, isto é, se existir relação de proximidade com os gestores da Funcaju ou da Funcap. Em um protesto intitulado “1º Caminhada da Cultura Sergipana” em 2013, por exemplo, músicos associados ao Sindmuse se posicionaram:

O cantor Rogério [...] disse que há interesses de um capitalismo selvagem, no qual quem é músico sergipano e não entrar na corrupção das produtoras, não canta em lugar nenhum. ‘Se não tiver no esquema, não entra’, afirmou. Para o cantor e sanfoneiro Erivaldo de Carira, a temporada de shows em Sergipe se resume aos festejos juninos. Depois disso, segundo ele, poucos cantores sobrevivem da música no Estado (OLIVEIRA, 2013)⁸

Essas denúncias não se dão sem fundamento. Na última edição do “Projeto Verão”⁹, por exemplo, foram contratados cerca de 30 artistas de diversos segmentos, entre nomes regionais e nacionais. Porém, curiosamente não houve edital. O festival foi divulgado poucos dias antes da sua realiza-

⁷ Ver reportagem sobre escândalos de corrupção envolvendo vereadores e presidentes da Funcaju. Disponível em: <http://jpolitica.com.br/colunas/aparte/posts/gilmar-carvalho-se-expoe-ao-perigo-com-candidatura-antecipada-a-prefeito-de-aracaju/notas/nitinho-vitale-diz-que-teve-contas-da-funcaju-aprovadas-por-tce-e-nao-ve-logica-na-deotap>. Acesso em: 7 maio 2020.

⁸ Disponível em: <https://sindmuse.webnode.com/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

⁹ Evento anual realizado pela prefeitura de Aracaju.

ção e o atual presidente da Funcaju, ao ser perguntado sobre quais foram os critérios para a escolha dos artistas, respondeu:

O Projeto Verão volta enriquecido com uma programação composta por grandes bandas nacionais e artista da terra de reputação e preferência do público inquestionáveis, como Paralamas do Sucesso, Cordel do Fogo Encantado, que já é o xodó do sergipano, com Siba, que foi do Mestre Ambrósio, como Diogo Nogueira, como o rock do Ira, o Babado Novo. E, do nosso Estado, o The Baggios, que foi, inclusive, premiado com o Grammy e dispensa apresentação, e a Reação que circula hoje nacionalmente. É uma seleção da melhor qualidade, que buscou atender o critério da diversidade, pois, hoje não se faz mais política cultural em lugar nenhum sem pensar nisso, contemplando todos os públicos e faixas etárias. É uma festa para todos¹⁰.

O discurso do presidente é problemático por dois principais motivos: não dá explicação sobre a não adoção de outros mecanismos de seleção mais democráticos, como chamamento público, por exemplo; e utiliza critérios calcados no sistema de avaliação de talentos conhecido como *star system* (MENGER, 2005). Tal sistema é regido pela indústria cultural e suas técnicas de *marketing*, em convivência com produtores artísticos da sociedade civil. Porém, segundo Becker (2010, p. 167), não pode servir de base para ações governamentais que se pretendem democráticas.

4. PROJETOS CULTURAIS DE CARÁTER “EMERGENCIAL”

Partindo do pressuposto de que a pandemia da Covid-19 evidenciou o caráter omissivo e desigual das ações culturais dos órgãos públicos de Aracaju, pretende-se agora analisar algumas reivindicações de artistas e as reações questionáveis do Estado através de editais. Num estado de emergên-

¹⁰ Entrevista ao jornal JL Política. Disponível em: <http://jlpolitica.com.br/colunas/aparte/posts/exclusivo-pesquisa-do-cidadania-chancela-danielle-garcia-como-a-candidata-a-prefeita-de-aracaju/notas/luciano-correia-presidente-da-funcaju-projeto-verao-volta-fechando-um-calendario-importante-para-o-turismo>. Acesso em: 01 fev. 2020.

cia, como o atual, classes sociais menos favorecidas ficam mais fragilizadas e posicionamentos de instituições públicas são frequentemente mais requeridos. Vejamos, a exemplo da Figura 1, alguns protestos idealizados por coletivos de artistas criados no início do isolamento social com o intuito de dialogar com gestores públicos.

Figura 1. Arte de protesto criada por artistas do coletivo “Live Suas Mãos”



Fonte: Oliva, 2020.

Esta imagem foi criada pelo coletivo “*Live suas Mãos*” e teve circulação por meio de redes sociais. Nas publicações eram mencionados os nomes do governador de Sergipe e do prefeito de Aracaju. Outro coletivo, intitulado “*Artistas na Luta*”, desenvolveu um regulamento com assinaturas *online* endereçado à Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (Funcap)¹¹. O documento continha o seguinte texto: “OBJETIVO: organizar, debater, delegar, desenvolver propostas de políticas públicas e de ações individuais ou coletivas que visem a preservação da profissão de intérpretes e instrumentistas do Estado de Sergipe”. Em resposta, duas semanas depois da primeira reclamação, o governo, por meio da Funcap, anunciou um edital voltado aos artistas atingidos pela pandemia, o que viria a ser o “Reinvente-SE”¹².

O Reinvente-SE teve um orçamento de 112 mil reais e se propôs a selecionar 102 projetos artísticos de diversas modalidades para se apresentarem virtualmente através de *lives*¹³. No entanto, o edital publicado no dia 24 de abril, até o dia 30 de junho, contemplou apenas 40% dos inscritos e não cumpriu os prazos previstos no documento oficial. Ademais, os critérios de seleção dos projetos submetidos são criticáveis do ponto de vista democrático, pois, além de serem elaborados com cláusulas abstratas, flertam com tipos específicos de valoração (MENGER, 2005).

De maneira similar, mais quatro projetos foram criados: “Quarentena da Gente”, “Forró da Quarentena”; “Forró Caju em Casa”; e “Janela para as Artes”. O dois primeiros de iniciativa do banco estadual “Banese” e os últimos da prefeitura de Aracaju através da Fundação Cultural de Aracaju (Funcaju)¹⁴. Todos seguiram o mesmo sistema de avaliação e seleção. Tomemos como exemplo o edital do projeto “Janela para as artes”:

¹¹ Único órgão público responsável pelas políticas públicas do estado desde a extinção da Secretaria do Estado da Cultura (Secult).

¹² Disponível em: <http://mapas.cultura.se.gov.br/oportunidade/1480>. Acesso em: 13 jun. 2020.

¹³ Modelo de apresentação ao vivo transmitida virtualmente por redes sociais.

¹⁴ Órgão público responsável pelas políticas públicas da cidade.

Figura 2. Fotografia dos critérios de seleção do edital “Janelas para as artes”

6.3. Critérios de seleção

A seleção será realizada respeitando os seguintes critérios:

Excelência artística (Peso 3)	Entende-se como excelência artística a condição de executar com coerência interpretativa e primor técnico a obra apresentada.
Viabilidade técnica para apresentação mediante as regras de distanciamento social (Peso 2)	Entende-se como viabilidade técnica uma ação que seja coerente com o conjunto de atributos técnicos e artísticos necessário para a realização da apresentação, considerando a crise sanitária atual, decorrente da pandemia do coronavírus.
Portfólio (Peso 1)	Entende-se como portfólio o histórico do artista/grupo artístico, o currículo artístico dos envolvidos. É importante conter também no portfólio opiniões públicas e especializadas sobre o artista/grupo, sua participação em eventos, premiações, dentre outros itens que julgue relevante.

Fonte: Mapa da Cultura de Sergipe (2020)¹⁵.

No primeiro item, “excelência artística”, não se deixa claro o que significa “primor técnico” e a partir de que referência a avaliação é realizada, o que dá liberdade para a comissão avaliadora selecionar manifestações artísticas de gosto pessoal e, no fundo, contribui para a perpetuação da exaltação da aprendizagem musical formal¹⁶ (SALGADO, 2005). Pode-se, por exemplo, um avaliador mais inclinado ao jazz, com orientações sociais de cunho preconceituoso, reprovar um músico de pagode por ele não possuir técnicas eruditas de *performance*, o que não significa menos capacidade artística. De modo análogo, e embora improvável, o contrário pode acontecer.

¹⁵ Disponível em: http://mapas.cultura.se.gov.br/files/project/3111/edital_0032020.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

¹⁶ É preciso lembrar que o Brasil não possui ensino de música nas escolas públicas.

Em outros momentos a seleção por gosto pessoal fica ainda mais patente, como no item 5.1 do edital “Forró Caju em Casa”, em que as vagas destinadas a “Releituras de Gonzaga” são mais restritas e valorizadas do ponto de vista financeiro, como mostra a figura seguinte:

Figura 3. Fotografia das categorias e premiações dos selecionados no edital “Forró Caju em Casa”.

6.3. Critérios de seleção

A seleção será realizada respeitando os seguintes critérios:

Excelência artística (Peso 3)	Entende-se como excelência artística a condição de executar com coerência interpretativa e primor técnico a obra apresentada.
Viabilidade técnica para apresentação mediante as regras de distanciamento social (Peso 2)	Entende-se como viabilidade técnica uma ação que seja coerente com o conjunto de atributos técnicos e artísticos necessário para a realização da apresentação, considerando a crise sanitária atual, decorrente da pandemia do coronavírus.
Portfólio (Peso 1)	Entende-se como portfólio o histórico do artista/grupo artístico, o currículo artístico dos envolvidos. É importante conter também no portfólio opiniões públicas e especializadas sobre o artista/grupo, sua participação em eventos, premiações, dentre outros itens que julgue relevante.

Fonte: Mapa da Cultura de Sergipe (2020)¹⁷.

A figura acima revela também, além da hierarquia simbólica entre gêneros musicais, a forma desigual de distribuição dos recursos deste chamamento público. Em “Forró Eletrônico” e “Arrocha”, por exemplo, somente 10 vagas foram ofertadas, o que é inadequado levando em conta o alto número de músicos desses segmentos artísticos¹⁸.

¹⁷ Disponível em: http://mapas.cultura.se.gov.br/files/project/3125/edital_0042020.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

¹⁸ O site elaborado pela Funcap, intitulado Mapa da cultura de Sergipe, contém um catálogo de portfólios de

Outras ações que merecem destaque se referem às discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos da “Lei Aldir Blanc”. Essa lei, publicada oficialmente no final de junho de 2020, enviou para Sergipe o valor de 50 milhões de reais, dando autonomia aos estados e municípios para que eles distribuam o dinheiro de acordo com suas respectivas necessidades. Orienta, porém, que a aplicação deve obedecer a três vias: demanda por auxílio emergencial, equipamentos culturais e editais. Mas, numa entrevista a um rádio jornal, a secretária de Cultura da Funcap falou sobre o seu desejo de aplicar a maior parte em editais: “[...] então, só diz que 20% do dinheiro tem que ser pra edital, mas todo o Brasil quer botar muito mais nesses editais, porque é a forma mais democrática de fazer o recurso chegar no artista. Ele vai apresentar o trabalho dele, ele vai fazer uma live” (VIEIRA, 2020)¹⁹.

Receosos de que a verba seja mais uma vez distribuída de forma desigual, os músicos cobraram diálogo entre o Estado e a classe artística. Na mesma entrevista, a secretária comentou as reivindicações, prometendo desburocratizar os sistemas de cadastramento e construir editais mais inclusivos. Enquanto tais ações não se concretizam, os artistas menos favorecidos empreendem estratégias ora individuais, ora coletivas, para superar a situação delicada ocasionada pela pandemia, afinal

é muito raro não existirem alternativas ao apoio governamental. [...] Quando a ajuda pública representa o essencial do financiamento das artes, os artistas são obrigados a ter em conta as opções governamentais. Se existirem outras opções de financiamento (mecenato, mercado de arte, etc.), os artistas tentarão obter aquilo que o Estado está disposto a conceder e recorrerão a apoios extra-estatais para o resto”. (BECKER, 2010, p. 166).

Sobre as condutas individuais, podem-se destacar, além das *lives* semanais, os pedidos de doações espontâneas e rifas de show. Quanto às

músicos atuantes no estado e o número de músicos autodenominados de Arrocha e Forró Eletrônico é significativamente maior. Disponível em: <http://mapas.cultura.se.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://fanf1.com.br/funcao-explica-como-auxilio-da-lei-aldir-blanc-chegara-a-artistas-sergipanos/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ações coletivas, destaca-se a arrecadação de cestas básicas e materiais de higiene realizada semanalmente pelo coletivo União dos Músicos de Sergipe (Unimuse)²⁰.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa etnográfica, foi feito um mapeamento e análise dos projetos culturais do Estado endereçados à cadeia produtiva da música em Aracaju antes e durante a pandemia da Covid-19. A partir do conceito teórico de Becker (2010), foi constatado que os governos estadual e municipal seguem desenvolvendo condutas costumeiras em períodos de pré-pandemia, isto é, quando não é omissos, pode vir a operar com ações que potencializam a desigualdade no mundo da música. Nesse sentido, revelou a desassistência que determinados músicos e segmentos musicais enfrentam não só pelo sindicato regional e pela OMB, mas também pelos órgãos públicos de cultura, o que ficou mais evidente durante a paralisação das suas atividades profissionais ocasionada pelo isolamento social. Além disso, mostrou que a forma proeminente de chamamento público, ou seja, a seleção por editais, não parece ser tão democrática como supõe o discurso de alguns agentes políticos, já que a apuração é geralmente feita com critérios abstratos, o que favorece artistas mais inclinados ao gosto pessoal dos avaliadores.

Por esse ângulo, este artigo propõe a discussão sobre ações governamentais mais democráticas e inclusivas, de forma que as seleções públicas contemplem com mais amplitude os profissionais da música, especialmente em situações atípicas como a atual. Vale constatar, também, a emergência de estudos científicos com temática similar a esta, porém com abordagens que abranjam outros grupos sociais igualmente marginalizados. A título de exemplo, resalto na presente pesquisa a ausência de diálogo com a perspectiva de gênero e de raça.

²⁰ Coletivo informal criado por músicos no primeiro mês de isolamento social com o intuito de ajudar outros profissionais da área em estado de emergência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BECKER, Howard. *Mundos da Arte*. Tradução de Luis San Payo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luísa de X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BRASIL. Lei n. 3.857, de 22 de dezembro de 1960. Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3857.htm. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 14.017, de 30 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CERQUEIRA, Daniel Lemos. Administração Musical no Brasil: uma necessidade iminente. In: VALENTE, H; PRADOS, R; SCHMIDT, C. (Org). *A música como negócio: políticas públicas e direitos de autor*. Osasco: Leonardo da Vinci Editora, 2014, p. 77-93.

FILHO, José Ribeiro. *Eventos públicos e privados: a elaboração de políticas culturais voltadas para a realização da festa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2008.

MENGER, Pierre Michel. *Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo*. Tradução de V. Borges, D. Place e I. Gomes. Lisboa: Roma Editora, 2005.

OLIVA, Rafael. *Nem só de live vive o artista*. WhatsApp: Grupo Live Suas Mãos. 14 abr. 2020.11:21. 1 mensagem de WhatsApp.

OLIVEIRA, SILVIO. *1º Caminhada da cultura sergipana pede respeito à classe*. SINDMUSE, 2013. Disponível em: sindmuse.webnode.com. Acesso em: 27 jan. 2020.

PEIRANO, Mariza G. S. *A alteridade em contexto: antropologia como ciência social no Brasil*. Série Antropologia 255. Brasília: UnB, 1999.

SALGADO, José Alberto. *Construindo a profissão do músico: uma etnografia entre estudantes universitário de música*. Tese (Doutorado em Música) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2005.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. Olhares sobre identidade e festas em Sergipe. *Revista Geográfica de América Central*, Universidad Nacional, v. 2, p. 1-15, 2011.

VARJÃO, Demétrio Rodrigues. *Indústria cultural e música: reestruturação da indústria fonográfica e o mercado de música em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFS, São Cristóvão, 2014.

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE: PANDEMIA, EXTENSÃO E INTENSIDADE

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar (BRECHT, 1982, p. 45).

Sem dúvidas, os efeitos da pandemia mundial de Covid-19 ainda se farão sentir, em extensão e intensidade, para muito além da declaração de seu término. Compreendê-la, assim como os fenômenos associados a ela, nos coloca diante de um duplo desafio: i) lidar com as questões imediatas e objetivas impostas pela pandemia enquanto elas se apresentam, exigindo respostas igualmente imediatas e objetivas; ii) lidar com a incerteza, a vulnerabilidade e as contradições inerentes às circunstâncias inéditas (ao menos para nós) que nos envolvem.

A organização deste primeiro Volume de *A Covid-19 em múltiplas perspectivas* nos encaminhou a reflexões que confluem para fazer frente a esse desafio não com respostas, mas com perguntas e dúvidas ainda longe de serem sanadas. A partir das provocações levantadas pelas autoras e os autores que aqui contribuíram, delineamos suportes referenciais mais amplos e complexos para questionar, a exemplo de Brecht (1982), sobretudo o que parece habitual, natural, impossível de mudar.

As perspectivas multifacetadas e os diferentes prismas pelos quais os capítulos são desenvolvidos nos conduzem a um panorama holístico, con-

traposto à fragmentação do conhecimento e do mundo que ignora a interconexão dinâmica entre todas as coisas (BOHM, 1980). Assim, a precariedade do trabalho não pode ser dissociada da maior vulnerabilidade frente a pandemia de sujeitos e grupos sociais como negros, mulheres e jovens, trabalhadores e trabalhadoras do campo ou das cidades. Esses temas, abordados no Volume I, convidam a uma leitura integrativa da “junção de conceitos que lutam entre si” (MORIN, 2008, p. 192), que nos permita apreender a complexidade inerente a eles.

No empenho para compreender a pandemia e seus efeitos, abarcar a complexidade é, para nós, uma condição a priori para pensarmos Trabalho, Estado e Sociedade. Significa reconhecer que “acontecimentos, interações, retroações, determinações, acasos” (MORIN, 2007, p. 13) são tecidos juntos, e formam os emaranhados, as ambiguidades e as incertezas inalienáveis de nossas interpretações do mundo.

Prof. Dr. Renato Koch Colomby
Prof.^a Dr.^a Julice Salvagni
Prof.^a Dr.^a Cibele Cheron

REFERÊNCIAS

BOHM, David. *Wholeness and the implicate order*. London: Routledge & KeganPaul, 1980.

BRECHT, Bertolt. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE ANSELMO GUILHERME

Possui graduação MA Honours em Filosofia - University of Edinburgh (2001), mestrado MLitt em Filosofia - University of St Andrews (2002), doutorado PhD em Filosofia - Durham University (2008), e pós-doutorado pelo Institute of Advanced Studies in Humanity, University of Edinburgh (2010). É professor adjunto do PPGEd, do PPGP, e PPGF da PUCRS, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e violência, e educação e diálogo. Editor da revista Educação por Escrito - PUCRS, e editor associado da Revista Psico - PUCRS. Coordenador no Brasil da rede REDEFORD - Red de Educación, Formación, Desarrollo criada em 1995 e encabeçada pela Université Paris-Créteil. Membro do Comitê Científico da Escola de Ciências da Saúde/PUCRS. Coordenador de Projeto junto à Pró-Reitoria de Pós-graduação para o Programa Institucional PUCRS-CAPES-PrInt. Reader/Leitor da Cátedra Unesco Juventude, Educação e Sociedade (UCB). British Psychological Society BPS Member No. 343886 (CRP Britânico). Docente do Master en Sciences de l'Éducation, Université Paris-Créteil (Paris XII). Membro da comissão técnica de Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação (MEC).

AGNES NOGUEIRA GOSSENHEIMER

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-graduação Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013), doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêutica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018), dou-

torado sanduíche na Universidade de Lisboa. Está como pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas - Endocrinologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde é membro da LIDIA (Liga Interdisciplinar de Diabetes). Atualmente é Chefe do Cuidado Farmacêutico no Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

CAMILA BORGES MACHADO

Psicóloga. Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Martín-Baró: Psicologia Social, Política e Direitos Humano. Trabalha e tem interesse nos campos de discussão: psicologia social crítica, pobreza, desigualdade social, políticas públicas, gênero, feminismo e teoria da reprodução social.

CAROLINA ALAMINO FÉLIX DE MORAES

Cirurgiã-dentista. Graduada em odontologia pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da Universidade Federal do ABC (UFABC), no qual desenvolve dissertação sobre o Brasil Sorridente, programa implantado no âmbito da perspectiva de saúde universal e integral do Sistema Único de Saúde (SUS). Membro do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos do Sul Global//Global South Study Group”, registrado no CNPq.

CIBELE CHERON

Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Desenvolve estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É consultora externa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Viamão (IFRS) para a Elaboração do Diagnóstico Rural e Redesenho da Matriz de Desenvolvimento de Viamão, RS. Integra

no CNPq, os grupos de pesquisa “Grupo de Estudos do Sul Global//Global South Study Group”, “Educação e Violência” e lidera o grupo “Fundamentos da Experiência Jurídica Contemporânea: O Direito sob os aspectos dogmático, filosófico e sociológico”. Desempenha projetos de ensino, pesquisa e extensão acadêmica e comunitária. Desenvolve principalmente os seguintes temas: conflitos e cultura da paz, cidadania, empoderamento, capital social, participação social, reestruturação produtiva e desigualdades, políticas públicas e inclusão social, gênero, interseccionalidades, Sul Global.

CRISTIANE SILVEIRA DOS SANTOS

Mestre em Educação pela PUCRS (2019), com a dissertação de mestrado intitulada: Genocídio da juventude negra: de Fanon à Lei n.º 10639/03 - Estratégias de Construção das Identidades Negras como Ferramenta de Resistência. Especialista em Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial pela PUCRS (2013) e graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2010). Atualmente é professora de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, além de integrante do grupo CANJERÊ, de educação antirracista, que ministra formações para professores de escolas públicas e particulares, com relatos de práticas de sucesso utilizadas em sala de aula, na perspectiva da Lei 10639/03. Já atuou como professora na rede municipal de ensino de Sapucaia do Sul e como secretária em escola estadual do RS.

CRISTINE KOEHLER ZANELLA

Professora do bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais (PP-GEEI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Gent (UGent), Bélgica. Mestre em Integração Latino-Americana, Bacharel em Direito e Bacharel em Economia, todos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Advogada inscrita na OAB/SP. Coordena o grupo de pesquisa “Grupo de Estudos do Sul Global//Global South Study Group”, registrado no CNPq.

DIEGO GEOVAN DOS REIS

Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Mestre em Educação pela Unicentro. Graduando em Geografia, licenciatura e bacharelado, pela Uninter. Possui experiência de pesquisa em estudos patrimoniais interpretativos, educação informal e fenomenologia aplicada. Seu interesse de pesquisa atual concerne à área de Geociências, especificamente Geografia Física (Geomorfologia), Geodiversidade, Geoconservação, Geoturismo e Geoparques, com ênfase nos estudos de Interpretação do Patrimônio Geológico e o ensino de Geociências.

ELIANE BÖTTCHER

Há 21 anos, é psicóloga (PUCRS), coach e facilitadora de aprendizagens, com experiência em processos de autoconhecimento, desenvolvimento de competências de líderes, equipes e pais, práticas de diálogo, gestão e transição de carreira e consultoria em gestão de pessoas/RH. Mestre em Psicologia (Unisinus), com MBA em Gestão Empresarial (ESPM), especialista em Dinâmica dos Grupos (SBDG), Coaching em Ontológico (Leading Group), Executive Coaching (ICC) e Gestão da Mudança (Prosci). Atuação junto a Lidcom Consultoria.

EMERSON ARAÚJO DO BÚ

Doutorando em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é assistente de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Seus interesses de pesquisa são: Psicologia Social e da Saúde, Preconceito, Relações Intergrupais e Representações Sociais.

ÉRICA ANTUNES JIMENEZ

Oceanógrafa formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com mestrado em Biologia Ambiental (UFPA) e doutorado em Recursos Pesqueiros e Aquicultura (UFRPE). Atualmente é servidora do Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), atua como analista ambiental na Diretoria de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura. Tem experiência nas áreas de conservação dos recursos pesqueiros, análise de sistemas socioecológicos pesqueiros e indicadores de sustentabilidade na pesca artesanal.

GABRIEL GONÇALVES ARANTES

Graduado em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU). Mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/UFU). Graduando em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Uberlândia.

JAMILE DA SILVA GARCIA

Engenheira de pesca formada pela Universidade do Estado do Amapá (2011). Atualmente exerce a função de secretária da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Oiapoque (SEMAP) e atua como voluntária na Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque. Tem experiência na área de recursos pesqueiros e engenharia de pesca, atuando principalmente em temas ligados à administração pesqueira, comunidades pesqueiras, pesca artesanal e hábito alimentar de camarões.

JEFFERSON LOPES LA FALCE

Doutor em Administração pela Universidade Fumec (2015). Atualmente é professor do programa de mestrado e doutorado da Universidade Fumec e professor da Fundação Dom Cabral. Atua como editor de periódicos. É membro do grupo de pesquisas sobre gestão da inovação, inteligência competitiva e empreendedorismo (GEICE), membro do Núcleo de

Estudos Organizacionais, Sociedade e Subjetividade (NOSS) e membro do grupo de pesquisa em inovação e conhecimento Leuven/ Bélgica.

JOÃO LUÍS DOS SANTOS MENESES

O músico e acadêmico João Luís, graduado em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ. Suas pesquisas têm sido desenvolvidas na área da Musicologia e Etnomusicologia, apoiadas, principalmente, em matrizes teóricas da Sociologia e Antropologia.

JULICE SALVAGNI

Professora adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na área de Estudos Organizacionais. Graduada em Psicologia (UNISINOS), Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS) e Doutora em Sociologia (UFRGS).

KÍSSILA TEIXEIRA MENDES

Psicóloga e cientista social. Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora do Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Outras Drogas (Crepeia) e do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Tem experiência e interesse nas áreas de: Psicologia social e comunitária, violência e segurança pública, álcool e outras drogas, saúde mental, políticas públicas, movimentos sociais e questão social.

LÁZARO DE OLIVEIRA EVANGELISTA

Mestre em Educação (Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (Faculdade de Tecnologia e Ciência - Salvador - Bahia). Graduado em Gestão de Negócios em Turismo (Faculdade de Turismo da Bahia). Licenciado em Letras com Habilitação em Inglês (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Pedagogo (UNINTER),

professor da Educação Básica / Ensino Médio da Rede Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Diretor de teatro, músico e ator.

LEANDRO BAPTISTA

Bacharel em Turismo, especialista em Gestão em Saúde, mestre em Gestão do Território, doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase nos seguintes temas: turismo, Game Studies, educação e interpretação ambiental, unidade de conservação e patrimônio.

LIDIANE APARECIDA ALVES

Doutora em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), onde também cursou o mestrado (2011) e a graduação (Licenciatura e Bacharelado) (2009). Desde 2015 atua como professora na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG.

MARIA EDNA SILVA DE ALEXANDRE

Doutoranda e mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande. É membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral (NPDSM). Seus interesses de pesquisa são: Representações Sociais, violência, linchamento, suicídio e Covid-19.

MARILU TEIXEIRA AMARAL

Engenheira de Pesca formada pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2008), mestrado em Biologia Ambiental pela Universidade Federal do Pará (2011). Atualmente é docente da Universidade do Estado do Amapá. Tem experiência na área de Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, com ênfase em Socioeconomia pesqueira, atuando principalmente nos seguintes temas: Conservação de recursos pesqueiros marinhos e de águas interiores e economia pesqueira.

PAULO RICARDO ZILIO ABDALA

Docente e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Ciências Administrativas e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), na área de Estudos Organizacionais. Chefe do Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS; e avaliador do INEP/MEC. Doutor, mestre e bacharel em Administração pela UFRGS e especialista em Comunicação com o Mercado na ESPM-RS. Membro do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.

PAULO ROBERTO MASELLA LOPES

Pós-doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC-SP); doutor e mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP); bacharel em Filosofia (FFLCH-USP); licenciatura plena em Filosofia (FE-USP). Professor de Filosofia concursado da rede pública federal: IFPR-Campus Palmas. Coordenador do projeto de pesquisa: EPISTEMES: Núcleo de estudos e de orientação à pesquisa em filosofia, epistemologia, ética, política e cidadania.

RENATO KOCH COLOMBY

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Graduação concluída em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor no Colegiado de Administração do Instituto Federal do Paraná (IFPR) no Campus Palmas. Além de ser integrante do Observatório Internacional de Carreira - OIC e do GINEIT (Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho), ambos vinculados ao PPGA/EA/UFRGS, também é Líder do Grupo de Pesquisa NEPT - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Organizações e Pessoas (IFPR).

TAÍSE FÁTIMA MATTEI

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) campus de Francisco Beltrão. Mestra em Ges-

ção e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) campus de Francisco Beltrão. Doutora em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas - PCE - da Universidade Estadual de Maringá. Professora substituta no Instituto Federal do Paraná-IFPR, campus de Palmas.

VANESSA OHANA GOMES MOREIRA

Engenheira agrônoma, mestra e doutoranda em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com ênfase em Química e Física do Solo. Atua principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: Manejo sustentável do solo e água, recuperação de solos degradados por sais, nutrição de plantas, pedologia, geoprocessamento e recursos hídricos.

VIVIANE ALVES DOS SANTOS BEZERRA

Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba e bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande. É membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral (NPDSM) com interesses de pesquisa relacionados às áreas de: Psicologia Social, Desenvolvimento Empático, Representações Sociais, Suicídio e temas correlatos.